

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
PPG Ciências Sociais

A *Oikonomia* da Universidade Filantrópica e o Dom do Desenvolvimento Sustentável

« ... et cognoscetis veritatem et veritas liberabit vos. »
Actus Apostolorum – Ioannes 8:32

Romeu Forneck

Este texto foi elaborado para servir de apoio ao processo de defesa de Tese de Doutorado em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

São Leopoldo – 30 de setembro de 2016

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

PPG Ciências Sociais

A *Oikonomia* da Universidade Filantrópica e o Dom do Desenvolvimento Sustentável

*« ... et cognoscetis veritatem et veritas liberabit vos. »
Actus Apostolorum – Ioannes 8:32*

Romeu Forneck

Comissão: Prof. Dr. José Odelso Schneider (orientador) UNISINOS
Prof. Dr. José Rogério Lopes UNISINOS
Prof. Dr. Marília Veríssimo Veronese UNISINOS
Prof. Dr. Robinson dos Santos UFPEL – RS
Prof. Dr. Rosalvo Schütz UNIOESTE – PR

Ficha Catalográfica

DECLARAÇÃO

Com essa declaração asseguro que elaborei essa tese de doutoramento sem ajudas desautorizadas e sem o uso de métodos além daqueles expressamente aderentes e condizentes com o regimento do PPG Ciências Sociais da Unisinos. Todas as partes que utilizam textos de obras publicadas ou não publicadas são adequadamente citadas. Nenhuma parte dessa tese foi utilizada em alguma outra tese por mim defendida.

Romeu Forneck

À Janete Maria, José Pedro e Ana Clara

Agradecimentos:

Agradeço por ter sido feito filho dos agricultores Maria Elsa e Aquinello (*in memoriam*) e por terem-me sido dados os irmãos Valdir Inácio (*in memoriam*), Irineu Antônio, Iloni Maria, Elói José, Aloir Pedro (*in memoriam*), Alice Terezinha, Marilene Lúcia, Leonice Inês, Milton José, Jodete e Marcelo Forneck.

Agradeço a José Blacius (*in memoriam*) e Verônica Adália, por terem-me confiado em matrimônio sua filha caçula, Janete Maria Werner.

Na pessoa do Pe. Lúcio Neis (*in memoriam*), agradeço pelo apoio e influência que tenho recebido dos Jesuítas, desde o berço materno.

Ao Prof. Dr. Rafael Carbonell De Masy, S.J., da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Itália, pelos ricos debates e aberturas à exposição das minhas hipóteses naquela Universidade. Ao Prof. Dr. Arthur Blasio Rambo, por sempre permitir acesso às suas fontes primárias e pelos entusiasmados diálogos sobre várias áreas do seu vasto conhecimento, como sobre a participação da Igreja no associativismo no mundo e no Brasil. Ao Prof. Dr. José Odelso Schneider, S.J., agradeço pelas suas inquebrantáveis fé e esperança no cooperativismo, assim como pela exímia orientação. Ao Prof. João Forneck Filho (avô paterno) que, em condições extremamente rudimentares conseguiu levar a bom termo a sua missão de professor comunitário em duas comunidades (Canudos e Poço das Antas). Ao mesmo tempo que regia o coral da comunidade, dava aulas de violino e criava e educava, com sua esposa, Maria Amália Schmitz, uma família de 12 filhos.

À minha tia, Irmã Nila, da Ordem Divina Providência, irmã da minha sagrada mãe, pela sua inspiradora *caminhada* e pelas suas virtuosas orações.

Resumo

Nesse texto encontraremos elementos com os quais o autor tenta expressar sua compreensão sobre o tema desenvolvimento, propondo a Universidade como instância relevante de educação e capacitação em prol da promoção do desenvolvimento social sustentável.

Chegamos num momento histórico em que parece estarem-se manifestando efeitos marginais da ação ou da evolução humana sobre suas próprias pré-condicionantes de preservação. Parece, portanto, que essa ação teve em sua dinâmica a influência de um instinto natural de evolução. Como parte do universo, os humanos nos deslocamos no tempo, com diferentes velocidades sociais, deslocando-nos relativa e dispersamente da origem, consumindo energias conforme o grau dos diferentes deslocamentos.

Dotados de razão imperativa, criamos associações que reproduzem nossas vinculações naturais ou sociais, em cujo berço tentamos nos proteger enquanto seres naturalmente frágeis. Essas associações ou instituições econômicas que se geram das experiências sociais espaço-temporais de troca (exemplificado nas sociedades arcaicas, na Igreja ou no Estado), ao mesmo tempo que atendem à demanda natural por proteção ou bem-estar social, estabelecem mecanismos objetivos para a preservação das diferenças sociais.

Para contextualizar esse fenômeno, sem a pretensão de aprofundá-los ou tratá-los como objetivos centrais do presente estudo, discorre-se nesse texto sobre tópicos como: *a evolução e a natureza das coisas; sobre a organização social e a estrutura de poder; sobre o “capitalismo”; sobre o Estado; as religiões e a Igreja; sobre a ética e sobre as instituições.* Além disso, tenta-se re-contextualizar a idéia de desenvolvimento, criando-se aproximações aplicadas para os conceitos de *economia, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável.*

Da análise das motivações históricas do desenvolvimento; da tipificação do desenvolvimento de diferentes culturas; do papel das diferentes formas de organização e pensamento sobre o desenvolvimento; da relação entre a renda e as 1.478.487 notas semestrais de alunos (1990 – 2007), encontraram-se elementos para crer que: a) o desenvolvimento é humano e é diferente da evolução; b) as variáveis exógenas à consciência, como a força da natureza, ou a dinâmica da renda social, parecem estar na causalidade das motivações das iniciativas e do desenvolvimento econômico; c) a equidade e o desenvolvimento sustentável resultam de ofertas endógenas; d) se a Universidade organizar-se e ofertar-se como uma comunidade com vistas a busca pela verdade, integrando a sociedade diferenciada nessa busca, estará promovendo a liberdade e a equidade social, condições *a priori* para o desenvolvimento sustentável; e) quando a Universidade deixar de entender as demandas dos contextos socioeconômicos menos privilegiados como campo passivo para o estágio e a assistência social, e priorizar a inclusão de membros desses contextos, com suas ricas experiências, na comunidade de descobertas da Universidade, estará gerando uma ação transformadora e libertadora para os contextos dessas demandas.

Palavras-chave: Evolução . Desenvolvimento . Universidade . Verdade . Ética . Liberdade . Desenvolvimento Sustentável.

Zusammenfassung

In diesem Text begegnen wir Elemente, mit denen der Autor sein Verständnis des Themas Entwicklung versucht auszudrücken, und schlägt die Universität als Alternative zur Förderung einer nachhaltigen Entwicklung vor.

Wir sind an einem historischen Moment angelangt, an dem anscheinend sich marginale Wirkungen des menschlichen Handelns und der menschlichen Evolution Einfluss auf die Vorbedingungen der Erhaltung äußern. Es hat also den Anschein, dass diese Handlung den Einfluss eines natürlichen Evolutionsinstinkts in seiner Dynamik aufweist. Als Teil des Universums, verlagerten wir Menschen uns in der Zeit in verschiedenen sozialen Geschwindigkeiten. Wir entfernten und zerstreuten uns relativ vom Ausgangspunkt und verbrauchten dabei Energien gemäß den verschiedenen erreichten Verlagerungsstufen.

Da wir mit einer imperativischen Vernunft ausgerüstet sind, bilden wir Vereinigungen, die unsere natürlichen und sozialen Zugehörigkeiten widerspiegeln. Als von Natur aus schwache Wesen, suchen wir Schutz im Gehäuse dieser Vereinigungen. Diese Vereinigungen sowie die ökonomische Institutionen, die ihren Ursprung in den sozialen räumlichen und zeitlichen Austauschverfahren (wie zum Beispiel die archaischen Gesellschaften, die Kirche und der Staat) finden, stellen objektive Mechanismen dar, die, neben der Berücksichtigung der natürlichen Nachfrage nach sozialem Schutz und Wohlergehen, zum Erhalt der sozialen Unterschiede beitragen.

Unter Berücksichtigung, dass das zentrale Ziel diese Studie die Auswertung der Wirkung der verschiedenen Bezugsarten der Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (Universität des Tals des Sinos-Flusses) zu ihren verschiedenen Forderungen ist, wird der Kontext der *sozioökonomischen Bildung Brasiliens* erörtert mit besonderer Betonung zwei Projekte im Süden (die *Missionen unter Guarany-Indianern*, die *Deutsche Einwanderung Sud-Brasiliens*), alle Projekte, die mit seinen neuen und differenzierte Angebote bei den betroffenen Gleichheit und Gerechtigkeit erregten.

Ausgehend aus der historischen Motivation der Entwicklung, der Charakterisierung der Entwicklung verschiedener Kulturen, der Rolle der verschiedenen Organisations- und Gedankenformen der Entwicklung, der Korrelationsanalyse zwischen den Gehalte und 1.478.487 Semesternoten der Studenten (1990 – 2007), durfte man genügend Elementen gefunden haben um glauben das: a) die Entwicklung ist menschliches und trennt der Evolution; b) die exogenen Variablen zu Bewusstsein, wie die Kraft der Natur oder die Dynamik der sozialen Einkommen, erscheinen die Kausalität der Motivationen der Initiativen und die wirtschaftliche Entwicklung zu sein; c) die Gleichheit und die Nachhaltige Entwicklung sind Ergebnisse der Gabe als endogene Motivation und d) wenn die Universität sich organisieren und anbietet als Gemeinschaft im Suche der Wahrheit und, in diesem Streben differenzierte Gesellschaft integriert, werde sie Freiheit und soziale Gerechtigkeit zu fördern, a priori Bedingungen für eine nachhaltige Entwicklung; e) wenn die Universität die Anforderungen der weniger privilegierten sozio-ökonomischen Kontexten nicht mehr versteht als passive Feld für Bühne und Sozialhilfe, sondern priorisiert die Integration von Mitgliedern dieser Kontexte, mit ihren reichen Erfahrungen, in die Fundfähige Gemeinschaft der Universität wird sie ein Transformierende und Befriedigende Dynamik für die entsprechende Fragekontexte gewehrleiste.

Stichworten: Evolution . Entwicklung . Universität . Wahrheit . Ethik . Freiheit . Nachhaltige Entwicklung.

Abstract

In this paper, we will find elements with which the author tries to express his comprehension about the development theme, suggesting the university as an alternative for the promotion of the sustainable social development.

We are at a historical moment in which it looks like marginal effects of the action or of the human evolution are being manifested over its own pre-conditionings of preservation. Therefore, it seems as this action had an influence of an instinct of natural evolution in its dynamics. As part of the universe, we humans dislocate in time, with different social speeds, displacing us relatively and sparsely from the origin, consuming energies according to the stage of the different dislocations.

Endowed with imperative reason, we create associations that reproduce our natural or social linkages, in whose cradle we try to protect ourselves while being creatures naturally fragile. Those associations or economic institutions that are generated from space-time, social experiences of exchange (exemplified in archaic societies, in the church or in the State), at the same time that they comply with the natural demand for protection or social welfare, establish objective mechanisms for the preservation of the social differences.

In order to put that phenomenon in context, this paper discusses on topics such as: the evolution and nature of things; the social organization and power structure; capitalism; the State; religions and church; ethic and the institutions. Moreover, the author tries to put back in context the idea of development, creating approaches applied to the concepts of economy, development and sustainable development.

Considering that the main object of study is based on the evaluation of the effects of the different kinds of relations at the University of Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) on its various demands, the author analyses the context of the social-economic constitution in Brazil, highlighting two South-Brazilian projects (*the Guarani Missions, and the German Immigration in South Brazil*), projects for new and differentiated offerings, which led to social equity of those involved.

From the analysis of historical motivations of the development, sorting the development of different cultures, the role of the various ways of organizing and thinking about development, the relationship between the income and the 1,478,487 semester grades of these students (1990 – 2007), are believed to have found evidence to shows that: a) the development is human and is different from evolution; b) the exogenous variables of consciousness, such as the force of nature, or the dynamics of social income, seem to be in the causality of the motivations of initiatives and economic development; c) equity and sustainable development result from endogenous offers; d) if the University organizes itself and offers itself as a community with a view to the search for the truth, integrating the differentiated society in this quest, it will be promoting freedom and social equity, a priori conditions for sustainable development; e) when the university fails to understand the demands of less privileged socio-economic contexts as a passive field for the internship and social assistance, and prioritize the inclusion of members of these contexts, with its rich experiences, in the community of discoveries of the University, will be generating a Transformative and liberating action for the contexts of these demands.

Keywords: evolution . development . university . truth . ethics . freedom . sustainable development.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
1.1 Contexto e justificativa	11
1.2 Objetivo Geral	16
1.3 Objetivos Específicos	17
1.4 Metodologia	17
1.5 Estrutura da tese	21
2. Diálogos com a literatura	23
2.1 Sobre a <i>Oikonomia</i>.....	23
2.1.1 O que quero dizer com <i>Oikonomia</i>	23
2.1.2 Da <i>oikonomia</i> para a economia	24
2.1.3 Reflexões sobre a utilidade das coisas e do dinheiro	36
2.1.4 A <i>Oikonomia</i> das religiões	42
2.1.5 Da <i>Oikonomia</i> para o socioeconômico	55
2.1.5.1 As Instituições e a <i>Oikonomia</i>	55
2.1.5.2 A Igreja e a <i>Oikonomia</i>	58
2.1.5.3 O Estado repressor da <i>Oikonomia</i>	63
2.2 Sobre a Universidade	66
2.2.1 O que é afinal uma Universidade?	66
2.2.1.1 Conceito.....	66
2.2.1.2 Aspectos históricos	68
2.2.1.3 A Universidade no Brasil.....	74
2.2.1.4 A Universidade tem conseguido romper a inércia da desigualdade?	80
2.2.2 Os Jesuítas, fundadores da UNISINOS	87
2.2.3 A Unisinos	90
2.3 Sobre a Universidade Filantrópica	94
2.4 Sobre o Dom	97
2.5 Sobre o Desenvolvimento.....	99
2.5.1 Algumas referências básicas ao desenvolvimento.....	99
2.5.2 O que é afinal o desenvolvimento?	103
2.5.3 Evolução e natureza das coisas	105
2.5.4 Evolução humana	108
2.5.5 Forma-se a sociedade da acumulação.....	113
2.5.6 A relação entre a distância da natureza e o desenvolvimento	117

2.6 O desenvolvimento é sustentável?	125
2.7 Evidências da <i>Oikonomia</i> do Dom	132
2.7.1 As Missões Guaranis	134
2.7.1.1 O contexto histórico e a gênese do projeto	134
2.7.1.2 O desenvolvimento e a dinâmica social do projeto	140
2.7.1.3 Um projeto vitimado pelo seu êxito	143
2.7.2 A imigração alemã no Sul do Brasil e a equidade comunitária	146
2.7.2.1 Contexto histórico da imigração alemã	146
2.7.2.2 O desenvolvimento e a dinâmica social do projeto	149
2.7.2.3 A virtuosidade baseada na Igreja, na Escola e no Associativismo	154
3. Há uma esperança?	163
3.1 O que vimos?.....	163
3.2 O que fazer?.....	166
4. A Pesquisa – ensaio e evidenciação	167
4.1 O campo de pesquisa	167
4.2 O tratamento dos dados da pesquisa	171
4.2.1 O modelo matemático e a qualificação da amostra	171
4.2.2 Explicando o desempenho dos alunos a partir da renda	174
4.2.3 As formas de financiamento e os desempenhos dos alunos	183
5. Conclusões.....	189
5.1 Primeiras considerações	189
5.2 Considerações finais	195
6. Referências Bibliográficas	198

1. Introdução

1.1 Contexto e justificativa

Nesse texto, subsídio para a defesa da tese de doutoramento em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, propõe-se explorar as possibilidades de uma Universidade Filantrópica oferecer alternativas de inclusão que contribuam com a promoção ou oferta do desenvolvimento sustentável. Procura-se entender a Universidade como projeto de educação e capacitação, com o seu dom¹ de ofertar-se como *locus* para as interações entre as diferentes experiências sociais de troca, para diferentes pessoas, com suas diferentes culturas e diferentes costumes, estabelecendo uma embrionária *oikonomia* do desenvolvimento sustentável. Enfim, um espaço em que se dinamize o crescimento das liberdades das pessoas – a liberdade sendo gerada num ambiente universitário de equidade de oportunidades. Pessoas, independentemente do seu perfil étnico, socioeconômico ou religioso, têm acesso à Universidade Filantrópica para, nessa, potencializarem-se equanimemente, com vistas ao reconhecimento pelo trabalho.

Contrapõe-se, desse modo, o desenvolvimento concentrador com o desenvolvimento de um oikos com equanimidade de potencialidades nas relações sociais de troca, virtutando essas relações sociais entre pessoas e dessas com a natureza. Mencionando-se natureza deseja-se mencionar também a natureza das relações ou a causalidade nas relações ou trocas sociais.

Como mote inspirador da dinâmica que se estabelece nesse *oikos*, propõem-se ratificar o evangelho de João (8:32), “... *veritas liberabit vos*”, porém, não com uma atitude contemplativa. Em vez disso, se Deus é a *verdade que vos libertará*, e se Ele “*revela o homem ao homem, revelando-se ao homem*” (Bohnen 2010), revelou no homem a confiança, a esperança e o compromisso de agir e descobrir. Assim, “*apesar de a Revelação já estar completa, ainda não está plenamente explicitada. E está reservado à fé cristã apreender gradualmente todo o seu alcance, no decorrer dos séculos*”². A verdade fática das coisas está para ser descoberta e nesse caminhar investigativo, com a contribuição das ciências humanas, deve processar-se a capacitação e o aprendizado, que

¹ Dom tem o sentido da *dádiva*, trabalhada por Marcel Mauss, melhor conceituado no tópico 2.4.

torna os partícipes potencialmente livres, pelas possibilidades de reconhecimento dessa capacidade. Desse modo, sim, a verdade liberta e, à medida que constituamos as condições para que as diferentes experiências sociais se possam ver significadas nessa oikos de descoberta, estaremos gerando uma equidade de capacidade e de liberdade e de sustentabilidade.

Pretende-se dar ênfase ao oikos como um ambiente de descobertas, em que se encontram costumes, experiências, etnias e culturas, que interagem e potencializam suas experiências e capacidades. Desde já manifesta-se a possibilidade de traçar uma equivalência entre o conceito de cultura de Tylor e a oikonomia Aristotélica. Tylor (1871) define cultura como: ... *um todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, as leis, os costumes e os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade*. Embora essas variáveis que, segundo Tylor, explicam a cultura, estejam em diferentes estágios em diferentes ambientes sociais, estão presentes em todos os ambientes sociais. E, de fato, essas são experiências sociais, em diferentes estágios, que são uma função da “práxis”. As diferentes experiências (acumuladas da educação e capacitação – *nomos*) do grupo social que influenciam o fazer da mulher ao administrar o lar (*oikos*), são constitutivos do conceito Aristotélico de *Oykonomia*.

Nessa perspectiva, depreende-se um caminhar argumentativo pelo qual se possam explorar alguns pressupostos do desenvolvimento sustentável. Primeiramente, devemos recolocar no tempo a evolução das coisas da natureza e do universo, dentre elas os humanos, e vermos como se deu esse processo de evolução/desenvolvimento. O universo e a natureza, pelos seus movimentos históricos, parece evoluir harmonicamente, até que o homem desenvolva-se dessa harmonia, deixando efeitos marginais do desenvolvimento sobre essa harmonia natural.

Nessa perspectiva faz-se mister procurar entender o que é e como se dá o desenvolvimento sustentável, e ver se há e, em havendo, se a Universidade filantrópica evidencia, mesmo que embrionariamente, uma possibilidade na promoção desse desenvolvimento sustentável, a ser administrada.

Quando se fala de Universidade, deseja-se partir do entendimento inicial dessa como *universitas magistrorum et scholarium*; a comunidade dos educadores e educandos,

² Catecismo da Igreja Católica. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2000.

ambiente (*oikonomia*) em que, ao longo do processo educativo, dão-se importantes intercâmbios e correspondentes acúmulos das experiências sociais de troca.

Entretanto, observando-se a trajetória histórica da Universidade, constata-se que a essa tem-se relacionado principalmente com a parte da sociedade melhor posicionada em termos socioeconômicos. Com isso, a Universidade constituiu-se em uma instituição que, além de estar alinhada com um contexto histórico de geração de desigualdades sociais, contribui com a dinâmica de preservação do status quo das estruturas sociais vigentes. Fato é que hoje, lato senso, 80% da renda mundial está nas mãos de 20% da população, sendo esses 20% o público com a qual a Universidade majoritariamente se relaciona.

Mas antes da Universidade, especialmente no que se refere à abrangência e efetividade, apresenta-se o Estado, com sua vocação primordial de assegurar às conquistas sociais e a propriedade. No curso da nossa formação histórica, em que aprendemos a verbalizar nossas experiências sociais em patrimônio individual, criamos estruturas de poder, como o Estado, para garantir a propriedade do patrimônio. É desse próprio patrimônio (ativado ou não) que o Estado obtém recursos para as despesas correntes e para investimentos, como a educação. Ora, se o Estado primeiramente se financia com recursos do patrimônio, que é uma função das experiências sociais de troca privadas (das famílias), então a educação formal não poderia ser vista como a força motriz do desenvolvimento, e sim, a experiência.

Além do Estado e da Universidade, temos também a Igreja, com seu caminhar de estabilidade. Embora a Igreja e seu ensinamento social tenha tentado separar-se mais do Estado em décadas recentes e pronunciando-se mais em prol de um diálogo com todas as correntes e tendências, visando contribuir para maior harmonia e paz social, parece, ela própria, ter marcado posição na sua tradição. De fato, parece ter-se criado uma estranha inércia de concentração, tendo instituições como o Estado, a Igreja e as Universidades como sancionadores desse *status quo*.

Desse modo, temos um estado fiscal que suga recursos do sistema social para financiar um aparato de segurança da propriedade; a Igreja que, por natureza, precisa se manter fiel aos seus valores e tradição, e a Universidade, comprometida com as camadas socioeconômicas mais altas.

Em geral, esse é o quadro em que a Universidade se insere. Ao mesmo tempo em que a Universidade fortalece e capacita um segmento da população para a geração de renda,

financia suas estruturas prioritariamente com recursos que provêm dos segmentos que passarão a ser demandantes dessas capacidades geradas na Universidade.

Há de considerar que a Universidade tem-se esforçado para ser reconhecida como uma instância de mudanças, porém, de fato, tem-se estabilizado no tempo com uma instância estável, de cujas ações não se pode evidenciar com robustez os efeitos sobre a mitigação das diferenciações entre os níveis ou camadas socioeconômicas.

Entrando aqui em temas que serão melhor explorados na seqüência do texto, antecipa-se que a Universidade tem a possibilidade de, ao investigar sobre a verdade das coisas, promover a liberdade e a abertura ao pluralismo cultural. Embora a verdade pareça ser transcendente à capacidade presente de percebê-la, a busca por ela capacita as pessoas que estão nessa busca, tornando-as mais livres. Portanto, podemos entender que a verdade liberta: “*veritas liberabit vos*”. E, no ambiente de experiências sociais de dentro da Universidade, parece natural esperar que a liberdade das diferentes pessoas dinamize-se reciprocamente.

Tem-se, portanto, o ambiente da Universidade, um Oikos, em que se dão essas experiências entre as pessoas, deixando nessas suas marcas, aprendizados e hábitos ou normas. Sendo assim, essas experiências acumuladas *virtuam* sobre as pessoas e suas éticas, sendo as experiências consideradas nos processos de troca e negociação. A essa ética Max Weber chamou de *Gesinnungsethik* (ética dos sentidos ou da consciência) das pessoas, que poderão ser tanto mais homogêneas quanto mais as diferentes experiências puderem inter-atuar e participar.

Sendo, portanto, a ética dos sentidos resultado das experiências sociais de troca, significa inferir sobre uma liberdade coletiva, embora essa coletividade não expresse somente o produto da soma das liberdades individuais, pois do processo de interação de doações e reciprocidades parece resultar um efeito líquido para além da equivalência.

Para que se viabilize essa interação entre as diversas experiências sociais nesse Oikos da Universidade, é necessário que haja a possibilidade das diferentes experiências sociais estarem representadas na Universidade. Desse modo, torna-se mister para os fins dessa investigação analisar como se dão essas experiências no Oikos, sobre o qual atuam variáveis endógenas e exógenas, de uma Universidade Filantrópica.

A priori, resta acreditar que, a uma Universidade Filantrópica, que doa possibilidades para as diferentes pessoas desenvolverem-se, possa-se aplicar a compreensão do Dom do

desenvolvimento. Isso é, a Universidade Filantrópica, ao doar-se generosamente, de forma íntegra e não concorrencialmente, acredita-se a si mesma como portadora do Dom do desenvolvimento.

Em síntese, resta ver se da ação da Universidade Filantrópica, que estimula a presença das diferentes experiências sociais de troca em seu ambiente, restam indícios da geração da equidade social e, portanto, do desenvolvimento sustentável.

Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento em si, cuja causalidade se deseja melhor explorar, parece ser influenciado pelo perfil da distribuição de renda de uma região ou país – quanto mais concentrada a renda, menores seriam as chances do desenvolvimento sustentável.

Por isso, deseja-se revisitar a idéia do desenvolvimento, tentando explorar as suas motivações naturais, para entender o que é e como se dá o desenvolvimento: Desenvolvemo-nos ou somos desenvolvidos? O desenvolvimento se demanda ou se oferta?

Quando falamos de desenvolvimento hoje, facilmente o associamos ao desenvolvimento econômico, onde se costuma associar o econômico ao financeiro. No passar do tempo, essa convenção conceitual sobre economia foi-se firmando, ao mesmo tempo em que a compreensão coletiva do que seja a sua natureza, parece ter perdido espaço. Assim, parece que nós humanos passamos a considerar-nos como sujeitos exclusivos, não considerando os demais sujeitos da natureza, passando a vigorar uma relação hierárquica de sujeito-objeto: o homem sujeito e, o resto das coisas da natureza, objeto.

Esse modo de ser e de agir sobre as condições do meio está dando sinais de esgotamento. Começam a se manifestar sinais como o aquecimento global, que os pesquisadores vêm atribuindo à ação humana e, portanto, pode-se inferir que o desenvolvimento humano tenha transpassado às fronteiras das condições de equilíbrio do nosso planeta.

Na busca por explicações para esse problema, as agendas globais, que tratam desse tema, têm-nos trazido uma série de questões não resolvidas; como o fato de que a humanidade consome excessiva e desordenada quantidade de energia, sendo esse desordenamento no consumo correlacionado às desigualdades sociais. E essa inércia precisa ser influenciada e seu curso ajustado. Trata-se, pois, da preocupação da permanência da humanidade na terra.

Nesse cenário, onde tudo o que a humanidade aprendeu a fazer, e está fazendo, gerou esse quadro de desenvolvimento não sustentável, poder-se-ia gerar um colapso motivacional global. Mas não pode ser o caso! A missão sendo a de preservar a vida na terra, traz uma perspectiva otimista para o agir. Em relação a isso, Jonas (1979, pág. 36) sugere que: *Aja de tal forma que os efeitos das tuas ações sejam compatíveis com a permanência da verdadeira vida humana na terra.*

Mas essa consciência coletiva talvez não se forme por si só, tampouco talvez a humanidade esteja, *a priori*, livre para atuar dessa forma. Coordenando-se um processo de articulação de variáveis endógenas e controláveis, partindo do princípio da criatividade humana para responder aos desafios, não administráveis do meio (variáveis exógenas), poder-se-á sair dessa inércia e desencadear um círculo virtuoso de equidade de capacidades, de liberdade e de desenvolvimento sustentável.

Enquanto isso, hoje temos pouco mais do que 1/5 da população mundial com instrução de nível superior, sendo que esses detêm aproximadamente 4/5 da renda mundial, sendo essa concentração de renda equivalente à concentração do consumo de energia. Resta, portanto, o desafio de avaliarmos as possibilidades da Instituição Universidade dar a sua contribuição para quebrar essa inércia, dando uma chance ao desenvolvimento consciente mais equilibrado e sustentável.

Talvez seja essa a missão contemporânea da Universidade: desencadear esse processo. As possibilidades dessa missão, desejam-se explorar e elucidar nesse texto.

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral dessa investigação, portanto, é explorar a dinâmica do desenvolvimento e inferir sobre o que seria o desenvolvimento sustentável e o que seria necessário para gerá-lo, procurando responder à seguinte questão problema: ***Como a Universidade Filantrópica pode contribuir com a promoção do desenvolvimento sustentável?***

1.3 Objetivos Específicos

No caminho a ser percorrido para responder à questão problema, do objetivo geral, desejam-se encontrar subsídios que nos ajudem a ratificar as três hipóteses, adotadas como objetivos específicos.

1. **Hipótese 1: Os humanos, em vez de somente evoluirmos, como o universo e a natureza, desenvolvemo-nos da própria evolução;**
2. **Hipótese 2: O desenvolvimento é um processo inédito de mudança social, que é prioritariamente ofertado, em vez de ser demandado;**
3. **Hipótese 3: A equânime capacidade para a realização pelo trabalho é necessária para o desenvolvimento sustentável e a Universidade Filantrópica pode contribuir com a geração dessa equidade.**

1.4 Metodologia

Em essência, trata-se aqui de uma pesquisa sócio-histórica, com ênfase na abstração da realidade complexa. Por isso, metodologicamente, esse estudo se aproxima do método adotado por Ranke (1874), que enfatiza a narrativa histórica e usa variáveis “cotidianas” e contemporâneas para se posicionar sobre as coisas o mais próximo possível do como elas de fato são ou foram – “*wie es eigentlich gewesen ist*”. Nessa tese em ciências sociais não se objetiva explicar as origens da sociedade ou das ciências sociais, e sim, contextualizar as experiências históricas tidas no contexto das relações sociais de troca. Significa que não se pretende deformar os fatos para ajustá-los a uma pretensa noção apriorística da verdade a comprovar. Em lançando um olhar sobre as experiências sociais de troca e vendo que o resultado foi o de terem-se gerado as condições para uma iminente inviabilidade da vida humana na terra, tentar entender o que houve para tentar intervir nessa tendência.

Mas, não é possível negar a influência que a formação experimentada pelo autor da tese causa sobre sua investigação. A experiência parte de uma íntima relação do autor com a natureza e o ambiente, de uma dinâmica para a sobrevivência, de uma grande família, em

uma pequena propriedade rural, com cultura diversificada, tendo como fim a subsistência. No entorno dessa família havia outras, com características similares, igualmente organizadas, sob a orientação da Igreja Católica (através dos Jesuítas), na forma do associativismo. A escola paroquial ou comunitária, a Igreja, o escambo, os mutirões para obras de interesse social, compõem a mola mestra dessa práxis experimentada pelo autor. Suspeita o autor que, por isso, tenha-lhe sido impressa, em essência, uma leitura dedutiva das coisas da natureza e desta em interação com a sociedade. Embora tenha a consciência de que essa realidade experimentada seja externa à consciência, e com essa não se confunda, não parece razoável ignorar ser a consciência influenciada pela experiência. A consciência de que essas complexas experiências deixam um rastro de verdades tácitas, permite supor ser essa trajetória de experiências constituidora da *Gesinnungsethik*³, a ética do sentido do autor. Lato sensu, esse *sentido* parece ser *conditio sine qua non* para a leitura da questão do desenvolvimento sustentável.

Entretanto, tendo-se como objeto de investigação uma questão social, de cuja sociedade o investigador é partícipe, e tendo a expectativa de um resultado da investigação, poder-se-ia supor que, em se colocando a ética do sentido (*Gesinnungsethik*) a ler o fenômeno, não houvesse feito senão a formulação de hipóteses; o que, de fato, parece ter sido. Tendo sido a experiência formuladora da pergunta, e havendo interesse na resposta, parece ser necessária a consciência da abstração de fragmentos da realidade para ser possível uma predição sobre a questão. Ensaia-se, desse modo, uma transição da *Gesinnungsethik* para a ética da responsabilidade, ou *Verantwortungsethik*⁴, pois parece que o novo somente possa ser desenhado a partir de uma abstração da realidade, que é complexa. Costa Pinto (1986, pág. 48), referindo-se a Marx, enfatiza que a realidade ou a “existência social é o fator condicionante da consciência social e não vice-versa”, sendo mister entender a

³ *Gesinnungsethik*, de Max Weber, foi traduzida para o português como ética dos fins. Para Max Weber, as pessoas negociam com dois extremos éticos. De um lado, a *Gesinnungsethik*, na qual o negociador considera valores morais, convenções, normas, leis, costumes e, importa mais ter observado esses valores do que os próprios resultados. É fazer política dom base em princípios. Melhor do que tê-lo traduzido para *ética dos fins* teria sido: ética da intenção; ética do sentido ou ética da consciência.

⁴ *Verantwortungsethik*, de Max Weber, foi traduzida para o português como ética da responsabilidade. Para Max Weber, as pessoas negociam com dois extremos éticos. De um lado, a *Verantwortungsethik*, na qual o negociador considera quais conseqüências têm uma negociação; o valor ético da negociação se define pelo resultado dela; importante é o que sai no fim da negociação; as convenções, as normas e os valores têm menos relevância; é fazer política dom base em resultados. Desvantagem: Imprevisível o que sai. O que sai é eticamente responsável Melhor do que tê-lo traduzido para ética da responsabilidade talvez tivesse sido traduzir para a ética dos fins, embora gramaticalmente corresponda bem. Por isso adotaremos o tradução ética da responsabilidade, quando for o caso.

“estreita interdependência entre as várias partes da estrutura social”, com vistas à “possibilidade do homem nela intervir por meio do conhecimento objetivo”.

Embora nesse trabalho utilizem-se ferramentas estatísticas, como a análise de regressão e correlação, não se deseja voltar ao que se chamava na sociologia de *sociometria*, ou a *microsociologia*. Trazem-se, sim, insistentemente leituras da realidade, desde projetos de desenvolvimento social implementados a partir do século XVII (como as Reduções Guaranis e a Imigração Alemã no Sul do Brasil), e as experiências próprias tidas de uma intensa práxis social como gestor de importantes projetos sociais. Pois, coaduna-se com Marx (Thesen über Feuerbach. Marx/Engels: Ausgewählte Werke, pág. 827), que “os filósofos somente fizeram diferentes interpretações do mundo; o que falta é mudá-lo”.

De alguma forma, o desejo de realização pessoal, decorrente da possível contribuição com esse desafio, alimenta de ânimo revisitar as experiências pessoais para, contextualizando-as com outras experiências, poder prospectar ou pré-visualizar um horizonte histórico com a presença da humanidade.

Optar pela abstração da realidade complexa, para a predição, parece ser compatível com o método adotado por Émile Durkheim. Conforme Costa Pinto (1986, pág. 52), durante muito tempo a sociologia levitou entre a “psicologia e a biologia”, devendo creditar-se a Durkheim “a luta pela especificidade da [sua] sociologia como ciência” levando-o, dentro da “melhor tradição comtiana ... à subordinação sistemática da imaginação à observação”, essência de sua própria metodologia.

Da observação das experiências articuladas, que constituem uma complexa teia de relações, que acabam imprimindo um certo grau de normalidade à trajetória das suas variáveis constituidoras, parece tornar possível a abstração e análise de algumas variáveis, sem o prejuízo da classificação da pesquisa como **dedutiva**, em vez de indutiva.

Embora haja uma vasta literatura sobre o tema desenvolvimento, vastamente consultada para os fins dessa investigação, observa-se haver a possibilidade de expandir a fronteira teórica, com uma contribuição teórica parcialmente nova sobre o tema desenvolvimento, mais especificamente, sobre o desenvolvimento sustentável. Desse modo, quanto aos seus objetivos, podemos classificar essa pesquisa como Básica. Por outro lado, havendo o objetivo e a possibilidade concreta da aplicação dos resultados dessa pesquisa, podemos classificá-la também quanto aos seus objetivos, como Aplicada. Entretanto, salvo melhor juízo, devendo as pesquisas, seguindo um método, trazer contribuições teóricas adicionais,

o que aqui parece ser o caso, parece ser possível classificar essa pesquisa quanto aos seus objetivos como **Básica**.

Quanto aos instrumentos e às fontes, a investigação se apóia em pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo. Faz-se, assim, uma revisão sobre a evolução histórica do tema desenvolvimento, uma abstração sob a ótica social do desenvolvimento de alguns projetos históricos, além da análise de dados disponíveis em documentos e meios eletrônicos, para tentar **explicar** as razões e aspectos do processo do desenvolvimento. Retomando então os fins e objetivos principais da pesquisa, podemos classificá-la como sendo básica e explicativa.

Promovendo-se, conseqüentemente, uma dinâmica interação entre os saberes recebidos e empíricos do sujeito em transformação (investigador racional) com as verdades implícitas do objeto de investigação (a natureza), orienta-se essa investigação por uma abordagem qualitativa.

Para instruir o processo estatístico dessa análise, tabularam-se 1.478.487 notas semestrais, registradas no primeiro semestre de cada um dos 18 anos, de 1990 a 2007, junto aos alunos da Universidade. Em decorrência e para qualificar a análise, analisaram-se informações sobre a renda nacional, a renda dos alunos e outras informações macroeconômicas, como o PIB; todos do mesmo período, para não prejudicar a temporalidade das variáveis.

Essa grande **quantidade** de informações, analisada relativamente a outras variáveis independentes, constitui uma matriz de análise que reduz a possibilidade da “Falsifizierbarkeit” de Karl Popper, pelo aspecto quantitativo. Analisam-se as interações entre as diferentes informações para, através de um método estatístico **nem descritivo e nem indutivo** e sim, **exploratório**, investigar sistematicamente possíveis correlações (ou diferenças) e, ao mesmo tempo, avaliar as capacidades de explicação que trazem as variáveis independentes entre si, que característica marcante trazem, com vistas à possibilidade de **formulação de hipóteses**. Desse modo, não se estarão induzindo conclusões a partir de uma série de dados, analisados simplesmente para concluir uma verdade dependente *falseável*. Desse modo, ratifica-se essa pesquisa, quanto a sua abordagem, como **qualitativa**. Quanto ao método estatístico, esse mostra-se mais aderente à formulação de hipóteses sobre os efeitos decorrentes das interações sociais (da oikonomia ou da economia do dom) analisadas.

Além disso, tendo-se estudado as demandas do contexto social e implementado projetos com vistas a transformar o status quo social existente, e tendo experimentado a sociedade no seu microcosmo relacional e tendo recebido as influências dessa interação, parece poder-se classificar essa pesquisa, quanto ao seu método, como **pesquisa-ação**.

1.5 Estrutura da tese

De antemão, convém salientar que nessa tese encontraremos, com muita frequência, informações em forma de tabelas, gráficos e imagens que visam contribuir com a compreensão do texto. Essas informações foram coletadas em órgãos oficiais dos diversos países, IBGE, organismos internacionais e junto à UNISINOS, e foram trabalhados e analisados exclusivamente para os fins dessa tese de doutoramento.

O primeiro capítulo, que ora está sendo lido, trata do contexto do problema, dos objetivos (geral e específicos) decorrentes do problema, da metodologia a ser adotada para a explicação do problema e, de antemão, algumas aproximações conceituais sobre termos relevantes encontrados no decorrer do trabalho.

O segundo capítulo, traz a um chamado *diálogo com a literatura*. Nesse capítulo, tenta-se fazer uma recontextualização da *oikonomia* e a relação dessa com a *Gesinnungsethik*. Nesse capítulo trabalham-se: o significado da *Oikonomia*; a migração da *Oikonomia* para a economia; reflexões sobre o sentido social e a utilidade das coisas e do dinheiro; os intercâmbios entre a *Oikonomia* e as religiões; a passagem da comunidade *oikonomica* para a sociedade econômica; o sentido e relevância das Instituições e da Igreja, e as possibilidades dessas no contexto da *Oikonomia*; o Estado repressor; por que a Universidade não tem conseguido romper a inércia da desigualdade; os Jesuítas e a UNISINOS; a Universidade Filantrópica e o Dom; o Desenvolvimento; o que é afinal o desenvolvimento; a evolução e natureza das coisas; a relação entre a distância da natureza e o desenvolvimento; o desenvolvimento é sustentável? a *Oikonomia* do Dom; as Missões Guaranis; a imigração alemã no Sul do Brasil e a equidade comunitária.

Deseja-se, de saída ter uma partida da história, com a identificação de possíveis influências sobre a organização social presente e os desequilíbrios econômico-sociais nela gerados. Além dessa reconstituição originária, reflete-se sobre como se deu o desenvolvimento econômico e sobre o que se pode entender por desenvolvimento sustentável.

Resta a inquietação sobre a relação entre a liberdade e a solidariedade, no contexto do desenvolvimento sustentável – afinal, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável são possíveis num ambiente social conceitualmente livre porém desigual?

Constatando-se um caso de extremas desigualdades sociais como o brasileiro, com os correspondentes níveis de baixo desenvolvimento social, faz-se mister investigar de que forma ou, a partir de quais ações se poderão diminuir essas desigualdades sociais. Assim, ainda no capítulo dois, trabalhar-se-ão de forma sumária, as lições que nos trazem os projetos históricos, explorando-se as peculiaridades, efeitos e possibilidades da experiência histórica da Missões Guaranis (dos Séculos XVII e XVIII) e das formas associativas do projeto da Imigração Alemã no Sul do Brasil (dos Séculos XIX e XX). No mesmo capítulo prepara-se o terreno para a pesquisa, procedendo-se a uma análise da Universidade enquanto Instituição histórica, como essa tem se relacionado com o tema da desigualdade social, aproximando-nos da leitura do projeto de educação da Companhia de Jesus e da UNISINOS.

Trabalhadas as bases conceituais e exploradas as experiências dos projetos históricos, constrói-se uma ponte entre essa grande parte inicial e a parte da análise, que vem no capítulo seguinte. Essa ponte chamamos de Capítulo 3 e nele resgata-se resumidamente o que foi visto e é feita uma prévia sobre as alternativas que restam para atuar sobre os problemas vistos. Objetiva-se, com o Capítulo 3, construir uma transição entre os capítulos 2 e 4.

Saindo do Capítulo 3, entramos no Capítulo 4, onde se procede primeiramente à qualificação do campo da pesquisa e do modelo matemático adotado para a análise, partindo-se para a análise propriamente dita de uma densa quantidade de informações, donde se procuram identificar os efeitos das diferentes ofertas de financiamento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS sobre suas demandas socialmente diferenciadas.

Parte-se então para o Capítulo 5 que, embora intitulado de Conclusões, não deseja dizer que está tudo concluído. Encontra-se nesse capítulo uma visão consolidada dos temas vistos no texto, com destaque para a leitura dos resultados das análises dos efeitos das estratégias da UNISINOS sobre o desenvolvimento social. No mesmo capítulo, intenciona-se inferir sobre as possibilidades embrionárias dessa experiência para a promoção do desenvolvimento sustentável.

2. Diálogos com a literatura

2.1 Sobre a *Oikonomia*

2.1.1 O que quero dizer com *Oikonomia*

O palavra *Oikonomia*, embora credite-se a Aristóteles, é uma palavra grega, composta de dois termos: ***oikos***, o ambiente em local definido e ***nomos***, representando as normas, ou aquilo que se compreendeu e assimilou da realidade e da experiência no *oikos* e é válido para o local.

É bem verdade que Aristóteles trabalha o local (*oikos*) e os valores, costumes ou leis (*nomos*) que atuam nas relações entre as pessoas desse meio, do que, como já vimos, conjuga-se o termo *oikonomia*; mas não se identifica em nenhuma das obras de Aristóteles esse termo, ***Oikonomia***.

Porém, Aristóteles (pág. 4.906 – 4.908), ao descrever a função da moeda e da economia doméstica, sugerindo que só pode haver negócios se houver demandas e uma convenção sobre o valor das coisas, assenta as bases para o que entendemos como *oikonomia*. Ele exemplifica argumentando que um pedreiro precisa do produto do trabalho um sapateiro, mas, para que haja essa relação comercial, precisa haver uma convenção sobre o valor do trabalho de cada um dos dois; que, pelas diferentes especialidades, têm valores diferenciados. Essas diferenças de valor vão-se convencionando, criando uma medida ou função de equilíbrio para a moeda. Entretanto, não houvesse demandas, nem convenção de valor, não haveria intercambio comercial entre as pessoas. Dessa função de convenção de valor, a moeda passa a existir como costume ou lei; o que Aristóteles denominava de “*nomisma*”. E, segundo ele, é por essa propriedade de “*nomos*” (Lei) que a moeda segue existindo.

Se esses “*nomos*”, costumes ou leis (pág. 5.183) são escritos ou não, não faz diferença na economia doméstica, por exemplo. Assim como as leis escritas, importantes são as convenções e valores na economia doméstica, como a consangüinidade e a receptividade à afetividade e amor, mais expressivos para a manifestação do poder dos pais.

Desse modo, o *nomos* funciona como um conjunto de princípios, vindos das experiências, que hierarquizam e orientam a administração de recursos e pessoas num *oikos*.

Além do sentido de administração, dado pela formulação grega, na Igreja, especialmente na Igreja Ortodoxa Oriental, o termo *oikonomia* tem sido utilizado como expressivo do perdão e da misericórdia. Para essa Igreja, a *oikonomia* entra em cena quando há a necessidade de mediar-se conflitos ou ruídos entre as Leis [laicas] e os valores espirituais cristãos.

No Novo Testamento, São Paulo (Cor. 4,1) também usa o termo *oikonomia* para além dos limites da casa ou do lar, como expressivo de uma “comunidade de valores”.

Ou seja: parece razoável entendermos a *oikonomia* com uma dinâmica social de troca, orientada por valores e convenções, vindos das experiências dessa sociedade. Também parece razoável pensar que a legitimidade desses valores e convenções seja tanto maior quanto mais provenham da práxis e do protagonismo das relações no próprio *oikos* em que entrarem em cena.

Em suma, entende-se a *oikonomia* como um ambiente, constituído de valores, com o qual pessoas interagem com o fim de se auto-organizarem.

2.1.2 Da *oikonomia* para a economia

A passagem da *oikonomia* para a economia, como ciência social, acompanha a dinâmica comercial das comunidades feudais, dos principados, dos reinos e dos sacro-impérios. Ao longo dessa jornada, houve modificações políticas e o comércio passou a se intensificar nas comunidades, nas regiões, inter-países, entre países e em escala global. Ato contínuo, as ciências sociais tentam entender a sociedade e a ciências econômicas, tentam entender como a sociedade se relaciona com a escassez de recursos, com usos alternativos.

Possivelmente, pelo fato da moeda ter sido aceita como medida de equilíbrio (entre bens, serviços e entre as próprias moedas), fortalecendo-se como laica (a moeda), tenha-se robustecida a presença da economia em detrimento da *oikonomia*. A medida do avanço da economia, tanto da economia planejada quanto da de livre mercado, perde-se a consciência da economia enquanto *oikonomia*, ou do *oikos* como espaço de práxis, experiência, convenções e aprendizado coletivo. Constitui-se, assim, o senso comum sobre a economia e a preferência pela economia de mercado global, ou preferencialmente

chamada de economia capitalista, ou simplesmente capitalismo. Nesse contexto, a propriedade passa a ter papel central, para cuja garantia estrutura-se o Estado. Hoje a humanidade está completamente focada na sofisticação da propriedade e nas suas conquistas.

Sendo as capacidades para as conquistas extremamente diferenciadas, cria-se a inércia da concentração de renda e a extremização das diferenças entre as classes socioeconômicas.

Talvez a transformação econômica ou social mais expressiva ocorrida nos últimos dois séculos tenha sido a passagem gradativa do *capitalismo industrial* para o chamado *capitalismo cognitivo*. No primeiro, o indivíduo parecia fazer parte de uma sociedade, organizada. Castel (2007) enfatiza que o capitalismo industrial cumpriu com um compromisso que havia assumido com a sociedade, uma vez que, cumpriu com os “direitos dos empresários, dos investidores, dos produtores e da necessidade do próprio mercado, e, de outro” dando o “mínimo de condições” para os trabalhadores se manterem. O capitalismo industrial gerou um “indivíduo dependente”, mas ele fazia parte de uma sociedade, de forma que havia indivíduos de uma sociedade trabalhando com o fim de uma mais-valia coletiva, que gerava e remunerava ativos ou os bens de capital do *capitalista*. Da passagem da revolução industrial, com seu capitalismo industrial, para a pós-modernidade, com seu capitalismo cognitivo, não se pode afirmar ter havido a perda da relevância do ambiente organizacional ou da indústria. Ele parece continuar imprescindível, embora pareça estar num outro contexto. Parece ter havido a passagem de um modo de produção capitalista de indivíduos da sociedade para o modo de produção capitalista da sociedade de indivíduos. Significa dizer que os mecanismos de proteção que o capital tinha outrora para se apropriar da mais-valia coletiva são hoje uma faculdade do indivíduo, cujo capital intangível estabelece os seus mecanismos de proteção e apropriação da mais-valia individual.

Estamos, portanto, no capitalismo cognitivo, em que parece exacerbar-se a relevância das variáveis independentes, tecnologia e ética, relativamente à variável dependente, confiança.

Por falar em ética, Sen (1999, pág. 18) aponta para uma contradição entre o caráter “conscientemente „não-ético” da economia moderna e sua evolução histórica, em grande medida, como um ramo da ética”.

Parece que Sen, quando se refere à economia como “não-ética”, não quer dizer que a economia esteja desprovida de ética, e sim, de que a ética da “economia moderna” causa um desconforto social.

Deseja-se, nesse estudo, compreender melhor as possibilidades da economia nas dimensões da *oikonomia* e, inclusive, explorar as dimensões éticas da economia.

Considerando que a economia pode ser vista como o conjunto das experiências decorrentes da práxis social, e considerando que, dessas experiências, pode-se constituir a identidade social, parece possível traçar um paralelo entre a economia e a ética, mais precisamente, com a ética que Max Weber define como *Gesinnungsethik*, que é aquela ética variável dependente das experiências e das convenções do tempo passado de uma determinada comunidade social. Ou seja, uma comunidade local, com experiências, que se convenciona em valores e constituem uma *oikonomia*.

As consciências e as éticas individuais das pessoas, que moldam-se da práxis, constituem-se em objeto de justiça social, na medida que podem ser acessadas em qualquer tempo pelos atos sociais. Os atos praticados na perspectiva dos valores sociais, ou compatíveis com os valores sociais convencioneados, são legitimados por essa aderência e sem entrar em questão, entretanto, os resultados dos atos. Em os atos não sendo compatíveis com o senso comum de justiça, ajustam-se as convenções de forma que atos dessa natureza não mais sejam considerados compatíveis.

Max Weber, em (*Politik als Beruf*, pág. 9460-61), define as *Gesinnungsethik* e a *Verantwortungsethik* (ética da responsabilidade) como extremos opostos éticos, possíveis num processo de negociação. Por um lado, teríamos a *Gesinnungsethik* como aquela que, em sendo considerada, resguarda o negociador, ou aquele que pratica um ato, por ter atuado conforme os valores e as convenções. Por outro lado, na *Verantwortungsethik*, colocam-se no horizonte objetivos transcendentais, tencionando-se em atos na direção desses. Mesmo que para os atos haja concessões aos valores e convenções, importante é o que sai. Na *Gesinnungsethik*, o mais importante é que se tenham dado observâncias às convenções e valores. A *Verantwortungsethik*, desse modo, parece alinhar-se melhor com as demandas humanas por emancipação e superação das ofertas da natureza.

Embora haja muito risco, ou menos chance quântica de êxito, dessas iniciativas orientadas pela *Verantwortungsethik*, os casos de êxito, protegidos pelo Estado, são diferenciadores e alimentam um ciclo de animação de novas iniciativas. Considerando que essas conquistas diferenciadas já se dão no contexto da moeda, materializam-se e quantificam-se nessa, passando a moeda a ocupar a medida de equilíbrio ou de valor comum das relações e trocas sociais.

Ato contínuo à transição dos valores da *Gesinnungsethik* para os valores da *Verantwortungsethik*, não necessariamente considerando aqui tempo e espaço, processa-se a transição da *oikonomia* para a economia.

E vivemos na economia *real*, na política *real*; mais para o lado da *Verantwortungsethik* do que da *Gesinnungsethik*: importante é o superávit.

No mundo da estratégia, desenham-se objetivos e os caminhos a serem perseguidos para minimizarem-se os riscos relativamente ao atingimento desses objetivos. Em regra, mais valor tem atingir o objetivo do que observar os valores e convenções no caminho. Importante também é que, o atingimento do objetivo gere mais recursos do que os que foram consumidos para gerá-lo, gerando-se, desse modo, a inércia da acumulação, concentração e centralização. Essa dinâmica se retro-alimenta, criando um mundo acessível para poucos, os que, para as técnicas de gestão atuais, têm as *competências* requeridas para esse ciclo. E, embora, nos estudos contemporâneos sobre as organizações, haja um consenso sobre o fato de que as competências (a tecnologia) organizacionais costumam ser maiores do que a soma das competências individuais dos indivíduos que nela trabalham, não é objetivo das organizações ampliar o número de pessoas competentes.

Mas também para isso a economia atual criou seu remédio. Na economia capitalista parece ter-se gerado uma sociedade de indivíduos ou indivíduos com visão individualista, que têm a capacidade crescente de gerar seu próprio superávit ou a *mais-valia*. A economia moderna gera e remunera *ativos intangíveis*, ou o capital intelectual, ou o saber fazer ..., e a organização aprendeu a lidar com isso, estabelecendo os mecanismos de controle para apropriar-se dos frutos da articulação e potencialização dessas competências individuais, sem deixar de, ao mesmo tempo, aprisioná-las. Dentre os mecanismos de controle estão aqueles que sujeitam à lógica da escassez a produção de conhecimento e bens intangíveis.

A economia, enquanto ciência e matéria acadêmica, costuma ser vista como “a ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição, acumulação e consumo dos bens materiais” (Ferreira, 2004, p. 497). Para Robbins (1932) economia é “a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre meios escassos que têm usos alternativos”.

Na sua forma tradicional pode-se ver a economia, portanto, como uma ciência que trata das relações entre indivíduos, com demandas ilimitadas, relativamente à sua natureza e recursos limitados. Talvez devesse a ciência econômica ocupar-se mais com o estudo da

relação entre as demandas humanas que se desenvolvem da evolução das ofertas da natureza. Mas da natureza ou do “selvagem” a ciência econômica parece desejar emancipar-se.

A alienação ou emancipação da *Gesinnungsethik* traz contribuições de pensadores como Hobbes e Rousseau, que vêem no nascimento do direito ou do contrato social o ato de sublimação da condição humana de selvagem para a de ser social ou civilizado. Enfim, a luta pela propriedade dos espaços e dos alimentos, necessários para a sobrevivência, evolui para a luta pelo status social e pelo poder. Assim o homem se desenvolve socialmente, criando convenções e mecanismos que não só ampliam as chances de sobrevivência, como para melhorarem-se as condições de diferenciação no grupo social, intensificando-se o processo de produção, distribuição, e consumo de bens e serviços, com o intensivo uso de fatores.

Logo no início do século XVIII, os valores e convenções sociais já não são sequer referidos nos discursos sobre economia, focando-se o pensamento na geração de valor. Os economistas clássicos trabalham a idéia de que a produção decorre do emprego dos fatores produtivos: terra, trabalho e capital. O fator terra compreende a terra agrícola em si, como as terras urbanas e todos os recursos que vem da terra ou do solo. Os clássicos entendem o capital como os recursos produzidos ou construídos pelo homem como meio para a produção de bens e serviços. Por trabalho entendem a atividade humana em si (física e mental) que em alguma forma é necessária para ativar os demais fatores. Correspondente com esse trinômio havia na Inglaterra do século XVIII três classes sociais bem definidas: a aristocracia (proprietária do fator terra); a burguesia (proprietária do fator capital) e dos trabalhadores (proprietários do fator trabalho). Ao mesmo tempo, fortalece-se o Estado para a proteção dessas conquistas dessas diferentes classes.

Como já visto, com o surgimento do mercantilismo no século XV, o Estado fortalece seu papel na adoção de medidas que acabam caracterizando as nações ou, mais especificamente, o enriquecimento diferenciado de países. Em suma, fortalecem-se os sistemas de produção de determinados países, para cujos produtos precisam ser conquistados mercados e fontes de matérias-primas em outros países. As vantagens competitivas geradas por planos de ofertas bem sucedidos redundaram em um ritmo de novas ofertas que inundam de dependência o mercado global. Criam-se enormes campos de ausência de iniciativas e de ausência de reações às demandas do meio, que são atendidas por ofertas exógenas àquele meio.

Ao mesmo tempo que esse período se caracteriza pela forte acumulação e centralização de metais nobres, inicia-se, com a expansão do mercado a compreensão e convenção do valor do dinheiro como uma função da sua própria escassez. Ou seja, o valor do dinheiro também se rege pelas leis de oferta e demanda – o dinheiro como mercadoria. Desenvolve-se assim a teoria quantitativa do dinheiro, tendo como precursores: Agostiniano Martín de Azpilcueta (1493-1586) e Tomás de Mercado (1530-1575), da Escola de Salamanca.

Exacerba-se assim o sentido do dinheiro como medida de equilíbrio de valor, estabelecendo-se na França, em meados do século XVIII, a função moderna de Estado como agente promotor da economia e da defesa da propriedade. Sob a liderança de François Quesnay, os Fisiocratas franceses propõe o *tableau économique* (1758), defendendo que a riqueza circula entre três grupos sociais: 1) a classe produtiva (agricultores), 2) a classe estéril (artesões e comerciantes) e 3) os proprietários (nobreza, clero e burocratas). Estabelecidas essas castas e não se ofertando alguma ruptura nessa mecânica econômica, gesta-se o ambiente do *laissez faire, laissez passer*, habilmente orquestrado e apaziguado pela terceira classe.

Contemporâneo a isso, entretanto, inicia um fervilhar sócio-econômico que marcha na direção do uso intensivo de energia e tecnologia, para a produção e oferta de bens, com escala sem precedentes. É desse período (1763) que James Watt, engenheiro escocês, iniciou suas experiências para o aperfeiçoamento da máquina a vapor de Newcomen, que viria a patentear em 1769, ofertando o germe ativo do modo de produção capitalista.

Como vemos, apresentam-se nesse período elementos propícios à exponencialidade das variáveis: consumo de recursos naturais e energia; a oferta de bens; a centralização da capacidade de ofertar; a concentração dos méritos das iniciativas; e a problemática sócio-econômica. Para isso, convencionou-se o fortalecimento do Estado, como protetor da propriedade privada (assumindo também o conhecimento, através de mecanismos como o registro de patentes, o status de propriedade privada) e, através do endividamento, garantidor da disponibilidade crescente de fontes de energia. Lato senso, convencionou-se o conjunto dessa obra de economia, clamando-se, através da política e do Estado, para a premência do desenvolvimento dessa economia.

Seguindo, com a proposição da oferta do desenvolvimento, podemos passar por 1776, quando Adam Smith publica o livro *A Riqueza das Nações*, dando, depois de Aristóteles, o passo dois da economia como ciência. Em sua argumentação preocupa-se com o estado de restrições à livre competição em curso, sugerido que o Estado deveria abster-se de intervir

na economia, já que, do interesse humano pelo ganho privado, resultaria uma “mão invisível” que converteria os ganhos privados em benefícios coletivos.

Smith, como expoente da filosofia da moral, dedicava-se à pergunta, que a seu ver, era central sob o aspecto da ética: “O que é mais relevante: o benefício coletivo ou o benefício individual?”. Ao seu ver, ao promover o bem individual, o homem acaba promovendo o bem coletivo.

Para SMITH (2003, pág. 567),

... [para] que sua produção tenha o máximo valor, todo indivíduo necessariamente também se empenha para tornar o rendimento anual da sociedade o maior possível. É verdade que em geral não tem a intenção de promover o interesse público” e sim, “somente a própria segurança” mas, “ao dirigir essa atividade, de modo que sua produção tenha o maior valor possível, não pensa senão no próprio ganho, e neste, como em muitos outros casos, é levado por uma mão invisível a promover um fim que não era, em absoluto, sua intenção promover. Além disso, nem sempre é pior para a sociedade que não tivesse intenção de promover esse fim. Ao buscar seu interesse particular, não raro promove o interesse da sociedade de modo mais eficaz do que faria se realmente se prestasse a promovê-lo.

Para Smith, a liberdade para troca é parte essencial das liberdades básicas a que as pessoas têm direito. Ele defende que as coisas valham pelo trabalho que consomem; pela divisão internacional do trabalho; pelas leis de mercado; e pela eliminação das barreiras comerciais para a dispersão do comércio.

Quando Smith trabalha a ética, a moral e a liberdade como basilares para o seu pensamento econômico, refere-se, em essência, aos costumes, aos valores, à consciência, ou seja, à Oikonomia e ao que Weber viria a definir mais tarde como *Gesinnungsethik*. OK! Em essência, Smith está totalmente correto. Entretanto, já naquele tempo, instituições como o Estado, a Igreja e as Universidades, têm seus melhores desempenhos na potencialização das já extremadas diferenças entre as liberdades relativas das pessoas dos diferentes segmentos socioeconômicos.

Talvez pelo fato de Smith ter revisitado fundamentos da Oikonomia, críticos como Joseph Schumpeter (1954), em *History of Economics*, questionem não haver na obra de Smith “idéia, método ou princípio” que sejam “novos para o ano de 1776”. Mas Smith é reconhecido como o fundador da economia clássica, tendo seguidores ilustres como Thomas Robert Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823).

Enquanto Malthus faz importantes estudos sobre demografia, Ricardo (1817), dá um passo importante à idéia de Smith, afirmando que não se pode considerar excessivo qualquer tipo de concessão que se dê à circulação e intercâmbio de toda a classe de propriedade. Segundo ele, seria somente por essa forma que todo o tipo de capital tem a possibilidade de encontrar o melhor caminho para as mãos daqueles que melhor possam empregá-lo para aumentar o produto de um país.

A partir dos estudos sobre a população e a renda, Malthus e Ricardo chegam à conclusão de que o crescimento econômico levaria a um estado preocupante de estagnação em que os trabalhadores acabariam recebendo como salário a quantidade de dinheiro estritamente necessária para a satisfação de suas necessidades de subsistência.

Além disso, ao procurarem entender, assim como outros clássicos, porque o diamante, por exemplo, vale muito mais do que a água, apesar dessa ser vital para o homem, esbarram nas dimensões valor e utilidade dos bens.

Jean-Baptiste Say (1767-1832) estuda a obra de Smith e conclui que: “quando se lê Smith como ele merece ser lido, vem o convencimento de que antes dele não havia economia política”. Porém, Say contesta a tese do “valor-trabalho” afirmando que o valor de qualquer bem ou serviço é resultado ou função da sua utilidade⁵. “Um produto sem utilidade não porta valor, independente do custo do trabalho necessário para fabricá-lo” – (Minart, 2003).

Partindo da teoria do valor-trabalho de Smith, e influenciado por seu mestre, David Ricardo, Marx⁶ argumenta que o salário recebido pelos trabalhadores corresponde ao custo de mantê-lo, sendo a mais-valia a diferença entre esse custo e o valor das mercadorias produzidas. Sugere também que as relações de produção desse sistema criam uma “superestrutura” jurídica (ou o Estado), que garanta a apropriação da mais-valia pelos proprietários dos meios-de-produção – a burguesia.

⁵ Essa questão, *valor e utilidade*, será melhor explorada no próximo tópico.

⁶ Karl Heinrich Marx, vem de uma raiz judaica e de uma excelente formação no Friedrich-Wilhelms-Gymnasium (Jesuíta) de Trier (Alemanha) e tem sua intensa vida acadêmica financiada por seu pai, até o apogeu, e vive a primeira grande crise do capitalismo industrial, na década de 1830 e a conseqüente crise política de 1848. A Revolução Industrial na sua terra natal (Alemanha) estava dando seus primeiros passos, apesar de já ter uma trajetória de 50 anos na França. Ao tentar explicar os fundamentos da crise do capitalismo acaba elaborando um discurso que influenciaria a evolução do pensamento econômico. Além do apelo de Marx no fim do Manifesto Comunista – “Proletarier aller Länder, Vereint euch!” (Proletários de todos os países, uni-vos!), fica a sua densa produção em que faz uma consolidadora análise do que hoje chamamos de “capitalismo” e seu tempo histórico. É inegável a densa consolidação literária feita por Marx, mas também para ele vale o que ele mesmo diz: “os filósofos somente fizeram diferentes interpretações do mundo; o que falta é mudá-lo”, (Marx, Thesen über Feuerbach, pág. 834).

Embora Say já afirme que “a poupança dos ricos se faz às custas dos pobres”(Minart 2003), Marx, enfatiza que esse sistema resulta de uma contínua acumulação de capital ao ponto de concentrá-lo nas mãos de poucas pessoas. A crescente mecanização criaria um “exército industrial de reserva”, com salários que margeiam a miséria. E esse seria um estado claramente contraditório.

... é uma inexorável lei essa em que toda uma sociedade está assentada sobre a produção e distribuição de bens, e nessa a distribuição de bens seja sempre mais desigual, o contraste entre riqueza e pobreza sempre maior, a propriedade sempre mais concentrada em menos mãos; uma lei que, embora tenha se desenvolvido da moderna produção capitalista, não gera nessa efeito algum. Engels: Fränkische Zeit. Marx/Engels: Ausgewählte Werke, S. 9264 (vgl. MEW Bd. 19, S. 476) <http://www.digitale-bibliothek.de/band11.htm>. (tradução do autor)

Nesse contexto, surge uma importante corrente de pensamento econômico, alternativo ao pensamento liberal. Com a sua crítica à concentração do capital através da alienação⁷ do trabalho, convocando os operários de todo o mundo a se unirem, dá espaço à interpretação de um papel mais pró-ativo do Estado na planificação da economia. Surgem, assim, as correntes pró-socialização da economia.

Abre-se, naquele momento, um espaço no imaginário sócio-político da classe operária, para a *Oikonomia*, para a *Gesinnungsethik* e para a liberdade das pessoas. Mas essa reversão ou realinhamento não só não é do interesse da *burguesia* (*Bourgeoisie*), como os mecanismos, forças ou ferramentas, estão na prateleira da classe operária. Porém, em algumas regiões menos influenciadas pela revolução industrial, foram implementados sistemas chamados socialistas, com a supressão da propriedade privada e a instalação de economias planificadas. Mas, nesses locais, essas iniciativas não foram protagonizadas prioritariamente pelas convenções e valores morais locais. As iniciativas desenharam-se no campo da *Verantwortungsethik*, da estratégia, do transcendente ao coletivo, estabelecendo uma relação de dependência e passividade da classe operária dentro da economia.

Conforme Luxemburgo (1946, pág. 35-36), o “socialismo, segundo sua própria essência, não pode ser outorgado, introduzido por decreto. Ele supõe toda uma série de medidas violentas contra a propriedade ... a destruição pode-se decretar; não ... a construção”. Ela segue observando que, a estrutura de poder que se instala, resume-se a uma “dezena de

⁷ O termo alienação vem da tradução para o português da palavra *Entfremdung*, utilizada por Marx para expressar seu sentimento sobre o trabalho. Ele via que o trabalho, estando a serviço não da geração de renda das pessoas, e sim, a serviço da mais-valia, perdia seu caráter de centralidade, processando-se para o trabalho um papel de estranhamento dentro do sistema.

cabeças eminentes, enquanto que uma elite da classe operária é convocada de tempos a tempos com o fim de aplaudir os discursos dos chefes e de votar unanimemente as resoluções que lhe são apresentadas”.

A priori, a economia planificada, que trabalha com planos para atingir objetivos deslocados das experiências e dos valores convencionados de uma sociedade, também não se apresenta como uma alternativa para a economia. Pois essa, tem justamente na transcendência a sua mola mestra.

Voltando à seqüência dos clássicos, à segunda metade do século XIX, observa-se tomar fôlego a teoria do marginalismo, também chamada de teoria neoclássica. A partir da década de 1870, com o patrocínio de economistas como Carl Menger (da Escola Austríaca), Leon Walras (da Escola de Lausana) e William Stanley Jevons, desenvolvem-se os conceitos do “custo de oportunidade”, do “custo marginal”, da “utilidade marginal” e do “equilíbrio geral”. Segundo essa nova corrente, seriam as decisões dos ofertantes e dos demandantes que, com o objetivo de maximizarem ganhos e utilidades, levassem ao equilíbrio geral (ou equilíbrio macroeconômico).

O período de 1880 a 1913 foi iluminado pelos grandes teóricos imperialistas da Segunda Internacional, como também por Veublen e Hobson.

Embora os preceitos liberais da Escola Austríaca tenham se mantido ativos durante o século XX, tendo inclusive experimentado um fortalecimento com a concessão do prêmio Nobel ao economista Friedrich August von Hayek, em 1974, a teoria marginalista padecia ao desafio de explicar o fenômeno da crise financeira do fim da década 1920.

Em resposta, o economista John Maynard Keynes publica a "Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda", em 1936, defendendo, contrariamente à Escola Austríaca, que a intervenção governamental é fundamental para evitar a queda da demanda. Segundo Keynes (1992), *“enquanto as decisões das pessoas são uma função de suas rendas, as empresas tomam suas decisões por investimento a partir das expectativas”*. Dessa forma, seria função do Estado impedir o recuo da renda e, portanto, das expectativas. Com a implementação dessas idéias, observa-se um crescimento expressivo da participação do estado na economia.

Já nas décadas de 1950 e 1960, os monetaristas da “Escola Chicago”, liderados por Milton Friedman, iniciaram uma contundente crítica ao, segundo eles, excessivo peso do Estado na economia. Logo em seguida a teoria deles tomou peso quando a teoria Keynesiana foi posta

em cheque: na década de 70, com a crise do petróleo, houve a desaceleração da economia e o crescimento da inflação. A teoria, que tem fundamento nas idéias liberais de Adams Smith, começa a ser colocada em prática em alguns países, como o Chile, e passa a ser conhecida como a teoria neoliberal.

Com a reconstrução dos efeitos da Segunda Guerra Mundial entramos no período fordista (a fase de crescimento dos trinta anos gloriosos). Caracteriza-se esse período pela posta em marcha de tecnologias abruptamente desenvolvidas e experimentadas, e pelo fortalecimento das relações internacionais de comércio, com a correspondente criação de instituições como os sindicatos fortes e do Estado Social. Estão assentadas as bases para a mundialização do capital ou a globalização que, conforme Singer (1999 pág. 21) “é um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionada em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países”.

Nesse período, os dirigentes políticos, industriais e financeiros dos países mais desenvolvidos se apresentam como portadores da missão histórica de progresso social que, nos Estados Unidos, revela-se como filho pródigo da seleção darwiniana chancelada pelo Estado.

Como efeito temos nos países em desvantagem competitiva (especialmente nos da América Latina – AL) o desenvolvimento da consciência da condição de periféricos e de explorados e, assim, o desenvolvimento da Teoria da Dependência. Essa teoria passa a perder espaço para o “neoliberalismo”, que sobe ao palco das campanhas políticas da América Latina no fim do Século XX e no início do Século XXI, elegendo quem mais veementemente o promettesse “exorcizar”.

Os povos europeus, que à América Latina chegaram e tiveram experiências muito ricas, que os habilitassem na construção de seus valores e de uma *Oikonomia* Sul-americana, concedem entrada às convenções (leis, regulamentos e costumes) que decorrem das lutas históricas entre classes na Europa. Um completo conjunto normativo é transladado para a América Latina – AL, sem a mínima correspondência com o tempo histórico do novo hospedeiro. Criou-se nessas regiões, por isso, uma aversão natural à incorporação dessas experiências e, ao mesmo tempo, uma cultura de passividade e de dependência.

Tendo visto manifestações contrárias a essa inculturação no Chile e a Argentina, Fernando Henrique Cardoso, propõe uma alternativa mediadora que, segundo ele, recolocaria o país em movimento e dentro do cenário ou da dinâmica internacional.

Esse tipo de idéia vinha dos estruturalistas ou desenvolvimentistas, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, e tinha como base os mesmos princípios defendidos por Keynes: ou seja, a meta de crescimento da produção industrial e da infra-estrutura, com participação ativa do Estado, como base da economia e o conseqüente aumento do consumo.

É nesse período que voltam à cena, com novo fôlego, as questões relativas ao Estado de bem-estar social nascidas nos anos 20 do Século XX. Entre os pensadores do período, Amartya Sen é quem procura justificar o Estado de bem-estar social como um produto da liberdade. Sen (1999) diz que a

idea subyacente del Estado de bienestar, en cierto sentido, es la de una sociedad interdependiente, donde la idea de la responsabilidad está ampliamente compartida ... donde las personas pudieran confiar unas en otras y ... gobernar por debate, a partir de un intercambio de ideas basado en un debate libre.

Em resumo, Sen entende que o estado de bem-estar deriva da combinação de três fatores ou requisitos: poder viver em paz ou em liberdade; poder confiar reciprocamente; e poder participar do debate prévio para a tomada de decisões.

Enfatiza entretanto, que não se trata de proibir movimentos sociais que não comunguem desses princípios, mas sim, *ofrecer las circunstancias que hagan innecesarias*, ações que não condigam com os fins do bem-estar social.

Mesmo as idéias de Sen encontram um ambiente sem identidade, sem consciência, ou seja, sem Oikonomia. Nesse tipo de ambiente não há as liberdades que Sen reconhecidamente coloca como condição substantiva para o desenvolvimento.

Sem reações, mantém-se o Estado pilotando a economia que ele mesmo planifica, mantendo o equilíbrio macroeconômico através da exportação e comercialização de recursos naturais, ou manipulando a política monetária.

O Estado parece estar levitando num estado imaginário e transcendente, sem a mínima conexão com as ricas e diversas experiências locais. No caso brasileiro, isso criou uma relação de dependência, quando não clientelista, entre sociedade e Estado. Como decorrência, o Brasil, que hoje está entre as oito maiores economias do mundo, está na posição 79 no quesito distribuição de renda.

A economia, que trabalha na perspectiva da *Verantwortungsethik*, que desenha objetivos realizáveis por muito poucos, traz para a agenda a questão das desigualdades socioeconômica, ou da renda. “A luta ao redor da repartição da renda esteve na origem e no fim do regime militar. Essa luta, sem dúvida, continuará no período histórico que agora se inicia”, Singer (1999, p.132).

Para a ciência econômica, os efeitos da distribuição de renda sobre a macroeconomia são bem conhecidos. Em regra, a distribuição de renda não se dá simplesmente pela distribuição de renda, passando de quem tem mais para quem tem menos, pois os que tem mais tem no Estado justamente o seu mecanismo de proteção. Mesmo havendo a distribuição de renda, ampliaria a demanda agregada, que seria atendida por quem tem nas mãos a oferta agregada. Por outro lado, considerando a função do Estado de proteção das conquistas, a distribuição de renda converte-se em déficit público, que demanda expansão das taxas de juros e do câmbio, do que se beneficiam novamente as elites econômicas, invertendo-se, em todos os casos, os efeitos desejados sobre a geração de equidade. Além disso, podem estar-se dando margens a um quadro de continuada demanda por recursos públicos para o consumo e não ao investimento, que gera uma inércia de dependência.

Em suma, a economia e o desenvolvimento econômico em curso, estão levando a humanidade para uma tendência exponencial de desigualdades sociais. É necessário construir, ou simplesmente, seguir o caminho de volta, em direção da *Gesinnungsethik*. No mundo presente, da *Verantwortungsethik*, há, por um lado, uma grande maioria, altamente carente do atendimento de demandas básicas e, do outro lado, uma pequena minoria, que vive alienada das convenções, valores sociais e da utilidade das coisas, viciada em dinheiro e sugando e concentrando a quase totalidade dos recursos (dinheiro) que a humanidade produz.

2.1.3 Reflexões sobre a utilidade das coisas e do dinheiro

Apesar de estarmos percebendo uma certa polarização entre *Oikonomia* e Economia, assim como, entre a *Gesinnungsethik* e a *Verantwortungsethik*, não podemos afirmar que um polo implica na ausência do outro. Ambos coexistem, promovendo-se uma movimentação humana, em seus processos de interação e troca, entre os dois.

O que se pode inferir, entretanto, é que as trocas e interações que se dão no âmbito da *Verantwortungsethik*, do plano, do resultado econômico, surtiram melhores efeitos

financeiros aos seus proponentes-ofertantes. Considerando que a humanidade gerou um quadro de desigualdades sociais, de concentração e centralização de renda, dá a entender que uma parte cada vez maior da humanidade está ausente da condição de proponente-ofertante. Considerando também que a humanidade convencionou considerar o dinheiro como medida de equilíbrio válida, não dever-se-ia pensar em abdicar dessa medida, e sim, mitigar as áreas ausentes ou periféricas dessa condição de proponente. É objetivo desse trabalho dar a sua contribuição nisso, avaliando as possibilidades da Universidade influenciar essa dinâmica.

Mas, o que motiva os humanos na busca desenfreada pelo dinheiro, se a sua utilidade, como mercadoria, é diretamente proporcional a sua escassez?

Conforme Silva (1990, p. 1), já em 1738, Daniel Bernouilli contestava a propriedade do dinheiro como uma medida adequada de valor.

Bernouilli mostrou que para o mesmo valor em dinheiro, a utilidade desse mesmo dinheiro variava de indivíduo para indivíduo, devendo-se considerar o seu valor moral (utilidade cardinal) o que, na terminologia moderna, é essencialmente a sua utilidade esperada. Embora a idéia de utilidade fosse boa àquela época, a sua aplicação foi difícil, por não ser possível, naquele tempo, medir realmente e de maneira satisfatória a função-utilidade de uma pessoa.

Marx, em seu clássico "O Capital" sugere que, no capitalismo, o Dinheiro passa a assumir o papel da Mercadoria; o dinheiro não como meio de intercâmbio, mas um fim em si para a acumulação de capital, e a acumulação como produto da mais-valia. Ao falar de mais-valia, parte do pressuposto da equivalência dessa com valor.

Para fundamentar sua construção, Marx distingue "força de trabalho" de "trabalho" propriamente dito. A força de trabalho, a saber, "o conjunto de faculdades físicas e mentais que se dão no corpo de um homem, em sua personalidade viva, e que põe em ação para produzir coisas úteis", seria o que o capitalista contrata, pagando um exato valor, que se dá pelo somatório dos valores dos meios necessários para a subsistência e reprodução da fora de trabalho.

Para sua manutenção e conservação, necessita de uma determinada soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho se traduz, portanto, no tempo de trabalho necessário para a produção de tais meios de subsistência; ou o que é o mesmo, a força

de trabalho tem exatamente o mesmo valor que os meios de subsistência necessários para aquele que a põe em jogo.⁸

A diferença principal que Marx observa em ambos os modos de circulação consiste em que, enquanto o caráter normal da circulação M-D-M é a equivalência entre seus dois extremos, no processo D-M-D a existência da equivalência anulava o sentido. "Assim, pois, a forma completa deste processo é D-M-D', onde D' = D+D, significa dizer: igual à soma inicial mais um excedente. Este excedente, ou incremento, é o que eu chamo mais-valia"⁹.

Marx segue afirmando que,

a transformação do dinheiro em capital deve ser explicada a partir das leis imanentes a circulação de mercancias, tomando como ponto de partida o intercâmbio de equivalentes. Nosso possuidor de dinheiro, que todavia não é mais que uma crisálida de capitalista, tem que, antes de qualquer coisa, comprar mercadorias por seu justo valor, vendê-las depois pelo que valem e retirar, não obstante, mais valor do que havia antecipado.¹⁰

Conforme Géléndan & Brémond (1988, p. 371) o valor de uso é um acidente dos objetos. O valor de uso de um objeto não depende apenas de suas características físicas, variando conforme os locais, a moda, os indivíduos, o contexto social, etc. Os conceitos de valor de uso e utilidade são assim definidos pelos autores:

O valor de uso é uma avaliação subjetiva da satisfação que direta ou indiretamente, proporcionam a posse e a utilização de um bem. Esta avaliação efetua-se num dado momento e num contexto social preciso. Para os neoclássicos (economistas), o valor de uso representa a totalidade de utilidade que um indivíduo extrai de um objeto. A utilidade designa a propriedade que um objeto possui de proporcionar satisfação. A satisfação pode ser direta (bens de consumo) ou indireta (bens de produção).

Parece que os autores atribuem à palavra utilidade mais relação com o prazer do que com a necessidade.

Para John Locke (1777, v. II, pág. 28), "*the Intrinsic Natural worth of any Thing, consists in its fitness to supply the Necessities or serve the Conveniencies of human Life*". Isso é, "o valor natural intrínseco de uma coisa consiste na sua propriedade de satisfazer necessidades ou servir às convenções da vida humana" (tradução própria).¹¹

⁸ C. Marx, Op. Cit., pág. 177

⁹ C. Marx, Op. Cit., pág. 155

¹⁰ C. Marx, Op. Cit., pág. 170-1

¹¹ Para Marx (Das Kapital. Marx/Engels: Ausgewählte Werke, S. 4472), "no século 17, encontramos com frequência nos textos em inglês a palavra 'worth' para valor de uso e 'value' para valor de troca".

Embora cada pessoa tenha sua função utilidade, pode-se esperar que haja uma posição de equilíbrio para cada pessoa, quando a renda for suficiente às demandas higiênicas e do pertencimento social.

Por exemplo, quando uma pessoa não tem dinheiro suficiente para comprar os bens e serviços de consumo para sua subsistência, deve fazê-lo produzindo seus próprios bens e, quando produz mais do que o necessário para o seu consumo, sem converter o excedente em renda, pode praticar o escambo de bens ou serviços, até o ponto de equilíbrio das suas demandas.

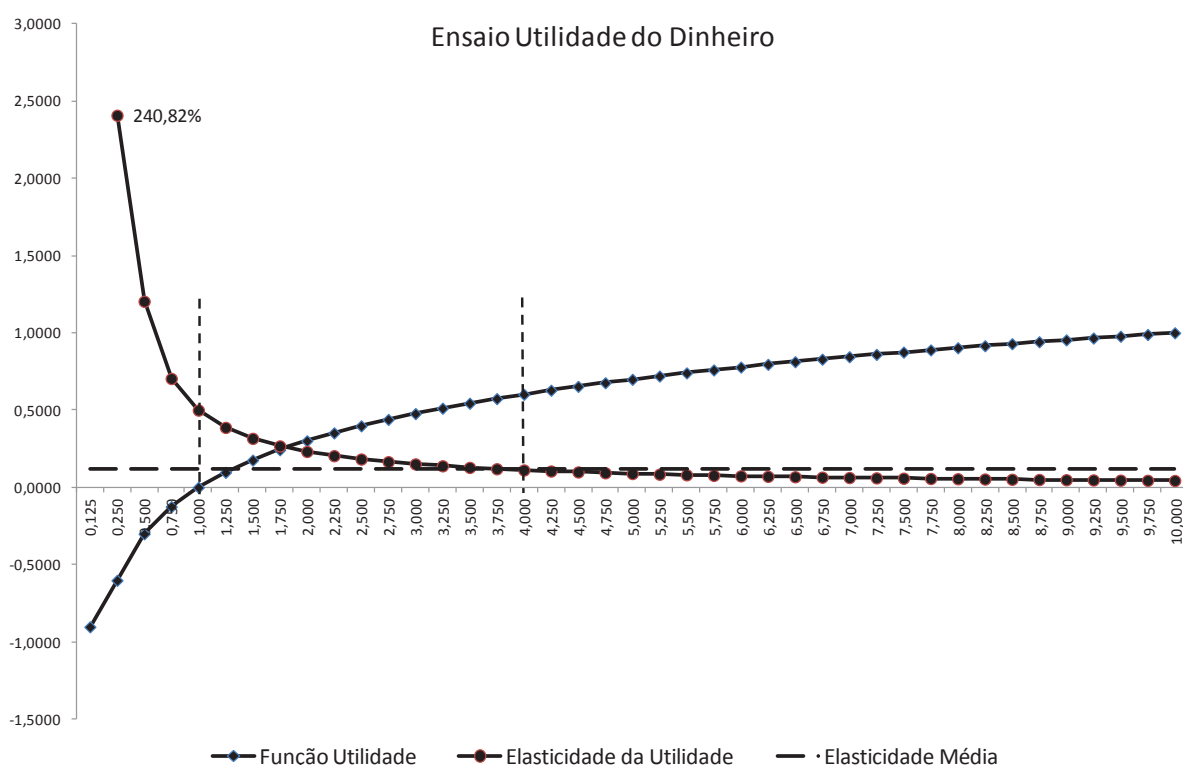


Gráfico 2-1 Adaptação da função utilidade do dinheiro de Bernouilli.

O Gráfico 2-1 mostra uma situação hipotética de uma pessoa que começa tendo renda equivalente a 12,50% do necessário para adquirir seus bens de consumo e de manutenção. Quando a posição de dinheiro (ou renda) melhora para o equivalente a 25,00% dessas demandas, a função utilidade se altera significativamente, apresentando uma elasticidade de 240,82%.

Já no ponto da abscissa de 1,00 a pessoa consegue dinheiro suficiente para satisfazer as suas demandas, momento em que a função utilidade passa a ser positiva, e a desaceleração da elasticidade da função utilidade em relação às progressões do dinheiro cresce. Essa desaceleração passa a ser contínua e crescente. No ponto 4 da abscissa,

onde o dinheiro disponível equivale a quatro vezes a quantidade de recursos necessários para satisfazer às demandas básicas, a curva da elasticidade da função utilidade cruza a linha média dessa mesma curva. A partir desse ponto teórico, os acréscimos na quantidade de dinheiro passam a desempenhar efeitos ou elasticidades na função utilidade inexpressivos, tendendo a zero.

Conforme Hoffmann (1991, pág. 155), 92,11% das pessoas, que trabalham na agricultura no Brasil, têm uma renda média de até um Salário Mínimo Nacional. Sem entrar no mérito da equivalência entre SM e dinheiro necessário, destaca-se a amplitude relativa de pessoas junto as quais a elasticidade da função utilidade é significativa.

A partir do ponto 10, em que o dinheiro disponível equivale a 10 vezes a quantidade de recursos necessários para satisfazer às demandas básicas, a elasticidade marginal da função utilidade em relação às variações de dinheiro zera. Por isso, esse gráfico mostra informações somente até esse ponto 10 da abscissa.

Testando-se essa análise com as conclusões de Pareto¹², procedendo-se à soma das elasticidades marginais, relativizadas com o total possível das elasticidades, observa-se que, até o ponto 4, encontram-se 81,83% de todas as utilidades possíveis. Desse modo, considerando que, segundo estatísticas do FMI e Banco Mundial, aproximadamente 80% do dinheiro disponível no mundo está nas mãos de aproximadamente 20% da população, encontra-se uma surpreendente consistência da aplicação do modelo.

Além do dinheiro não gerar efeitos significativos sobre a função utilidade a partir do ponto 4, perde sua função de medida de valor e de intercâmbio. Além disso, desconectado do mundo das trocas sociais, agora como mercadoria, cria sua própria dinâmica de crescimento, acumulação e concentração.

Outro aspecto a considerar nessa dimensão, onde a elasticidade da função utilidade em relação aos avanços da quantidade de dinheiro é praticamente nula, tornam-se praticamente nulas as chances dessa contribuir com a constituição de uma consciência social ou, ainda, de chances de haver uma reversão dessa posição. Significa que, nesse ambiente, perdem-se os aspectos constituidores de uma oikonomia e de uma *Gesinnungsethik*.

¹² Adaptando o *Princípio de Pareto*, (Vilfredo Pareto 1848 – 1923), deveríamos encontrar 80% da utilidade do dinheiro junto àqueles que detêm não mais do que 20% do total do dinheiro disponível.

Já, no ambiente anterior ao 4, onde os acréscimos do dinheiro geram um efeito significativo na função utilidade, o ambiente é de reciprocidades. Ou seja, as ampliações de dinheiro, vindas do trabalho ou de presentes, geram uma percepção líquido de utilidade. Mesmo que o dinheiro do trabalho tenha sido correspondido com trabalho entregue ou o presente seja correspondido com outro presente de igual valor, resta um efeito marginal para o beneficiário, que gera um círculo virtuoso de reciprocidades.

Trazendo isso para o ambiente universitário, no qual se incluam pessoas com insuficiência de recursos próprios ou familiares para o pagamento das mensalidades ou anuidades, estar-se-á criando, junto a esses, essa dinâmica de reciprocidades. Esse ambiente tenderá a melhorar diferenciadamente as pré-condições para a correspondência desses na forma de desempenho.

Esse ambiente de reciprocidades, no qual se constitui uma identidade de valores, costumes e aprendizado, também encontra correspondência conceitual com a *Oikonomia* e a *Gesinnungsethik*.

Afora isso, num ambiente em que não se encontre resolvida essa equalização de dinheiro através de mecanismos de inclusão, estarão vigorando as leis do mercado e da economia. Nesse caso, variáveis exógenas, do ambiente da *Verantwortungsethik*, estarão influenciando as decisões dos alunos e, portanto, o seu desempenho.

Não constitui objeto desse trabalho entrar nas diferentes especificidades da elasticidade, mas, isso sim, trazer elementos para tentar explicar a influência que as variáveis exógenas e as variáveis endógenas exercem sobre as demandas por ensino superior privado.

Forneck (1999), ao analisar o setor de Ensino Superior Brasileiro assevera que a variável valor do crédito aparenta não ser uma componente expressiva do conjunto de forças que determinam a decisão de compra dos alunos. Segundo aquela pesquisa, somente 17% das decisões de matrícula dos alunos podem ser explicadas pelas variações do valor do crédito. Sendo essa, aparentemente, a principal variável controlada pela Universidade, pode-se supor que a principal parte das decisões sobre a variação de matrícula dos alunos se dê em função variáveis exógenas, não controladas pelas Universidade e nem pelos alunos das Universidade.

Há de se considerar a possibilidade de que as famílias, que mantêm alunos nas instituições privadas, consigam valorar o que recebem da Universidade e se o valor que recebem é maior do que o valor que retribuem à Universidade, ou não. Esse cenário, das famílias em

condições de perceber o valor ou a utilidade que agrega um curso, seria o mais adequado a uma boa relação de reciprocidade. Mas, pelos resultados daquela pesquisa, poder-se-ia inferir não ser esse o caso. Entretanto, embora parece haver uma irracionalidade nessa função de valor e utilidade, em vez de uma racionalidade, é inegável que a função utilidade, com suas elasticidades e efeitos líquidos, exista.

2.1.4 A *Oikonomia* das religiões

Nos anos recentes, no Brasil, quando o assunto é o sucesso de algum projeto social, não raro encontramos proponentes que justificam o seu êxito a partir de uma *mística* (ou mítica) que atua no ambiente (*oikos*) em que esse projeto se desenvolve. Seria algo que, embora não faça parte da técnica, não pareça muito racional e não ocupe tempo e espaço, mobiliza e articula pessoas. Por não ocupar espaço e tempo definidos, a mística vem cercado de uma potencial *utopia*. Desse modo, tanto a mística quanto a utopia, que parecem animar processos de desenvolvimento social, podem ser *similarizados* às religiões, que ligam e religam pessoas.

Conforme verbalizado pelo orientador da tese, Prof. Schneider,

pretender na sociedade a mais plena liberdade, é sonho de UTOPIA; pretender na sociedade a mais plena igualdade, relações mais fraternais e o maior bem-estar possível, é sonho de UTOPIA.

A mística e a utopia parecem estar para o desenvolvimento social tal como estão as variáveis exógenas e a ética da responsabilidade para o mesmo desenvolvimento. Tanto a mística e a utopia, quanto e a ética da responsabilidade podem ser vistas como variáveis exógenas, com as quais grupos de pessoas, com seus vínculos endógenos, tentam se relacionar e religar.

Conforme Feuerbach (pág. 46.499), alguém que tenha um objetivo, um objetivo que em si seja verdadeiro e significativo, tem com esse uma religião; mesmo que não no sentido restrito da multidão teológica, mas sim – e só isso é relevante – no sentido da razão, no sentido a verdade.

Nesse aspecto Feuerbach nos permite ver uma intensa proximidade, desde uma outra perspectiva, da religião como um mecanismo do ambiente da *Verantwortungsethik*, da racionalidade, dos objetivos e da economia. Ou talvez não: se admitirmos a razão também

como uma função da evolução e das experiências, e estando ela própria a serviço do policiamento da consciência individual, cuja formulação se dá pelas experiências, convenções e convicções, constitutivas do *nomos*, estamos no ambiente da *Gesinnungsethik*.

Entretanto, religião é algo das pessoas, sendo esse relegere motivado pelas suas esperanças. Ora, somente parece ser possível haver esperança se houver confiança. E, confiança é uma função da ética, de valores, de experiências e de convenções.

Dessa perspectiva, a defesa da racionalidade e da verdade em detrimento da *religião da multidão teológica*, parece redundante. Por um lado, se a religião, observada em seus princípios, conforta-nos no processo de negociação por termo-la observado, independentemente do resultado da negociação, então estamos no centro do ambiente da *Gesinnungsethik*. Por outro lado, se não for isso, de onde teria vindo a razão – seria ela uma externalidade ofertada, uma variável exógena.

Além disso, quando equivale razão e verdade (*no sentido da razão, no sentido a verdade*), pode estar-se entendendo superada a questão verdade: mas, o que é a verdade?

Nesse trabalho, trabalha-se a verdade a partir da formulação dada no evangelho de João (8,32) – *veritas liberabit vos*. Naquela formulação, a verdade é Deus, que liberta. Sobre isso não há questão. Já me fora dito uma vez: *questionar isso é querer ser deus!*

Mas, o que é a verdade? Não teriam as coisas da natureza todas as suas verdades intrínsecas, a serem descobertas? E a busca pela resposta a essa pergunta não capacita o investigador, fazendo com que ele se liberte? Parece que sim e deseja-se acreditar que sim!. As experiências tidas na busca pela verdade evidentemente capacitam todo aquele que dela, pela investigação, puder se aproximar. O que tem acesso a essa caminhada amplia suas potencialidades e possibilidades de realização. A realização pelas entregas sociais constitui um sentido de liberdade.

Entretanto, quando a verdade é admitida como dada, como algo transcendente, que possa ser invocado para justificar os meios acessados para atingir objetivos, também ela (a verdade) dinamiza a economia, localizando-se na perspectiva Weberiana da *Verantwortungsethik*.

Mas religião, em si, como um processo de *relegere*, que articula pessoas em torno de uma comunhão de fé, há de deixar, nas pessoas, experiências dessas relações que se dão no

bojo da comunhão a valores. Com isso, admitindo-se a religião como componente da *Gesinnungsethik* e, a verdade, como componente da *Verantwortungsethik*, estando a primeira naturalmente mais perto das pessoas e a segunda mais longe (no campo da utopia), e sendo a *Verantwortungsethik* mais eficaz na geração do dinheiro, significa que há uma relação entre a proximidade/distância, dessas relações com a mística ou com a utopia, determinando a tipificação do desenvolvimento social, no correspondente *oikos* de abrangência.

Observando-se as dinâmicas socioeconômicas das três principais religiões monoteístas ocidentais; o Islamismo, o Cristianismo (catolicismo e protestantismo) e o Judaísmo, podem-se perceber diferenças significativas, pelas quais possam ser entendidas como atuantes em pontos ora mais aderentes a Oikonomia e a *Gesinnungsethik* e ora mais aderentes a economia e a *Verantwortungsethik*, com correspondentes posições dentro da curva da Função Utilidade.

Para justificarmos isso melhor tentar-se-á fazer um sucinto caminhar sobre o tema religiões: para conceituar religião, retorna-se ao termo *relegere*, de Cícero, usado na forma de novamente ler, novamente buscar vínculo ou alinhar. Cícero via haver uma certa *superstitio* (naquele contexto correspondente a êxtase), nessas “preocupantes” manifestações coletivas da época (Séc. I a.C.). Assim como nas etnias da época, observadas por Cícero, têm-se as danças das tribos guaranis (às vezes por dias ininterruptos) animadas por algum sentimento, fruto dessas manifestações coletivas. Assim, a religião pode ser vista como um mecanismo de *relegere*, de um coletivo de pessoas, motivado por algo para além das fronteiras da experiência.

Parece haver para os humanos, quando não para todos os animais, uma interminável ou insaciável carência por pertencimento – fazer parte de um grupo eticamente equânime, do qual se recebem doações que se entendem afetivas e contra as quais se dão reciprocidades e doações afetivas. Pois, em função do pressuposto da equivalência ética parecem esperar-se presentes benéficos. Isso sendo, a ética presente no grupo presenteia-se e inunda de conforto e segurança aos partícipes do grupo.

Olhando-se para a história da humanidade, parecem ter havido mais agrupamentos que se poderiam chamar de ético-religiosos do que étnico-religiosos. Portanto, nesse texto sobre as religiões procurar-se-á fazer uma leitura dos fundamentos e das características das religiões presentes principalmente no mundo ocidental, tentando-se relacionar as suas dinâmicas e os seus valores com o *status* ético e econômico dos respectivos grupos humanos adeptos.

Como ponto de partida, a palavra religião, que atualmente parece ter seu sentido prioritariamente representado por movimento de união ou comunhão em torno da fé judaico-cristã ou islâmica, aparece registrado primeiramente durante o primeiro século antes de Cristo. Cícero, em sua obra *De natura deorum*, (45 a.C.) escreve:

Sunt enim philosophi et fuerunt, qui omnino nullam habere censerent rerum humanarum procurationem deos. Quorum si vera sententia est, quae potest esse pietas, quae sanctitas, quae religio? ... In specie autem fictae simulationis sicut reliquae virtutes item pietas inesse non potest; cum qua simul sanctitatem et religionem tolli necesse est, quibus sublatis perturbatio vitae sequitur et magna confusio” (Ciceronis, Livro 1 – § 3, pág.1-2).

Ou seja, que „*houve e há filósofos que entendem que os deuses sequer se importam com o destino humano. Se tal julgamento for verdadeiro, como pode então haver piedade, reverência e religiosidade? ... assim, com isso (o mau juízo) seria necessário o afastamento do costume da reverência e da religiosidade, cuja falta gerará desorientação sobre a vida e levará à inquietação coletiva*” (Tradução própria).

Primeiramente, a religião é tida como o costume da população de reler (*relegere*) as escrituras para procurarem explicações para fatos do cotidiano do seu tempo. Isso é, procuravam ler ou entender os problemas, juntar as peças ou desenrolar o problema, relendo as escrituras.

Mais recentemente, no século IV da era cristã, Lactâncio (século III e IV d.C.) faz uma abstração do termo caracterizando-o como *religare* que, para ele, é uma espécie de laço de piedade que liga os seres humanos a Deus.

Apesar da abstração e redução do termo, parece lógico que ele se refira a um modo de ser característico que motiva a união de um grupo de pessoas.

Desse modo, apesar de não haver uma definição científica geral para o termo religião, ela parece conter as diversas formas de fenômenos culturais, com especial apego às relacionadas à existência de forças transcendentais e místicas, que orientam o comportamento e as relações humanas no seu tempo.

De fato, buscando explicações mais antigas na literatura, encontram-se os resultados de investigações científicas sobre locais, objetos e pinturas da antiguidade, que permitem identificar alguma forma de religião já no paleolítico.

Aos poucos, a sistematização dessas expressões faz surgir, no meio desses povos, pessoas que acumulassem os talentos *mágicos* de se comunicar com o mundo do

desconhecido. Essas pessoas, os que mais tarde são chamados de feiticeiros ou mágicos, são portadores da ciência que é a própria ciência de se relacionar magicamente com os deuses ou mitos da natureza.

Na figura desses feiticeiros parece estar o embrião, já mais antigo, do que temos hoje como religião e Igreja. Havia nas tribos um balanceamento de poder entre os caçadores e os feiticeiros. O feiticeiro parecia ter no relacionamento com os mitos do desconhecido a justificação da sua força social, enquanto os caçadores podem ter tido na força física, para a conquista de alimentos e para a defesa da tribo, a legitimação do seu espaço social. Assim, do poder dos caçadores podem-se ensaiar os prenúncios do que viria a evoluir para a *propriedade* e o *estado* e, do poder dos feiticeiros, as religiões e a Igreja.

Mas o termo Religião foi tendo sua abrangência especificada e hoje podemos conceituá-lo como o movimento de fé em torno de representações divinas e transcendentais.

A distância entre o *religado* e a sua divindade depende do grau de desenvolvimento econômico, ou de distanciamento da natureza, de uma cultura. Quanto menos desenvolvida economicamente uma cultura, mais próximas parecem ser suas figuras divinas ou mitos e vice-versa.

As religiões de tribos indígenas, por exemplo, têm nos elementos da natureza a expressão da sua fé mítica. Isso faz com que os indígenas se sintam parte integrante da natureza, da qual não costumam se dissociar, e na qual também encontram-se os seus deuses ou mitos. Hoje essa relação do indígena com a natureza encontra-se seriamente maculada pela agressiva interferência de culturas externas. Por isso, deseja-se aqui o indígena na sua própria cultura.

Nas tribos indígenas guaranis da América Latina os homens podiam ter a quantidade de mulheres que pudessem manter. O infanticídio, especialmente no caso do nascimento de gêmeos era, e ainda é, comum em tribos indígenas amazônicas, como no caso dos Kamayurá. “Se a criança tem algum defeito, se nascem gêmeos, ou se a criança anterior ainda estiver sendo amamentada, então se pratica o infanticídio. A criança nascida de uma mulher solteira também é eliminada” (Meggers, 1977, p.72).

A religião muçulmana, com seus textos do alcorão, traz explicitações sobre a relação material dos seus seguidores com a natureza. Um caso explícito é o da proibição do consumo da carne de porco. Nas origens dessa proibição, poder-se-ia supor haver uma preocupação com a saúde do povo daquele tempo. Naquele momento histórico as

condições tecnológicas e médicas traçavam um horizonte de pouca reversão para as enfermidades. Se as condições de criação, beneficiamento e consumo de carne de porco daquele tempo ainda se fizessem presentes em nossos dias, provavelmente os órgãos responsáveis pela saúde alimentar proibiriam seu consumo.

Também para o campo conjugal muçulmano, as condições histórico-naturais são determinantes das relações que se estabelecem dentro dos grupos sociais. As condições de sobrevivência na natureza, forte e concorrencial, requerem seres vivos fortes, dos quais possam resultar os filhos mais fortes. “Se vós temeis não serdes capazes de conviver justamente com os órfãos, casai com mulheres de sua escolha, 2 ou 3 ou 4 vezes; mas se temerdes que não sereis capazes de conviver justamente com elas, então casai somente com uma” (4:13).

A poligamia também não deixou de estar na base da formação das culturas Judaico-Cristãs. O Antigo Testamento e os escritos rabínicos dizem que “o Rei Salomão teve 700 esposas e 300 concubinas” (Reis 11:3) e que “o Rei Davi teve muitas esposas e concubinas” (2 Samuel 5:13). Deuteronômio 22:7, no Antigo Testamento, traz inclusive recomendações sobre a distribuição dos bens de um homem entre seus filhos com diferentes mulheres. Levítico 18:18 recomenda não tomar uma irmã da esposa como uma esposa rival. Já, conforme Talmude, 4 é o limite ótimo de esposas.

A gradativa passagem da poligamia para a monogamia nas religiões Judaico-Cristãs, ocorrida durante o século XVI, parece coincidir com o desenvolvimento tecnológico e científico ocorrido no ocidente. Pode ter sido contemporâneo a esse período o afastamento gradativo da estreita relação ou dependência do homem das leis da natureza, aperfeiçoando-se as relações de troca econômico-sociais e o desenvolvimento. Já os povos que mantêm uma relação mais próxima e forte com elementos da natureza, como algumas tribos indígenas, demonstram-se menos desenvolvidos tecnológica e cientificamente – economicamente, portanto.

Concentrando-nos nas três religiões, podemos verificar que, apesar do cristianismo ter sua base na mensagem de Jesus Cristo, do Antigo Testamento, e dos registros e pregações dos apóstolos, traz decisiva influência do Talmude judaico e do Alcorão. Há inclusive pontos em comum, como as narrativas do Livro do Gênesis (Gênesis, 2:4-3:24), do Paraíso, de Adão e Eva e o pecado.

Entre os cristãos, o pecado e a confissão dele, estiveram no centro da criação do movimento protestante, do que se constituiria uma nova classe socioeconômica. Martinho Lutero, questiona a autoridade do padre (do homem revelado) para perdoar o pecado. Dentre as 95 Teses por ele propostas na cidade alemã de *Wittenberg* para defesa do seu doutoramento ou *justa teológica*, as de nºs 2 e 6 parecem ser as mais expressivas sob essa perspectiva:

(2) *“Esta penitência não pode ser entendida como penitência sacramental (isto é, da confissão e satisfação celebrada pelo ministério dos sacerdotes)”*;
(6) *“O papa não pode perdoar pecados (dívidas) ele próprio, somente declarar e confirmar o que seja perdoável por Deus, a não ser os casos que para si chamou, e quando isso não for observado, restará completamente mantido o pecado (dívida)”*. (tradução própria¹³)

As teses de Lutero, que sugerem ao pecador dar contas dos pecados diretamente a Deus e não ao papa, podem ter causado uma mudança muito significativa no núcleo da ética cristã. Se o pecado é relacional, por ter-se ferido alguma norma ou convenção social, na perspectiva da *Gesinnungsethik*, e a confissão ou o ato de dar contas, esperando o perdão, não se der no ambiente respectivo, excluindo a chance da reciprocidade, poder-se-ia pensar na ineficácia da confissão. Ora, isso sendo, parece ser possível imaginar um descompromisso com os atos “pecaminosos” e seus efeitos no contexto da *Oikonomia*. Pode ter-se instituído, com a não confissão e a não transparência, uma vantagem competitiva aos protestantes no ambiente econômico. Pela exclusão desse elo humano, estabelece-se um distanciamento com Deus, com a verdade dada e com a utopia, variáveis exógenas, do ambiente da *Verantwortungsethik*, que tencionam o desenvolvimento capitalista.

Ocorrida num período histórico de instável balanceamento do poder entre o Papa e o Imperador, ao mesmo tempo em que os principados operavam com certa autonomia, a Reforma toma impulso com a crescente venda de indulgências pela Igreja. A venda de indulgências consistia basicamente do fato de um pecador poder ter perdoado um pecado mediante o pagamento de uma espécie de multa. Esse sistema, embora eficiente para financiar a Igreja, fazia fluir importantes recursos da estrutura dos principados germânicos para Roma. Essa sangria de recursos da região pode não ter sido bem vista pela estrutura política da época – principalmente os principados.

¹³ (2) Quod verbum de penitentia sacramentali (id est confessionis et satisfactionis, que sacerdotum ministerio celebratur) non potest intelligi. (6) Papa non potest remittere ullam culpam nisi declarando, et approbando remissam a deo Aut certe remittendo casus reservatos sibi, quibus contemptis culpa prorsus remaneret.

Nas 95 Teses, que Martinho Lutero propõe para os fins de defesa de doutoramento, coloca em questão a autoridade do Papa a para o perdão de pecados. Mais especificamente na Tese n° 6 sugere: “*O papa não pode perdoar pecados (dívidas) ele próprio, somente declarar e confirmar o que seja perdoável por Deus, a não ser os casos que para si chamou, e quando isso não for observado, restará completamente mantido o pecado (dívida)*”¹⁴ – tradução própria.

Com a possibilidade da expansão das idéias e textos de Lutero pela nascente imprensa de Gutenberg e pelo aparente desejo do principado Germânico de evitar a fuga de recursos para Roma, criam-se as condições para a reforma. Da reforma resultam, dentre outros, a constituição de duas classes socioeconômicas (os reformados e os católicos) e a exclusão do papa como elo de ligação entre os reformados e Deus.

Parece lógico que a tese n° 6 de Lutero ecoasse melhor junto àqueles que mais pagavam pelos seus pecados. Essa questão, somada a insatisfação dos príncipes, que não viam com bons olhos os recursos dos seus principados fluírem para Roma, parecem ter constituído a mola mestra da Reforma.

Aparentemente constituiu-se, assim, uma nova classe socioeconômica, livre da necessidade de dar contas ao homem, inclusive sobre a sorte dos diferentes status de capital, um novo estágio de alienação da evolução.

Com a não necessidade de dar contas ao *homem revelado* (ao papa ou ao padre), e sim, diretamente a Deus, parece ter-se tirado a questão *dar contas* do campo das experiências ou do campo da *Gesiennungsethik*, reportando a questão para a *Verantwortungsethik*, transcendente à experiência.

Para Max Weber, nas obras *Wirtschaft und Gesellschaft* e *Die protestantische Ethik und der 'Geist' des Kapitalismus*, a “ética protestante” teria influenciado o desenvolvimento do capitalismo mundial. Assim escreve Max Weber no primeiro dos dois livros:

Os embates da mística contemplativa que se dão no mundo interior são vistos com uma reverente utilidade, do qual sempre deseja se afastar ou fugir, para a calma do seu ambiente com Deus. O lúcido está para ele, em seus íntimos questionamentos, ser objeto de Deus. Sua própria condição de criatura reverente e dedicada é, portanto, de autenticidade ou validade duvidosa. Sim, o sucesso de suas ações é o sucesso do próprio Deus, para

¹⁴ (versão original em Alemão) – Der Papst kann keine Schuld vergeben als allein sofern, daß er erkläre und bestätige, was von Gott vergeben sei, oder aber, daß er es tue in den Fällen, die er sich vorbehalten hat, und wenn dies verachtet würde, so bliebe die Schuld ganz und gar unaufgehoben.

o qual ele contribuiu, se não, no mínimo, um sinal da bênção de Deus para ele e o seu fazer. (Max Weber: *Wirtschaft und Gesellschaft*. Max Weber: *Gesammelte Werke*, página 1124)

Dentro dessa perspectiva, parece claro que a independência financeira de Roma constituía-se, de fato, na mola mestra dos proponentes e animadores dos movimentos da reforma protestante. As teses que defendem que não compete à Igreja (ao Papa) o perdão do pecado, e que a prosperidade pessoal é uma evidência da aprovação divina são, ao mesmo tempo, simpáticas para a mobilização social e dinamizadoras da atividade econômica local.

Enfim, com a não necessidade de dar contas ao *homem revelado* (ao papa ou ao padre), e sim, diretamente a Deus, parece ter-se tirado a questão *dar contas* do campo das experiências ou do campo da *Gesinnungsethik*, reportando a questão para a *Verantwortungsethik*, transcendente à experiência.

Para a Igreja Católica, que segue com sua organização social global e comunitária, o pecado e o perdão processam-se entre os civis e não diretamente desses com Deus. Na perspectiva econômica, é através da Lei da Usura que a Igreja condena a acumulação ou uso de bens materiais que cerceiam as necessidades de outros – isso é, a acumulação de capital é vendida aos católicos não como um sinal de predestinação divina e sim como um pecado.

Embora já tenhamos visto que as três principais religiões (*Judaísmo, Islamismo e Cristianismo*) parecem assemelhar-se no sentido das suas crenças, distinguem-se muito sob o aspecto socioeconômico, estabelecendo inclusive uma certa assimetria em favor do Judaísmo, que vale ser destacada.

Os Judeus às vezes são entendidos como um grupo étnico, quando, de fato, constituem um grupo religioso. O judaísmo, ou religião judaica, tem seus preceitos fundados e consolidados do Talmude, equivalente à Bíblia para os cristãos. Isso é, os judeus são os adeptos de um conjunto de crenças e valores que se consolidaram no passar do tempo e se registraram principalmente no Talmude. No caso da Bíblia, o Antigo Testamento é, inclusive, comum para as três religiões, sendo o Novo Testamento mais dirigido aos cristãos.

O nome Judeu, ou *Yehudi*, é usado no Antigo Testamento para designar membros da tribo de Judá, descendentes do quarto dos doze filhos de Jacó (dos doze filhos que teriam dado origem às doze tribos de Israel, de cujo destino se têm pouca ou nenhuma informação).

Surgido por volta de 1200 a.C., o judaísmo consiste da primeira das grandes religiões monoteístas. Tem sua essência nos Dez Mandamentos que Moisés recebera de Deus, naquele período, no Monte Sinai, durante o grande período de fuga da escravidão do Egito (Babilônia). Na seqüência, com esse mote dos mandamentos, Moisés ajudou seu sucessor, Josué, a conquistar as terras de Canaã e renomeá-las como: as terras de Israel.

Com a chamada “primeira guerra judaico-romana”, ocorrida entre os anos 66 d.C. e 70 d.C., os romanos, sob o comando de Tito, além de destruírem os mosteiros dos essênios junto ao Mar Morto, destruíram o Templo de Jerusalém, o centro da resistência judaica em Jerusalém, dispersando os judeus.

Dentre outros muitos destinos dos judeus, têm-se registros da sua chegada ao Reino da Khazaria, atual região da Hungria e da Romênia. Administrada por Khagan Bulan, essa região pagã e, por isso, pressionada, teria adotado o judaísmo como religião oficial por volta do ano 740 d.C.. Desse modo, passando o judaísmo a ser a religião oficial, pagãos de diferentes etnias foram convertidos ao judaísmo. Além de professores da nova religião, os judeus migrantes (originários de Jerusalém) respondiam pelo comércio de seda e tapetes, trazidos da Pérsia e do Oriente Próximo. Os judeus *originários* eram semi-nômades, cultos, hábeis comerciantes e não ligados à terra.

Com a ocupação da Khazaria pelos russos e bizantinos em 1016 d.C., os judeus (*originários* e convertidos) espalharam-se novamente, migrando sua maioria pela Europa Oriental e Ocidental. Em essência, portanto, não podemos tratar os judeus como uma etnia, e sim, um grupo que se formou pela progressiva adesão à idéia de uma unidade religiosa.

Fica, assim, aproximadamente caracterizada a religião judaica e seu modo de se relacionar socialmente. Trata-se de um grupo religioso destacadamente letrado, focado nos negócios e na prestação de serviços, não ligados à produção, tampouco à propriedade da terra.

Como decorrência disso, são notórios os motivos pelos quais se podem inferir sobre a decorrente diferenciação socioeconômica dos adeptos do judaísmo em relação aos adeptos das outras duas religiões monoteístas.

Analisando os registros históricos que há sobre a relação entre as religiões e as características socioeconômicas, pode-se perceber que, a partir do início da segunda metade do segundo milênio da nossa era (a partir de 1500), os judeus começam a se destacar em áreas como o comércio de bens de consumo e serviços financeiros, especialmente na região da atual Europa Central.

Rahden (2000) nos traz um dos raros e restritos estudos sobre a participação judaica na atividade econômica. Interessado em analisar a participação relativa dos adeptos do judaísmo, do protestantismo e do catolicismo na atividade econômica alemã, Rahden pesquisa dados de 1861 e 1862 nas cidades alemãs de Breslau, Berlin, Köln e Königsberg. Os resultados, publicados sob o título “*Der jüdische Anteil an den Wirtschaftsbranchen in Breslau, Berlin, Köln u. Königsberg 1861/62*” (Rahden 2000, pág. 45), foram retrabalhados para os fins desta pesquisa.

Participação dos Judeus na Atividade Econômica

Breslau, Berlin, Köln e Königsberg (1861-1862)

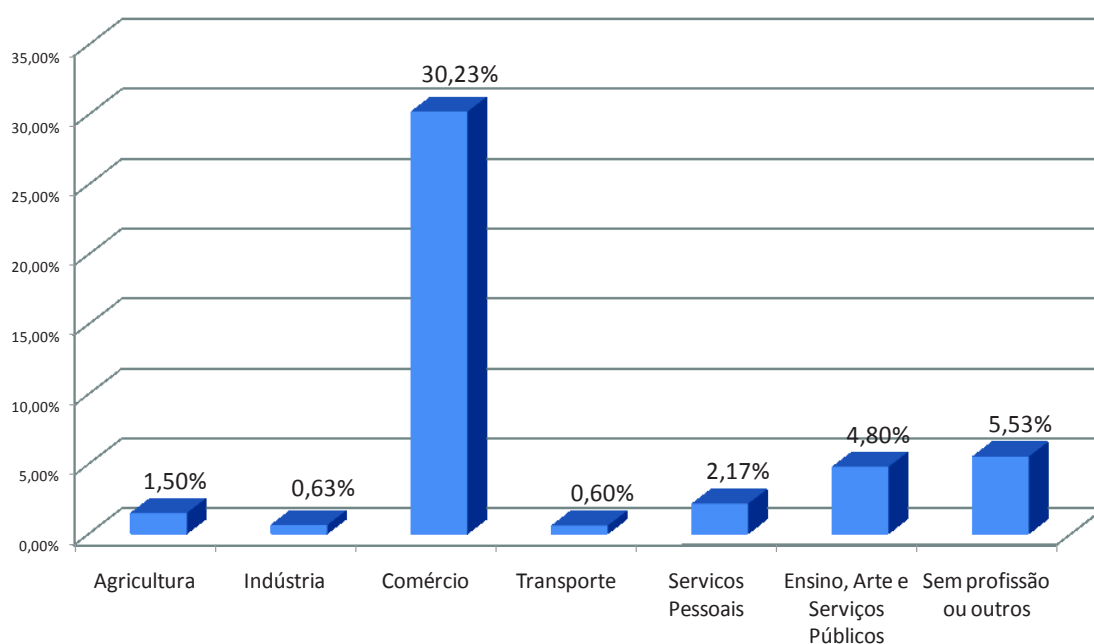


Gráfico 2-2 Elaborado pelo autor, com base em dados do *Preußische Statistik Bd. 5/6, Berlin 1864, 148f. u. 152f.*, publicado em Rahden 2000, pág. 45, e adaptado para essa pesquisa.

O gráfico mostra que, enquanto 30,23% das atividades comerciais dessas quatro cidades estavam sob os cuidados ou domínio dos judeus, os mesmos cuidavam ou respondiam por 1,50% das atividades na agricultura.

Em outra tabela, Rahden (2000, pág. 53) nos apresenta dados sobre a estrutura profissional dos Breslauenses no ano de 1906.

Estrutura profissional dos Breslauenses em 1906

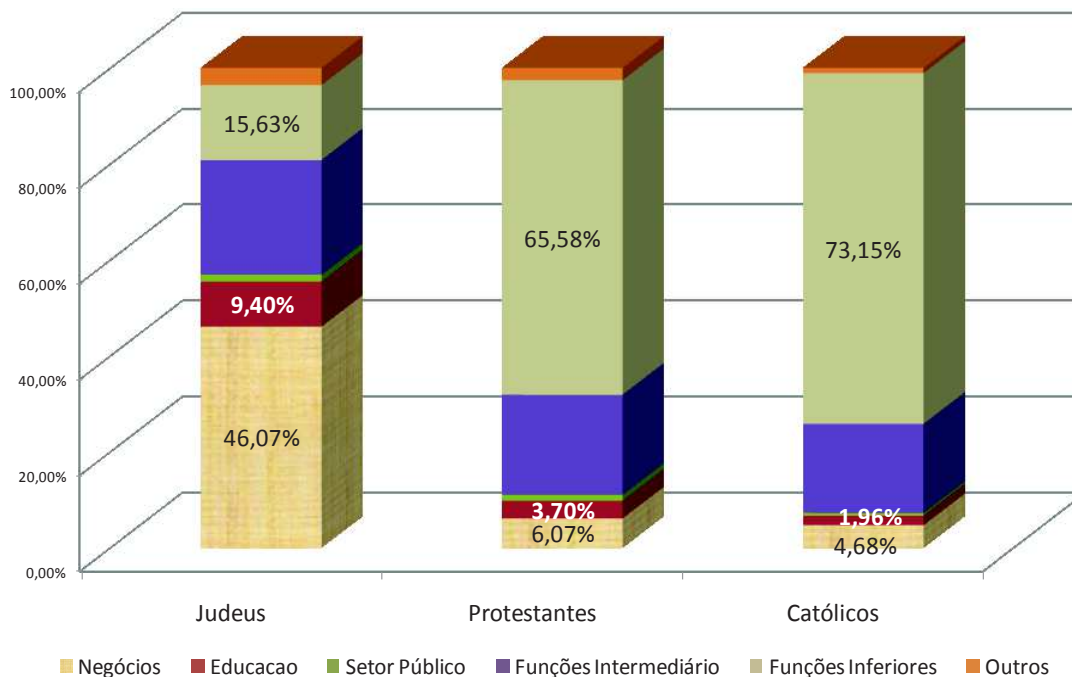


Gráfico 2-3 Elaborado pelo autor, com base em dados do *Preußische Statistik Bd. 5/6, Berlin 1864, 148f. u. 152f.*, publicado em Rahden 2000, pág. 53, e adaptado para essa pesquisa.

Nesse gráfico vê-se um destacado interesse dos judeus pela atividade de negócios e educação. Enquanto 46,07% dos judeus estavam dedicando-se aos negócios, 6,07% dos protestantes e 4,68% dos católicos estavam dedicando-se à mesma atividade.

No outro extremo, enquanto 73,15% dos católicos e 65,58% dos protestantes dedicavam-se às funções inferiores (principalmente agricultura e produção), 15,63% dos judeus se dedicavam a essa mesma atividade. Aos poucos os judeus vão ocupando um espaço destacado nessas áreas. É nesse período em que começam a se perceber destaques dos judeus no mundo das ciências e das artes.

Embora Franz Kafka (apud VOIGTS 2009, pág. 2) apresente o Talmude como um conjunto de “*constantes repetições de frases ou partes de frases idênticas ou similares, com diferentes soluções para os problemas, vistos a partir de suas contraditoriedades, sem que disso uma conclusão tenha sido encontrada*” (tradução própria), ele constitui-se de um poderoso projeto de educação para o exercício da cognição, da lógica e da filosofia; o que coloca os judeus num patamar competitivo diferenciado.

Confirmam-se, desse modo, as condições mais apropriadas para a progressão intelectual e socioeconômica dos adeptos da religião judaica: a acumulação de recursos financeiros e um projeto de educação diferenciado.

Evidências dos resultados intelectuais do projeto de educação dos judeus temos quando observamos, por exemplo, os prêmios Nobel por esses obtidos desde a instituição do prêmio na Suécia em 1901.

Segundo dados da Agência Judia para Israel, havia em 2007 13,2 milhões de adeptos da religião judaica no mundo, o que corresponde a 0,19% da população mundial. Segundo a mesma fonte, Israel tinha uma população de 7,6 milhões, dos quais 5,4 milhões (71,50%) eram judeus e 2,2 milhões não judeus. Nos Estados Unidos da América viviam 5,2 milhões de judeus (1,65% da população dos EUA). Os demais 2,6 milhões de judeus viviam em um

Os Judeus e os prêmios Nobel	
Modalidade	% por área
Química	20,0%
Economia	42,2%
Literatura	12,0%
Paz	9,0%
Física	25,0%
Psicologia e medicina	27,0%
Percentual do total	22,2%

Tabela 2:1 Dados da Agência Judia para Israel, http://www.jinfo.org/Nobel_Prizes.html, consultado em 30-08-2015.

grande rol de países, representando, em média, 0,04% das respectivas populações.

Embora representando 0,19% da população mundial, os judeus obtiveram 22,2% do total de prêmios Nobel concedidos desde o início da instituição do Prêmio. Destaque especial se dá na Economia, de cuja modalidade os adeptos da religião judaica obtiveram 42,2% dos prêmios concedidos.

Enfim, podemos concluir que há um conjunto de fatores constituidores da religião judaica que influenciam seus adeptos, levando-os a uma diferenciação científico-social. Dentre esses fatores podem-se destacar: a) o exercício da dialética a partir do estudo do Talmude; b) a mobilidade social e desprendimento da terra e da natureza; c) a concentração profissional em atividades distantes dos fatores de produção; d) a consciência de equivalência de perfis entre seus pares, com a respectiva auto-defesa do grupo.

Enfim, com uma *Gesinnungsethik* e ciência desenvolvidos, têm-se as condições para o estabelecimento de um ambiente de confiança, esperança e reciprocidade, ou seja, um ambiente favorável ao exercício da religião a ser *religado*.

2.1.5 Da *Oikonomia* para o socioeconômico

2.1.5.1 As Instituições e a *Oikonomia*

A palavra instituição tem origem etimológica na palavra latina *institutio* (educação), sendo equivalente ao aprendizado social. Esse aprendizado se legitima e serve de elo de ligação social (um tecido social), para aqueles que dela comungam.

Segundo Ellul (1970), as primeiras instituições surgem na mesopotâmia (Babilônia), atual Iraque, por volta de 4.500 a.C.. Além de haver registros de prédios com paredes reforçadas, dando a entender que se tratava de algo que deveria ser defendido para o interesse coletivo, há evidências de que convenções ou leis eram impressas em letra cuneiforme em esculturas e pedras em todos os lugares públicos do Estado da Babilônia antiga.

Desde o início, o homem vive em grupos para amenizar os efeitos da superioridade da natureza sobre suas fragilidades individuais. Desse modo, e desde logo, podemos ver a instituição como o efeito sobre o coletivo de um aprendizado social. E os humanos nos reunimos em torno do que aprendemos, o que desejamos que se mantenha e que siga surtindo seus efeitos.

Portanto, as instituições são instrumentos através dos quais se buscam estabilizar, assegurar ou guardar as conquistas ou experiências humanas e, a partir dessa conquista ampliar as conquistas sociais. Portanto, as instituições são a corporificação do aprendizado social ou do espírito (*Geist*) social.

Para a guarda e efetivação desse aprendizado criaram-se estruturas sociais como a Igreja, o Estado, as Leis, o Dinheiro e outras, que se dotaram de autoridade para a efetivação do conhecimento acumulado das relações sociais de troca. Desse modo, as instituições assumem diversos formatos.

Para Rousseau, a instituição é aquilo que resulta do conjunto das experiências humanas e que é admitido como positivo ou virtuoso para a relação do homem com a natureza. Rousseau refere que “desde jovem eu considerei o matrimônio como a mais alta e mais sagrada instituição da natureza” (Rousseau – *Emil oder Ueber die Erziehung*, S. 22067).

Para Hegel (Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse, S. 42097), as Leis são uma instituição que o „Judiciário reconhece e para cuja defesa se justifica“.

Embora Marx (em Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Kritik des Hegelschen Staatsrechts, S. 48016-7) entenda como “ilusória a idéia de que o Estado seja uma evolução lógica da família e da sociedade”, traz encontramos nele a definição da sociedade (Gesellschaft) como o produto da soma das “relações que os indivíduos estabelecem entre si” e, por conseguinte, não como o produto da soma dos indivíduos em si. Nessa perspectiva podemos ver a instituição como o produto marginal da cooperação coletiva, que faz as trocas serem desejadas.

Para Max Weber as instituição resultam das convenções coletivamente aceitas. No caso específico a seguir, dá ao dinheiro o sentido de instituição, por ser aceito como meio representativo de valor de troca social: „*Das Geld als soziale Institution ist ein objektives Sinnsystem*“ (Weber, Wirtschaft und Gesellschaft, S. 72). Nesse caso, Max Weber retoma o sentido de convenção e do *oikonomico* do dinheiro, como uma medida endógena de valor de equilíbrio. Em esse atributo institucional, de convenção do dinheiro, sendo considerado na negociação, encontra-se nessa uma intensa aderência com a *Gesinnungsethik*. Entender a instituição como um *oikos* de comunhão de valores, parece muito harmônico e compatível com o que se entende como o sentido da comunidade.

Também para Verdú, (1969, pág. 125) a instituição “*Es la consolidación permanente, uniforme y sistemática de usos, conductas e ideas con medios e instrumentos que aseguran su control y el cumplimiento de su función social*”. Isso é, a instituição se materializa através de meios e instrumentos, localmente aceitos.

Em March & Olsen (1989), encontramos esse mesmo conceito, ou seja: “a organização da vida política é importante, e as instituições influenciam o fluxo da história. As decisões tomadas no âmbito das instituições políticas modificam a distribuição de interesses, recursos, ...”. Isso dá a entender que os autores acreditam na possibilidade da construção de algo novo, para além do ambiente da comunidade de valores, mesmo considerando como premissas as convenções e valores da comunidade ativa.

Em outras referências, como Putnam e Herzog a “virtude cívica” e o “humanismo cívico” assumem o sentido de instituições: Para Putnam (1996, pág. 100), quando Maquiavel (Niccolò di Bernardo Machiavelli) analisa a história antiga das instituições republicanas, conclui que “o êxito ou o fracasso das instituições livres depende do caráter dos cidadãos,

ou seja, de sua ‘virtude cívica.’” Em um contexto muito similar, Herzog (1996), argumenta que a “mais drástica revisão da história do pensamento político dos últimos 25 anos é a descoberta – e a celebração – do humanismo cívico”. Nessas duas manifestações novamente há uma vigorosa presença dos valores constituídos em uma *oikonomia* comunitária. Ou seja, na comunidade estabelece-se uma dinâmica endógena de relações de troca, que geram experiências, que geram convenções e valores, que são conscientemente considerados em novas trocas. Esse ambiente é o da Oikonomia, da comunidade de valores, da consciência dos cidadãos, e que são expressivos da *Gesinnungsethik*.

Quando Tocqueville (1996, pág. 525-8) analisa a dinâmica associativa dos Estados Unidos da América, ressalta a dinâmica dos valores locais nas trocas sociais:

... existem não só associações comerciais e industriais de que todos fazem parte, mas também outros de mil diferentes tipos ... imensamente grandes e muito pequenas ... onde os homens levam atualmente à máxima perfeição a arte de alcançar em conjunto o alvo das aspirações comuns e eles aplicaram essa nova técnica ao maior número de objetivos.

O mesmo autor (p. 190) assevera dizendo que:

... quando uma associação representa alguma corrente de opinião, ela tem que assumir uma forma mais definitiva e mais precisa. Ela tem seus adeptos e os engaja em sua causa; esses adeptos travam conhecimentos entre si, e quanto maior o seu número, maior o entusiasmo. Uma associação congrega a energia de espíritos divergentes e firmemente os orienta para um objetivo claramente definido.

Em dado momento, passamos a perceber o sentido da instituição como um “capital social”. Para os seus expoentes, o capital social representa as características de organização social como: confiança, normas e sistemas. Segundo eles, a articulação dessas variáveis entre si contribui para aumentar a “eficiência da sociedade”, e sua sustentabilidade, facilitando as ações coordenadas.

Nessa linha, Coleman (1990) afirma que o capital social viabiliza “a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse”. Como exemplo cita um “grupo cujos membros demonstram confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro que careça de confiabilidade”. O autor segue exemplificando que uma comunidade rural em que

... um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento”. Coleman (1990, pág. 300-21)

Na análise do caso mexicano Vélez-Ibañez (1983) conclui que algumas associações de crédito rotativo mexicanas alcançaram seus objetivos em função de que ele chama de cadeia de relações sociais em forma de *laços de confiança*. O autor observa que os membros das associações costumam “confiar na confiabilidade dos outros para cumprir com suas obrigações, pois pouco sabem a respeito deles. Como disse alguém, empresta-se confiança mútua”. Segundo o autor, os valores são dados, isso é, em dado momento se os apresentam e se fazem observados. Da perspectiva do autor, podem-se ver as instituições como um produto da ética, que se revela no tempo. Podemos perceber que as instituições, ou valores sociais como tal, desenvolvem-se no tempo e são uma função da história, que se revela. E, para Huitzinga (2007), *história é a forma espiritual através da qual uma cultura se relaciona responsabilmente com seu passado*“..

Seguindo-se no contexto temporal, encontramos em North (1990, pág. 100-140) a conclusão de que

... é impossível compreender as opções de hoje ... sem investigar a evolução incremental das instituições. Mas estamos apenas começando a importante tarefa de pesquisar as implicações da subordinação à trajetória ... precisamos saber muito mais sobre as normas de comportamento derivadas da cultura e como elas interagem com as normas formais. Estamos apenas começando a estudar a fundo as instituições.

As instituições, constituídas de ética ou valores que decorrem da experiência social, parecem ser espaços para a vinculação de contratos sociais. Os contratos sociais, formais ou não, são a corporificação da experiência social de troca. Desse modo surge a organização, dotada de corpo, que abriga os valores institucionais, que se convertem em fatos através do objeto dos contratos.

2.1.5.2 A Igreja e a *Oikonomia*

Tem-se, inicialmente, a Igreja como a oikonomia ou união (*universia*) de pessoas “chamadas para fora” ... (*ekklesia*: *ek*, para fora; e *klesia*, chamados), que têm em comum a identidade com o evangelho (*nomos*), que é admitido como válido e pelo qual há pregação.

Conforme Mateus (16; 18-19), do Novo Testamento, Jesus Cristo diz a São Pedro, “Tu és Pedro, e sobre esta rocha edificarei a minha Igreja e ... eu te darei as chaves do reino do céu”.

Como delegado do Verbo Encarnado¹⁵, resta a São Pedro o exercício da sua missão. E se inicia a Igreja Cristã. No início, o Império Romano proibia a prática de cultos cristãos. Assim, os cultos cristãos constituíam-se de celebrações em locais escondidos, prioritariamente cavernas. Essa forma de Igreja se manifesta até o ano 313, ano em que o imperador Constantino decretou o fim das perseguições aos cristãos. Assim, a Igreja Cristã se expande rapidamente pelo Império Romano, passando inclusive para o Sacro Império Romano Germânico (período de 962 – 1806).

Assim, a Igreja, que na sua origem etimológica significa reunião de pessoas, passa a ser a instituição com estrutura e sede física em Roma – a Igreja Católica Apostólica Romana.

Para o exercício do que entende como a sua missão, constrói-se uma complexa rede de templos e documentos para o exercício do cristianismo ou da Igreja. E assim, a exemplo de Jesus, o *verbo encarnado*, a Igreja, ou a comunhão de cristãos, se transfigura teoricamente no templo, passando a Igreja a ser compreendida ou constituída do seu patrimônio físico. A partir de então, a Igreja se vê como a estrutura, cuja coordenação encontra assento na Cidade do Vaticano, em Roma – Itália.

Não é de surpreender que a Igreja, que veio com a cultura greco-romana do império romano para o norte da Europa¹⁶, e tendo desenvolvido-se mais nesses locais do que na sua origem, tenha gerado um movimento de resistência para reter no Sacro Império recursos que migravam para Roma. A construção das imponentes Igrejas na Alemanha, depois do movimento protestante, é um dos exemplos que denunciam o efeito da retenção e investimento dos recursos da região na região e suas decorrentes dinâmicas.

Parece haver na Igreja Católica essa propensão à criação de estruturas sociais, que podem ser vistas, em grandes linhas, como um aparato de defesa, tal como no caso do Estado. Nos povos Asteca, Inca e Maia, por exemplo, havia uma veneração ao astro sol e, para as manifestações e expressões dessa fé erguiam-se fenomenais monumentos e a organização social girava em torno desse mundo mágico e mitológico, conhecido e dominado pelos líderes. Em todos os casos, havia também uma estrutura hierárquica que religava essa teia de fé. Os povos Incas, habitantes da Cordilheira dos Andes, tinham em Machu Pichu o líder Atahualpa, como soberano absoluto até que o império fosse destruído pelos espanhóis, na

¹⁵ Segundo Evangelho de João (1:1-14) “No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus... e o Verbo era Deus ... O Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos sua glória, glória como do unigênito do Pai.”

¹⁶ Segundo Ranke (1874) a “Europa surge do conflito entre os povos Romanos e os Germânicos”.

primeira metade do século XVI e seu soberano morto, após uma série das mais vis mentiras e traições¹⁷ da parte da coroa espanhola (Estado).

As civilizações Maia, Asteca e Inca tinham estruturas hierárquicas fortes, com destacado avanço tecnológico e práxis mitológica, mas com poder bélico relativamente fraco - por isso, vulneráveis aos ataques externos, e desabam. Os ataques externos são feitos ou por tribos rivais ou por conquistadores. Com os conquistadores vinha uma Igreja europeia que já havia aprendido que o poder não prescinde das armas.

Na aurora do segundo milênio, a Igreja europeia parece exercer um poder soberano sobre o Ocidente. Naquele período histórico, ora organiza movimentos como as Cruzadas, armando os Cristãos contra os infiéis, ora produz instrumentos como a Suma Contra os Gentios, de Santo Tomás de Aquino. As cruzadas são um exemplo de capacidade para a articulação da Igreja. Motivado pelas ações dos muçulmanos em Jerusalém, como a destruição do Santo Sepulcro no ano 1009, Urbano II, sob o lema *Deus lo vult* (Deus o deseja), dá início às cruzadas para liberar a Terra Santa.

Mas a organização da força-ação sempre tem efeitos colaterais. É natural que a práxis dos articulados crie suas próprias demandas e demande a satisfação de ou o reconhecimento de conquistas individuais. Além do mais, não é novidade que as Cruzadas, com seu caráter beligerante, tivessem também se convertido em grandes movimentos de pilhagem e acumulação de patrimônio para os “senhores da guerra”.

Aos poucos a Igreja passa para a defensiva: – no Concílio de Trento (1545 a 1563) objetiva defender a Igreja contra a reforma protestante. – com a revolução francesa a posição da Igreja foi a de combater o individualismo e o socialismo¹⁸. A Igreja, com seu princípio de ação comunitária, passou a ser vista como o símbolo da resistência ao progresso social ou das liberdades individuais.

Na Rerum Novarum, de 15 de maio de 1891 (de Leão XIII), faz concessões e reconhece avanços sociais e sugere campos definidos de ação para a Igreja e para o Estado. Em campos como o da família, do trabalho, da educação e da cultura em geral, porém, as tensões permanecem. Tomam corpo nesse período o princípio da subsidiariedade e da doutrina social da Igreja Católica.

¹⁷ Para conquistar a sua liberdade, o soberano deveria entregar o equivalente a um quarto repleto de ouro; depois que entregue o ouro...foi massacrado!

Tal como as estruturas feudo-imperiais, a Igreja influenciou e foi influenciada pelas variáveis históricas do seu tempo e foi demandada a fazer concessões na direção da liberdade individual. A Igreja, como um corpo estruturado de valores éticos, ensaia movimentos aritméticos para tal, mas a velocidade com que o mundo externo se desloca parece exponencial.

Embora devesse ter sido difícil à Igreja pensar e repensar seus princípios e dogmas, importantes para o estabelecimento de um ambiente de confiança e esperança, ela faz avanços importantes como os documentados através da *Mater et Magistra*, de João XXIII. Nessa, a Igreja propõe romper com o passado, reconhecendo os sinais dos tempos, especialmente os efeitos da *Rerum Novarum*. Na encíclica *Quadragesimo Anno*, Pio XI (1931) diz que a sociedade existe para o homem e não o homem para a sociedade; E, diferentemente de Santo Agostinho, que afirma que os fins do casamento podem ser sintetizados em três palavras: *proles, fides e sacramentum*, a Constituição *Gaudium et Spes* propõe nova ordem nos termos: santificação, amor conjugal e fecundidade.

O Papa Paulo VI, que é considerado um dos grandes da história da Igreja, avança esclarecedoramente sobre a visão econômico-social:

Na obra do desenvolvimento, o homem, que na família encontra o seu modo de vida primordial, é muitas vezes ajudado por organizações profissionais. Se a razão de ser dessas organizações é promover o interesse dos seus membros, então é grande a sua responsabilidade perante a tarefa educativa, que elas podem e devem realizar. Através dos seus esforços de informação e educação, elas têm grandes possibilidades para trabalhar o sentido coletivo, além do compromisso de melhorar o Bem-estar coletivo. (Paulo VI, 1967 – N° 38).

A *Populorum Progressio*, com suas referências às encíclicas ou decretos papais que a precedem ou seguem, é de fundamental importância para compreendermos a posição da Igreja sobre o que tentamos chamar de *oikonomia*, e o desenvolvimento dessas relações no *oikos*. A *Populorum Progressio* trata, não somente do desenvolvimento integral do homem, mas enfaticamente do desenvolvimento solidário e sustentável da humanidade. Nela encontramos aspectos práticos como: os bens existentes pertencem à humanidade¹⁸; a fabricação de bens e o desenvolvimento são processos interdependentes; a planificação do

¹⁸ Os instrumentos da Igreja para isso foram: a *Mirari Vos*, de Gregório XVI; *Syllabus*, de Pio IX, e as primeiras encíclicas de Leão XIII.

¹⁹ Do Evangelho de João (3, 17): „*Wer die Güter dieser Welt hat und seinen Bruder Not leiden sieht und sein Herz gegen ihn verschließt, wie soll da die Liebe Gottes in ihm bleiben?*“

processo de fabricação é fundamental; a organização social presente demanda reformas audaciosas e inovadoras.

Trata-se de uma obra densa, que traz contribuições sumamente importantes e atuais como a que podemos encontrar em seu artigo 14, qual seja: “o desenvolvimento não significa simples crescimento econômico. O verdadeiro desenvolvimento precisa ser abrangente, precisa ter em vista os homens e o homem todo”.

Apesar dos movimentos da Igreja terem sido vistos como uma resposta aos sinais dos tempos, ela parece não ter deixado de defender o princípio da igualdade do ser humano na sociedade, contra a acumulação particular de renda ou a adoção da renda como um fim. Além disso, não se encontra na Igreja a idéia da acumulação e em detrimento da oferta não concorrencial de desenvolvimento humano. Com essa consciência, parece ter-se estabelecido um sistema de reciprocidades positivas entre a Igreja e as comunidades locais, com o que têm-se constituído num *oikos* de interação, sendo essas interações entre pessoas e dessas com Deus, mediadas pela Igreja. Ao viabilizar, em última análise, a religião (*relegere*) a Igreja viabiliza a vinculação de grupos humanos com sua identidade, seus valores e o *oikos*.

Em regra, as diferentes religiões e Igrejas parecem ter a mesma fonte de valores, sejam individuais ou coletivos, embora o coletivo não haja sem o individual. Por exemplo, enquanto a Igreja Católica chama para si a missão de estimular o intercambio de pessoas, tendo na comunhão coletiva da fé a fonte para o bem estar individual, as igrejas e religiões, que predominam no continente asiático, pregam o bem-estar coletivo como função do bem-estar individual.

Há de se considerar também que as religiões, com a característica da ação coletiva, o fazem sob a reunião coletiva. Suas manifestações são normalmente feitas em templos, Igrejas e são necessários recursos coletivos para a manutenção desses locais de expressão. Assim, dentro da religião cristã, por exemplo, desenvolveu-se um extraordinário conjunto de obras (arte, prédios, literatura) que podem estar exercendo influência sobre a caracterização e tipificação do desenvolvimento nas regiões em que está presente. De qualquer forma, são produções que vêm de motivações e experiências coletivas locais, incorporando também a estrutura de valores.

Embora a Igreja, em seu passado histórico europeu não tenha dado sinais vigorosos de dissociação do poder econômico e político, tendo por vezes inclusive destacado-se nessas

áreas, parece nunca ter deixado de salvaguardar um sentido essencial de compaixão e reciprocidade social entre os seus adeptos. Para esse sentimento as pessoas parecem buscar acolhida no seu templo – no seu *oikos* de valores.

2.1.5.3 O Estado repressor da *Oikonomia*

Se entendêssemos o Estado como a consciência do seu povo, poderíamos conceituá-lo como a estrutura de poder que representa o conjunto das experiências das relações sociais de troca e todos os seus protagonistas políticos negociariam com base nesses valores e se orientariam pela *Gesinnungsethik*. Portanto, o Estado poderia ser uma representação *oikonomica*, que teria na constituição (materialização das experiências) a chancela para o exercício do bem comum. Se a constituição efetivamente representasse as experiências do povo que a promulga e a atualiza, ela seria também o supra-sumo da norma, que consolida a moral, a ética e a experiência (tecnologia) de um povo. Sendo assim, ela não somente prodigalizaria um ambiente de confiança, como, em decorrência dessa confiança, permitiria ao seu povo ter esperança. Num *oikos* dessa natureza, as trocas sociais dar-se-iam à luz da *Gesinnungsethik* e, portanto, da *Oikonomia*.

Mas, por diferentes variáveis, parece não ser assim. As constituições dos países majoritariamente costumam espelhar-se em constituições e experiências de outros países, restando a muito poucos a condição de protagonista dessa missão histórica. Desse modo, os processos de troca sociais, nos países que têm constituições não emanadas das suas experiências, não tem como se dar em pressupostos de confiança e reciprocidade, restando a infelicidade relativamente ao Estado. Nessa perspectiva, Max Weber é categórico em afirmar que, o que se pode esperar do Estado é o “monopólio da violência”.

Para Nietzsche (pág. 67.804), o “Estado é o mais frio de todos os monstros frios. É frio e também mente; e essa mentira rasteja-a para fora da sua boca: ‘Eu, o Estado, sou o povo’”. E Nietzsche complementa (pág. 67.805), “onde ainda há povo, ali ele não entende o Estado e o odeia como sendo o olho do mal e do pecado contra as leis e costumes”.

Eis o problema: um Estado que não emana das experiências e das lutas de seu povo, que tenta traduzir costumes (nomos) de outros povos, administrado por políticos que não tem o amparo das convenções próprias, vê-se estimulado a negociar sob o argumento do desenvolvimento, da política real, dos resultados, portanto, da *Verantwortungsethik*. Com essa dinâmica de brutalidade estabelece-se uma relação de dependência do povo para com

o Estado e ao Estado dá um caráter totalitário, da missão de transformar a *oikonomia* retrógrada em uma economia próspera e num “país do futuro”.

Retornando-se às origens do Estado, parece ser possível identificar a sua missão primeira como a de protetor da propriedade. Quando as fortalezas medievais (Burgos) já não acompanharam as conquistas do comércio, o Estado lança seus tentáculos para extramuros, aparelhando-se para, com o monopólio natural do uso da violência, proteger as conquistas do comércio e as decorrentes propriedades. Naturalmente o Estado protetor da propriedade se instala, dando as condições para a materialização das conquistas.

Parece que esse ponto, das conquistas, é um ponto paradigmático. As conquistas são animadoras de todas as iniciativas e, em havendo as conquistas, é ótimo que haja o Estado para dizer a quem são de direito. Desse modo, pessoas propensas a ganharem dinheiro (medida majoritária das conquistas) fazendo bem as coisas e, de outro lado, pessoas interessadas em pagar livremente pelo bem que recebem, haveria de resultar como que uma *mão invisível* que regulasse esse mecanismo de trocas sociais. Porém, quando o Estado não tem a legitimidade histórica das experiências, negociando na perspectiva da *Verantwortungsethik*, restringe as oportunidades a poucos, estabelecendo as condições para a acumulação e centralização econômica.

Desse modo, o Estado, que deveria, como já sugerido, ser visto como criatura da sociedade, e não o contrário, apresenta-se como prateleira imutável das conquistas e das classes sociais. Clastres (1990, p.139) afirma que “a emergência do Estado determina o aparecimento das classes”. Considerando que essa característica do Estado não se altera, o Estado parece representar bem às vontades ou demandas humanas pela materialização das suas conquistas. Assim, Estado e sociedade parecem fundir-se, estando o primeiro a serviço da segunda.

Para viabilizar ou garantir as condições para essa relação o Estado parece ter evoluído para o estado de instrumento a serviço da ratificação das ações de interesse socioeconômico. Ou seja, saindo das civilizações arcaicas, saída motivada pelas ofertas naturais, o homem acumula e assume o poder tecnológico marginal, que chancela e defende a partir da formação do poder estatal, do que resulta o poder e a acumulação econômica ou a sociedade da acumulação do poder do capital.

Já vimos que o Estado pode ser visto como um ente espaço-temporal, caracterizado pela união de um conjunto de pessoas, que vivem em determinado espaço territorial, que se

relacionam mediante costumes (próprios ou de terceiros). É justamente na condição de guardião dos costumes ou regulamentos que o Estado parece ter-se constituído; triunfante, sobe ao palco como a instituição *monopolizadora do poder* ou do exercício da violência, como Max Weber o define.

Conforme Weber (pág. 183-4) o Estado de hoje é

um sistema administrativo e legal, alterável por emendas, ao qual se orientam as convenções dos escalões administrativos, mas não somente esses; também todas as convenções que vierem a acontecer nesse ambiente dominado, de tal forma que hoje haja tirania "legítima" somente onde o Estado a autoriza ou prescreve ... Esse caráter monopolista de tirania é uma característica contemporânea do Estado, assim como o seu continuado caráter institucional-funcional.

Considerando que a humanidade relaciona-se com a natureza, sobre a qual deseja imperar, para cuja missão cercou-se de elementos acessórios (tecnologia ou o meio de tecnologia – o capital), o Estado apresenta-se com seu principal talento – garantir isso da melhor forma, sem deixar de garantir a pessoalização das diferenciadas conquistas.

De todo modo, trata-se da propriedade e da individualidade a serem preservadas. A individualização sem fronteiras que leva à caracterização da autoridade. Conforme Altvater (2007, p. 72), a individualização

leva conseqüentemente a um novo autoritarismo (e na busca de novas identidades, tais como raça, nacionalidade, etnia, religião). Esse não se orienta contra o livre mercado, também não contesta as tendências da globalização, da individualização e da privatização, e sim, complementa-as e completa-as.

O Estado que tem-se estruturado no passar do tempo e acumulado ciência das diferentes experiências históricas de organização política, organiza-se para coordenar o mercado e a propriedade, garantindo o mérito diferenciado das conquistas, do que protege a manutenção, quando não da potencialização, das diferenças entre as classes socioeconômicas.

Ou seja, não há como esperar do Estado a modificação desse quadro. Essa missão parece restar às instituições sociais como as Universidades que, com suas éticas e competências, podem gerar um ambiente *oikonomico* de confiança e esperança. Um ambiente de confiança gesta a *Oikonomia*, que viabiliza interações sociais acreditáveis no âmbito da *Gesinnungsethik*.

2.2 Sobre a Universidade

Pressupondo ser a Universidade uma Instituição capaz de influenciar a desaceleração do ciclo inercial do desenvolvimento concentrador de renda e gerador de desigualdades sociais, estar-se-á fazendo uma incursão sobre a história da Universidade, desde sua origem e modelos, passando rapidamente pela história dos Jesuítas (mantenedores da UNISINOS) e uma breve apresentação UNISINOS, campo de pesquisa para esta tese de doutoramento.

2.2.1 O que é afinal uma Universidade?

2.2.1.1 Conceito

A Universidade é um lócus onde o saber acumulado da humanidade se mantém vivo e se revitaliza. Fazendo chegar esse saber acumulado, mais as novas construções dela mesma e mais as vindas do infinito desejo concorrencial humano à sociedade e à cultura plural, a Universidade pode promover o desenvolvimento humano.

O termo Universidade equivale ao termo latino *universitas*. E, *universitas* é uma parte do conceito latino de Universidade *universitas magistrorum et scholarium*, que equivale aproximadamente à *comunidade dos educadores e educandos*.

Na sociedade contemporânea, a Universidade assume o posto mais alto na hierarquia das estruturas de ensino ou da educação.

Conforme definido pela LDB “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

As estruturas de ensino seguem um certo padrão, e apresentam-se organizadas, aproximadamente, da seguinte forma: na fase inicial, encontram-se as creches ou pré-escolas; na segunda fase, o ensino fundamental e o ensino médio; na terceira fase, o ensino superior

Dentro dessa estrutura, a Universidade tem se apresentado como um local onde o saber acumulado e, portanto, o saber mais elevado que a humanidade produziu, pulsa e com o qual as civilizações podem interagir indefinidamente. Nesse entendimento, entretanto, ignoram-se evidentemente todas as grandes descobertas que não puderam ser testemunhadas na recente e curta história da humanidade, capitaneada pela escrita e aquelas presentes nos nossos dias e que a nossa limitada capacidade de leitura não vê.

Em regra, a exemplo do Brasil, os sistemas de educação nacionais reproduzem um status quo do fluxo da humanidade. Os sistemas de educação são normatizados através de Leis, que são expressões das sociedades organizadas no tempo. Lendo-se a legislação de educação de um país, pode-se portanto, ver o que a sociedade espera da educação.

O Artigo 21 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Brasil), divide a educação escolar brasileira em dois níveis: I – Educação básica e II – Educação superior. No Art. 43, a mesma Lei define as finalidades da educação superior e, no Art. 52, define as Universidades como “instituições pluri-disciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano ...”.

O texto da Lei sugere a Universidade como instituição de ensino, pesquisa e extensão e enfatiza a ... difusão ... das ... conquistas ... geradas na instituição.

Sobrecarrega-se aqui a possibilidade da Universidade agregar conquistas que a justifiquem como instituição de ensino superior, sem que haja uma ênfase caracterizada na percepção da história e dos avanços da praxis que se dão fora dos muros da Universidade, além e especialmente as experiências que os alunos trazem dos seus contextos regionais, étnicos, econômicos, religiosos ... da sua economia.

Almiro Petry (2004 – pág. 154), quando fala da Universidade, diz que é possível

de modo aproximado, conceituá-la, descritivamente, como uma instituição social que gera (constrói), acumula, guarda e reconstrói conhecimentos; oportuniza a circulação dos resultados de suas pesquisas (geração de conhecimentos); forma homens e mulheres capazes de criar e inovar, como profissionais, no seu exercício profissional e enquanto cidadãos comprometidos com a mudança; projeta e prospecta, em atitude pró-ativa, o futuro em compromisso interdisciplinar (em contraste com a segmentação e com a especialização de conhecimentos) com procedimentos de ‘fertilização cruzada’ entre campos de saber, Universidades nacionais e estrangeiras; defende e promove o bem social.

Sempre mais se torna pouco claro de que forma a Universidade pode promover o melhor efeito da sua ação sobre a sociedade e, em todos os casos, não podemos definir a Universidade como um ser que surge e se apresenta como portador da missão de produzir conhecimento e socializá-lo. A Universidade surge formalmente em dado momento como fruto das conquistas sociais da humanidade.

Mesmo depois das Universidades terem assumido sua estrutura nos moldes atuais, não se puderam creditar exclusivamente a essas as grandes conquistas científicas da humanidade. Assim, a Universidade precisa ver-se como uma instituição não isolada ou autônoma e sim, um *oikos* inclusivo para as diferentes experiências sociais.

2.2.1.2 Aspectos históricos

Afirmar quando surge a primeira Universidade é de qualquer forma desafiador. Primeiramente o entendimento sobre o conceito de Universidade se dá por convenção histórica. Universidade seria também o lócus espaço-temporal em que a instituição da pluralidade dos saberes humanos se corporifica e se socializa.

Na antiguidade, essa corporificação talvez fosse estereotipada por figuras como, por exemplo: os feiticeiros, os profetas ou os pensadores. Eram pessoas físicas, e não jurídicas, portadoras ou guardiãs das instituições humanas do saber.

Como um desses exemplos, podemos citar Aristóteles. Aristóteles nasceu em Estagira, na Calcídica no ano 384 a.C. e aos 17 anos, no ano de 367 a.C. partiu para Atenas, maior centro intelectual e artístico da Grécia, para prosseguir seus estudos. Aristóteles se alia a Platão e sua Academia, que prega a ciência (episteme) como fundamento da realidade. Com a morte de Platão em 347 a.C., parte para Assos e com a ajuda de alguns ex-alunos, assim como do tirano local Hérmiás, funda um pequeno círculo filosófico. Com o assassinato de Hérmiás parte para Mitilene, na ilha de Lesbos, onde realizou a maior parte de suas famosas investigações biológicas. No ano de 343 a.C. chamado por Filipe II (da Macedônia), torna-se preceptor de Alexandre (o grande), função que exerceu até 336 a.C., quando Alexandre subiu ao trono.

Neste mesmo ano, de volta a Atenas, fundou o *Lykeion* (origem da palavra Liceu). Seus alunos ficaram conhecidos como peripatéticos (os que passeiam), devido ao hábito de Aristóteles de ensinar ao ar livre, muitas vezes sob as árvores que cercavam o Liceu. Ao contrário da Academia de Platão, o Liceu privilegiava as ciências naturais. Os trabalhos de

Aristóteles cobriam os campos do conhecimento clássico de então: filosofia, metafísica, lógica, ética, política, retórica, poesia, biologia, zoologia, medicina e não só estabeleceu as bases de tais disciplinas quanto sua metodologia científica.

Aristóteles dirigiu a escola até 324 a.C., pouco depois da morte de Alexandre. Os sentimentos antimacedônios dos atenienses voltaram-se contra ele que, sentindo-se ameaçado, deixou a escola aos cuidados de seu principal discípulo, Teofrasto e retirou-se para Cálcis, na Eubéia, onde morreu a 323 a.C..

Aristóteles recebeu influências de Parmênides, Sócrates, Platão e Heráclito, e influenciou Alexandre Magno, Al-Farabi, Avicena, Averróis, Alberto Magno, Copérnico, Galileu Galilei, Ptolomeu, São Tomás de Aquino, e a maior parte da filosofia islâmica, filosofia cristã, filosofia ocidental e a ciência em geral.

Não constitui objeto de tese o estudo da obra de Aristóteles, mas vale apresentar resumidamente uma contribuição genial quando concebe a Física a partir do movimento. Segundo ele a teoria do ato e potência, com implicações metafísicas, é o fundamento do sistema. Ato e potência “relacionam-se com o movimento enquanto que a matéria e forma com a ausência de movimento”.

Ou seja, sendo fruto de influências do seu tempo e de antes do seu tempo, e agregando a isso os frutos das suas investigações, Aristóteles, com seus alunos, junta os elementos do que posteriormente se constitui como a *alma mater* da Universidade.

Começa-se a perceber a necessária tomada de corpo pela Universidade. Essa tomada de corpo, em que se insere o subliminar efeito do domínio da escrita, normaliza o acúmulo e a socialização do saber.

Sem essa normalização, a imaginação sobre a amplitude dos percalços do progresso científico é livre. Quantos descobridores da tecnologia do fogo não teriam padecido nos diferentes momentos da humanidade até que se socializasse seu uso. Quantos “artesãos” de culturas não teriam sido massacrados por outras tribos até que se socializasse seu domínio – por exemplo, as arquiteturas egípcia, maia, asteca e inca.

Pode-se traçar uma analogia entre as descobertas humanas e a transmissão dos saberes acumulados no tempo com o que entendemos por Universidade hoje. Mas, somente com a organização das Universidades como pessoas jurídicas, dá-se o marco inicial do processo

da guarda e socialização organizada e continuada dos progressos da humanidade. Assim, a instituição toma corpo social e se molda em Universidade.

Como instituição jurídica cita-se normalmente como precursora a Universidade de Bolonha, na Itália, embora haja historiadores que defendam ter havido na China, e na região de Marrocos, instituições anteriores a essa. Atendendo às demandas sociais da época, assentam-se as bases para a socialização organizada dos saberes herdados da Antigüidade. Estudantes emancipados de seus mestres reúnem as condições para a organização de esforços que influenciam decisivamente a criação da Universidade, com a sua organização jurídica, a eleição do reitor e a adoção da Universidade como “o ideal de uma comunidade humanística dedicada à reflexão filosófica” (Leite, 1978, p.36). Embora tenha sua gênese como Universidade em meados do século XI (1088) e seus estatutos mais antigos datam de 1252, já funcionava como faculdade de direito sob a proteção de Teodosio II²⁰, em 433 d.C..

Mas, segundo sítios das próprias Universidades, e também pelo Livro Guinness, a Universidade mais antiga do mundo é a Universidade Karueein ou Al-Qarawiyyin, em Fez, Marrocos, norte da África.

No ano 859, Fatima Al-Fihri, filha do rico comerciante Mohammed Al-Fihri, decide doar seu patrimônio para a construção de uma mesquita para a sua comunidade. A Mesquita passou a receber importantes documentos e escritos da religião muçulmana, convertendo-se num local de referência para o estudo da religião, convertendo-se a mesquita, por isso em Universidade, hoje ainda em atividade.

O nascimento da Universidade é um exemplo típico do que representa o nascer de uma instituição. No início um sábio ou um grupo de sábios em torno dos quais se juntam outras pessoas, com interesses similares, do que se materializa a institucionalização, ou o resultado da educação coletiva do grupo.

Segundo Charle e Verger (1996, p.13-22), na Europa as Universidades de Bolonha, Paris, Oxford, Cambridge, Pádua, Nápoles, Salamanca, Valladolid, Lisboa, Lérida, Montpellier e a de Sorbonne, eram as que realmente estavam ativas no fim do século XIII.

²⁰ Teodosio II, imperador do Oriente entre 408 e 450, nasceu em Constantinopla em 401 e morreu em 450. Também foi dele a unificação das faculdades de Filosofia, Direito, Medicina, Geometria, Aritmética, Astronomia, Música, Retórica e outras áreas na “Universidade de Constantinopla” em 27 de fevereiro de 425, pelo decreto CTh 14,9,3. Essa Universidade deixa de funcionar no século XV.

Na renascença, quando afloram as instituições nos moldes que temos hoje, o estudo da Filosofia, da Literatura, das Artes e da Teologia eram as “molas mestras” das instituições. A forte presença da Igreja na época influenciou os estudos da filosofia, chegando a ter um centro de “filosofia escolástica” que “tinha como imperativo demonstrar a íntima união entre a fé e a razão, entre a teologia e a filosofia” (Lampert, 1999, p.19). Assim, a Universidade passa a ser um local para o estudo ou exegese dos textos clássicos.

Logo as Universidades se tornam instituições e, portanto, autônomas. Isso gera conflitos de autoridade nos locais em que estão localizadas. Conforme Charle e Verger (1996, pág. 19) a Universidade ou a “comunidade universitária era de caráter associativo”. Embora chancelada pela Igreja, as Universidades sofrem pressões de toda a ordem, inclusive da própria Igreja para que não se desvie do caminho da fé. Além disso, a Universidade assentou as condições para o desenvolvimento da “figura social do intelectual” (Charle e Verger, 1996, p.31).

Petry (2004, pág. 155) complementa dizendo que o método de ensino na Universidade se resumia ao

lectio e na *disputatio* (sendo o latim a língua oficial). O mestre fazia a preleção a fim de os estudantes conhecerem as autoridades do tema, tecia seus comentários e, posteriormente, admitia a discussão do assunto, quando se punham em prática os princípios da dialética para o avivamento do espírito e a precisão de raciocínio.

No início do século XIV começam surgir as Universidades “fundadas”, geralmente criadas sem o preceito fundamental do estudo da teologia e sim, para o fortalecimento da “ideologia nacional e monárquica, que acompanhava o nascimento do Estado moderno” (Charle e Verger, 1996, pág. 25).

O mesmo desenvolvimento da imprensa do século XV que influenciou o movimento protestante, causa efeitos na relação universitária. As Universidades passam a ser receptáculos de imensos volumes de publicações com o correspondente inchamento das suas bibliotecas. Com isso molda-se uma primeira separação ou distanciamento entre suas bases fundamentais *magistorum et scholarium*.

Não somente o aumento das bibliotecas, com o correspondente distanciamento entre educador e educando, como também se registra o aumento do número de Universidades.

Entretanto, nalgumas cidades como Londres, Amsterdã, Bruxelas, Madri, Milão e Berlim, que estavam em plena marcha mercantilista e política, o fantasma da liberdade ou

autonomia universitária pode não ter sido bem visto ou ter se apresentado como desnecessário para os bem-sucedidos andares daquelas regiões-sociedade. Há autores que suspeitam que a não presença das Universidades nessas regiões se deva a uma certa aversão ou “desconfiança conjunta dos governos e das elites burguesas. (Charle e Verger, 1996, p.42), passando a desenvolverem-se nessas regiões somente a partir do fim do século XVII.

Na América Central, com as Universidades de São Domingos (1538), a de Lima (1551) e a do México (1551), as Universidades desenvolvem-se bem antes das Universidades na América do Norte, iniciado com a de Harvard (1636).

Mas “*scientia potestas est*” Bacon (1597), ou seja, **ciência é poder** e passa a estar na agenda do desenvolvimento econômico. E, a Universidade passa a receber a influência do Positivismo, com seu preceito de observância aos fatos e às experiências humanas.

Mas de fato, a Revolução Industrial é que influenciou ou determinou as grandes mudanças sociais a partir do século XIX. Durante esse vultoso e imperativo “ajeitar das melancias” também as Universidades tiveram aperfeiçoado seu perfil ou modelo. A Universidade de Humboldt (Berlin – Alemanha), com seu conceito de estreita relação entre *Forschung und Lehre* (pesquisa e ensino), é o que mais tem influenciado outras Universidades pelo mundo.

Além do modelo alemão, definiram-se os modelos francês (napoleônico), e norte-americano (de escala).

O modelo francês pós-revolução vem para servir de instrumento do Estado burguês para o controle e a implementação da “racionalidade”. Estabelece-se uma ditadura *a la Bonaparte*, sem espaço para a relação *magistrorum et scholarium*. O modelo napoleônico vai se replicando: enquanto o corpo docente se constituía numa oligarquia soberana, Paris, com seu perfil concentrador, torna-se um oásis no “deserto francês” (Charle e Verger, 1996, p.77), com os decorrentes efeitos nocivos sobre o progresso científico na França.

Mas na virada do século XIX para o século XX esse modelo, que se denunciara um evidente desastre, é abandonado e é adotado o modelo de Humboldt que, contrariamente ao modelo francês, previa a liberdade de pesquisar, aprender e ensinar. Não somente foi adotado o modelo alemão como houve a decisão de adotar a Universidade como aliada da propensa vocação francesa (parisiense) aos movimentos populares para o re-posicionamento científico francês no mundo.

O modelo americano de Universidade replica o “American Way of Life”. O espírito de uma nação grande (a maior) em que as relações sociais se guiam por um certo darwinismo social favorece-se o surgimento de espaços para o crescimento do ensino superior, sem precedentes.

Também nesse aspecto os Estados Unidos da América se destacaram no contexto internacional. Um modelo de escala, com a devida amplitude social (abrangente e classificada) tendo as Universidades mais prestigiadas, como a de Harvard, financiadas por recursos privados. Não se pode explicar dentre as variáveis educação e desenvolvimento norte-americano qual seja explicada e qual explicativa. O fato é que ambas estão altamente correlacionadas ao aparentemente ilimitado crescimento daquela economia.

No período de 1995 a 2005 a média de alunos matriculados numa instituição de ensino superior dos EUA correspondia a 57,84% da população com idade de 18 a 24 anos.

Enquanto isso, o modelo influenciador alemão, ou Humboldtiano, começa a perceber os efeitos da sua auto-estagnação. Na Alemanha, o modelo havia produzido um excesso de cientistas e técnicos que, conforme o Chanceler Bismarck, poderia levar ao nascimento de uma nova ordem de proletários: “o proletariado de bacharéis”.

Não bastasse isso, a Alemanha estava perdendo espaço relativamente à França e Inglaterra no campo de batalha da industrialização. Entra em curso uma maior aproximação do novo Estado Alemão (unificado) com a Universidade. O desejo é o de recolocar a Alemanha no curso do desenvolvimento industrial. Desse modo, entra em marcha o processo de tecnificação como função da Universidade. Esse processo, é claro, tem como pano de fundo a posição de liderança internacional da Alemanha, nas suas já consagradas áreas de filosofia, psicologia, biologia, física e outras.

Porém, no entorno da Segunda Grande Guerra (1939-1945), inviabiliza-se a permanência de muitas autoridades intelectuais alemãs, que migram para países como os Estados Unidos da América, Reino Unido, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, Canadá, e outros.

Como resultado da perda de intelectuais e da crescente tecnificidade, que acabam por “desestabilizar os próprios fundamentos do modelo universitário germânico” (Charle e Verger, 1996, p. 112), a indústria alemã alça vôo, tornando-se a Alemanha o maior exportador mundial da última década do século XX e dos oito primeiros anos do século XXI.

Confirmando a tese de Adam Smith, a sociedade alemã se torna a portadora de parâmetro internacional de bem-estar social, entre as grandes economias.

Esse viés tecnológico da Universidade nesse período não é uma exclusividade da Universidade Alemã. Em todo mundo essa característica se tornou marcante, e em decorrência inicia-se um movimento (tentativa) de tomada de consciência do papel social da Universidade. A idéia é a de que a Universidade assuma o papel de “promotora do bem social” (Leite, 1978, p.38) e se converta num “palco privilegiado, onde a sociedade discute sua sorte e suas esperanças” (Demo, 1993, p.148).

Mas, de fato, o progresso tecnológico lança seu charme sedutor também sobre a Universidade como linha de produção.

Assentadas as bases da linha de montagem, começa a “bonança” das Universidades pelo mundo. Com ênfase nas economias mais desenvolvidas, as Universidades se expandem de forma exponencial. Quase ao mesmo tempo, a expansão se dá também no chamado “Terceiro Mundo”. Hoje, dum clicar num sítio como o da *Universities Worldwide* (<http://www.univ.cc/index.html> - consultado em 23.03.2012), por exemplo, podem-se encontrar os endereços de 8.257 Universidades, distribuídas em 200 países. Isso sem considerar que, em países como o Brasil, a moda são as faculdades isoladas, que não entram nas estatísticas da Universidade. Segundo a mesma fonte, havia no Brasil 722.000 habitantes por Universidade, enquanto na Ibero-américa, sem o Brasil, 262.000 habitantes.

2.2.1.3 A Universidade no Brasil

As primeiras experiências brasileiras no ensino superior são motivadas pelo poder central do Império²¹. Nalguns casos, como na criação da Universidade do Brasil²², as iniciativas de criação de Universidades atenderam a objetivos político-diplomáticos. Genericamente, podemos afirmar que o surgimento da Universidade no Brasil traz em seu bojo frágeis requisitos institucionais e funcionais.

²¹ Desde seu descobrimento em 1500 até a proclamação da independência em 1822, o Brasil era colônia de Portugal.

²² A Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criada com a “justaposição de instituições de ensino superior já existentes: a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito Esse vício de origem define a trajetória posterior da Universidade, levando ao estabelecimento de uma cultura burocrática e cartorial, que contamina de maneira profunda sua existência e que, decorridas mais de oito décadas, ainda se constitui obstáculo a um desenvolvimento verdadeiramente republicano”. (Fonte: <http://www.ufrj.br> consultado em 28.03.09)

O Brasil, como fonte verdejante para pilhagens, era totalmente dependente da coroa portuguesa. Primeiramente, havia os interesses comerciais e, em segundo lugar, por disposição da nova Ordem dos Jesuítas (identificados na seqüência do trabalho), o interesse na evangelização dos indígenas.

Os Jesuítas já vieram ao Brasil com ampla formação de nível superior, obtida em Universidades da Espanha, Portugal e França. Estudaram a cultura indígena e desejavam iniciar ou reproduzir no Brasil experiências de ensino superior, experimentadas nos seus países de origem. Além disso, tentavam acrescentar alguns componentes tecnológicos como a tipografia, mas seus pedidos de autorização à coroa portuguesa foram em vão.

Colonizado por um reino experimentado por mais de dois séculos em tradição universitária (Universidade de Coimbra 1290), não se encontram no Brasil as condições para a sustentação dessas instituições. Apesar da larga experiência de convívio com a Universidade, há de se suspeitar que havia pouca familiaridade com a gênese e com o desenvolvimento de uma Universidade pelos portugueses que vieram.

Aos poucos, as demandas sociais se apresentam na nova nação colonizada, e se instala um quadro positivo para o início das atividades de ensino e pesquisa em nível superior. As demandas sociais eram principalmente aquelas que fossem fundamentais para o funcionamento do império (ou o bem-estar da família real). A partir de 1808 surge na capital do império (Bahia) e no Rio de Janeiro os primeiros movimentos e iniciativas em torno das áreas de medicina, direito e engenharia. Dom Pedro II volta freqüentemente à Europa para trazer de lá recursos humanos e materiais para aperfeiçoar as novas instituições do império.

Nesse período, Portugal começava a receber a influência do iluminismo e processa uma rápida passagem do estado de Universidade medieval para a Universidade napoleônica. Considerando que nesse período (1808) que se processa o envio (expulsão) da família real para o Brasil, também é o modelo napoleônico da França que os acompanha.

Até então, a Universidade de Coimbra era a Universidade em que os filhos de nobres brasileiros iam estudar. Conforme Teixeira (1989, pág. 65), a Universidade de Coimbra formou “nos primeiros três séculos, mais de 2.500 jovens nascidos no Brasil”.

Logo com a chegada da família real, foram criados os primeiros cursos superiores na Bahia e no Rio de Janeiro. Os cursos eram de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia e objetivavam atender principalmente às demandas da família real. As datas não são muito precisas com

relação ao início desses cursos. Há informações de que a primeira Universidade Brasileira teria sido criada em 1910 e em Curitiba, e corresponderia à atual Universidade Federal do Paraná, iniciando essa pela Faculdade de Direito.

Em 1827 foram criados mais dois cursos de Direito, um em Pernambuco e outro em São Paulo, mas a sonhada Universidade deveria esperar mais um século.

Em 1920, um século depois da independência (1822) e quase quatro séculos depois da criação de Universidades por outros países da América Central (São Domingos – 1538; Lima – 1551; México – 1551) cria-se a primeira Universidade do Brasil. A Universidade, criada em forma de gratidão pela visita do Rei da Dinamarca ao Brasil, resulta das escolas de medicina, direito e politécnica do Rio de Janeiro.

Enquanto Universidades como a alemã (modelo de Humboldt) estavam a passos largos, no Brasil se ouvia um conselheiro da República dizer: *“Nós não podemos ter Universidade, porque não temos cultura para tal. A Universidade é a expressão de uma cultura do passado, e nós vamos ter uma cultura do futuro, que já não precisa dela”* (Almeida Oliveira – 1882, apud. Teixeira, 1989, p.84).

A criação das Universidades de São Paulo (1934) e do Distrito Federal (1935), já se dá no contexto do modelo francês reformado para o modelo alemão. Manteve-se a relação com a França, vindo inclusive professores daquele país, com o que se dá o seguimento da dependência do sistema de ensino brasileiro do francês.

E o Brasil começa a se dar conta da sua existência como nação. Começam efetivos movimentos em torno da criação de Universidades e o país tenta sair do seu estado de dependência do modelo agro-exportador para o de substituição das importações. Processa-se, com isso, um modelo de dependência não mais exclusivamente no modelo de ensino como também no modelo industrial. Importa-se, com grande esforço, capital para o início do processo de industrialização do país, ou de pequena parte de um grande país.

O país com dimensões continentais, mantido e povoado a partir de uma diminuta população portuguesa, apresentava grande concentração populacional e política. Em torno dessas concentrações havia as condições para a instalação da indústria. Assim, o quadro de distribuição desigual no Brasil tem sua gênese.

A Universidade se desenvolve também nessas regiões, de onde nasce e parece materializar-se um quadro de estranhamento com o Brasil continental. As populações que

adentram a mata estabeleceram uma relação de dependência com a natureza prodigiosa, distante do mundo ou das características que gestaram a Universidade.

Barganhando e fazendo concessões às elites e ao capital estrangeiro, o Estado brasileiro segue no esforço de modernizar o país. Como decorrência natural de um capital que quer se re-financiar, as escolas técnicas se desenvolveram em escala para atender à demanda por mão-de-obra especializada. Enquanto isso, a demanda natural das Universidades seguia sendo a pouco numerosa elite.

Mas a diferença entre as tradicionais Universidades européias e as debutantes brasileiras se faz impor, do que surgem movimentos de reforma, logicamente capitaneados pela elite em expansão (agora já em parte industrial).

Embora o movimento fosse concentrado, nascido e patrocinado pela elite e seus filhos, Fernandes (1968, pág.10) afirma que o movimento se converteu na “expressão de um querer social empenhado na criação da Universidade brasileira”. Obviamente havia a tradicional massa de qualquer movimento (*Kanonenfutter*) para dar corpo ao movimento, sem que da ceia pudessem participar.

Como fruto do movimento, entra em funcionamento em 1961 a Universidade de Brasília, no novo oásis da república, de cujo feito seus proponentes não deixaram de gritar glórias: Trata-se de “uma estrutura para o desempenho de sua função radicalmente diversa da estrutura tradicional da escola superior brasileira ... (do qual) ... colaborara a elite do magistério nacional e o seu modelo refletia soluções a que chegara a consciência crítica desse magistério, no que tinha de mais novo, o seu corpo de cientistas físicos e sociais” (Teixeira, 1989, pág. 63).

No mesmo ano cria-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, a LDB nº 4024/61, que propõe um avanço nas funções da Universidade, sugerindo a sua autonomia didática, disciplinar, administrativa e financeira e cria o Conselho Federal de Educação, instituído de autoridade para controlá-las – mas a Lei tem vida curta. Em 1964 entra em cena o governo militar com o que há grandes mudanças na legislação brasileira. Dentre as mudanças e com o assessoramento dos EUA e seu modelo universitário de escala, a LDB é substituída pela Lei nº 5.540/68.

A nova Lei da reforma da Universidade brasileira, segundo Graciani (1982, pág. 69), tinha o ensino superior como o “fator fundamental no desenvolvimento econômico, através da formação de recursos humanos para o incremento das atividades industriais”.

Alguns protestos se seguiram, mas que foram logo “amenizados” com a assinatura do Ato Institucional 05, o famoso AI-5 e do Decreto Legislativo – DL 477.

Como Universidade e poder à força não coadunam, cria-se dentro das Universidades uma protocolar fila de resistência, ao mesmo tempo em que essa deixa de cumprir suas funções institucionais. As elites autosuficienciadas pelo seu estado parasitário não tem mais na Universidade um instrumento para seus estereótipos, nem a vocação para acumular nela as experiências científicas, fundamentais para a construção de uma identidade nacional.

Nesse período já estão funcionamento Universidades privadas, geralmente mantidas por instituições confessionais. A autorização do funcionamento dessas pressupõe a conformidade às linhas legais, mas são financeiramente autônomas. Isso dá às chamadas Universidades “particulares” ou “privadas”, diferentemente das “públicas”, uma certa liberdade para a criação de identidades e valores locais.

Com base nesse certo tipo de legitimação local essas instituições sociais conseguem criar Universidades e faculdades privadas fortemente aderentes às demandas locais. Verifica-se que as instituições financiadas com recursos do fisco (tanto no período do Império, quanto da atual República) demonstram menos fôlego na sua multiplicação do que aquelas sustentadas diretamente pelas comunidades locais, especialmente aquelas fora das grandes capitais.

Hoje, as instituições privadas desempenham papel central nessa recente história. Conforme Darcy Ribeiro (1984: p.39) “a Igreja Católica tem, entre nós, um papel, se não preponderante, ao menos muito importante na definição da política educacional”.

Mesmo assim, no início da década de 90, as Universidades estavam com dificuldades tecnológicas e de corpo docente crônicas. Ao par disso, reinicia-se o movimento para a reedição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, agora como a LDB nº 9394/96. Diferentemente da LDB de 1961, nessa extingue-se o CFE e cria-se em seu lugar o Conselho Nacional da Educação – CNE.

Além disso, Petry (2004, pág. 170) afirma que a nova LDB

introduziu a avaliação institucional (anual, para o credenciamento) e o exame nacional de curso (anual); manteve o ensino público e o privado; introduziu os duzentos dias letivos; criou parâmetros de qualificação para os docentes; criou os Centros Universitários (voltados para o ensino) para diferenciá-los da Universidade (obrigatoriamente voltada para a pesquisa, ensino e extensão, definidos como indissociáveis); estabeleceu parâmetros

de produção intelectual e científica; enfim, há novos conceitos e o desenho de uma nova Universidade.

Dois anos antes, a partir de meados de 1994, o Brasil saía do seu estado de hiper-inflação e das decorrentes concentração de renda e instabilidade cambial. A tendência de crescimento do Setor se estabelece, destacando-se o ano de 1998 como o início efetivo dos efeitos da estabilidade financeira promovida em 1994 e das mudanças promovidas pela LDB de 1996.

Importante salientar que o crescimento observado a partir de 1998 é motivado principalmente pelo crescimento das faculdades, que têm na oferta do preço mais baixo sua estratégia de marketing. Ou seja, o ensino superior vira um negócio lucrativo e as faculdades começam a se reproduzir em todo país. As Universidades privadas que se orientaram para o mercado,

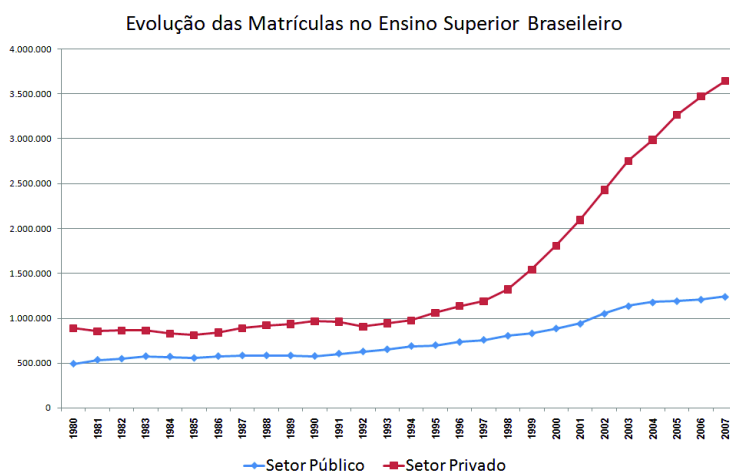


Gráfico 2-4 Gráfico elaborado pelo autor, com dados obtidos do relatório “Evolução da Matrícula por Dependência Administrativa, Brasil 1980-1998”, e das Sinopses 1999 a 2007, da Secretaria da Educação Superior/MEC.

atendendo aos requisitos mínimos de regulação, também tiveram um grande crescimento de matrículas. Tudo isso levou ao crescimento exponencial das matrículas observado a partir daquele ano de 1998. Contemporâneo ao movimento de abertura do mercado da educação superior brasileiro, o Estado não expande a oferta de ensino público, estratégia pública aderente a um movimento político-liberal em curso.

Enquanto isso, conforme Ministério da Educação (2007), em Censo da Educação Superior 2006, ao mesmo tempo que 56,6% das Universidades públicas (federais/estaduais) localizam-se nos centros urbanos (capitais), 61,3% das Universidades filantrópicas localizam-se no interior.

As Universidades públicas brasileiras, pelos seus grandes orçamentos fiscais e alta qualidade, são fortemente demandadas, contribuindo com um movimento migratório, de centralização e concentração de renda – a chamada elite. À população periférica à elite resta trabalhar e, da renda do trabalho, primeiramente manter a escola pública e, complementarmente, atender aos apelos de uma instituição privada.

Desse modo, o princípio de autonomia financeira que dá uma forte independência institucional e política às Universidades filantrópicas, cria uma dependência a recursos locais já competidos e, portanto, com pouca mobilidade local para investimentos na oferta do desenvolvimento.

É mais importante que a Universidade consiga trazer para dentro de si a sociedade como ela é e influenciá-la através da homogeneização das potencialidades para o trabalho. Lembrando a teoria das ofertas de Say, pode estar aí a melhor vantagem competitiva das Universidades integradas ao seu contexto socioeconômico ou regional: essas instituições podem se dar o direito de ofertarem-se à sociedade plural, com a qual podem criar um processo racional para a diminuição das diferenças sociais.

2.2.1.4 A Universidade tem conseguido romper a inércia da desigualdade?

Diferentes mecanismos de proteção parecem levar a que não mais do que 25% da população mundial tenha acesso ao ensino superior. Esses 25% provêm, com raras exceções, das classes mais altas de renda. Durante o ensino básico e médio já processam-se as inclinações de quem vai para Universidade ou quem vai para uma atividade técnica ou outra qualquer da base da extensa pirâmide social. Na Alemanha, por exemplo, os alunos do ensino básico mais ricos e, portanto, com melhores desempenhos, são encaminhados para os Gymnasium, escolas que preparam os alunos para a Universidade. Os outros, da grande base da pirâmide social e, portanto, com menor desempenho, são direcionados para as Gesamtschule, que preparam para carreiras técnicas.

No caso brasileiro, as famílias melhor posicionadas sob o aspecto socioeconômico colocam seus filhos nas escolas privadas que, segundo órgãos de avaliação, são melhores do que as escolas públicas. O vestibular é a condição para o ingresso nas Universidades brasileiras. As escolas de ensino médio particulares formam, segundo dados do MEC/INEP/DEED (2009), 209.383 alunos por ano. Segundo a mesma fonte, nas Universidades federais ingressam, por ano, 228.278 alunos novos. Considerando que os alunos que estudam em escolas particulares entram melhor preparados no processo de seleção, mais do que 90% das vagas das Universidades federais poderiam estar sendo preenchidas por candidatos que estudaram em escolas particulares. Ademais, considerando que as escolas particulares encontram-se concentradas em grandes centros urbanos, há alunos de famílias de altas classes de renda, dispersos pelo território nacional, que estudam em escolas públicas e,

pelo seu status social, saem com melhores condições para o concurso vestibular do que os colegas, oriundos das famílias da base da pirâmide social.

E parece que a Universidade tem-se firmado como Instituição Social tolerante quando não multiplicadora desse quadro social. Além disso, parece haver um mecanismo de atração pelas Universidades, porque nelas encontram-se os grupos dos “escolhidos” que, por chancela da própria Universidade, parecem re-demarcar as fronteiras e os territórios sociais de dominação. Nesse processo, amplia-se a capacidade social de negociação dos que passam pela Universidade relativamente aos demais.

A contradição a isso pode estar no que deveria ser o objeto intrínseco da Universidade, que não parece ser o de ampliar a capacidade individual de negociação dos universitários, relativamente à sociedade, e a correspondente capacidade de absorção de renda social por parte desses.

Ao longo disso, as Universidades mostram-se pouco efetivas na mudança desse quadro. Contrariamente, preocupam-se em sair bem nos indicadores de avaliação para as Universidades, que avaliam: o quão alta é a produção científica dos professores; o quão baixa é a relação de alunos para cada professor; o quão alta é a presença de alunos de outros países; o quão elevado é o nível tecnológico das suas instalações; o quão altos são os cargos dos seus egressos, dentre outros. Ou seja, quanto maior o orçamento das Universidades, melhor. Logo, as Universidades mais caras para a sociedade são as que abrigam os alunos provindos das mais altas classes socioeconômicas internacionais, com cujas expectativas de diferenciação precisam corresponder para seguirem bem avaliadas.

Conforme *WORLD UNIVERSITY RANKINGS*, publicado pelo HIGHER EDUCATION SUPPLEMENT, da Revista Times, em 09 de novembro de 2007, as melhores Universidades são as dos EUA. A pesquisa é de três anos (2005 a 2007) e mostra a cada ano as 200 Universidades do mundo melhor avaliadas.

Para esse estudo, organizaram-se as 200 Universidades melhor avaliadas por aquele instituto, nos três períodos, agrupando-se-as por país. Desse modo, por exemplo, das 200 melhores por ano, as Universidades dos EUA estiveram presentes 165 vezes nas relações dos três anos. Significa que, em média, os EUA tiveram $(165 \div 3)$ 55 Universidades por ano na lista anual das 200 melhores. Considerando a forte presença de variáveis internacionais na pesquisa, pode haver, por isso, uma vantagem competitiva para os países de língua inglesa.

Países Mais Citados na Pesquisa
(2005 a 2007)

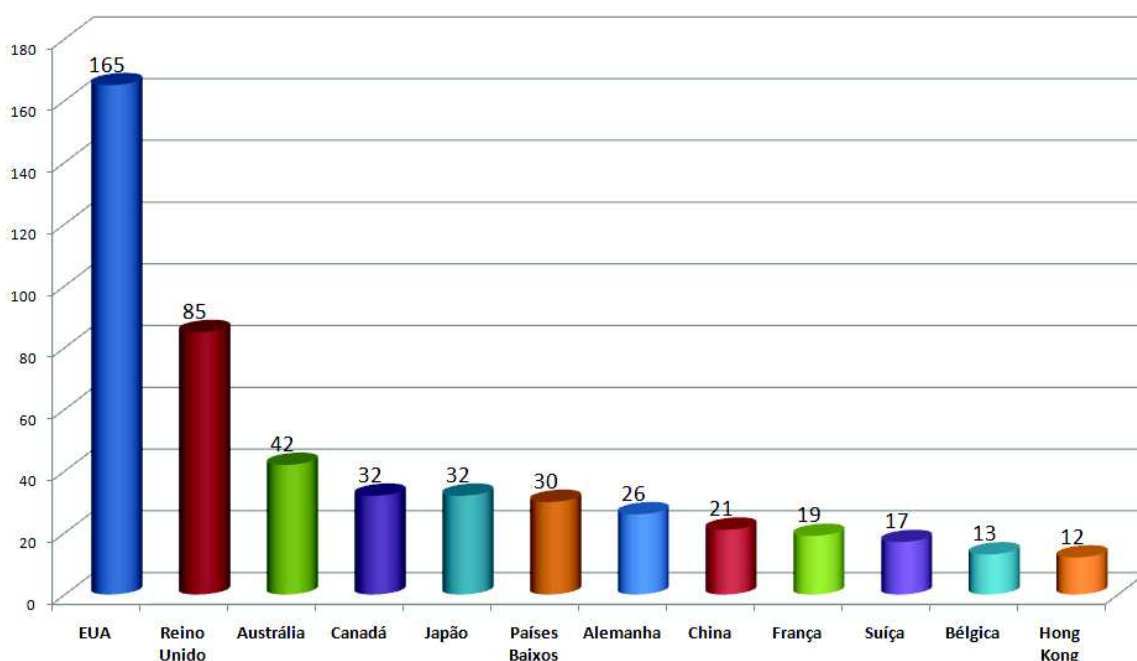


Gráfico 2-5 Gráfico alternativo elaborado pelo autor, com dados do WORLD UNIVERSITY RANKINGS, publicado pelo HIGHER EDUCATION SUPPLEMENT, da Revista Times, em 09 de novembro de 2007.

Nesse quadro apresentam-se os 12 países mais citados nas pesquisas anuais realizadas entre 2005 e 2007, com os respectivos somatórios dos três anos.

Do mesmo relatório pode-se destacar que dentre as 15 Universidades melhor avaliadas por aquele método, 10 são dos EUA, quatro do Reino Unido e uma do Canadá.

Entretanto, combinando-se com esse indicador variáveis sociais como a quantidade de população e a renda (Produto Interno Bruto – PIB) dos respectivos países, processa-se uma outra imagem desse ranking.

Poder-se-ia fazer a seguinte pergunta: quantas Universidades cada país “colocou” na lista para cada um bilhão de dólares de PIB anual? Nesse caso teríamos a Austrália, com seus

756 bilhões de PIB (dados de 2006) em primeiro lugar, com $(42 \div 3 \div 756) = 0,0185$ Universidades na lista para cada um bilhão de PIB.

Numa tentativa de ranquear os países cujas rendas sociais tiveram maior eficiência sobre a qualidade das Universidades, teríamos novo ranking, como segue:

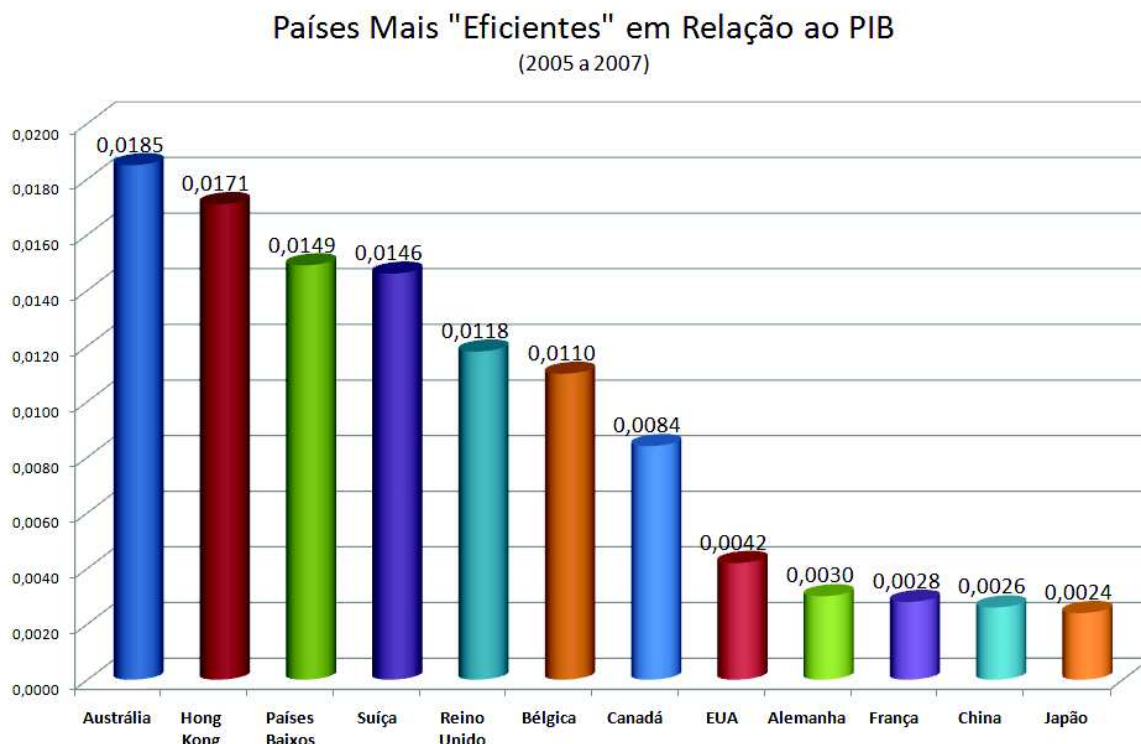


Gráfico 2-6 Gráfico alternativo elaborado pelo autor, com dados do WORLD UNIVERSITY RANKINGS, publicado pelo HIGHER EDUCATION SUPPLEMENT, da Revista Times, em 09 de novembro de 2007.

Observando-se o gráfico e considerando que os países pior colocados nesse critério (EUA, Alemanha, França, China e Japão) sejam os países com destacado PIB, poderíamos entender que a qualidade das Universidades não seja uma função da capacidade socioeconômica dos respectivos países.

Adotando-se a mesma linha de raciocínio, e fazendo-se um ranking comparativo entre o índice e a população dos países, poder-se-ia fazer outra pergunta: quantas Universidades cada um milhão de habitantes dos respectivos países "colocou" na relação das 200 melhor avaliadas Universidades?

Nesse caso teríamos a Suíça, com seus 7,484 milhões habitantes (dados de 2007) em primeiro lugar, com $(17 \div 3 \div 7,484) = 0,7570$ Universidades na lista para cada um milhão de habitantes.

O quadro a seguir apresenta o desempenho dos 12 países com maior número de Universidades entre as 200 melhor avaliadas.

Países Mais "Eficientes" em Relação à População

(2005 a 2007)

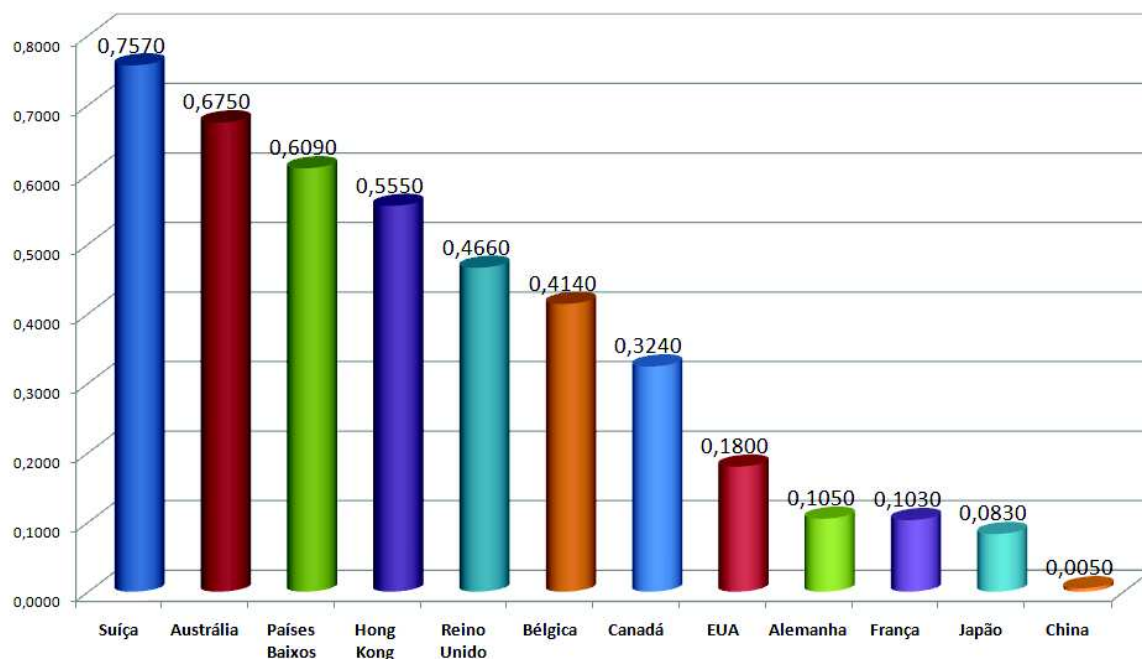


Gráfico 2-7 Gráfico alternativo elaborado pelo autor, com dados do WORLD UNIVERSITY RANKINGS, publicado pelo HIGHER EDUCATION SUPPLEMENT, da Revista Times, em 09 de novembro de 2007.

Não há mudanças expressivas em relação ao quadro anterior, a não ser que a Suíça assume a primeira posição e a China, com sua grande população, naturalmente sai debilitada nessa análise.

Fazendo-se uma quarta análise, padronizando-se os dois últimos indicadores, multiplicando-se um pelo outro e multiplicando-se o resultado por 100 para que se torne mais visível teremos, como por exemplo a Austrália ($0,0185 \times 0,6750 \times 100 = 1,2488$) na primeira colocação.

Destacam-se por um lado que a Austrália, a Suíça, Hong Kong e os Países Baixos, embora com PIB e número de habitantes relativamente modestos, tiveram a melhor posição relativa padronizada entre os países no quesito boas Universidades.

Países Mais "Eficientes" em Relação às Duas Variáveis
(2005 a 2007)

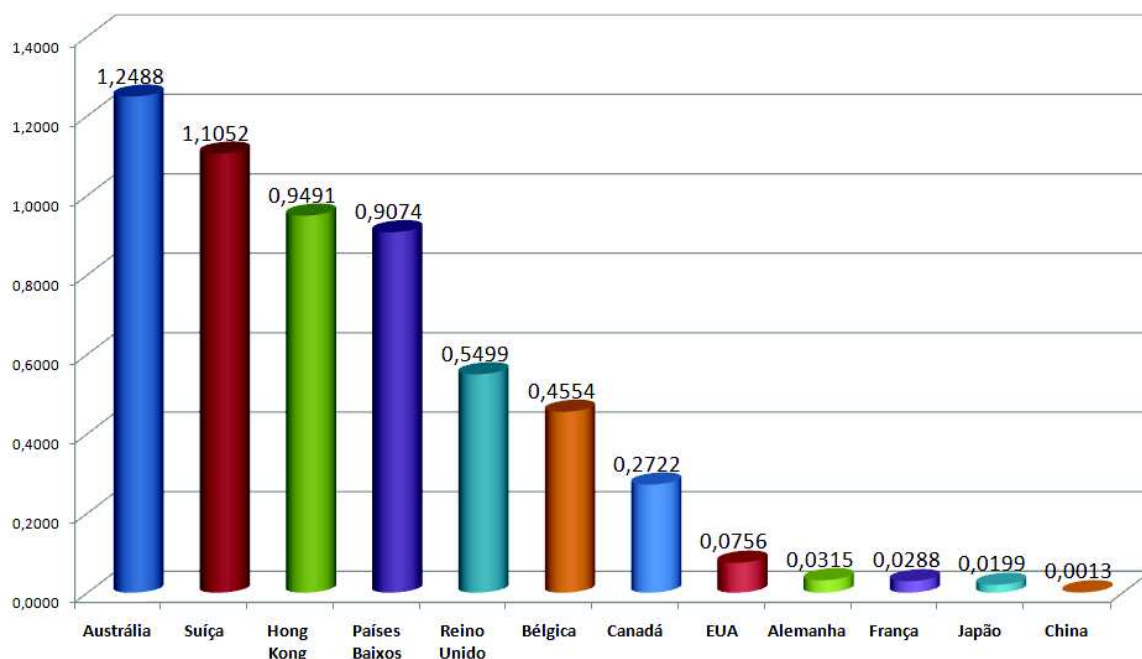


Gráfico 2-8 Gráfico alternativo elaborado pelo autor, com dados do WORLD UNIVERSITY RANKINGS, publicado pelo HIGHER EDUCATION SUPPLEMENT, da Revista Times, em 09 de novembro de 2007.

No outro extremo, destaca-se que EUA, Alemanha, França, Japão e China, os grandes *players* do mercado internacional, marcam posição no fim da fila.

Poderia-se sugerir que a Alemanha, Japão e China tenham sido prejudicadas pela pesquisa em função das suas Línguas peculiares, não fossem as exceções dos EUA e França, que estão no mesmo grupo, apesar das suas línguas universais, e Hong Kong (no outro grupo) que, como colônia britânica até 1997, teve o Inglês como língua oficial e portanto “em sala de aula”.

A medida que se avança na tentativa de achar alguma explicação para os efeitos da Universidade sobre a sociedade ou a economia dos países, fica a única certeza de que não há um parâmetro aplicável.

Sempre mais fica complexo explicarmos esse fenômeno, a medida que se vai avançando nesse intento.

Fazendo-se um levantamento do Coeficiente de Gini²³ dos países da amostra do Gráfico 2-23, também encontram-se algumas contradições a observar.

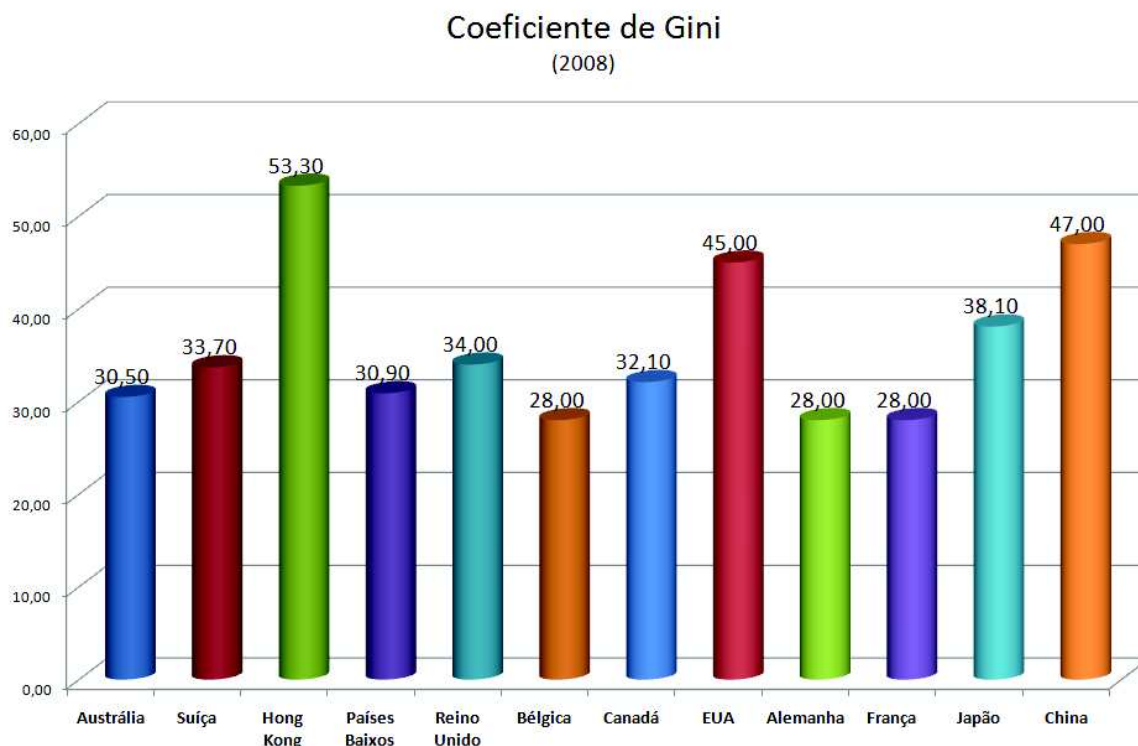


Gráfico 2-9 Gráfico alternativo elaborado pelo autor, com dados do WORLD UNIVERSITY RANKINGS, publicado pelo HIGHER EDUCATION SUPPLEMENT, da Revista Times, em 09 de novembro de 2007.

Diferentemente dos EUA e dos países asiáticos da lista, as economias europeias, do modelo “Humboldtiano”, apresentam a melhor distribuição de renda. Paradoxalmente à pesquisa, destacam-se nesse grupo a Bélgica, a Alemanha e a França, coma a melhor distribuição de renda, embora na pesquisa esses países tenham resultado relativamente mal avaliadas. Como afinal avaliar uma Universidade num contexto social?

A resposta parece ser simples: não se consegue demonstrar consistentemente a correlação entre a Universidade e o contexto social dos diferentes países. Significa dizer que não se consegue explicar os contextos socioeconômicos dos países a partir da Universidade e, aparentemente, essa tem aprendido pouco com o que acontece no seu entorno.

²³ O Coeficiente de Gini representa o nível de distribuição de renda de um país ou região, onde o 0 (zero) representaria uma perfeita distribuição de renda (todos teriam a mesma renda) e, por outro lado, o 1 (um) representaria outra situação hipotética, em que somente uma pessoa do país fosse detentora de toda a renda nacional.

2.2.2 Os Jesuítas, fundadores da UNISINOS

“Jesuítas” é como são conhecidos os padres da Companhia de Jesus. A Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, é uma instituição de ensino superior fundada e mantida pela Companhia de Jesus. Assim, a UNISINOS traz em sua gênese os traços históricos *fundantes* da Ordem, impregnados por um espírito empreendedor: “Santo Inácio (fundador da Companhia) queria que o amor se expressasse não só em palavras, mas sobretudo em ações”²⁴. Esse espírito empreendedor sendo levado por integrantes da Companhia, despojados de demandas pessoais sofisticadas, dispostos aos diferentes desafios, caracteriza o seu perfil. Ao fundador da Ordem se atribui a seguinte frase: “*coerceri a maximum a minimum continere*”, ou seja, *tencionar o máximo, podendo conviver com o mínimo*.

Esse novo modo de ser, que era novo relativamente ao status das instituições da época, pode ter influenciado o perfil da companhia, cujos membros poderiam ser qualificados como **empreendedores científicos**. Prioritariamente vindos de contextos socioeconômicos com experiências sociais destacadas, os jesuítas empreenderam caminhos ao longo dos quais ofertaram (e ofertam) suas descobertas e motivam pessoas a seguirem o caminho da busca pela verdade; a verdade que *liberta*.

A união entre pessoas que estão mais perto da verdade com pessoas que se esforçam para também descobri-la constitui a essência de uma Universidade. Isso dá aos Jesuítas e seu modo de ser o *compromisso* da opção pela educação e, especialmente, aquela orientada à pesquisa.

A Companhia de Jesus, ou os Jesuítas, como ordem religiosa católica apostólica romana, nasce na Europa no início do Século XVI. Enquanto as demandas humanistas e o movimento protestante fervilham na Europa, a Companhia de Jesus e o seu otimismo *erasmiano* se apresenta como parte e expressão da renovação interna da Igreja e como alternativa à reforma protestante.

A nova Ordem fundada em 15 de agosto de 1534 por Inácio de Loyola e um grupo de amigos recebe o nome de *Societas Jesu* (SJ), destacando-se desde já pela não relação nominal com seu fundador ou outra autoridade.

²⁴ Coleção Ignatiana 45, pág. 17. Conferência do Pe. Peter-Hans Kolvenbach, superior geral da Companhia de Jesus, proferida na Universidade de Santa Clara, EUA, em 06 de outubro de 2000.

Sob a liderança de Inácio de Loyola e com a designação *Societas Jesu* – SJ, a nova ordem é reconhecida pela bula *Regimini Militantis Ecclesiae*, do Papa Paulo III, em Roma, em 27 de setembro de 1540.

A logomarca da ordem é uma composição das três primeiras letras do nome de Jesus em grego – IHS. A motivação última da ordem é: *Omnia Ad Maiorem Dei Gloriam* (tudo para a maior glória de Deus). Para entrarem na ordem, os companheiros devem fazer os votos de pobreza, celibato e obediência, e devem ter concluído os cursos superiores em teologia, filosofia e mais uma outra área de conhecimento. Isso coloca os jesuítas na vanguarda da teologia contemporânea, além de forte presença em outras áreas de conhecimento.

Na fundamentação da ordem encontra-se a Espiritualidade Inaciana, experimentada por Inácio de Loyola (1491 – 1556) durante sua convalescença de grave ferimento ocorrido em campo de batalha. Graças àquele episódio em Pamplona, em Inácio manifesta-se o sentido latente da alma. Além da conversão daí ocorrida, registra o caminho das experiências que o levaram ao discernimento interior, e formula os famosos Exercícios Espirituais²⁵. Dos exercícios manifesta-se a Espiritualidade Inaciana que hoje segue dinamizando a maior ordem religiosa católica do mundo.

Segundo eles próprios, a Ordem deveria ser respeitosa e contemplativa ao passado da Igreja, mas com respostas ao momento social presente. Além dos tradicionais votos de castidade, pobreza e obediência, inovam ao darem ênfase ao quarto voto: a explícita obediência ao Papa. Na mesma linha da inovação, o nome da Companhia se *despersonifica* e não segue os nomes de seus fundadores, intitulando-se de os “Companheiros de Jesus”.

Está na gênese da Companhia de Jesus a sua grande linha mestra: Fé, Ciência e Hierarquia a serviço do novo. Segundo Inácio de Loyola, “o amor se mostra com fatos, e não com palavras”. Com um sistema de estudos e programas desenvolvido a partir de suas experiências cria o *Ratio Studiorum* (Plano de Estudos)²⁶, que enfatiza as Humanidades a Filosofia e a Teologia, priorizadas na formação dos próprios jesuítas.

²⁵ O papa Paulo III aprova os exercícios espirituais através do breve "Pastoralis Officii" de 31 de Julho de 1548: "... Aprovamos, louvamos e corroboramos, com o patrocínio do presente escrito, os Documentos e Exercícios mencionados, e todas e cada uma das coisas neles contidas, com a nossa autoridade, a teor das presentes letras, e com nossa ciência certa; exortamos muito no Senhor a todos e cada um dos Fíéis de Cristo, de ambos os sexos, em qualquer lugar do mundo onde se encontrem, a que usem tão piedosos Documentos e Exercícios, e queiram devotamente com eles instruir-se..."

²⁶ *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu* (Ratio Studiorum ou, simplesmente Ratio), composto de quatro partes. A I Parte: Regras para o Provincial, o Reitor (detém a governança do colégio), o Prefeito de estudos (que é o assistente do Reitor e supervisiona diretamente os estudos dos alunos) e o Prefeito da disciplina

Segundo o jornal francês Le Monde (de 09 de julho de 2006) os jesuítas

são iluminados (alumbrados): eles se chamam 'amigos no Senhor', fundam em Paris uma ordem que, em 1534, não se parece a nada, nem monástica (beneditinos), nem mendicante (franciscanos, dominicanos). Eles se ligam pelos votos tradicionais - obediência, pobreza, castidade -, mas se querem também no mundo, inventam mesmo um 'quarto voto', o da fidelidade ao papa

Sobre a estratégia de educação, o jornal segue dizendo que os "jesuítas têm uma idéia fixa ... para anunciar a salvação às populações autóctones, é preciso ter em conta sua humanidade, sua cultura, suas línguas e seus ritos".

Segundo Inácio de Loyola, "a pedagogia, arte e ciência de ensinar, não pode ser reduzida à mera metodologia: ela inclui uma perspectiva do mundo e uma visão de pessoa humana ideal que se pretende formar". Além disso, Inácio sugere a experiência, a reflexão, a ação e a avaliação como dimensões essenciais do seu paradigma pedagógico.

Como uma das motivações constantes, a companhia adota o termo latino *Magis*, que representa mais e é adotado pelos Jesuítas como sentido de superação e renovação constantes, sempre em direção da "maior glória de Deus", prioritariamente através da educação.

Sob essa inspiração, a Companhia de Jesus traça sua trajetória histórica. Já em 1550 começam a trabalhar na Alemanha em favor da reforma interna da Igreja e para tal fundam escolas e Universidades.

No início do século 17 os jesuítas introduzem novos métodos missionários na China sob o prisma de ciência e tecnologia. Na América do Sul, fundam as Reduções Guaranis para a proteção dos indígenas contra os conquistadores europeus e desenvolvem outro projeto de educação em favor do solidarismo, tendo como mote a preservação de valores indígenas, com a introdução de novas necessidades e do uso compartilhado de recursos.

Hoje há perto de 20.000 Jesuítas ativos, em 125 países, sendo que, em 69 desses, administram ou mantêm escolas e Universidades, nas quais estudam aproximadamente 2.250.000 alunos.

(responsável direto pela disciplina, a ordem, horário de estudos etc.); II Parte: Regras para os professores de Teologia (Escrituras, Teologia dogmática, Teologia moral, História eclesiástica, Direito canônico e Hebraico); III Parte: Regras para os professores de Filosofia, Física e Matemática; IV Parte: Regras para os professores dos *studia inferiora* que compreendem a Literatura, a Gramática, as Humanidades, a Retórica, a Língua Latina, a Língua Grega, subsidiadas com os estudos de História, de Geografia e de Antiguidades (apud: Franca, 1952).

No Brasil, presentes e ativos desde o início da colonização, mantém escolas e Universidades como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), no Rio de Janeiro, RJ, a Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), em Recife, PE, e a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, RS.

Os Jesuítas parecem ter seu caminhar inspirado pelo dom das ofertas generosas. Parecem ofertar-se fragmentos da verdade por eles investigada e descoberta, que por si só é nova e inovadora. Entretanto, ao mesmo tempo em que essa continuada investigação empodera o *dom Jesuíta*, pode dificultar a inteligibilidade do dom e a esperada reciprocidade, causando o contra-dom da infelicidade de Bourdieu. Parece fazer sentido, portanto, o *locus* ou *topus* da universidade para viabilizar a reciprocidade às ofertas generosas da verdade.

2.2.3 A Unisinos

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, é uma instituição de ensino superior, cujo negócio é a educação. Para atender a sua missão como instituição de educação, opta por ser Universidade e foca seus esforços na pesquisa e, conseqüentemente, na inovação, para poder ofertar o desenvolvimento. A pesquisa e inovação são estimulados internamente através do investimento articulado de recursos financeiros em capacitação docente e tecnologia.

Esse contexto coloca a Universidade numa posição de estratégia focada em produto e não em preço. Ou seja, para aqueles que se põem como demandantes da ação da Universidade, a Universidade põe como condição o pagamento de um preço correspondente ao que oferta – um preço alto, descolado do contexto social dominante. O contexto social dominante no Brasil é o de renda média baixa, tendo como agravante, uma singular desigualdade social. Por isso, pelas suas rendas presentes, somente uma quinta parte da população brasileira poderia acessar uma Universidade com o tipo de estratégia adotada pela UNISINOS.

Porém, coerente com a orientação estratégica da Companhia de Jesus, fundadora da UNISINOS, e consoante suas crenças sobre o desenvolvimento social, a Universidade mantém e investe recursos na diferenciação e, ao mesmo tempo, em projetos de interesse social como a formação de professores e a geração de tecnologia.

Conforme Plano Estratégico “a Unisinos tem por Missão promover a formação integral da pessoa humana e sua capacitação ao exercício profissional, incentivando o aprendizado contínuo e a atuação solidária, para o desenvolvimento da sociedade”.

De fato, pelos argumentos já apresentados, trata-se primeiramente de uma intenção a “formação integral da pessoa humana”. O termo “da pessoa humana” equivale a dizer todas as pessoas humanas, sem restrição.

Na UNISINOS, porém, parece ter algum germe que possa ser animado para a busca da redescoberta dessas origens. Na Universidade, por exemplo, encontram-se amplos projetos de concessão de bolsas para alunos carentes, intimamente relacionados com seu negócio e, por outro lado, um virtuoso projeto de desenvolvimento regional, através do Tecnosinos.

Na organização do setor de ensino superior brasileiro a partir da união entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, têm essa última a função principal de promover o relacionamento com a sociedade. As atividades de extensão são tidas no país como o conjunto de atividades que aproximam a Universidade da sociedade e das motivações para o desenvolvimento.

Entretanto, a Universidade deve promover o desenvolvimento social prioritariamente através do seu negócio. E o negócio é, por força das suas demandas históricas, o que a Universidade sabe e pode fazer. Nesse aspecto, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são as principais atividades que a Universidade tem feito na sua história, sendo que as atividades de extensão têm surgido mais intensivamente nos últimos anos. Historicamente, a extensão têm-se demonstrado majoritariamente na forma de atividades assistencialistas, quando não é por onde a Universidade presta atividades profissionais ou consultoria.

Apesar disso, em termos formais, o Ministério da Educação do Brasil defende que a extensão deve ser vista “como o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade”²⁷.

E segue defendendo que a extensão “é uma via de mão dupla, com livre trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na Sociedade a oportunidade da

elaboração da prática de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, professores e estudantes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, fará ampliar e elevar o nível do conhecimento anterior”.

O problema é que os alunos que vão ao encontro da sociedade, salvo raras exceções, não são oriundos da sociedade que vão visitar. Os projetos de extensão das Universidades são, em regra, desenvolvidos junto às pessoas carentes, que precisam de ajuda. Não se pode esperar, portanto, que dessa ação da Universidade se desenvolvam pessoas nas comunidades. Haverá um atendimento temporário de demandas básicas e urgentes, sem que haja a transformação e qualificação dessas pessoas.

É preciso que as pessoas das regiões em que a Universidade atua estejam presentes nas ofertas da Universidade para essas regiões. Dessa forma, cria-se uma autêntica relação com esse meio e a possibilidade do desenvolvimento das pessoas.

A UNISINOS tem demonstrado consciência a esse respeito. Consciência há, por exemplo, da necessidade de influenciar a capacidade de geração de tecnologia para o desenvolvimento regional. Além de já ter formado muitas pessoas nessas áreas de tecnologia, desperta na Universidade a consciência de que precisa ajudar na organização da cadeia produtiva tecnológica e se empenha na criação do Pólo de Informática de São Leopoldo. A UNISINOS começa com a instalação da Unidade de Inovação Tecnológica da UNISINOS – UNITEC (hoje Tecnosinos), que constitui o germe do desenvolvimento do projeto do que vem a ser mais tarde o Pólo de Informática, que hoje vem a ser o Tecnosinos.

Considerem-se também os valores que a Universidade traz em seu genoma jesuítico e as decorrências disso sobre a ação da Universidade no seu meio. No cerne da proposta jesuítica está a educação. Essa educação, além de convidar a sociedade para conhecer a grande experiência jesuíta, tem como prática a atuação nos locais onde houver mais necessidade. Dessa forma, a UNISINOS desenvolve um grande conjunto de atividades nas suas redondezas, prioritariamente pobres. Esses projetos de assistência social servem para a Universidade atuar junto aos problemas mais humanitários dessas regiões e vêm sendo praticados desde períodos muito anteriores ao do desenvolvimento do pensamento da “Extensão” na estrutura universitária brasileira.

27

http://portal.mec.gov.br/sesu/index2.php?option=com_content&task=view&id=671&pop=1&page=0&Itemid=303,24.11.08

Em geral, restam dúvidas sobre a eficácia dessas ações das Universidades na modificação do perfil social das pessoas atingidas por esses projetos. Os projetos são ótimos para que as Universidades aprendam e qualifiquem seus alunos para ação nessas regiões, mas parece fomentar-se um certo grau de dependência.

O que a Universidade poderia fazer é trazer para dentro de si as pessoas da sociedade plural, especialmente a parte que mais necessitar, que pode ser a que mais respostas tenderá a dar, em direção do desenvolvimento sustentável.

A Unisinos tem empreendido iniciativas importantes como: a aceleração do desenvolvimento tecnológico da região em que está inserida, através da liderança na criação da incubadora tecnológica e o Polo de Informática de São Leopoldo (hoje Tecnosinos); e projetos sociais, resultados da determinação da Universidade na promoção da justiça social no curto prazo.

Em regra essas atividades são supervisionadas por professores da Universidade e recebem a integração dos alunos das suas múltiplas áreas de conhecimento. Constituem-se assim, além de geradores de efeitos sociais sobre os beneficiários, em espaços para as práticas acadêmicas dos seus alunos, como também, para a coleta de informações sociais junto as suas demandas.

Não se constitui objeto dessa investigação medir o alcance social desses projetos, mas, do lado da Universidade essas atividades constituem-se em alternativas para a interação com a sociedade e aprender com ela. Constituem-se espaços para as práticas de estágios ou para a realização de pesquisas que possibilitem à Universidade realimentar o seu projeto didático pedagógico. Ficam, porém, imensuráveis objetivamente os resultados ou mudanças sociais promovidos pelas pessoas atingidas por esses projetos.

Do lado da Universidade, ficam evidenciados os benefícios dessa ação, à medida que os alunos têm a sua disposição um amplo espectro de sensoriamento da complexa problemática social, com o que trabalharão no futuro.

Parece estar nesse ponto uma indagação sobre a efetividade da estratégia para a mudança social. Em sentido genérico, no espectro nacional, há indícios de uma forte elitização do ensino superior. Assim, os alunos bem qualificados e saídos da Universidade tenderão a manter o quadro de dominação sobre as populações pobres, mantendo ou agravando o quadro de distorções sociais.

Assim, em vez de intervir na sociedade, talvez a Universidade precisasse promover uma mudança em si e quebrar a inércia da elitização. Para quebrar essa barreira a Universidade poderia trazer para dentro de si os alunos, com seus diversos contextos e experiências e, através do seu negócio, promover o desenvolvimento social, gerando alunos livres.

2.3 Sobre a Universidade Filantrópica

As Universidades, como as instituições de ensino de todos os níveis, são locais equipados para os quais os cidadãos, com suas múltiplas experiências sociais, dirigem-se com o fim de auto-organização. Para que o processo de auto-organização possa ser confiado pelos cidadãos ao local (*oikos*) é necessário que nesse haja identificados costumes (*nomos*) e valores essenciais – no caso da Universidade esses valores devem *virtuar* nas atividades e práticas para o processo de educação e capacitação. Estabelecem-se, dessa forma, as condições para a *oikonomia*: local definido constituído de valores, passíveis de ativação para um fim social. Identificados valores, como a integridade, estabelece-se no *oikos* um ambiente de afetividade e constância, fundamentais para o processo cognitivo. Têm-se, portanto, um ambiente de valores vivificáveis ou ativáveis para o processo cognitivo. No mundo econômico, da *oikonomia*, podemos conceituar esses valores e o próprio local como ativos, a serem administrados para a melhor interação social entre os cidadãos que com esse ambiente interagem. Desse modo, os ativos constituem *conditio sine qua non* do processo cognitivo e do desenvolvimento das relações sociais de troca ou do desenvolvimento social.

As instituições filantrópicas caracterizam-se por administrar recursos em benefício de demandas sociais. Costumeiramente, essas instituições nascem da iniciativa de empreendedores, que tiveram experiências socioeconômicas que permitissem diagnosticar essas demandas sociais. É costume também esperar que, da organização do atendimento dessas demandas, não reste benefício financeiro aos empreendedores desses projetos.

Considerando que esses projetos não são intensivos de capital e nem intensivos de orçamentos fiscais, os recursos a serem administrados vêm das próprias pessoas beneficiadas, quando não é o caso dos recursos serem humanos, ou as próprias pessoas.

Sabe-se que uma Instituição existe para viabilizar a troca e a interação entre pessoas, fazendo com que o produto institucional seja maior do que a soma das entregas individuais

das pessoas. Magalhães (2005, pág. 17) observa que *capital intelectual* de uma instituição resulta da soma “do conhecimento dos membros da organização” com o “conjunto do conhecimento adquirido através dos relacionamentos entre os membros ...”.

Isso vale tanto para instituições filantrópicas quanto para companhias abertas. A diferença é que, nas companhias abertas, as competências das pessoas são administradas para maximizar a riqueza do acionista e, nas instituições filantrópicas, para maximizar a satisfação de demandas sociais.

Uma vez havendo as instituições sociais, resultantes de experiências sociais históricas, estabelece-se um mecanismo endógeno de pertença e de aprendizado e legitimação, do que resulta uma *oikonomia* das Instituições Sociais. Como mérito disso, essas instituições passam a incorporar a Carta Magna dos países e têm convenções de operacionalidade, dever e compromisso.

O Art. 150, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, prevê: “*Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios ... VI - instituir impostos sobre ... c) patrimônio, renda ou serviços ... das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei*”

Atendidos os requisitos em lei, portanto, as Instituições são isentas do recolhimento ao erário público dos impostos sobre o seu resultado financeiro e patrimonial, uma vez que essas instituições prestam serviços de interesse e de utilidade pública locais, em substituição e parceria com o estado. Para fazer jus a essas isenções basta atender aos requisitos do Art. 14²⁸ do Código Tributário Nacional do Brasil.

Da mesma forma, o Art. 195. Prevê que “*A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais ... § 7º - São isentas de contribuição para a seguridade social as*

²⁸ Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”.

Para que a instituição de educação possa ser enquadrada nas *entidades beneficentes de assistência social*, precisa atender aos requisitos da Lei 11.096/2005 (PROUNI), e da Lei 12.101/2009 (alterada pela Lei 12.868/2013), pelas quais as instituições de educação filantrópicas precisam conceder uma bolsa de estudos integral (isenção de 100% das mensalidades) para cada cinco alunos pagantes. A renda *per capita* das famílias dos alunos beneficiários dessas bolsas não deve ser maior do que 1,5 vezes o Salário Mínimo Nacional.

Às Instituições Filantrópicas resta um desafio de gestão econômico-financeira importante pois, mesmo sendo isentas de impostos e contribuições sociais, não recebem os recursos correspondentes às bolsas e precisam manter as estruturas de custos (serviços docentes, técnico-administrativos e de infra-estrutura) para o atendimento dos alunos beneficiários das bolsas. Entretanto, fazendo-se uma análise comparativa entre os valores dos tributos, isentos às Instituições Filantrópicas, e os custos que as mesmas Instituições têm com o atendimento dos alunos beneficiários com bolsas, conclui-se favoravelmente à manutenção do status de Instituição Filantrópica.

Sen (1993), enfatiza o papel da *distribuição de bens* na promoção do equilíbrio e no aperfeiçoamento das relações sociais, papel que deve permear as “iniciativas de filantropia, caridade e outras formas que objetivem ao melhoramento das situações sociais”.

Soa como absolutamente verdadeiro o que Sen fala, especialmente na perspectiva do enorme contingente de população mundial em situação de extrema vulnerabilidade social. Entretanto, a ausência material do mínimo *desempodera* de possibilidades de retribuição às pessoas destinatárias dessa distribuição.

Embora precondições, até fisiológicas, devam ser superadas para viabilizar o mínimo de dignidade, apresentam-se instituições como as universidades filantrópicas como mecanismos que conseguem fomentar efetivamente a *capability* (Sen, 2000, pág. 95) das relações sociais de troca.

Embora Sen (1993, pág. 44) trabalhe a liberdade como “valor moral substantivo fundamental, que influencia de forma decisiva nas diferentes etapas e perspectivas da existência, assim como, nas escolhas que as pessoas consideram importante”, não parece possível considerá-la, a liberdade, *a priori*. A liberdade, como estado absolutamente pessoal, parece significável como conquista individual, que pode ser resultante das práxis

sociais, como as que se estabelecem no rico campo das diversidades socioeconômicas de uma Universidade Filantrópica.

E, falando de Universidade, não se pode esperar que esse papel seja desempenhado indiscriminadamente pelas Universidades, independentemente de sua organização jurídica ou do seu objeto social. Considerando que as Universidades não filantrópicas (públicas, de interesse econômico e outras) são discriminadoras, esse papel reserva-se, mesmo que embrionariamente, para as Universidades Filantrópicas.

Uma Instituição filantrópica, com seu mecanismo endógeno de busca pela verdade, ofertando-se generosamente para a *capability* social indiscriminada, deverá merecer o mérito da geração de liberdades.

2.4 Sobre o Dom

Trabalha-se aqui o Dom (ou dádiva), na perspectiva do *Essai sur le don* de Marcel Mauss, como um processo de doações recíprocas, condizentes com a idéia do desenvolvimento: um processo de ofertas. Salvo falho entendimento, encontraram-se na obra de Mauss importantes convergências com a oferta do desenvolvimento e o desenvolvimento como resultado da interação e troca de diferentes experiências da práxis.

Embora na perspectiva de Bourdieu (1996), o caráter primordial da experiência do dom seja, “*sem dúvida, sua ambigüidade: de um lado ... a rejeição do interesse ...; de outro ... o presente como uma infelicidade...*”, não se pode negar o caráter fenomenológico da construção de Mauss: a ação e reação desencadeadas pelo ato de ofertar.

O *Essai sur le don* foi o primeiro grande estudo etnográfico sobre o presente (dom). Como esse estudo analisa o sistema de trocas de presentes e indica a sua função no âmbito da ordem social. Mauss aborda os princípios moral, psicológica e econômica do presente (dom) na perspectiva da sua natureza coercitiva/propositiva e seu correspondente compromisso.

Com o *ensaio*, Mauss parece desejar expandir a fronteira metodológica do seu orientador e tio, Émile Durkheim, e observar os fenômenos sociais que se dão no cotidiano das “sociedades arcaicas”. Com a introdução e combinação das dimensões econômica, jurídica, moral, estético, religioso, mitológico e sócio-morfológica, desafia o conceito do homem como *homo economicus* e sua racionalidade. Segundo Levi-strauss, em Introdução à obra de

Marcel Mauss, é nessa obra que Mauss “*introduziu e impôs a noção de fato social, que apresenta-se com um caráter tridimensional, fazendo coincidir a dimensão propriamente sociológica, com seus múltiplos aspectos sincrônicos; a dimensão histórica ou diacrônica; e, por último, a dimensão físico-psicológica*”.

Segundo Mauss, uma experiência social implica num processo de ofertas e doações sucessivas de dar, receber e retribuir. Ele diz ainda que quem recebe, pode recusar-se a receber, criando nesse que recusou, mesmo assim, um compromisso com o ato inicial da oferta. Cria-se assim um “mecanismo endógeno” de experiências sociais irreversíveis, através das quais constituir-se-iam os fundamentos das relações sociais. As trocas e os compromissos morais decorrentes, as convenções de valor (moeda), a continuada práxis e as experiências, reforçam e perenizam os laços sociais.

O foco pesquisa de Mauss sobre o dom, ou o presentear, está a questão: *por que retribuir ao presente?* A resposta, segundo o autor, está no fato de que, no ofertar, no presentear, pessoa e presente (ou coisa) constituem um composto e, presenteando, a pessoa presenteia parte de si. Ao mesmo tempo, havendo uma retribuição, composta igualmente de ser e coisa, vem uma experiência nova e estranha do outro.

Mauss estudou essa mistura de pessoa e presente em diferentes culturas, em diferentes sistemas jurídicos europeus, como o romano e o germânico, da época, com o objetivo de traduzir para essas culturas contemporâneas os possíveis efeitos e presenças do ato de presentear, ou do dom.

Podemos novamente relacionar as conclusões de Mauss com o conceito de cultura de Tylor e a *oikonomia* Aristotélica. Se tentarmos atribuir status ou grandeza a uma sociedade, poderíamos adotar como métrica o conjunto das respectivas experiências sociais de troca.

Trazendo-se para esse discurso sobre o Dom as contribuições de Bernouilli, quanto a função utilidade do dinheiro, pode-se lembrar que, quanto mais próximo do ponto zero da disponibilidade de dinheiro, representada na abscissa do modelo cartesiano, mais elásticas sobre a utilidade são as variações de dinheiro. Da mesma forma, sendo que o dinheiro nesse ponto inicial da curva assume uma função central de intercâmbio, sendo as ausências desse supridas com intercâmbio de bens, sem a função de equilíbrio da moeda, encontra-se o ambiente da *oikonomia*, onde a reciprocidade ao Dom é mais do que elástica.

Nessa breve referência ao Dom, deseja-se destacar nesse a dimensão **ato de ofertar**. Há o ato inicial, surpreendente e novo, que causa uma reação social. Do acumular das

experiências dessas interações, criam-se as convenções; o *nomos* ou a *oikonomia*. De fato, o processo de intercâmbios de presentes, estudado e mapeado por Mauss, é também conhecido como a “economia do dom” que, em função dos argumentos aqui construídos, preferir-se-á chamar de *oikonomia do dom*.

Para os fundamentos da idéia do desenvolvimento sustentável, pode-se ler das constatações de Mauss que: a) a atitude inicial da oferta do presente promove um efeito social inédito e irreversível; b) o dom é uma ação-iniciativa de intercâmbio que leva à equalização de experiências e dicotomias e c) do processo de trocas nascem convenções sociais, que demandam um aparato de blindagem, como o estado.

Alem disso, deseja-se abstrair do Dom o sentido da oferta, para que o “... Dom do Desenvolvimento Sustentável”, se compreenda como a **oferta** do desenvolvimento sustentável.

2.5 Sobre o Desenvolvimento

2.5.1 Algumas referências básicas ao desenvolvimento

Conforme Beltrão (1971, p.119), “desenvolvimento é um processo inédito e irreversível de mudança social, através do qual se instaura numa região um mecanismo endógeno de crescimento econômico cumulativo e diferenciado”.

Nesse conceito, Beltrão assume uma conotação temporal de evolução econômica. Explica o desenvolvimento como o indicativo da mobilidade social, embora não encontremos no conceito as necessárias pistas sobre suas motivações. Admite a endogenia do processo, sem se referir entretanto às motivações: as motivações para o “mecanismo endógeno” são endógenas ou exógenas?

Quando fala de “cumulativo e diferenciado” parece ter se convencido de que o desenvolvimento possível é o desigual, ou é diferenciado nas formas, nos modelos ou nos processos de modernização e crescimento.

Tanto Beltrão quanto uma lista extensa de teóricos sobre o desenvolvimento, deixam-nos uma obra inacabada sobre o desenvolvimento. Nesse ambiente, assume central importância

procedermos a uma re-construção do conceito de desenvolvimento, re-trabalhando seus antecedentes, e formulando as bases para a conceituação do desenvolvimento sustentável, objeto do próximo tópico.

Etimologicamente, a palavra desenvolvimento deriva do verbo desenvolver, desenrolar, que tem sentido contrário ao verbo envolver. Envolver, do latim *involvere*, têm, segundo Ferreira (1989), significados como abranger ou abarcar: “O silêncio envolvia a cidade”. Também, o sentido de cobrir: “As sombras envolvem a cidade”. Desse modo, desenvolver é tirar aquilo que cobre ou esconde, aproximando-se assim do sentido de revelar – tirar o véu e liberar.

Mas, considerando-se a necessidade de expressar mais do que um fato, como o ato pontual de revelar ou liberar das amarras, apresenta-se a palavra desenvolvimento como explicativo de algo que teve um início, a partir do qual evolui. Assim, surge outro simbolismo para o desenvolvimento, pelo que podemos assemelhá-lo ao processo de desenrolar um carretel de linha, por exemplo – o processo de desenvolver o carretel – disso depreendemos o sentido de evolução.

Na língua alemã, desenvolvimento significa *Entwicklung*. É o processo contrário à *wickeln* (enrolar), ou seja, o substantivo *Entwicklung* significa *lato sensu* desenrolar ou desamarrar. Não significa deixar de girar (*wickeln*) ou girar ao contrário, e sim, influenciar o processo de envolvimento centrípeto, rompendo-se a fronteira do ciclo, de forma que possa-se desenvolver para fora.

Desse modo, como Beltrão, entende-se desenvolvimento como um processo de evolução, como o processo de desenrolar um fio ou o “desenrolar” das relações sociais no tempo. A evolução do homem dentro da natureza que o gerou.

Sobre o compromisso do homem com a natureza, a Bíblia é clara. Em Gênesis (2, 15) – ... *ut operaretur et custodiret illum*²⁹, a Bíblia fala sobre a missão do homem, criatura, para atuar sobre a natureza criada, cuja simbiose podemos também entender como uma grande sociedade de sujeitos. Deus criou a natureza plena, onde colocou o homem para que nela trabalhasse e dela **cuidasse (custodiret)**.

O respeito e assimilação históricos desse texto revela que o homem concorda que assim seja verdadeiro – porque assim parece ser de fato ser. A natureza é plena e soberana e o

homem pode viver dela, mas não alienado ou desenvolvido dela. O homem tem um instinto natural, reforçado pela condição da razão, para fazer mais do que sobreviver. O desejo do homem é o de imperar sobre a natureza, tal como expresso na Bíblia.

Por outro lado, em Gênesis 1, 28 lê-se: “Deus os abençoou dizendo: „Sede fecundos e multiplicai-vos, enchei a terra e **submeteí-a**; dominai sobre os peixes do mar, as aves do céu e todos os animais que rastejam sobre a terra“. Negrito, do autor”.

E, imperar, administrar, fazer uso adequado e equilibrado da e sobre a natureza, não abusar, não agredir e exaurir os recursos da natureza, significa desenvolver e ofertar coisas novas e obter dessa oferta a correspondente vantagem competitiva ou diferencial. A demanda pouco se desenvolve, e sim, desenvolvem-se novas ofertas, novos saberes e nova tecnologia, a serviço da capacitação relativa.

Segundo a tradição cristã, Deus oferta-se para desenvolver o homem. Santo Ireneu de Lião fala que: “O Verbo de Deus [...] habitou no homem e fez-Se Filho do Homem, para acostumar o homem a apreender Deus e Deus a habitar no homem, segundo o beneplácito do Pai”³⁰.

Considerando a nossa ilimitada fragilidade em relação à natureza, somos ilimitados receptores de elementos de fortificação relativa, portanto, ilimitadamente demandantes de coisas, sendo a demanda latente até o surgimento de algo que a satisfaça.

Desse modo, o desenvolvimento faz parte da natureza humana e se constitui da sua ilimitada demanda. E, assim que a ciência evolui, aproximamo-nos das coisas como elas são e, portanto, dessa evidência – os desejos de trabalhar e de desenvolver humanos são sem fronteiras. Supondo ser Deus a verdade, constitui-se essa verdade uma demanda a ser explorada e, essa exploração, capacita e potencializa o homem. Assim mesmo, se Deus “habita numa luz inacessível” (1 Tm 6, 16), e sendo Ele a verdade (um ato), torna-se dinâmico em relação ao homem potencialidade, para o qual se torna parcialmente inteligível, mas progressivamente inteligível.

Faz parte da natureza humana. Todas as coisas do universo evoluem, inclusive ele próprio. Já constatara Lemaître, a partir das medições de Hubble, que o universo expande-se de

²⁹ Genesis 2,15 –*tulit ergo Dominus Deus hominem et posuit eum in paradiso voluptatis ut operaretur et custodiret illum*. Deus, o Senhor, pegou o homem e colocou-o no paraíso para que nele trabalhasse e dele cuidasse.

³⁰ Santo Ireneu de Lião, *Adversus haereses III*, 20, 2: SC 211, 392 (PG 7, 944).

forma exponencial e, portanto desigual. Os corpos celestes mais distantes evoluem de forma mais rápida do que os mais próximos do ponto de origem de todos eles.

Esse movimento do universo parece determinar o movimento de todas as coisas criadas e nele contidas, especialmente as coisas vivas da terra, dentre as quais o homem. Desde a aproximadamente cinco milhões de anos, quando surge na sua forma mais similar à atual o antepassado humano, o homem evolui. A evolução humana se dá, é desigual, é exponencial e é marginal. A evolução humana marginal ou diferencial em relação à evolução das demais coisas vivas, se dá em função da razão e corresponde ao desenvolvimento, que é humano.

Normalmente as proposições de diferentes autores não são intensamente compatíveis com a visão sobre o desenvolvimento que se está construindo nessa tese. Carbonell de Masy (1992, p. 4), por exemplo, sugere quatro motivadores para o desenvolvimento. Em primeiro lugar, o desenvolvimento que se dá em função da “disponibilidade de recursos: a abundante oferta cria sua própria demanda”. Em segundo lugar, o desenvolvimento que se dá em função da “expansão dos mercados: a demanda agregada estimula o uso dos recursos”. Em terceiro lugar, cita a “conquista planejada de espaço geográfico” ou mercadológico e, em quarto lugar, o desenvolvimento que se dá em função da “formação de instituições ... que afirmem um propósito comum, resolvam conflitos e estabeleçam formas de conduta”.

Por outro lado, Amartya Sen (2000), entende que o desenvolvimento seja uma função da promoção das liberdades individuais e que as redução das desigualdades sociais sejam uma função do crescimento das liberdades individuais. Ou seja, segundo ele, redução das desigualdades, ou maior equidade social, equivale ou leva ao desenvolvimento humano.

Na verdade, a história do desenvolvimento humano não tem demonstrado isso. O desenvolvimento se dá à medida da aguerrida busca por crescimento, que se dá em condições desiguais. Ou seja, desenvolvimento é uma função do crescimento econômico, que gera a desigualdade/diferenciação.

Mas, o autor traz uma variável complementar esclarecedora, quando enfatiza a importância das oportunidades sociais, de cuja geração as instituições sociais desempenham um papel central. Somente através das instituições a sociedade teria efetivas condições para tomar parte dos avanços econômicos.

Nesse aspecto os dois autores são coincidentes. Propõem as instituições como os caminhos para a educação e a criação de valores para a geração de liberdade. Como consequência ter-se-ia a redução das desigualdades sociais. Então, chega-se finalmente a concluir que

somente a educação, que desenvolve conhecimento, pode gerar a liberdade alternativa à liberdade que vêm automaticamente da acumulação de capital.

Polanyi (1989) corrobora com a idéia de que a liberdade não é dada. Ao analisar os acontecimentos históricos de grande repercussão social do seu tempo, como as duas grandes guerras, a queda do padrão-ouro, e o surgimento de projetos políticos totalitários, Polanyi conclui que o liberalismo econômico é, em suma, um projeto utópico cujas grandes decorrências foram a destruição dos cimentos materiais e políticos da sociedade moderna.

Na seqüência, Polanyi (1994, pág. 117), defende uma economia coletivizada não centralizada e organizada a partir de instituições municipais e locais. Argumentos para essa proposta ele encontra, dentre outras, ao analisar o funcionamento das economias pré-capitalistas, donde conclui que, “las motivaciones individuales, definidas y articuladas, surgen como una norma de situaciones determinadas por hechos de orden extraeconómico (familiar, político o religioso)”.

Mas as comunidades locais não poderão, em função do seu baixo desenvolvimento científico, serem implodidas na direção de um sistema de troca social temporalmente desconexo. Assim, somente um projeto de educação que preveja a inclusão das camadas sociais menos livres financeiramente poderá promover um desenvolvimento com menos desigualdades sociais.

2.5.2 O que é afinal o desenvolvimento?

Parte-se do pressuposto do desenvolvimento³¹ como a progressão das relações sociais de troca entre os humanos, que buscam dissociar-se da natureza, que evolui. Sendo a evolução e o desenvolvimento progressões geométricas, admite-se a razão como força motriz que imprime um delta entre os ritmos da evolução e do desenvolvimento. Isso é, os humanos nos desenvolvemos “alienando-nos” ou distanciando-nos, pelo uso de nossa racionalidade, da evolução da natureza.

³¹ A palavra desenvolvimento vem seguidamente utilizada no texto também para denotar movimento ou evolução.

A racionalidade da acumulação tecnológica processa a potencialização humana relativamente à natureza. Conforme CASTELLS (1995), “o poder de nossas tecnologias eletrônicas e genéticas, amplifica extraordinariamente o poder da mente humana”.

Se a racionalidade e a consciência são humanas, a natureza deve ser irracional e inconsciente. Segundo Hegel, em *Differenz des Fichteschen und Schellingschen Systems der Philosophie. Philosophie von Platon bis Nietzsche*: <http://www.digitale-bibliothek.de/band2.htm>, página 38239, “o desenvolvimento inconsciente na natureza é um reflexo da [própria] força viva que a divide infinitamente” e tem o poder correspondente de constituir-se “ela própria numa forma resultante” o que faz da natureza um ser “livre”.

Os humanos, assim como todas as coisas da natureza, parecem ser expressões da natureza. Os humanos parecem predestinados ao desenvolvimento, sendo que e as diferentes sociedades humanas parecem ter evoluído diferenciadamente entre si em função dos diferentes modos de se relacionarem com a natureza que, no seu conjunto, pressupõe-se evoluir. Portanto, assim como a origem e a evolução do universo e as suas coisas (a natureza), todas as formas vivas devem ter uma causalidade e terem sido criadas e não terem-se criado.

Dentro desse processo evolutivo presenteiam-se os humanos, racionais, tencionando a sua emancipação da natureza, ou do processo de evolução. Como racionais, emancipamo-nos do processo de evolução, através da acumulação de saberes, que nos colocaram em condições de não somente reagir às influências do meio (ou do entorno – do *oikos*), como também, para dominá-las. Talvez seja isso o que possamos chamar de desenvolvimento: um processo racional de emancipação do processo de evolução, causado por uma atitude imperativa sobre a natureza, gerando-se a perda da memória social sobre a pertença humana da natureza.

Portanto, existem relações de troca na natureza, que motivam a evolução. Os humanos parecem ter-se distanciado gradativamente dessas relações, imunizando-se pela sua própria potencialização contra a influência dessas relações e, racionalmente, desenvolvendo suas próprias relações sociais de troca. Dessas relações criam-se os costumes e as normas que valem para o ambiente em que a sua gênese acontece – e isso poderíamos chamar de economia. Portanto, existe a economia natural e a economia dos humanos; sendo a segunda separada da primeira e da natureza.

Com base nisso, entende-se que a economia da natureza **evolui** e a economia dos humanos **se desenvolve**.

Evolução, portanto, pode ser vista como a evolução temporal, lenta e progressiva, das relações de troca entre as coisas da natureza, inclusive da evolução das relações sociais de troca entre os humanos.

Desenvolvimento, por sua vez, pode ser visto como a evolução das relações sociais de troca entre os humanos, com o objetivo de imperar sobre a natureza.

Com isso, pode-se concluir que os humanos se desenvolvem para imperar sobre a natureza, da qual se distanciam no passar do tempo, para se afirmarem cada vez mais na sua dimensão cultural e econômica.

2.5.3 Evolução e natureza das coisas

Ensaia-se aqui ser a evolução da natureza a evolução das relações de troca entre as coisas da natureza, inclusive da evolução das relações sociais de troca entre os humanos. Da mesma forma, considera-se a natureza como o conjunto das coisas criadas e existentes no universo, inclusive o próprio tempo e o espaço. Portanto, vê-se o homem como criatura inserida em determinada cultura, provido de razão e mitos, que o fazem diferenciar-se entre seus próximos e entre os demais seres da natureza com a qual compete diferenciadamente em diversos ecossistemas.

Considerando que os humanos são expressão da natureza, nada mais conveniente do que esperar que as suas atitudes tenham uma coerência com os movimentos da natureza. Se observarmos, por exemplo, a dinâmica do dinheiro no contexto das relações sociais de troca, verificamos tratar-se de uma curva exponencial, em que, quanto mais dinheiro disponível, mais ele circula e mais ele se concentra.

Nessa linha, inicia-se esse capítulo com uma rápida re-visita aos estudos sobre o universo, que parece ter uma dinâmica explicadora para a dinâmica social do desenvolvimento e com a dinâmica do dinheiro.

A partir da criação do universo, as coisas evoluem³². Segundo HAWKING (2001, pág. 21) “o universo está se expandindo e a distância entre duas galáxias quaisquer aumentando continuamente com o tempo”, sendo que, “quanto mais longe outras galáxias estão de nós, mais rapidamente estão se afastando”.

A fotografia ao lado é uma representação do universo em expansão, partindo da grande explosão inicial. Os corpos mais distantes do ponto de explosão se deslocam a velocidades maiores do que os menos distantes

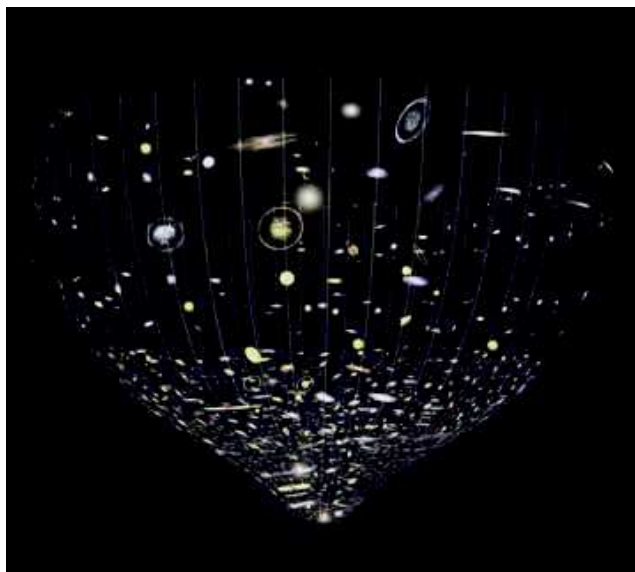


Figura 0-1 Ilustração da expansão do espaço – Hawking 2001 p. 22

Essa descoberta é creditada ao padre jesuíta belga Georges Edouard Lemaître (1927), que estudou as motivações da proporcionalidade entre distância e velocidade de afastamento das galáxias através do deslocamento do vermelho dentro do espectro da luz espacial.

Edwin Hubble (1929) ratificou a teoria, ao observar que “os corpos espaciais afastam-se da terra como estilhaços

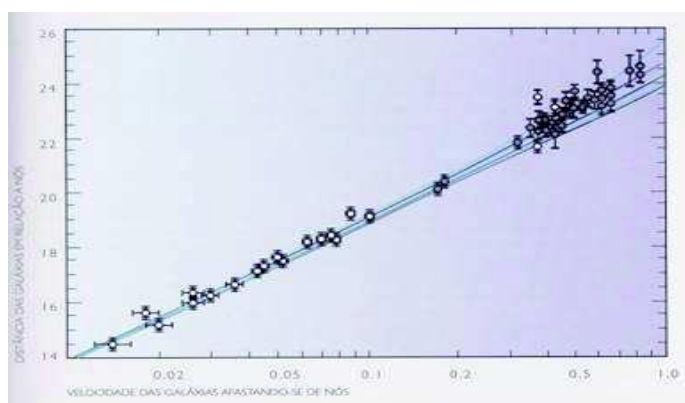


Gráfico 0-1 Gráfico de dispersão de galáxias - Hawking 2001 p.77

da explosão de uma granada”. Lemaître defende que o universo e tudo o que há nele “nasceu” da explosão de um “átomo primordial” ou “ovo cósmico”. Nesse átomo primordial, segundo ele, teria estado comprimida toda a matéria existente hoje. Em suma, conforme apresentado no Gráfico 2-1, considerando que as galáxias mais distantes desloquem-se mais rapidamente, deve ter havido, conforme , um momento em que tudo estava num só ponto inicial.

³² Segundo o pesquisador católico, Georges Lemaître, primeiro a investigar a origem do universo, o universo teria nascido há aproximadamente 15 bilhões de anos, a partir do que ele chamou de “átomo primordial”, composto do universo que agora evolui.

Embora as conclusões tivessem sido rejeitadas inicialmente por físicos como Einstein, durante uma viagem conjunta para a Califórnia, Lemaître conseguiu convencer Einstein depois de uma detalhada fundamentação da sua teoria.

Desse modo, adota-se como ponto de partida que há na natureza diretrizes de evolução determinadas pela natureza das coisas e que, inclusive, apresentam uma evolução exponencial.

E a evolução, que para a biologia representa a mudança das características hereditárias de uma população de uma geração para outra, é função das características do ambiente em que se desenvolvem as formas vivas.

A partir de meados do século XIX, estudos do registro fóssil e da diversidade dos seres vivos convenceram os cientistas que as espécies mudam ao longo do tempo. Mas, foi com a publicação do detalhamento da teoria de evolução por meio da “seleção natural”, no livro *A Origem das Espécies*, que Charles Darwin fomenta a aceitação da teoria da evolução.

Mais tarde, na década de 30 do século XX, com a junção da seleção natural de Darwin (considerado um mecanismo de evolução) e a teoria da hereditariedade de Mendel, (que se dá através das unidades de evolução – os genes) resulta a explicação unificadora para a origem de toda a diversidade da vida na Terra.

A teoria diz que características do meio, ou ecofatores, fazem com que as populações de organismos (móveis), não originários do meio para o qual foram, mudem ou evoluam ao longo do tempo. Assim indivíduos de diferentes troncos podem evoluir para um estado físico similar em função dos desafios (ou ofertas) do ambiente que habitam ou passaram a habitar – o que vem a ser chamado na biologia de **evolução convergente**. De modo contrário, indivíduos do mesmo tronco podem desenvolver características físicas ou potencialidades físicas diferentes em função das características ou das demandas diferentes dos diferentes ambientes, ou mesmo do mesmo ambiente, para as quais passaram a se adaptar ou potencializar – o que vem a ser chamado na biologia de **evolução divergente**.

Teilhard de Chardin, em BIERI (2010), defende que o desenvolvimento do cosmos é convergente, o que faz com que as coisas da natureza tendam a convergir, o que faz com que também os humanos convirjam para um objetivo comum. Ainda conforme o autor, assim como na história da Terra surgem formas sempre mais complexas, como: átomos, moléculas, células, tecidos, desenvolvem-se nos humanos [com essas experiências] formas sempre mais elevadas de consciência – **quanto mais complexo, mais consciente**.

2.5.4 Evolução humana

As pesquisas atuais sobre a origem e a evolução humana apontam para uma linha de tempo de aproximadamente cinco milhões de anos, tendo a África como a origem mais provável.

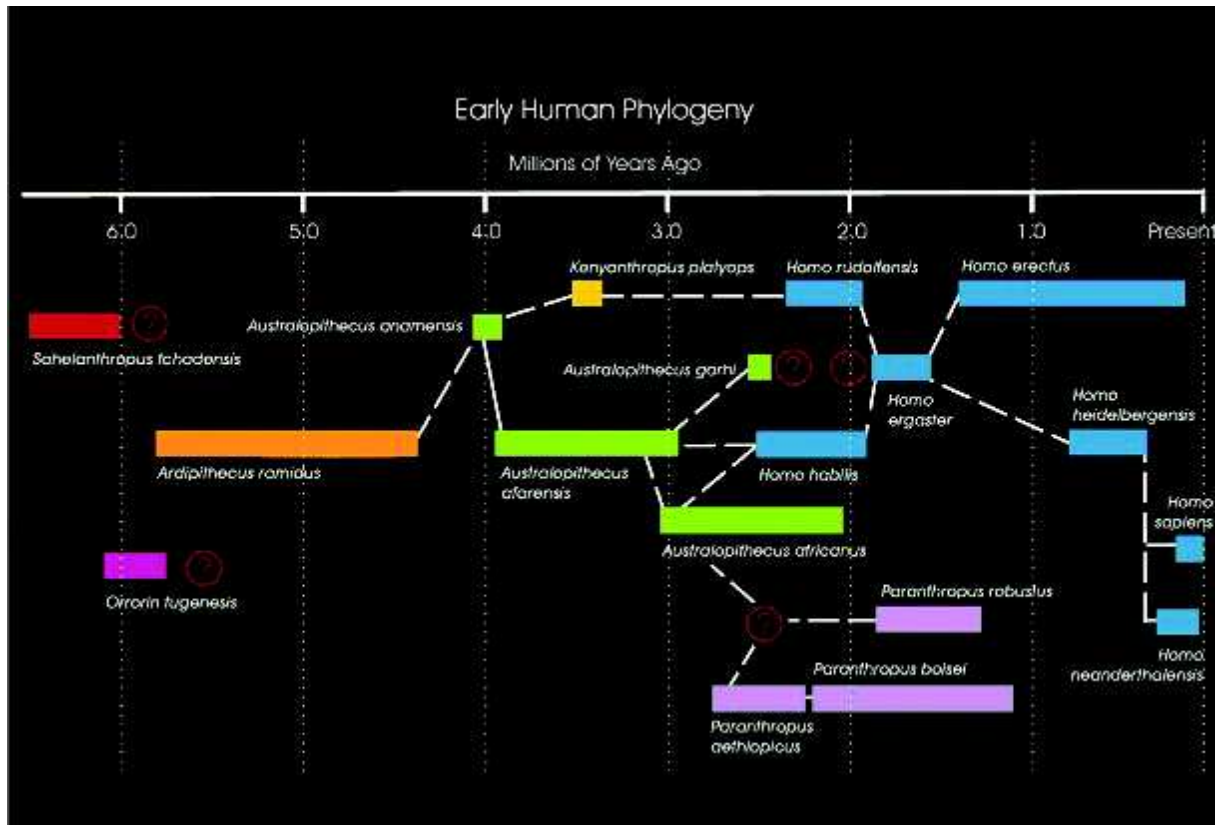


Figura 0-2 Early Human Phylogeny – Origem: <http://anthropology.si.edu/humanorigins>, consultado em 12/01/09

De lá, do norte da atual região tropical africana, mais concretamente, da atual Etiópia, pesquisadores defendem que os humanos teriam migrado em diferentes tempos para diferentes regiões da terra. O *Homo erectus*, ao mesmo tempo que permanece na África, migra para as regiões da Europa e Ásia, ao redor de 1,5 milhões de anos antes do nosso tempo, de onde ter-se-ia extinto há aproximadamente 50 mil anos. Entretanto, acredita-se que o *Homo sapiens* tenha migrado da África para a Ásia há menos do que 100.000 anos. Dessa forma, o *Homo sapiens* e o *Homo erectus* podem ter convivido na Ásia, tendo o último sido extinto. Podemos deduzir que o *Homo erectus* que migrou para a Ásia não evoluiu ou evoluiu menos do que o *Homo erectus* africano. Da convivência entre o *Homo sapiens* (*Homo erectus* africano evoluído) e o *Homo erectus* asiático, restou sobrevivente naquela região somente o primeiro. Possivelmente a disputa em torno da sobrevivência entre a população crescente no “lar materno” África tenha motivado esse salto qualitativo para o agora migrante *Homo sapiens*. A essa conclusão chega Meggers (1977, p.22) ao

analisar as características do meio sobre a cultura dos indígenas das regiões alagadas e não alagadas do Amazonas. Conclui a autora dizendo que: “Se a adaptação é uma causa primária determinante da cultura, deveríamos encontrar diferenças nos complexos culturais que se associam a essas duas sub-regiões. É o que acontece.”

Admite-se também para esse trabalho que o meio influencia a evolução dos seres que nele habitam. Às vezes, no caso dos seres humanos, houve migrações e, ao chegarem nos novos destinos, passaram a acumular experiências das reações e adaptações às condições impostas pelo novo *oikos*.

Mais recentemente, nos últimos 10.000 anos, essas migrações viveram efeitos exponenciais na evolução das relações sociais entre os humanos. Desse modo, é menos provável que em determinadas regiões, como na atual América, tenha havido tempo e motivações locais para a evolução dos humanos, causada por motivações locais nessa parte, do que terem sido “imigrados” esses costumes no bojo da migração.

Segundo as teorias mais aceitas, o homem teria migrado para o continente americano durante a última era glacial. Não há, porém, registros remanescentes que atestem algum grau de status tecnológico desses povos, como nos povos Maia e Inca, por exemplo.

Nesses povos atestam-se características tecnológicas e culturais que não poderiam ter sido desenvolvidas no local em tão pouco tempo. É mais razoável crer que tenham havido migrações posteriores, que tenham trazido consigo saberes fruto das suas dinâmicas regionais, que não pudessem ser desenvolvidos em pouco tempo.

Desse modo, parece razoável crer na possibilidade de ter havido migrações posteriores através do mar, utilizando-se barcos e tecnologia egípcia. Para comprovar isso, em 1947 o pesquisador norueguês Thor Heyerdahl (1914 – 2002) atravessou o Pacífico com um barco fabricado com base em madeira balsa (*Ochroma pyramidale*).

Dessa perspectiva se justificariam as grandes similaridades entre Egípcios e Maias, em áreas como as religiões, arquitetura e matemática, por exemplo.



Fotografia 0-1 Pirâmides de Comalcalco (e) e Teotihuacán (d), da América Central. Origem Wikipedia – Consultado em 07/03/2009.

A civilização Maia, que veio para as regiões das atuais Guatemala, Honduras e Península de Yucatán entre os séculos IX a.C. e IV a.C., ergueram pirâmides a exemplo das do Egito.

Além de também acreditarem em vários deuses ligados à natureza, tinham um exato calendário com os 365 dias do ano; a escrita era baseada em hieróglifos; a matemática, com casas decimais e o valor zero. E, quando essas estruturas de conhecimento concentrado ruíram dispersaram-se novamente os adeptos, voltando à natureza da qual, por falta de tecnologia ainda não haviam se emancipado.

A emancipação do homem da sua estreita relação com a natureza vem de aproximadamente 9.000 anos a.C. quando começa a plantar e a controlar a oferta de alimentos.

Conforme Piperno (2003) "Nossos dados mostram que a profunda mudança ambiental no fim da Era do Gelo levou as pessoas a adotarem a **domesticação de vegetais** e domesticação de animais, como estratégia de sobrevivência em vários lugares do mundo ao mesmo tempo, inclusive na América".

Ainda hoje encontramos evidências para a confirmação da tese da influência do *Ekhos* na busca por alternativas para a sobrevivência. Há povos que hoje habitam regiões tropicais como a Amazônica, que seguem sendo demandantes da oferta natural de alimentos (coleta, caça e pesca). Essa pode ser uma razão para que os povos tecnologicamente menos desenvolvidos do mundo encontrem-se predominantemente na região tropical do planeta, ou

noutras, onde o homem segue sendo fortemente demandante da oferta natural de alimentos e onde há uma natureza ainda mui pródiga na produção e oferta de alimentos.

Aos poucos o homem domina a tecnologia da caça e pesca, que o fazem iniciar o domínio sobre a natureza, deixando de depender da disponibilidade natural dos alimentos e passa a influenciar objetivamente o ciclo natural, plantando, colhendo e armazenando alimentos.

No ato de armazenar alimentos está um embrião do que vem a ser o que hoje chamamos de capitalismo. Alimentos que se guardam, são alimentos que superaram as demandas em determinado momento.

As tribos da várzea da região amazônica, como os Omagua, plantavam nas épocas de baixa do rio e guardavam em celeiros o milho, enterravam submerso o aipim e encurralavam tartarugas. As mulheres confeccionavam finos tecidos de algodão e cerâmica e os homens fabricavam equipamentos como o arpão, cujo uso faziam com maestria. Nos meses de agosto e setembro saíam de suas casas para pescar. O produto da pesca, principalmente as “mantas de pirarucu”, era secado e, quando em fartura, os “pescadores recolhiam às igarités o produto do seu trabalho” levantando “acampamento em conjunto, todos satisfeitos, rumo às suas residências” (Bitencourt, 1951 p. 139).

Clastres (1974, p. 13) questiona que na antropologia se costuma dizer que as tribos arcaicas (falta de escrita e economia de subsistência) como os Waiwai, viviam numa economia de subsistência, “na fragilidade permanente do equilíbrio entre necessidades alimentares e meios de satisfazê-los. Uma sociedade com economia de subsistência é então a que alimenta seus membros apenas com o estritamente necessário, encontrando-se assim à mercê do menor acidente natural (seca, inundação, etc.), já que a diminuição dos recursos se traduziria mecanicamente pela impossibilidade de alimentar todos. Ou em outros termos, as sociedades arcaicas não vivem, mas sobrevivem e a sua sobrevivência é um combate interminável contra a fome, pois elas são incapazes de produzir excedentes por carência tecnológica, além disso, cultural”. O autor (Clastres) conclui o questionamento dizendo que : “Nada é mais tenaz do que essa visão sobre a sociedade primitiva, e nada mais falso ao mesmo tempo”.

Uma ressalva precisa ser feita sobre a argumentação do autor, considerando ter ele uma visão peculiar de tecnologia nas sociedades primitivas: “*on ne peut mesurer un équipement technologique qu'à sa capacité de satisfaire, en un milieu donné, les besoins de la société*”, isso é, “não se pode medir um equipamento tecnológico senão pela sua capacidade de

satisfazer, num determinado ambiente, as necessidades da sociedade” (Clastres (1974, p. 163).

Na perspectiva da hipótese aqui trabalhada, do desenvolvimento como mecanismo de oferta, pode-se ver aqui também a tecnologia não somente um conceito de objetos e sim o da ciência que decorre dos aprendizados impostos ou ofertados pelas condições do meio; como a necessidade de estocagem de alimentos que satisfez de forma diferenciada as necessidades das sociedades e influenciou diferenciadamente suas culturas.

Essa necessidade de estocagem de alimentos motivou um desenvolvimento destacado das correspondentes tribos. “É uma gente (Omagua) de grande capacidade de previsão e conservam as provisões à mão até o momento em que fazem a colheita seguinte” (Carvajal , 1934, p. 398).

Parece ousadia, entretanto, Meggers (1977, p. 182) quando afirma que “os grupos da várzea, como os Omagua e os Tapajós, atingiram o nível máximo de elaboração cultural permitido pelas condições locais ao meio-ambiente”. Tratam-se de culturas relativamente jovens, de não mais do que três mil anos, e que atingiram um desenvolvimento destacado entre os povos indígenas nesse período.

Porém, a passagem de dependente a controlador da oferta de alimentos, além da já disponível tecnologia para a fabricação de utensílios e armas, assenta as bases para as relações de troca e o mercado.

A crescente demanda por bens e serviços dos povos agrícolas, forma as bases da atividade comercial, que foi o segundo marco da história das civilizações. Nesse período, o homem libera-se radicalmente da estreita relação com a terra, passando a comprar e vender coisas e, especialmente quem somente fizesse isso, comprar e vender.

2.5.5 Forma-se a sociedade da acumulação

Contemporâneo ao avanço da tecnologia e da decorrente produção de excedentes, parece ter-se processado na relação do homem com a natureza algo similar ao que Marx qualificou de *Entfremdung*³³ (alienação) da natureza. Ou seja, a natureza como serva do comércio.

Criam-se as condições para o comércio, em que se vendem os excedentes, a própria tecnologia e o capital que se acumula desse ciclo. Parece natural haver sido demandada uma blindagem para esse ciclo, constituindo-se para tal os primórdios da sociedade, como a temos hoje, moldando-se e caracterizando-se a partir do início das relações comerciais. Por isso poderemos ver na seqüência uma breve história sobre a formação da sociedade, que se relaciona e se amarra pelo e em torno do comércio. Enfim, constituem-se os mecanismos para a proteção e a potencialização das conquistas e do status quo das desigualdade que se geram das conquistas comerciais.

Com o surgimento da atividade comercial observa-se o crescimento da população, o aumento da importância do indivíduo e o comerciante assume o poder político. E surge o Estado como instrumento de poder e a moeda como unidade padrão para as transações (século VIII a.C. – Lídia) – o primeiro a serviço da segunda.

A organização social parece começar a se moldar em torno da ampliação das rotas comerciais, do cosmopolitismo do Império Romano, do escravagismo, do desenvolvimento das artes e da ciência. Também é nesse período que o Cristianismo toma corpo e se firma como a religião do Ocidente, presente na vida comunitária e na social e global.

Ao mesmo tempo em que as culturas milenares do Oriente são palco das pilhagens comerciais, a organização social do Ocidente ainda é pregada pela organização de ofícios. O período entre 1096 e 1291 é conhecido como a Época das Cruzadas.

Na Alemanha, a partir de 1100, fundaram-se novas vilas em torno das fortalezas imperiais, dos castelos, dos palácios episcopais e dos mosteiros. Enquanto os habitantes das vilas

³³ Marx, em *Ökonomisch-philosophische Manuskripte aus dem Jahre 1844*. Marx/Engels: *Ausgewählte Werke*, página 674, quando defende a equivalência entre salário e propriedade privada, apresentando o trabalho não como um fim em si, mas como o **servo** dos salários, sugere processar-se uma *Entfremdung der Arbeit* (alienação do trabalho).

começaram a ter direitos e liberdades municipais, a população rural continuava na servidão. As cidades eram administradas pelos comerciantes e os artesãos formaram corporações.

No que é hoje a Alemanha, por exemplo, é a partir desse período que se pode observar a sofisticação da vida na corte, que pode ter levado ao desenvolvimento da cultura e da literatura alemãs. Mas eventos como a Peste Negra em meados do século XIV, a constante disputa pelo poder entre a Igreja, o Império e as estruturas locais como os principados, sentaram as bases para o que pode ter sido a primeira grande revolução econômico depois de Cristo – a Reforma Protestante.

Além de parecer ter-se constituído, com a Reforma, a divisão de classes sociais, pode ter-se dado nesse período a segunda emancipação humana. Na primeira emancipação, o homem passa a dominar a cultura (planta, colhe e armazena e controla alimentos); na segunda emancipa-se da cultura, organizando-se comunitariamente em torno dos ofícios e, agora, essa experiência coletiva parece ter causado uma metamorfose social, passando do status de organização em comunidade (Gemeinschaft) para o status de organização em sociedade (Gesellschaft).

Nos meandros dessa evolução das relações sociais parece ter-se constituído um atributo espiritual social ao dinheiro. O dinheiro como medida das relações sociais de troca, a partir do qual a sociedade se mede e se compara. Cria-se um processo de competição social, numa sociedade de costumes e instituições sociais, tendo como foco a acumulação de dinheiro, medida do grau relativo de sucesso de cada indivíduo social. Embora essa comparação se dê em boa parte na comunidade, as amarras financeiras se dão em sentido social e intangível, como um espírito.

Conforme Meyers (1905 - Bd. 7, pág. 720), “uma sociedade pode constituir-se apenas através de um contrato; o assim chamado contrato social, mesmo que esse não esteja amarrado a nenhum modelo formatado”³⁴, (tradução própria).

Embora tenhamos instrumentos de regulação social como as Constituições e os próprios Estados, é em torno do dinheiro que parecem dinamizar-se as relações sociais, aparentemente diferentes quando se dão entre membros de uma comunidade ou de uma sociedade.

³⁴ Entstehen kann eine G. nur durch einen Vertrag, den sogen. Gesellschaftsvertrag, der jedoch an keine Form gebunden ist.

Desse modo, se as condições do meio atuam e exigem uma adaptação, os seres da comunidade deveriam apresentar características muito similares. Segundo Tönnies (1887) a comunidade se caracteriza como um conjunto de pessoas relativamente homogêneo, conectado emocionalmente e com confiança recíproca. Na sociedade, por sua vez, os diferentes atores sociais buscariam a satisfação de seus objetivos individuais e diferenciados, apesar de uma tênue conexão entre os indivíduos da sociedade.

Para Marx (1857) a sociedade (*Gesellschaft*) seria como o produto da soma das relações que os indivíduos estabelecem entre si e não como o produto da soma dos indivíduos em si.

Já Max Weber, em *Wirtschaft und Gesellschaft*, corrobora com o entendimento de Tönnies, trabalhando o conceito de *Vergesellschaftung* (embora não caiba uma tradução equivalente, poderia ser entendido como “modo de ser sociedade”) e *Vergemeinschaftung* (por sua vez, “modo de ser comunidade”).

Luhmann (1975) fala de sociedade (*Gesellschaft*) como um sistema de comunicação entre seres sociais, que portam diferentes modos sociais de relação com normas e valores e, em conseqüência, diferentes expectativas sociais. Desse modo, segundo o autor, sociedade corresponde ao que a comunicação pode integrar.

A definição ou conceituação de sociedade não é tarefa simples. Nalguns casos, como para a conservadora ex-primeira ministra britânica Margaret Thatcher, há inclusive questionamentos sobre a efetiva existência do que cremos ou que queiramos crer seja uma sociedade.

Tönnies (1887) segue sugerindo que a Sociedade, ou *Gesellschaft*, consiste numa forma especial de relação em que pessoas intencionalmente buscam a afirmação recíproca. Dessa forma, a Sociedade passa a ser um meio para a satisfação de objetivos individuais.

Assim, para Parsons (2005) uma Sociedade se cria a partir de atores sociais a medida que ela corresponda a sua missão instrumental para a satisfação de necessidades humanas. Justifica-se dessa forma o desenvolvimento de estruturas de organização social ou instituições para a satisfação sustentável de demandas ilimitadas.

Pierre Bourdieu (1982), contribui com a compreensão do termo sociedade, sugerindo a existência de dois níveis de relação social: Por um lado, existiria o nível ou ambiente da “práxis social”, em que a vida se desenvolve normalmente. A esse ciclo os atores sociais seriam inconscientemente incorporados, sem que da sua construção tenham

conscientemente participado. Por outro lado, existiria o nível ou ambiente “teórico da práxis”, onde seria necessário investigar o estado de inconsciência dos atores e despertá-los do seu estado de subalternidade às forças da normalidade da práxis social.

Segundo Marx, em *Einleitung [zur Kritik der politischen Ökonomie]*, é possível organizar as diferentes formas de organização social através de um contexto econômico-histórico de relação com a produção:

- As formações sociais primitivas e arcaicas, que se dão nos campos do domínio ou da propriedade coletiva e da homogeneidade social. Essa formação teria se desenvolvido até o seu estágio final ou mais evoluído, caracterizado pela distribuição do trabalho e pela gradual diferenciação social através do uso individual da propriedade coletiva ou comunitária;
- As formações sociais assentadas basicamente sobre a propriedade privada e a heterogeneidade social. Como exemplo dessas formações apresenta o modo de produção asiático; as sociedades escravagistas; o feudalismo e as sociedades burgocapitalistas.
- As formações sociais comunistas, das quais o socialismo corresponderia ao primeiro estágio de evolução.

Com essa forma de organização temporal Marx sugere o comunismo como um estágio evoluído dos sistemas anteriores.

Mas, de fato, voltando à leitura que vem se encaminhando nessa tese, a formação das diferentes sociedades tem muito a ver com a relação entre essas e seus mitos. O status das relações sociais intrínsecas às diferentes sociedades parece ser correlacionado com o distanciamento ou tangibilidade das figuras dos seus respectivos mitos. Isso é, os povos menos desenvolvidos têm mitos presentes e os mais desenvolvidos têm mitos distantes, quando os têm.

O que se depreende disso é que os povos mais desenvolvidos usam mitos mais distantes ou menos tangíveis, enquanto os menos desenvolvidos têm mitos menos distantes e mais tangíveis. Essa tese se firma por meio de estudos como os de Meggers (1977, p. 142) que, ao estudar a organização social dos indígenas da região amazônica, conclui que o “principal fator entre os Jívaro e os Waiwai na perpetuação do padrão de comunidade dispersa é o acentuado medo de feitiçaria” que, embora possa ser praticada à “distância, a proximidade

umenta o perigo e, portanto, quanto maior for o grupo familiar maior será o risco de um sério conflito que poderá se degenerar em inimizade mortal”.

Trata-se de uma prática (a da feitiçaria) que pode ser levada a termo por qualquer dos integrantes da tribo para causar efeitos ao próximo. A mesma autora reforça essa tese concluindo que “não resta dúvida que o nível mais baixo de complexidade cultural dos Waiwai e dos Jívaro tem relação com o número maior e mais rigoroso de mecanismos culturais para o controle do tamanho da população e sua concentração nessas duas tribos” Meggers (1977, p. 151). Supõe a autora, entretanto, que a dispersão das tribos seja uma ação auto-consciente para o controle populacional, que parece não ser o caso.

Outra consequência da fragmentação das tribos se manifesta na diversificação do trabalho. Não há como haver uma clara divisão de trabalho entre um grupo pequeno, levando os integrantes da tribo a promoverem uma sensível fusão de tarefas, constituindo-se em outro fator motivador da menor complexidade ou desenvolvimento.

Enfim, podemos constatar que há uma mudança expressiva da evolução da forma comunitária para a social, da qual se expressam decorrências como a individualidade e a desigualdade. Além disso, podemos ver a sociedade como um espaço ou palco para a exposição e para colocar em marcha as potencialidades de que os seres sociais se cercam para imperar sobre a natureza, servindo a sociedade ao mesmo tempo para preservar o status quo das conquistas e, conseqüentemente, das classes sociais.

2.5.6 A relação entre a distância da natureza e o desenvolvimento

Se a mobilidade dos humanos entre si é desigual essa pode ser fruto da mobilidade desigual das coisas do universo ou da natureza. E a desigualdade humana pode ser medida a partir do grau de proximidade ou distanciamento desses com natureza. Quanto mais cultura se cria, mais ocorre o distanciamento em relação à natureza. Os humanos que se mantêm mais próximos da natureza, ou da sua origem e dependência, evoluem menos e vice versa. É justamente nesse aspecto da saída da dependência e da conseqüente emancipação que se processa a heterogeneidade do desenvolvimento, ou seja, o impulso para o desenvolvimento diferenciado.

BENTO XVI (2009, pág. 43) corrobora com a idéia de que o desenvolvimento é coisa humana:

Se o homem ... tivesse que reduzir suas aspirações à situação do limitado horizonte em que vive ... e se o homem não possuísse uma natureza que o condicionasse a superar-se a si mesmo em sua condição de sobrenatural [diferente dos demais seres da natureza], poder-se-ia falar de crescimento ou evolução, mas não de desenvolvimento.”

Assim, considerando que o desenvolvimento seja uma coisa humana e que ele (o grau de desenvolvimento) possa ser medido pelo grau de distanciamento ou alienação entre o homem e a natureza, e pelo nível das relações sociais de troca dos humanos entre si e com a natureza (a economia), poderemos ver como está o status do desenvolvimento dos países relativamente a suas relações com a natureza.

Assim, com o gráfico a seguir, intenciona-se explicar o desenvolvimento como um processo de alienação da natureza, tendo como pressuposto que a participação relativa da agricultura na geração de renda de uma sociedade é um indicativo do grau de proximidade ou dependência das respectivas sociedades da natureza.

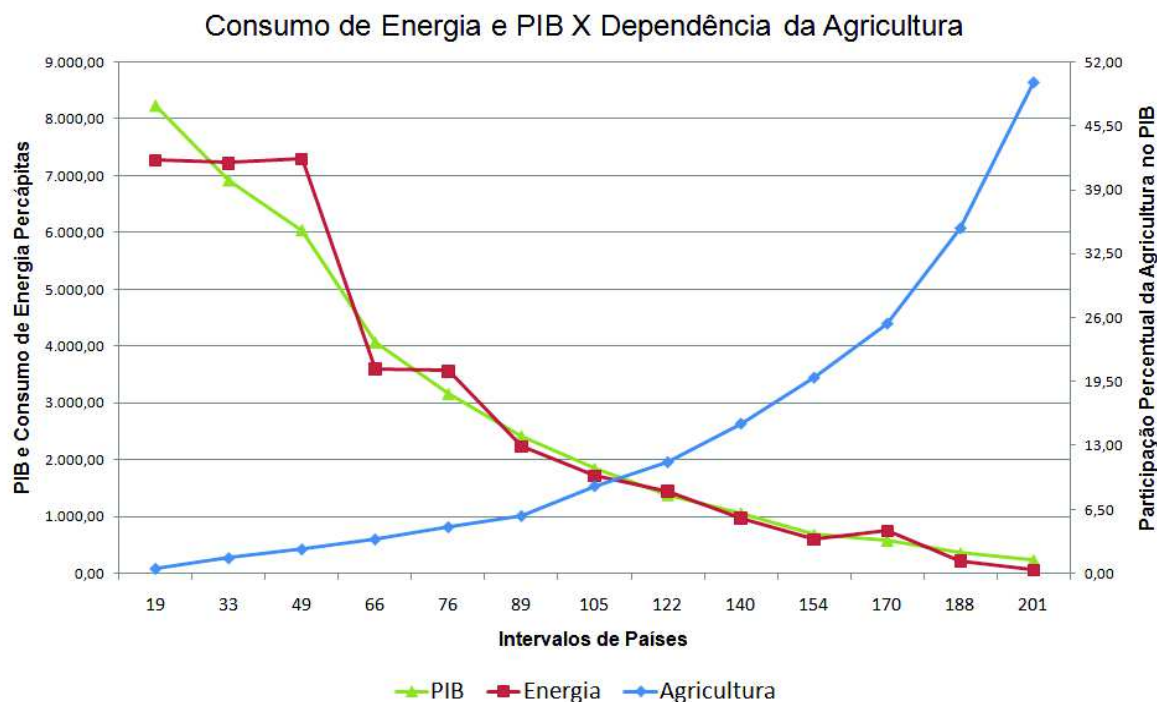


Gráfico 0-2 Gráfico elaborado pelo autor, com dados obtidos nos setores de estatísticas sociais dos países e em alguns organismos internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI, no The World Factbook da Central Intelligence Agency – CIA e na Organização das Nações Unidas – ONU.

De uma simples análise visual conclui-se que os países que têm menor dependência relativa da agricultura são os que mais PIB per capita tem, assim como, o maior consumo per capita de energia. No extremo oposto, encontram-se os países com maior dependência

da agricultura e com menos consumo per cápita de energia e, portanto, com menor renda per cápita.

Seguindo-se para uma análise complementar, medindo a correlação entre a participação relativa da agricultura no PIB e o *Human Development Index* – HDI³⁵, dos respectivos países, chega-se a uma explicação esclarecedora também sob esse aspecto.

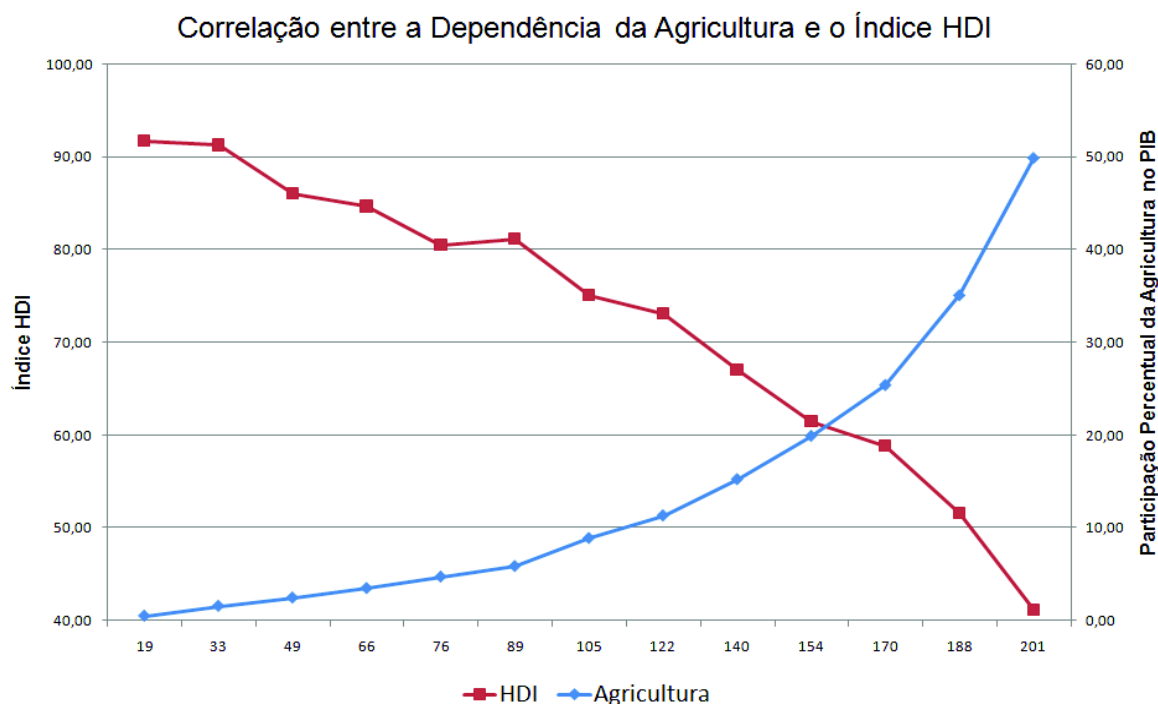


Gráfico 0-3 Gráfico elaborado pelo autor, com dados obtidos nos setores de estatísticas sociais dos países e em alguns organismos internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI, no The World Factbook da Central Intelligence Agency – CIA e na Organização das Nações Unidas – ONU.

Embora também já se tenha um resultado conclusivo da análise visual das curvas desse gráfico, corrobora-se a análise anterior com a seguinte conclusão: a correlação entre a participação da agricultura no PIB e o HDI dos países é negativa e é de - 0,9727. Isso é, quanto menor a dependência da agricultura, maior o desenvolvimento humano medido pelo HDI.

Embora o índice de dependência da agricultura não seja considerado na apuração do IDH, procede-se uma análise de determinação entre as variáveis, concluindo-se que: 94,62% das variações no IDH podem ser explicadas pelas variações na dependência da agricultura.

³⁵ O IDH foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e é medido a partir da média ponderada das seguintes variáveis: expectativa de vida ou longevidade da população; a educação (taxas de alfabetização e escolarização); renda per cápita. Quanto mais próximo o índice for de 100, melhor.

Desenvolvemo-nos basicamente consumindo energia e distanciando-nos da dependência da natureza.

Buscamos a satisfação crescente de demandas crescentes, demandando o crescente consumo de energia com a correlacionada agressão às nossas fontes para a satisfação das necessidades primeiras.

A satisfação crescente de demandas exponenciais se viabiliza pelo crescimento também exponencial da tecnologia. Dessa perspectiva, o desenvolvimento enquanto crescimento se torna viável e, embora seja desigual, eleva o padrão de bem-estar geral através o respingo dos efeitos tecnológicos sobre toda a curva de desenvolvimento social.

O persistente problema é que a crescente conversão de recursos naturais não renováveis, mediante o uso intensivo de energia não renovável, em bens para a satisfação das demandas crescentes, dá-se num contexto de concentração tecnológica e econômica.

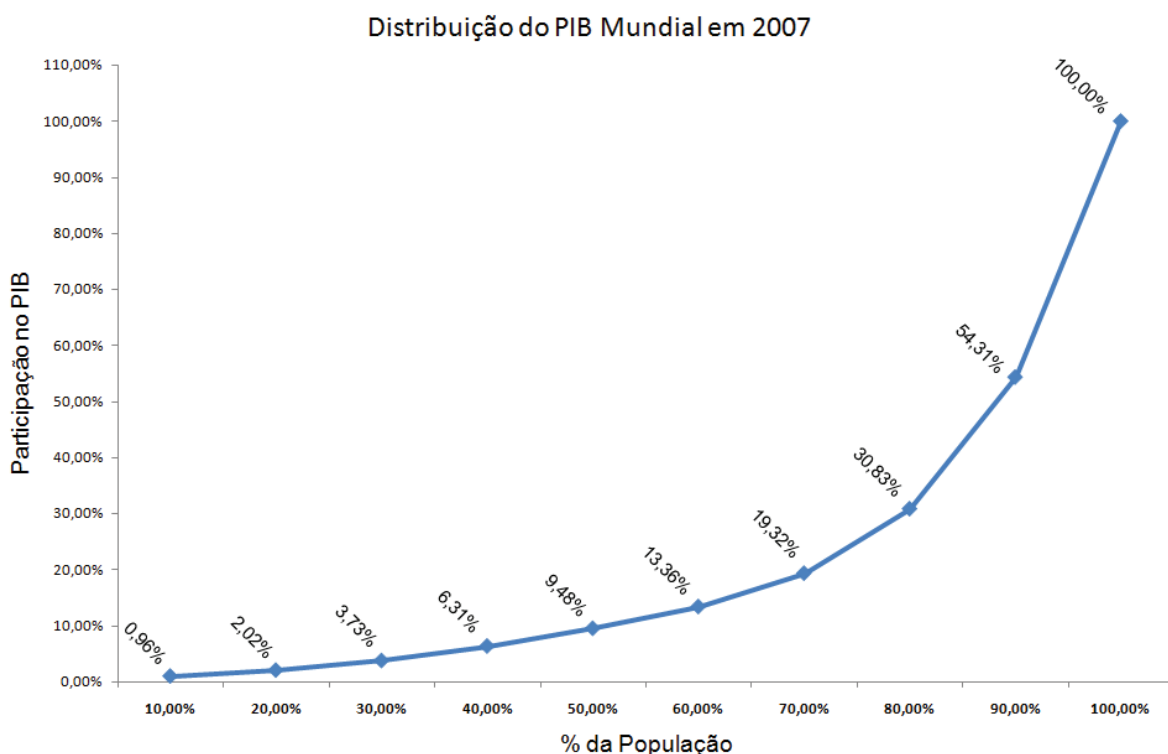


Gráfico 0-4 Elaborado pelo autor, com dados obtidos nos setores de estatísticas sociais dos países e em alguns organismos internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI, na Central Intelligence Agency – CIA e na Organização das Nações Unidas – ONU.

No gráfico 2-4, em que se distribui o PIB mundial (somatório de 208 países) entre os grupos de população mundial, ordenada pelo nível de renda per cápita, conclui-se que, enquanto

80% da população detém apenas 30,83% de toda a renda produzida na terra, os 20% mais ricos detém (100 – 30,83) 69,17% de toda a renda.

Esse status de distribuição de renda não é ocasional. Ele é, isso sim, o estado adulto de um sistema de relações de troca, que é próprio de um desenvolvimento não integral e sustentável. Influenciá-lo com o fim de diminuir as visíveis desigualdades parece demandar muita energia, que talvez seja a própria energia que alimenta o sistema. A energia e os recursos que a humanidade produz atualmente, são sugados por uma dinâmica que produz o desenvolvimento diferenciado e exponencial, beneficiando a minoria da humanidade.

O Gráfico 2-5 tem a mesma base de dados do Gráfico 2-4, entretanto, em valores da renda per cápita em cada decil. Esse quadro é radicalmente expressivo quando, por exemplo, permite concluir que a renda média dos 10% mais ricos da população mundial equivale a 24 vezes a renda média dos 50% mais pobres.

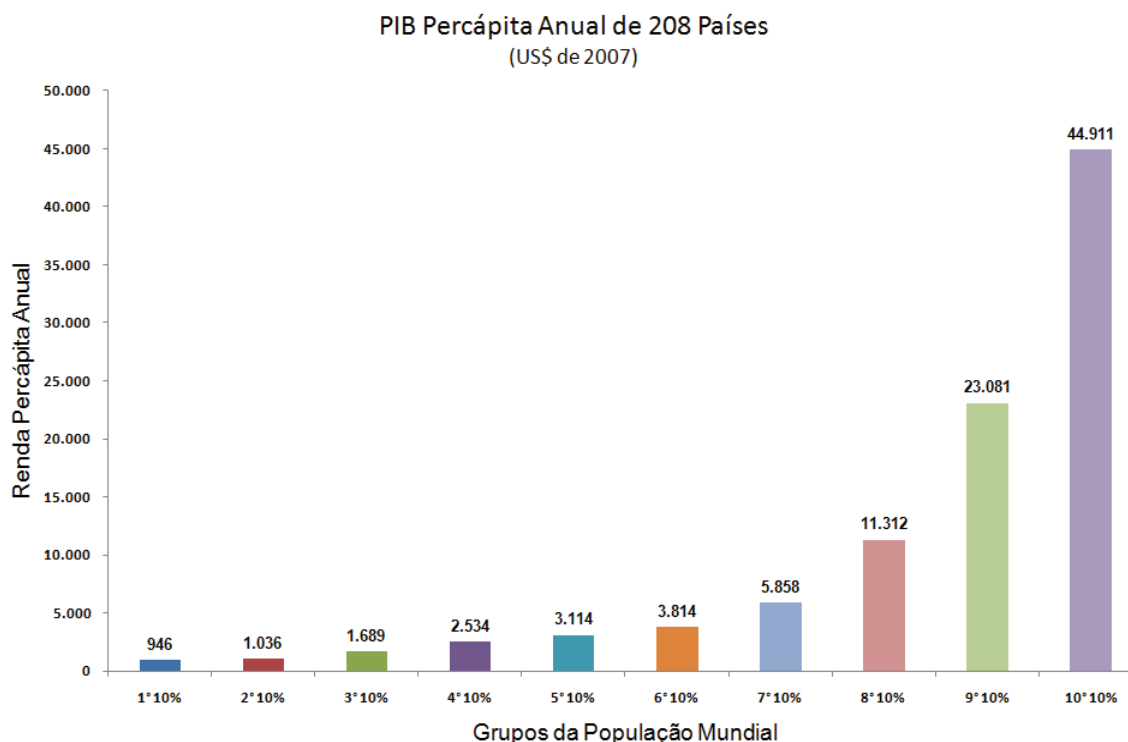


Gráfico 0-5 Gráfico elaborado pelo autor, com dados obtidos nos setores de estatísticas sociais dos países e em alguns organismos internacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI, no The World Factbook da Central Intelligence Agency – CIA e na Organização das Nações Unidas – ONU.

Caso a comunidade internacional empreendesse iniciativas que elevassem a renda média das oito primeiras classes (as mais pobres) para o patamar de renda de US\$ 23.081,00 (do nono grupo), seria necessário que o PIB desses 208 países expandisse do patamar atual de

US\$ 65.690.000.000.000,00 para US\$ 168.830.000.000.000. Essa expansão de 157% da renda mundial demandaria um aumento correspondente no consumo de energia – no contexto do modo de vida atual.

De qualquer forma, como o desenvolvimento se oferta e não se demanda, a mudança desse quadro não se dá por si só. De fato, em regra desejamos influenciar determinado contexto regional, redesenhando a sua matriz econômica, como o que aconteceu com a metade sul da Itália (o Mezzogiorno³⁶), depois da segunda Guerra Mundial. Aquela região da Itália tem um baixo desenvolvimento em função da sua grande dependência da agricultura (concentrada), baixa disponibilidade de outros recursos naturais, baixa disponibilidade de fontes de energia e infra-estrutura, um alto grau de influência do crime organizado. Como resultado do seu baixo desenvolvimento tem, diferentemente do norte da Itália, com suas “virtudes cívicas”, uma baixa presença de instituições civis.

Embora ZAMAGNI (1978 p. 216) afirme ser “uma perigosa ilusão acreditar que o Mezzogiorno possa vir a ser mudado de fora”, de fato assim o foi experimentado. Depois da Segunda Guerra Mundial, as condições estagnação, vindas de uma alta dependência da agricultura, levavam os jovens a migrarem para outros países. Para evitar esse fluxo, instalou-se, naquela região, projetos como o complexo metalúrgico de Tarent, com o objetivo de gerar emprego e atrair outras indústrias. Mas, com a primeira crise no mercado mundial de aço, aquele projeto, desconectado do contexto histórico da região, fragmentou-se.

Outro exemplo vivo dessas iniciativas questionáveis encontramos junto aos indígenas Sul-americanos, da grande Região Amazônica. Os pesquisadores europeus, embora pareçam ter em conta e intenção a preservação das culturas e das tradições locais, são financiados com recursos do topo da curva do desenvolvimento, cuja mais-valia é financiada pela concentração de renda mundial, acabam se incorporando no rol das figuras míticas dos indígenas e influenciando seus modos de vida e suas relações sociais.

Os pesquisadores, em grande parte colaboradores do Conselho Indigenista Missionário - CIMI, concluem, entre outras coisas, que os indígenas têm consciência do seu estado de racionais ou de diferentes dos demais seres da natureza. Os indígenas falam entre si, falam com as plantas e com os pássaros, assim como, na visão deles, os outros animais falam

³⁶ Mezzogiorno (meio dia) compreende a região sul da Itália, composta de Abruzzo, Molise, Campania, Puglia, Basilicata, Calabria e da ilha maior onde estão a Sicília e a Sardegná.

entre si, mas os indígenas entendem-se diferentes por que “se pintam e os bichos não” (Grünberg 2009³⁷).

Na tradição européia, os avanços tecnológicos podem ser rastreados pelos avanços dos conflitos em torno do poder e das guerras. Durante o Império Romano, a tecnologia destinava-se basicamente à guerra, não chegando a surtir efeitos proporcionais sobre outras áreas, como a saúde e as eficiências agrícola e comercial. Desse modo, com a queda do Império Romano, o Sistema Feudal segue vinculando o homem à terra.

Os movimentos da Reforma Protestante, do Iluminismo³⁸ e da Renascença³⁹ vêm romper com esse *status quo*, promovendo gradativas e grandes mudanças de curso sociais. O curso dessas mudanças desemboca na Revolução Industrial, que materializa a designação do status econômico para o desenvolvimento.

É nesse período que se processa o rompimento com o passado, saindo-se da influência dos mitos e iniciando-se o período da racionalidade e da acumulação capitalista.

Conforme Petry (2004 p. 158),

O liberalismo, associado à industrialização, preconiza a liberdade do trabalho e das trocas e a não-intervenção do Estado em matéria econômica o que, segundo seus defensores, é a melhor forma de salvaguardar a liberdade e os direitos à iniciativa particular. Ou seja, restringir o mais possível as atribuições do Estado. A Revolução Francesa, fiel a seus princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, extinguiu o Estado monárquico e criou o Estado burguês. Essa é a matriz do Estado moderno (um sistema político unificado e uma economia unificada, sob o imperativo do industrialismo).

Desse modo, com a intensificação do comércio e do surgimento do cidadão livre, é que o desenvolvimento moderno se iniciou. Caracteriza-se assim o aparentemente irreversível distanciamento do homem da dependência da natureza e da aparentemente irreversível acumulação de tecnologia e capital.

³⁷ Conferência de Georg Grünberg no evento internacional *Rückgewinnung gesellschaftlichen Naturbezuges*, Imshausen (Alemanha) em 30 de janeiro a 01 de fevereiro de 2009

³⁸ 4 O Iluminismo – “movimento filosófico em oposição ao obscurantismo da Idade Média (vista como a idade das trevas, era de barbárie, de obscuridade e atraso, de ignorância e superstição), baseado na concepção mecanicista da vida natural e humana, impregnou um novo modo de pensar no mundo das idéias” (Petry 2004, p. 157) e impulsionou as Universidades .

³⁹ A Renascença – “movimento a partir do qual se divide a História ocidental em Antiga, Medieval e Moderna – recupera o pensamento e os costumes do mundo clássico. Desperta o interesse pela história secular, em contraste com a história sagrada, que dominava o pensamento medieval” (Petry 2004, p. 157).

Tomemos como exemplo as economias brasileira e alemã para explicar como se tem processada a influência da tecnologia sobre a concentração.

O Brasil, que é o 5° mais populoso entre os países do mundo, o 8° em volume de PIB, o 5° em dimensões geográficas, precisa conceder passagem a mais do que 120 países no conceito de distribuição de renda, tendo-se o índice de GINI⁴⁰ como parâmetro de comparação.

Consoante o ritmo contemporâneo do crescimento da economia brasileira, observa-se uma enorme dependência desse crescimento à exploração de recursos naturais (recursos minerais e energéticos).

Há sim, no Brasil, o desenvolvimento de tecnologia local, como nas áreas de prospecção de petróleo em grandes profundidades marítimas e na produção de biocombustíveis como o etanol a partir da cana-de-açúcar. Mas, nos dois casos, especialmente no etanol, leva à concentração da renda e à exploração intensiva de recursos naturais.

A tecnologia desempenha um papel central no desenvolvimento. Em torno dela se cria um ambiente econômico de satisfação de necessidades novas e a geração de nova renda, com novos e crescentes valores econômicos.

O sucesso da economia de mercado se dá a partir da revolução burguesa e da revolução tecnológica ou industrial. Novas demandas e novas ofertas se desenvolveram nos aglomerados civis para a ampliação das vias de relação do homem com o capital e satisfação de seus desejos de crescimento. Essas novas ofertas e demandas desassociam-se vertiginosamente dos valores naturais e criam as bases para uma bolha de acumulação econômica sem precedentes, fazendo com que os valores dos bens e serviços que satisfaçam as necessidades fisiológicas do homem percam seu valor relativo. Está, então, satisfeita a dinâmica condicionante do desenvolvimento capitalista, que temos.

O Brasil está na trilha dos países mais desenvolvidos, que se mostraram grandes poluidores, grandes concentradores de tecnologia e riqueza, e grandes exportadores de tecnologia e lixo. Ao mesmo tempo, os ganhos advindos dessas relações desiguais originam

⁴⁰ O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida em 1912 pelo estatístico italiano Corrado Gini, a partir da curva de Lorenz, e publicada no documento "Variabilità e mutabilità". Usado para calcular a desigualdade da distribuição de renda, consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos teriam a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa teria toda a renda). O índice de Gini é o coeficiente de 0 a 1 multiplicado por 100 e, portanto, expresso em pontos percentuais.

recursos que os órgãos ambientalistas desses países mais desenvolvidos reivindicam para a implantação de reservas naturais ou de preservação permanente nos países menos desenvolvidos.

Enquanto isso, os países mais desenvolvidos dedicam os ganhos obtidos das relações desiguais ao subsídio à agricultura. Nos países com modelo primário exportador, isso demanda renúncias fiscais para que, no contexto da baixa tecnologia e produtividade, os produtos tenham preços competitivos no cenário internacional. Ao mesmo tempo, os produtores locais, dos países menos desenvolvidos, precisam trabalhar com foco na grande escala para que tenham preços competitivos. A necessidade da produção em escala exclui do cenário a viabilidade da pequena propriedade desarticulada, levando à concentração da propriedade privada. Enfim, um Estado fiscalmente debilitado e sem capacidade para fazer frente às demandas sociais decorrentes desse mecanismo de concentração.

Enquanto isso, nós humanos queremos nos desenvolver e nos liberar. Liberar-nos das nossas limitações naturais e construir elementos que ampliem nossas chances de vitória sobre a natureza. Em regra, produzimos energia a partir de recursos naturais, que geram um efeito marginal na capacidade humana menor do que os efeitos residuais em perda de energia e a decorrente geração de problemas ecossistêmicos.

A consciência ou o sentido desse problema poderia levar-nos a entender que, numa condição de desejo *sine qua non* de desenvolvimento humano, a tecnologia, que nos desenvolve, precisa desenvolver-se para evitar os efeitos marginais da ação humana sobre o ambiente em que vivemos.

2.6 O desenvolvimento é sustentável?

Se o desenvolvimento em curso estiver colocando em xeque as condições de equilíbrio e, portanto, for insustentável para a vida na terra; e se a não sustentabilidade estiver sendo causada pela ação humana; e se a ação humana consistir principalmente de relações de troca entre os humanos, poderíamos considerar o desenvolvimento sustentável como: o desenvolvimento em que os efeitos das relações de troca entre os humanos sobre as condições de equilíbrio restem nulos.

Os efeitos parecem ser uma função da tecnologia e essa pode ser entendida como: o conjunto das experiências humanas sobre o como criar artefatos, instrumentos e coisas, e o

como usufruir das coisas produzidas. Os humanos acumularam conhecimento sobre como criar capacidades assessórias relativamente à natureza em que estão contidos.

Aparentemente, o desequilíbrio tem como causa o intensivo consumo de energias ou, de qualquer forma, os efeitos decorrentes desse consumo. A máquina do modo social de relações de troca consome muita energia, tendo a produção dessa energia uma equação de eficiência. Além de se produzir muito desperdício, produzem-se energias com recursos não renováveis, sendo a produção e a propriedade da energia concentradas e o consumo extremamente desigual, fortemente correlacionado com a distribuição de renda.

Para contribuir com a compreensão desse complexo tema, é necessário que antes se faça uma referência ao desenrolar da história recente sobre o desenvolvimento sustentável.

Parece claro que o termo desenvolvimento sustentável, embora de origem relativamente recente nas ciências sociais, tenha-se reduzido pelos seus diversos usos. Ele é hoje intensivamente utilizado como objeto do marketing das empresas ou do Estado e, principalmente, para denotar a não poluição do meio ambiente.

Mas segue viva a intenção, premida pela urgência dos problemas que estão colocando em risco a preservação da fonte primeira dos desequilíbrios na terra – o homem, de se construir um caminho de desalienação com a natureza. Assim, a compreensão sobre o que é desenvolvimento sustentável vem evoluindo.

O conceito de desenvolvimento sustentável atualmente mais utilizado é o que foi proposto por Maurice Strong e Ignacy Sachs em 1972, durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo (Suécia), qual seja: *"A humanidade tem a capacidade de fazer o desenvolvimento ser sustentável de formas que, ao garantir o atendimento das necessidades do presentes, não se comprometa a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades"*.

Schneider (2015, pág. 102) desenvolve um conceito muito próximo a esse, mas vem acompanhado de como o cooperativismo pode dar a sua parte:

Os empreendimentos econômicos associativos, quando razoavelmente fiéis e coerentes com a natureza de suas organizações e leais aos aspectos que lhes são peculiares, contribuem de forma relevante nos processos de sustentabilidade, motivando os associados a preservarem o seu patrimônio, a sua propriedade, seja industrial, seja rural, seja de serviços, de forma a poder continuar a servir não apenas às necessidades das gerações atuais, mas também das gerações futuras. Isso é especialmente válido para os que atuam na produção rural e industrial familiar.

Hauff (1987 p.46), transcreve aquele conceito para a língua alemã: “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaça as demandas presentes, sem colocar em risco a possibilidade das gerações futuras poderem satisfazer as suas próprias demandas”. (tradução do própria)⁴¹.

O termo “sustentável” foi primeiramente utilizado em 1713, na Alemanha, por Hans Carl von Carlowitz, e se referia ao adequado uso ou exploração florestal (Waldbewirtschaftung). Conforme Wey (1982, p. 157) o termo “sustentável” foi novamente utilizado nos princípios norteadores da comissão de trabalho interparlamentar *Arbeitsgemeinschaft für naturgemäße Wirtschaftsweise* alemã, em 1952: „a manutenção de fontes de recursos pressupõe uma atividade econômica baseada nos princípios da sustentabilidade, de forma que essas fontes ainda possam ser utilizadas pelas gerações futuras para a satisfação das necessidades de um crescente número de pessoas”.

Entretanto, somente em 1987, a Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, presidindo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas, adotou o conceito de desenvolvimento sustentável proposto por Maurice Strong e Ignacy Sachs em 1972 em seu relatório *Our Common Future*. O relatório passou a ser conhecido como o Relatório Brundtland.

O conceito repercutiu também na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Cúpula da Terra – “Eco-92”, ocorrida no Rio de Janeiro (Brasil) de 03 a 14 de junho de 1992, assim como na formulação da Agenda 21⁴². A partir daí, o termo desenvolvimento sustentável se consolida e entra definitivamente na agenda internacional como “*sustainable development*”. Mas ele próprio (*sustainable development*) tem na literatura, conforme Wullenweber (2000, p. 23-24) mais do que 70 diferentes interpretações. E na Alemanha, os dois documentos (Eco-92 e Agenda 21) encontram-se traduzidos para a língua alemã somente a partir de 1994. Apesar disso, o presidente alemão **Roman Herzog** implementa, já em 1995, o grande projeto para a *Zukunftsfähiges Deutschland* (Alemanha com futuro capaz), chamado de *Altmühltal-Agenda 21-Projekt (1995-1998)*, proposto pelo Centro *Franz von Assisi Akademie zum Schutz der Erde* e pela Universidade católica

⁴¹ „Dauerhafte Entwicklung ist Entwicklung, die die Bedürfnisse der Gegenwart befriedigt, ohne zu riskieren, daß zukünftige Generationen ihre eigenen Bedürfnisse nicht befriedigen können“

⁴² A Agenda 21 é um documento constituído de um conjunto de ações, com as quais se comprometem mais do que 170 países, de cuja observância objetiva-se melhorarem-se as condições de equilíbrio da vida na terra.

Eichstätt-Ingolstadt⁴³. Através desse projeto, composto de 25 sub-projetos, foram implementadas mais do que 100 ações, dando início inclusive aos primeiros processos relativos a Agenda 21.

Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2002 em Joannesburgo (Sul da África), afirma-se a idéia de que o desenvolvimento sustentável se dê sobre a combinação de três axiomas integrados: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Também pode ser lido da seguinte forma: Primeiro o desenvolvimento econômico, depois o desenvolvimento social e se ainda houver recursos, a proteção ambiental.

As discussões em torno do significado e das conseqüências da idéia do desenvolvimento sustentável, surgiram interesses sobre o tema nas organizações empresariais. O sociólogo inglês John Elkington passa a defender um modelo de mudança social fundamentado no *triple bottom line* ou o tripé da sustentabilidade, tendo as dimensões: econômica, humana e ambiental, para poderem medir o valor que geram ou destroem, nessas três dimensões. Elkington (1999, p. 397) enfatiza que a sustentabilidade deve ser entendida como um modelo de gestão e que "os negócios precisam ser gerenciados não apenas do ponto de vista financeiro, mas também considerando aspectos sociais e ambientais".

Essa idéia ganha fôlego nos discursos empresariais, inclusive, passando a ser interessante apresentar relatórios que evidenciem iniciativas em prol da sustentabilidade. Também ocorrem investimentos em propagandas, que apresentam ações ambientalmente responsáveis, mas, não passam muito de propaganda, quando não é o caso de alguns dos pés do tripé manterem-se atrofiados.

Afora isso, a idéia do desenvolvimento sustentável parece não ser de fácil compreensão tanto no âmbito das Universidades quanto nas diferentes escolas ou cursos superiores. No âmbito empresarial, em que se deveriam conscientizar ou influenciar pessoas para sustentabilidade, a idéia hegemônica é a da sustentabilidade econômico-financeira da empresa.

Conforme Scott (2002) há mais 300 definições para o desenvolvimento sustentável, o que parece estar criando um distanciamento natural com o tema.

⁴³ Franz von Assisi Akademie zum Schutz der Erde -Projektbericht zur Altmühlal-Agenda 21 (PDF-Datei) – consultado em 27.04.2014.

Kraemer (2004), enfatiza que, na década de 90, houve um conjunto de declarações e cartas de princípios para as Universidades empreenderem esforços nessa direção, como a Declaração de Talloires, em 1990; a Declaração de Halifax, em 1991; os Acordos da Conferência da Terra; a Declaração de Kyoto; e a Carta Copernicus. Parece claro restar à Universidade a missão de juntar governo, empresas e sociedade para a articulação em torno do tema.

Bouwen e Taillieu (2004, p. 137), sugere a participação de atores que possam promover a aprendizagem social ... por meio do compartilhamento de problemas e perspectivas e trabalhando com diferentes tipos de conhecimento e competências, múltiplos atores ou stakeholders ...". Segundo os autores, a aprendizagem social é um processo pelo qual a sociedade aprende a inovar e se adaptar às condições sociais e ambientais impostas. Tal definição remeteria à construção da capacidade de avaliar e "compreender a influência das estruturas sociais e das instituições na forma como pensamos e agimos". Já Clugston e Calder (1999), sugerem que "cada instituição de ensino comprometida com essa perspectiva terá de encontrar sua própria forma de definir seu significado".

Enquanto Beck (1997) sugere que os limites e a continuada transformação de nossa modernidade sejam considerados, Jacobi (2007, p. 55), lembra que:

A sociedade, produtora de riscos, se torna crescentemente reflexiva, o que significa dizer que ela se torna um tema e um problema para si própria. A sociedade se torna cada vez mais autocrítica, e ao mesmo tempo em que a humanidade põe a si em perigo, reconhece os riscos que produz e reage diante disso. A sociedade global "reflexiva" se vê obrigada a autoconfrontar-se com aquilo que criou, seja de positivo ou de negativo.

Em função dessa incerteza parece haver um concurso para melhor definir o termo. Stappen (2008, p.25), ao tentar definir desenvolvimento sustentável, acrescenta aos tradicionais conceitos as características de "*schützt und wiederherstellt*", ou seja, o princípio de que os recursos estão para serem utilizados, mas devem poder restaurar-se.

No encontro da "Cúpula da Terra", ocorrido no Rio de Janeiro, o termo sustentabilidade, ou melhor, desenvolvimento sustentável, foi adotado e sugerido como o pano de fundo para as ações econômicas, sociais e políticas das nações, e impregnou-se como princípio básico e norteador na Agenda 21. Na Agenda 21, assim como no Protocolo de Kyoto e no Plano de Ação Internacional de Joannesburgo, o termo passou a ter um certa concretude pragmática, sem evoluir no conceito.

Mas uma coisa é clara: como está não pode seguir sendo. O nosso modo de vida, alimentado com o intensivo uso de recursos naturais limitados, não nos leva como sociedade para o futuro. Essa preocupação sobre o adequado uso dos recursos foi de alguma forma trabalhado no texto “As Fronteiras do Crescimento” do Clube de Roma.

À medida que avançamos sobre a compreensão dos efeitos do problema que se gerou, estacionamos sobre a incompreensão de como se dá esse processo de desenvolvimento sustentável. Uma das evidências dessa incompreensão encontramos quando esses movimentos internacionais sugerem investimentos em proteção ambiental, com recursos que se esperam sejam gerados a partir dos efeitos da nossa ação sobre a natureza, como a venda de CO₂. Aprendemos a gerar recursos a partir de recursos e não da sua ausência. A não existência de recursos, ou a existência dos efeitos ambientais, não têm estado presentes na estrutura dos valores que nos sustentam socialmente. Por isso, o processo não se auto-financiará. Assim, propostas como essa em curso para o desenvolvimento sustentável, não podem ser viáveis.

O desenvolvimento sustentável parece ser uma fórmula mágica com a qual o sistema mundial de convivência e de produção pretende resolver os problemas que ele mesmo criou.

Conforme Leonardo Boff (2002), desenvolvimento sustentável “é uma contradição, pois, os dois termos se rejeitam mutuamente ... a categoria "sustentabilidade" provém do âmbito da biologia e da ecologia, cuja lógica é a do equilíbrio dinâmico e se enfatizam as interdependências de todos, garantindo a inclusão de cada ser, até dos mais fracos”, enquanto o "desenvolvimento" provém da área da economia dominante. “O Como se depreende, unir esse conceito de sustentabilidade ao de desenvolvimento configura uma contradição nos próprios termos”, pois, na composição "desenvolvimento sustentável" alega-se como causa aquilo que é efeito.

A partir de janeiro de 2005, as Nações Unidas – ONU têm um plano de educação para o desenvolvimento da idéia e de estratégias para o desenvolvimento sustentável, mas em 2009, como decorrência da crise financeira, as nações estão investindo incalculáveis recursos para a manutenção do *status quo* dos bancos e das montadoras de automóveis, há tempo falidos.

É bem verdade! No Art. 2, do Tratado de Maastricht, a Comunidade Européia se compromete com um “crescimento estável, não inflacionário e respeitoso com o meio

ambiente⁴⁴. Mas não aprendemos a viver sem crescimento: primeiramente se trata da estabilidade do crescimento, depois do controle da inflação, que tornaria caros novos investimentos para o crescimento e, em último, o MKT, isso é, o *environment*.

O Protocolo de Kyoto, assim como o da conferência Rio-92, são prodigiosos exemplos de ação para o processo de tomada de consciência dos problemas globais, mas também elas auto-denunciam uma meso-compreensão sobre o estado das coisas como elas são.

Através do Protocolo de Kyoto as nações que poluem mais do que o estabelecido pelo protocolo podem comprar a “menos-poluição” dos países que poluem menos. Significa que a não emissão de CO₂ pode ser comprada, ou seja, CO₂ tem valor comercial estabelecido.

Além de ser uma equação econômica de difícil solução, essa de supor que os países que mais atividade têm, e que poluem mais, usem o desejado lucro das suas atividades (que têm valor de mercado) para comprar CO₂ (que de fato não vale), essa prática pode levar à dependência a esses recursos pelas economias menos desenvolvidas e que poluem menos.

Esse é um outro desafio significativo ante o clamor global por sustentabilidade. Sen; Sudnir (1994) lembram que nas demandas por sustentabilidade para as futuras gerações não podemos desconsiderar o clamor das demandas dos menos privilegiados atualmente.

Schneider (2015, pág. 102), lembra que “tendo como foco o trabalho, o ser humano se identifica e busca sua satisfação plena, abre espaços para o protagonismo, estabelece uma identificação direta com o produto que produz, tendo acesso à utilização do mesmo e não somente focado no capital.”

As demandas presentes são relevantes, mas é preciso aprender com o atendimento delas. Por meio do aprender, geram-se as *capabilidades*. Conforme Sen (1995) as pessoas realizam as escolhas que consideram importantes e, no processo de desenvolvimento, incluem os recursos naturais e a sustentabilidade como referenciais importantes e seguros, porém não exclusivos, para a sua organização.

Parece partir-se da convicção de que o desenvolvimento da demanda, ou o desenvolvimento social, tem sido uma função do desenvolvimento da oferta. Assim, poder-se-ia concluir que o desenvolvimento tem-se constituído como um processo de crescente

⁴⁴ Art. 2 EGV, „ein beständiges, nichtinflationäres und umweltverträgliches Wachstum“.

estranhamento com a natureza. E, desenvolvimento sustentável seria aquele que não geraria essa alienação ou separação.

Talvez seja o caso de trabalharmos não somente uma consciência de desestranhamento com a natureza, mas também, trabalhar-se um processo de equidade social, vendo-se a natureza como a sociedade, da qual os humanos também são atores.

Considerar o desenvolvimento como integrante da natureza humana e minimizarem-se os efeitos marginais da ação humana sobre a natureza parece ser o caminho a ser aberto e perseguido. Despertar a consciência social para essa realidade externa à consciência pode não ser o efeito de uma *microsociologia*, mas a oferta de um processo de educação, ou de significação social de experiências, não discriminatório, pode ser o “princípio ativo”. Como parece que esse mecanismo não há, pode ter sido produzida a ausência de um mecanismo endógeno de educação não excludente, de cuja oferta pudesse ter sido gerada uma equidade de capacidade e de liberdade – a equidade de oportunidades para a construção da liberdade, em vez de a liberdade ser considerada como um pressuposto.

Para Zambam (2009, pág. 179), a liberdade deve ser respeitada como valor fundamental da pessoa humana pois, “a afirmação do valor moral substantivo da liberdade como uma condição sem a qual não é possível uma organização social justa fundamenta os objetivos para a formação das políticas de desenvolvimento, especialmente identificadas com o princípio da sustentabilidade”.

Alternativamente a considerar a liberdade como um pressuposto para o desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável, o caminho que aqui se deseja ensaiar é o da geração da liberdade das pessoas através do envolvimento dessas na busca pela verdade. E esse caminho parece necessário ofertar-se, através de um processo como a *oikonomia do dom*, pois, não só a liberdade não o é a priori como parece não se demandar.

2.7 Evidências da *Oikonomia* do Dom

Nesse tópico, trabalham-se os aspectos históricos de dois projetos de promoção humana, levados a termo no Brasil, procurando evidenciar nas suas relações sociais sinais da *oikonomia do dom*, da *Gesinnungsethik* e do desenvolvimento da equidade social. Os dois projetos em questão são: o projeto das Missões Guaranis e o projeto da Imigração Alemã no Sul do Brasil.

A construção dos textos para os três projetos deu-se com base em grande número de referências em fontes primárias e secundárias, como cartas, jornais, relatórios e livros. Porém, participação destacada para a construção tiveram os diálogos com pesquisadores que se interessarem pelos projetos, como o Prof. Dr. Rafael Carbonell de Masy, Prof. Dr. Arthur Blásio Rambo e Prof. Dr. Paul Singer, respectivamente para os três projetos.

Embora esses três projetos tragam uma forte influência da Igreja Católica, mais especificamente, dos Jesuítas e, por isso, sejam muito similares em suas dinâmicas sociais, trazem todos as suas singularidades históricas, importantes para testar as hipóteses trabalhadas nesta tese.

Embora com diferentes níveis de *pureza*, nos três projetos há a doação generosa, não concorrencial, do desenvolvimento social. Nos dois primeiros, os jesuítas parecem liderar as pessoas envolvidas, e alvo dos projetos, com o fim de produzirem-se os ambientes de interação social, pró desenvolvimento social das pessoas. Embora os Jesuítas pareçam ter trazido uma formação própria diferenciada e descolada (distante e muito avançada) da experiência social dos atingidos pelas suas ofertas, nesses dois projetos parecem ter feito um caminho exitoso de ofertas (dom) e reciprocidade. Apesar de ser empreendido no início do século XVII, o projeto das Missões parece gestar uma simbiose associativa, fortemente presente no projeto da Imigração e Colonização Alemã no Brasil dos séculos XIX e XX.

Com maior ou menor grau, todos os três projetos caracterizam-se pela práxis e o aprendizado social, constituindo em essência um projeto de educação. Nos três projetos ainda parecem apresentar-se correspondências em características como: homogeneidade socioeconômica; primazia da cooperação sobre a acumulação de capital e uma questão social a ser resolvida coletivamente.

Não há aqui a pretensão de recontar a história desses três projetos, pois isso já foi feito exaustivamente por diversos pesquisadores. Deseja-se re-contextualizar a oikonomia do dom na perspectiva das experiências desses três projetos, que acredita-se terem dado sinais importantes sobre as possibilidades do desenvolvimento sustentável.

2.7.1 As Missões Guaranis

2.7.1.1 O contexto histórico e a gênese do projeto

O projeto das Missões Guaranis, aconteceu entre o início do século XVI e meados do século XVIII, durante aproximadamente 160 anos; localizado na junção dos atuais territórios da Argentina, Paraguai, Brasil e Uruguai. Pelos registros históricos, parece ter sido o primeiro grande projeto global planejado de intervenção sobre um contexto regional e sua etnia, com suas tradições e seus valores.

Trata-se do encontro entre culturas historicamente distantes, onde uma parece intervir na outra com a intenção primeira de protegê-la de uma ameaça real e, em seguida, fazê-la evoluir de um estado social para outro. Para isso, os indígenas Guaranis foram trazidos dos seus ambientes naturais e reduzidos em povoados – as chamadas Missões Guaranis.

Naquele momento histórico os povos Guaranis estavam sendo caçados pelos bandeirantes, com vistas ao trabalho escravo, principalmente em atividades econômicas no Sudeste brasileiro. Os Jesuítas, vindos ao Brasil com a Coroa Portuguesa em meados do século XVI, chamaram para si essa missão de proteger e desenvolver os indígenas, já que, a essa altura os indígenas haviam sido considerados humanos, sob certas condições.

No dia nove de junho de 1537, 15 dias antes de Inácio de Loyola ser ordenado padre em Veneza, o Papa Paulo III assina a Bula *Veritas ipsa*, pela qual considera os indígenas “seres racionais, capazes de se salvarem e livres por natureza”.

A parte final da Bula, originalmente redigida em Francês, dizia: “... *pelo teor das presentes, determinamos e declaramos que os ditos indígenas e todas as demais gentes que daqui em diante vierem à notícia dos cristãos, ainda que estejam fora da Fé de Cristo, não estão privados, nem devem sê-lo, de sua liberdade, nem do domínio de seus bens, e não devem ser reduzidos à servidão; declarando que os ditos indígenas e as demais gentes hão de ser atraídas e convidadas à dita Fé de Cristo, com a pregação da Palavra divina e com o exemplo de boa vida*” (Papa Paulo III, *Veritas ipsa*, 1537).

Àquela altura já eram conhecidas as campanhas espanholas junto às avançadas civilizações Centro e Sul-americanas, como as campanhas de Hernán Cortés (1522 –

Astecas) e de Francisco Pizarro González (1532 – Incas), com suas políticas de ocupação humana e culturalmente terríveis, porém, patrimonialmente rentáveis.

Do lado Português (oriental), havia as incursões junto aos indígenas, afim de arregimentá-los para suas campanhas bélicas ou para a escravidão.

A Igreja acompanhava esse processo de perto. Assim como nas Naus portuguesas, também os espanhóis vinham acompanhados de padres que deveriam converter ao cristianismo os gentios que fossem sendo encontrados.

As culturas que haviam desenvolvido estruturas hierárquicas de poder, com acumulação de riquezas e subordinação de outros povos indígenas à escravidão ou para os sacrifícios, foram todas dizimadas pelos espanhóis. Não havia outro objetivo que o de rapinar os metais preciosos desses povos e, secundariamente, fincar novas bandeiras em novos eldorados de rapina.

Os indígenas, em sua essência, tinham uma organização social com traços similares à egípcia, européia e asiática. Os Astecas tinham uma arquitetura de pirâmides praticamente idêntica à egípcia. Os Guarani, por sua vez, tinham uma estrutura de fé com um deus supremo e outros deuses menores. Mas havia grandes diferenças de ordem social entre eles. Uma diferença relevante dos Guaranis se manifestava em seus hábitos semi-nômades. Em grande quantidade de pequenos grupos assentavam-se com suas tradições em determinado lugar, passando a se relacionarem intensivamente com aquele meio e, quando a capacidade da terra se exauria e a caça se rareava, levantavam acampamento e se dirigiam a uma nova terra, o que chamavam de terra “sem males”. Conforme Meggers (1980, p. 230) “esse período de ocupação geralmente curto é característico das aldeias habitadas por grupos que praticam uma agricultura de derrubada e queima”. Os grupos da aldeia não mantinham uma inter-relação de hierarquia e não havia um centro de poder. Noutros povos indígenas, como os extintos Omagua da região amazônica, tinham um grande chefe. Cada habitação dos indígenas tinha de um a dois escravos, “adquiridos durante uma guerra ou permutados por instrumentos de ferro ou pano” (Acuña, 1942, p. 48). Talvez essa estrutura de poder tenha tornado-os vulneráveis, levando-os a serem extintos.

Os Guaranis tinham sua fonte alimentar mista e não dependiam exclusivamente da caça e da coleta. Eles já dominavam a cultura de alimentos (principalmente o milho e a mandioca), embora fossem exímios pescadores e caçadores. Para a caça haviam desenvolvido bons

instrumentos como o arco e a flecha. Também eram bons guerreiros – guarani, na língua Tupi-Guarani, significa guerreiro.

Desse modo, atacando os Guaranis através de incursões pela Bacia do Prata (que desemboca entre as atuais Argentina e Uruguai), os espanhóis foram recebidos às flechadas pelos indígenas. Além disso, pela condição migratória dos Guaranis, não havia um centro de poder que pudesse ser conquistado e, a partir do qual, os indígenas pudessem ser dominados. Mas havia estratégias bem sucedidas, como a do chamado capitão Pedro Bohorques, um capitão espanhol que se fazia passar por descendente de Atahualpa, o rei Inka morto pelos espanhóis, para merecer a atenção dos indígenas da região e descobrirem-se seus segredos, especialmente os relativos às lendárias riquezas. Conforme ASTRAIN (1996, p. 218), “*Los calchaquis aclamaron a Baborques por su Inca y Señor, l  llevaban en andas, y  l se mostraba vestido de ciertos trajes e insignias abigarradas, que dec a ser de los antiguos Incas*”. Resultado: conhecidos, os povoados eram atacados, saqueados, aprisionados, mortos e, os que conseguissem fugir, dispersavam-se.

Os Bandeirantes (portugueses), vindos da região do atual estado de São Paulo, perseguiram os Guaranis com o mesmo objetivo, de escravizá-los e obter suas lendárias riquezas (ouro). Parece que os Guaranis não são não tinham essas riquezas, como não tinham o desempenho esperado no trabalho escravo. Resultado: saques, escravidão, mortes, doenças, como a varíola, com efeitos devastadores sobre os povos indígenas.

A segunda abordagem dos espanhóis a partir do sul se deu pelo sistema de *encomiendas*, sistema parecido com o feudal em que um colono recebia o “trabalho de uma ou mais aldeias indígenas em troca de sua cristianiza o e prote o” (Schmitz 1999, p. 144). Isso, porém, causou revolta entre os indígenas, tornando ameaçadoramente inquieto o entorno da colônia espanhola.

A Igreja nesse meio, com a es ainda menos convincentes para a conversão dos indígenas, pelo menos em rela o às efetivas a es dos espanhóis e portugueses, que se reduziam   explora o e ao brutal e gradual extermínio dos povos indígenas, começaram a se dedicar mais objetivamente   cria o das Redu es para os indígenas.

A partir daí os trabalhos da Igreja com os indígenas se intensificaram. A estrutura social dos indígenas Guarani era favorável às abordagens dos Jesuítas. Abordagens feitas junto a outras tribos, como os Pampianos, Chaquenhos e Canoeiros do rio Paraguay, haviam se convertido em “grandes fracassos” (Schmitz, 1999, p.142).

A estratégia jesuíta encontrou, junto aos povos Guaranis, um espaço compatível. Os Tupi-guaranis (tanto os Guaranis como os Tupinambás), tinham uma estrutura sócio-religiosa constituída de uma estrutura de deuses hierárquicos. Isso é, havia para eles um grande deus e outros deuses que respondiam pelas estruturas sociais. Havia o deus responsável pelas águas, outro pelos ventos, assim como, a deusa em cujo ventre se desenvolveu a mandioca – a deusa Mandi; e assim por diante.

As aldeias dos Guarani tinham uma estrutura padrão de organização. Havia geralmente uma casa grande, a Oca, e em torno dela se erguiam outros galões ou ocas menores, rodeando um pátio. Como já visto, os Guaranis dominavam técnicas de plantio, pelo que tinham um certo controle sobre os estoques de alimentos.

Na casa grande vivia o núcleo da família Guarani – as mulheres, idosas, jovens e os filhos. Num dos galpões menores, chamado de ekçá, costumavam reunir-se os homens solteiros, velhos e os casados para conversarem e tomarem mate. Nesse galpão todos eram bem-vindos, inclusive transeuntes estranhos – ou os Jesuítas.

Para os Jesuítas as Reduções seriam locais em que os indígenas vivessem reduzidos e onde pudessem ser educados e protegidos. Ou seja, consistia de um projeto de "redução do Guarani à vida política e humana, como condição para a sua redução à fé e à vida cristã" (Melià, 1981, p.3).

José de Anchieta, um jovem Jesuíta, que veio ao Brasil em 13 de junho de 1553, plantou as bases para um sistemático trabalho junto aos indígenas. Seis anos depois da sua vinda ao Brasil, José de Anchieta publicava a primeira gramática de uma língua indígena, contendo os fundamentos gramaticais da língua Tupi-Guarani. Essa gramática foi de fundamental importância para a estratégia de abordagem aos indígenas, levada a termo pelos seus companheiros de ordem junto aos Guarani, e outras tribos que viviam desde o "Atlântico aos Andes e dos Alagados do Mato Grosso à Patagônia" (Schmitz, 1999, p.142), que viriam a ser reduzidos nas Reduções dos Trinta Povos das Missões.

Em 1568 chegavam outros jesuítas espanhóis para criarem a segunda Missão Jesuíta na América do Sul, na atual cidade de Lima, capital do Peru, do império dos Incas.

Entre 1585 e 1587 chegavam à Argentina, trazidos na bagagem do bem-sucedido comerciante e bispo de Tucumán, Francisco de Vitória (1581-1596), três jesuítas peruanos e cinco brasileiros. "A atividade desses missionários era dividida entre os colonos espanhóis e

a missão itinerante no meio de populações nativas” (Schmitz, 1999, p.142). Naquela época já havia religiosos Franciscanos trabalhando com os indígenas.

Em 1594, como típica marca para a ação dos Jesuítas, criavam em Asunción o primeiro colégio. E, em 1607 criava-se, também em Asunción, a Província Jesuítica do Paraguai, Chile e Tucumán.

Considerando o estado crítico que havia se estabelecido da exploração dos indígenas por parte dos colonos, instalou-se um clima de guerra, preocupando as autoridades locais. Nesse contexto, os jesuítas entraram em ação e apaziguaram e conquistaram os indígenas, ainda não entregues aos colonos espanhóis, condicionado à não ação militar.

A proposta dos Jesuítas consistia de algumas variáveis de grande repercussão e, até hoje, inovadoras:

- a) Os indígenas, declarados cidadãos livres, seriam fiscalmente vinculados diretamente à coroa [reino de Castilla];
- b) Os cargos administrativos de todas as Reduções seriam ocupados exclusivamente por indígenas;
- c) A manutenção da ordem econômica primária, ou seja, não haveria a propriedade patrimonial;
- d) Aos Jesuítas cabiam as missões de educação e de controle do sistema das reduções.

Para esse projeto vieram, durante a primeira metade do século XVII, quase uma centena de jesuítas, todos com a tradicional formação em filosofia, teologia e outras áreas. Ao chegarem, um estudo intensivo sobre a cultura Guarani, com enfoque na língua e tradições. Para esses estudos foram importantes, além dos materiais produzidos por José de Anchieta, os estudos sobre o eco-sistema da região, elaborados por Antônio Ruiz de Montoya, um dos precursores do projeto.

Esses estudos de meio século da cultura e tradição foram de extrema relevância para o projeto de catequização dos Jesuítas. Mesters (1986, p. 31) afirma que “quem quiser dedicar-se à catequese dos indígenas, deverá imitar Jesus. Isto implica, primeiro, em encarnar-se, para que a sua palavra se torne carne e carne dos indígenas. Deverá, como Jesus, viver trinta anos para falar só três”.

Além desses estudos, as *Litterae annuae* ou *cartas ânuaes*, expediente que os jesuítas usavam para prestar contas ao superior geral em Roma sobre as atividades e o estado das

Missões Guarani desempenhavam um papel importante. Esses relatórios não somente serviam para fins internos da Companhia e da Igreja, como também, ao circularem pela Europa, motivavam a adesão de novos missioneiros.

Os jesuítas tinham enormes “moedas” de troca para a adesão dos indígenas. Por um lado, em vez de serem caçados ou dominados e explorados, os Jesuítas lhes doaram conhecimentos e as capacidades artesanais novos, como a de tecer roupas, fundir ferro, esculpir obras de arte, soar música com instrumentos como a flauta e o violino, que seduziram os indígenas. É claro que também houve presentes, como por exemplo, um machado para cortar árvores – era absolutamente revolucionário.

O número de jesuítas entre as grandes populações indígenas era pequeno. Conforme Carta Ânua 1658-1660, “*Litterae Annuae*” (345) Vol. II. 1650-1700 [f. 69-89], do Arquivo Geral da Companhia de Jesus em Roma, em 1660 havia 36 padres e quatro irmãos jesuítas para “cuidar” de 9.525 famílias (“40.000 almas”) nas 19 reduções das margens dos rios Paraná e Paraguay. Pela tabulação dos dados da mesma fonte se destaca que 75% dos jesuítas ingressaram no projeto com menos do que 30 anos de idade.

Em um trecho da Carta Ânua da Província Jesuítica do Paraguai de 1659 a 1662, redigida por Andrés de Rada, em Córdoba del Tucumán, em Janeiro de 1663, ao Superior da Companhia e traduzidas pelo Padre Carlos Leonhardt S.J., no Colégio del Salvador, em abril de 1927, tem-se um belo retrato das características da ação do projeto missioneiro.

Es esta reducción [Reducción de nuestra Señora de los Reyes del Yapeyú] la más austral de las del rio [Uruguay] y es como trinchera contra las invasiones de los brasileños. Es muy expuesta a los asaltos de las tribus salvajes del alrededor. Así habían salido de allí unos 40 indios, para rodear animales en los dilatados campos, y traerlos al pueblo. De repente fueron atacados por los bárbaros, escondidos antes en los bosques. Pusiéronse en orden de defensa, nuestros indios, pero al fin sucumbieron todos. Al saberse ésto en el pueblo, se organizó inmediatamente una expedición de represalia, con feliz éxito, pudiéndose matar otros tantos de los enemigos, y llevarse 250 prisioneros al pueblo... para hacerlos cristianos. Después de haberlos agasajado mucho, enviaron a dos a su tierra, para invitar a los demás a venir, y realmente comparecieron algunos.

Não somente havia as ameaças externas, de outras culturas, mas havia as ameaças decorrentes das formas tradicionais dos povos indígenas se relacionarem. Isso fez com que os jesuítas tivessem que ir administrando a tradição indígena de relacionamento inter-tribal. Desse modo, por exemplo, dava-se destaque especial aos caciques, que não somente eram reconhecidos em sua autoridade e liderança, como se os condecoravam.

Mas a empresa era complexa. Os guarani tinham por tradição algumas coisas incompatíveis com o cristianismo, para o qual seriam convertidos. Para começar, quem trabalhava mais era a mulher. A mulher plantava, colhia, cuidava das crianças e da casa. Os homens, especialmente os caciques, tinham várias mulheres e era costume entre os homens o consumo de álcool.

Segundo Schmitz (1999, p. 155), houve um esforço para encontrar-se alternativas aos hábitos guaranis como os “banquetes antropofágicos ... a guerra e o sacrifício de prisioneiros, foi muito difícil porque ... fazia parte essencial da cultura e religião tradicionais”.

Mas os jesuítas tinham outros apelos fortes como, por exemplo, a arquitetura. Preferencialmente, as obras eram erigidas nas próprias aldeias. Os próprios indígenas, com a orientação de um ou dois jesuítas, construía as suas casas, a escola, as oficinas, a Igreja, o hospital e o asilo. Rodeada por uma grande área de terras, constituía-se assim fisicamente uma redução.

As terras no entorno da redução eram divididas em duas partes: o *abambaé* (propriedade do homem) destinava-se para o cultivo e a sustentação das famílias que nela trabalhavam; e o *tupambaé* (propriedade de Deus), era trabalhada de forma coletiva, especialmente pelos homens solteiros, para os fins sociais (órfãos e viúvas), tributários e de investimentos na redução.

Em termos sociais, a estrutura tribal foi basicamente mantida: os caciques no controle dos novos “burgueses”; as cerimônias religiosas mantiveram o caráter festivo e místico, porém, com a introdução de conceitos do cristianismo. Outro aspecto importante foi a introdução de novas tecnologias agrícolas, no contexto da íntima relação do Guarani com o seu meio – o *tekoa*.

2.7.1.2 O desenvolvimento e a dinâmica social do projeto

O estado de sofisticação alcançado pelos indígenas pode ser reconstituído em testemunhos como os templos que resistiram ao tempo. Conforme Martins (1999, p. 133) a Igreja de San Ignacio Miní (na Argentina), apresenta uma “fachada imponente ... molduras e capitéis, executados por hábeis mãos indígenas ... que é uma verdadeira obra de arte. Unindo o interior do templo com o pátio dos padres, é um exemplo de arte indo-americana que ultrapassa os cânones da arte clássica, utilizando elementos fitomorfos, além de duas sereias aladas”.

Num espaço de 490.000 Km² (a Alemanha tem hoje 357.104,07 Km²) ergueram-se 30 reduções, projetadas para abrigar 150.000 indígenas (Uma média de 5 mil indígenas por redução).

É nativa dessa região a *Ilex Paraguraisensis*, a erva-mate, excelente digestivo e com alta concentração de cafeína, que já fazia parte da tradição Guarani. A erva-mate pode ter sido uma das primeiras mercadorias intercambiadas entre as nações indígenas, pois foi encontrada a 2.500 Km a norte, junto a corpos mumificados de incas.

Segundo historiadores, nos primórdios da colonização, a erva-mate era a mola mestra das *encomiendas*. Os indígenas colhiam a erva-mate e forneciam-na aos colonos que a comercializavam ao longo da Bacia do Plata, de onde era inclusive levada a outras regiões do mundo – era exportada.

No início do século XVII, a comercialização da erva-mate passaria a desempenhar um papel central também nas Reduções. Ela fora um dos produtos mais comercializados e fundamental para honrar com os compromissos tributários das Reduções junto a coroa espanhola. Aos poucos os Jesuítas introduzem a carne de gado bovino na alimentação das Reduções, passando rapidamente a ser o fator determinante da estabilidade e da qualidade alimentar dos indígenas.

Segundo registros, o Guarani tinha aversão ao gado e aos cavalos, levando os Jesuítas a trazerem negros africanos, incorporando-os também na vida das reduções – uma forma eficiente de incorporar as técnicas da lida com o gado e essa pudesse ser aprendida pelos indígenas. Aos poucos o gado deixa de ser resgatado dos campos do lado brasileiro (português), passando a ser criado nas estâncias de gado perto das Reduções. Embora as estâncias de gado fossem grandes e compartilhadas entre mais que uma redução, também nessas, resguardadas as proporções, valia a distribuição entre domínio particular e público, sendo o particular o da redução e o público o do conjunto das Reduções. Dentro de um característico clima de obediência, esse modo de organização econômica das reduções fora submetido à coroa espanhola e aprovada pelo Rei Felipe V em 1616.

Parece que, aos poucos, a oferta ou o Dom Jesuíta, na forma da educação, às sofisticadas técnicas arquitetônicas, tecnológicas e agrícolas, foi criando a sua reciprocidade junto aos Guaranis. A introdução da criação de gado, por exemplo, funcionou como uma mola mestra para a iniciação do homem indígena ao trabalho. Afora caçar ou guerrear, eram funções da mulher: plantar, cozinhar, preparar as bebidas, cuidar das crianças e das atividades do lar.

Também no lar processaram-se grandes mudanças. O agora casal guarani ficava com seus filhos em seu aposento íntimo.

Chamadas por sinos de imponentes templos construídos coletivamente, as crianças guarani iam às oficinas, aulas de música e arte. A presença entre os indígenas de estudantes, filhos da alta sociedade argentina e paulista, indicava o alto nível educativo, cultural e artístico em que se encontravam as reduções.

As reduções fervilhavam e mantinham uma boa relação política regional e internacional. Não somente os tributos eram pagos à coroa. Os Guaranis pareciam funcionar como uma força de paz da região e eram sistematicamente demandados pelas autoridades políticas regionais para apaziguar conflitos. Carbonell de Masy (1992, p. 355-361) relata uma grande quantidade de campanhas dos indígenas das reduções.

O mesmo autor apresenta dados sobre a expressiva atividade econômica das 30 Reduções, consolidados-no Gráfico 2-9. No período da apuração, as Reduções arrecadaram um total de 2.904.709,90 Pesos em receitas. No mesmo período registram-se gastos totais no valor de 2.718.249,10, dos quais 485.374,00 Pesos, ou 16,71% das receitas, correspondem a impostos pagos para a Coroa. O superávit para investimento nas Reduções, portanto, foi de

Receitas e Despesas das 30 Reduções no período de 1731 a 1763

(Em Pesos = 1,00)

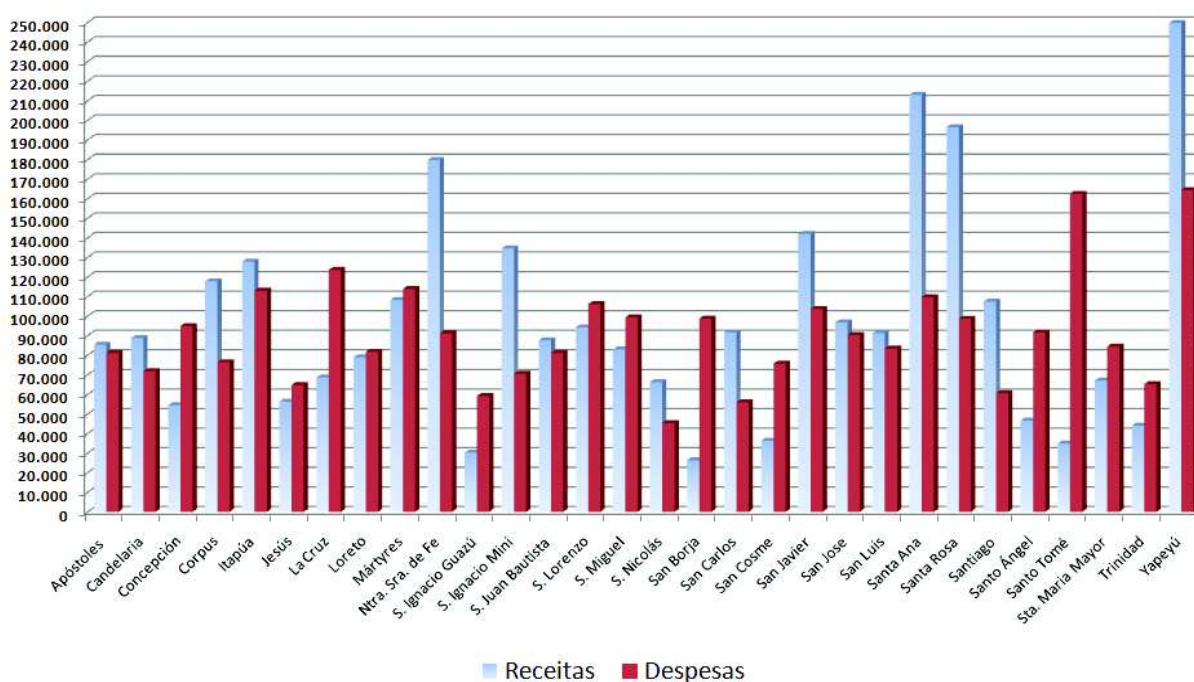


Gráfico 0-6: Elaborado pelo autor, com base em dados dos *Libros de Cuentas* do *Archivo General de Nación, Buenos Aires – AGBA XIII, 47.3.7*, publicados por Carbonel de Masy (1992, p. 335-353).

186.460,80 Pesos (6,42% das receitas) no período. Além disso tudo, parecia haver uma intensa cooperação entre as Reduções. Nesses mesmos registros podem-se verificar diferenças significativas nos desempenhos financeiros, entre as Reduções. As Reduções de Ntra. Sra. de Fé, S. Ignacio Mini, Santa Ana, Santa Rosa, Santiago e Yapeyú eram destacadamente superavitárias, sendo que esses recursos eram solidariamente compartilhados com as reduções com desempenho financeiro negativo, mas, que retribuía com serviços e outros recursos, importantes para o conjunto das reduções.

2.7.1.3 Um projeto vitimado pelo seu êxito

Do convívio e sobrevivência milenares com a biodiversidade, desenvolveram-se nos Guaranis destacadas habilidades como a memória visual e a fonética. Essas competências parecem ter sido decisivas para que o indígena Guarani tivesse uma grande desenvoltura em áreas como a escultura e a música.

Com a edificação das reduções e na organização da vida social dentro dessas, ao Guarani ofertara-se o ambiente para uma incursão *significativa* na cultura europeia dos séculos XVI, XVII e XVIII. Com uma capacidade visual sem par, conseguia reproduzir obras de arte; sua constituição vocal era altamente favorável para o canto; mas, a simbiose com a natureza não perdera. O Guarani parecia não entender o porque da propriedade e nem admitia ser proprietário da terra. Considerava-se parte dela – parte do ambiente (o *Teko'a*) – ambos, natureza e indígena, pareciam ser sujeitos de uma sociedade de sujeitos.

Tendo estudado a cultura Guarani, os Jesuítas introduziram ou ofertaram *novas necessidades*, do que se ensaiava junto a esse o curso do desenvolvimento humano. Mas, aos poucos o projeto foi vítima de seu próprio sucesso!

Um novo desenho social, com forte desempenho, estava chamando a atenção do mundo. O projeto era localizado em área disputada pelas duas potências da época – os Reinos de Castela (Espanha) e de Portugal –, e rodeado por contrabandistas ingleses e franceses.

Entre as duas potências da época, havia um clima tenso, parcialmente fundado em conflitos sobre fronteiras nas colônias. Na região das missões havia uma colônia dos portugueses (a Colônia de Sacramento) no lado ocidental da Bacia do Plata, dentro do que se desenhava ser domínio espanhol, e era foco de contrabando dos ingleses. Portugal, querendo se livrar desse problema, como do de se livrar dos Jesuítas, propôs que a Colônia de Sacramento

ficasse para os espanhóis e que as sete reduções Guaranis que se encontravam no lado oriental do Rio Uruguai se mudassem para o lado ocidental.

A essa altura, as sete reduções existentes no lado oriental apresentavam uma sólida atividade social, com densa produção de alimentos, de elementos de arte e habitacionais na região.

Mas, o mais importante para os indígenas é que isso tudo se dava no *Teko'a*, local em que as coisas se dão, inclusive ele próprio. O indígena não podia admitir que parte das coisas sociais do meio tivessem que ser subtraídas desse meio.

Mesmo assim, firma-se em 13 de janeiro de 1750 o Tratado Hispano-português de Limites, conhecido como **Tratado de Madri**, que se transcreve parcialmente: *“La colonia del Sacramento se entregará por parte de Portugal, sin sacar de ella más que la artillería, pólvora, municiones y embarcaciones ... y los moradores podrán quedarse libremente en ella, o retirarse a otras tierras del dominio portugués, con sus efectos y muebles, vendiendo los bienes raíces. ... De los pueblos o aldeas que cede S. M. C. en la margen oriental del río Uruguay, saldrán los misioneros con los muebles y efectos, llevándose consigo a los indios, para poblarlos en otras tierras de España; y los referidos indios podrán llevar también todos sus muebles, bienes y semibienes ... en cuya forma se entregarán los pueblos a la corona de Portugal, con todas sus casas, iglesias y edificios, y la propiedad e posesión del terreno”* (Tratado hispano-português de Limites, apud Carbonell de Masy, 1992, p. 275-276).

E os indígenas resistiram! Com várias gerações de indígenas dedicados ao projeto, com mais que um milhão de cabeças de gado disponíveis nas estâncias e com amplas plantações de algodão, ervais, milho e mandioca, mais as casas de famílias e os templos, os 31 mil indígenas das sete reduções afetadas se recusaram a deixar o que haviam construído no *Teko'a*.

Como resposta, em 1754 Portugal e Espanha declaram guerra às reduções. As tropas de Castela (castelhanos) vinham de Buenos Aires e Montevideu e, pelo lado de Portugal, vieram as tropas luso-brasileiros do Rio de Janeiro, entrando pelo lado oriental, através do rio Jacuí. As duas tropas se juntam e avançam sobre os Sete Povos, dominando-os em maio de 1756.

Com as reduções ocupadas, com parte dos indígenas mortos ou transladados, e sem a coordenação dos jesuítas (naquela época expulsos do Brasil e depois, supressos...) a estrutura social das reduções começa a ruir. A oferta generosa do novo (do Dom) para

todos, do que talvez tenha-se gerado uma *Gesinnungsethik*, do que se gera a reciprocidade e a equidade, fora substituída pela *Verantwortungsethik* ou a ética objetivada, de cuja oferta pode-se esperar como retribuição a infelicidade e a diferenciação

Para agravar, já havia tempo em que corriam pela Europa os rumores de um pretense Império Jesuíta. De fato, esse projeto, organizado sob uma idéia solidária de educação e propriedade, somado aos resultados que vinha tendo, talvez já se apresentasse como uma potência econômica, mexendo com a soberania das duas coroas.

Carbonell de Masy (1992, pág. 289), traz o Decreto Real de S. M. Carlos III, emitido em 27 de fevereiro de 1767, que expressa:

Estimulado por gravísimas causas ... he venido en mandar se extrañe de todos mis dominios de España e Indias, Islas Filipinas e demás adyacentes, a los religiosos de la Compañía, así sacerdotes como coadjutores o legos, que hayan hecho la primera profesión, y a los novicios que quisieren seguirles; y que se ocupen todas las temporalidades de la Compañía em mis dominios.

Havia críticos como Suess (1986, pág. 74-5), que compreendiam o projeto das Missões como um “empreendimento sócio-econômico educativo” que se reduzia a converter os habitantes das reduções em “indígenas dos padres”, resultando em “nem indígenas selvagens/pagãos, nem colonos socialmente cristãos”.

De fato, embora no projeto estivessem presentes aspectos positivos como: a propriedade coletiva; os aprendizados com o projeto; a distribuição dos resultados; a troca de experiências entre grupos; as atividades esportivas, artísticas e um ensino formal; o continuado contato com a natureza, com diferentes etnias; o crescimento tecnológico, com duração de mais que uma geração; a auto-gestão; a orientação doutrinária da igreja; as manifestações públicas; as atividades comunitárias e a produção coletiva, houve aspectos negativos, como a gradativa atrofia das manifestações culturais originais; a subordinação à coroa; a subordinação não espontânea à coroa; a não preservação da religião original; os tributos pagos não terem surtido efeitos locais e a continuada ameaça das autoridades. Além disso, embora houvesse a geração de dinheiro, assim como a distribuição dos excedentes entre as reduções, não houve a apropriação desse pelos indígenas, de forma que não se caracterizasse junto a esses a função utilidade do dinheiro, fazendo sentido apenas para os jesuítas ecônomos das reduções. Sem a função utilidade do dinheiro, a inclusão dos indígenas nas reduções não gerava junto a esses essa poderosa percepção reciprocidade pelas entregas sociais.

Com a saída dos Jesuítas, as reduções passaram a ser administradas pelos conquistadores, dentro da lógica imperial, convertendo-se em palco de pilhagens e semi-escavidão dos indígenas – sem o dom do desenvolvimento, restam apenas a infelicidade e as ruínas no tempo. Já não há mais o *Teko'a* com seus mitos, nem a oferta do desenvolvimento, tampouco as possibilidades da reação endógena às motivações exógenas. Não se constituiu, enfim, uma oikonomia do dom, tampouco, convenções vindas do tencionamento das experiências sociais de troca no âmbito da sua própria cultura, que os levassem a negociar na perspectiva da *Gesinnungsethik*.

2.7.2 A imigração alemã no Sul do Brasil e a equidade comunitária

2.7.2.1 Contexto histórico da imigração alemã

Expulsos os Jesuítas das Missões Guaranis e dispersos os Povos Indígenas Guarani, havia, dispersos pelo território da Província⁴⁵ (atual Rio Grande do Sul), estado mais meridional do atual território brasileiro, também farta e remanescente população de gado bovino.

As calmarias na região nos fins do século XVIII eram apenas aparentes. Havia um território, ameaçado pelos espanhóis, a ser assumido pela Coroa Portuguesa e, assim como no restante do território brasileiro, os desbravadores portugueses eram convocados a desbravar, ocupar e proteger as fronteiras em expansão. Enviaram-se, desse modo, militares para a Região Sul sob a promessa de receberem como recompensa as terras e o gado que conseguissem *arrebanhar*, usando-se para isso o sistema concessão das Sesmarias⁴⁶.

⁴⁵ O atual Estado do Rio Grande do Sul detinha o status de província entre 25 de março de 1824 a 15 de novembro de 1889, denominando-se de Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, a antiga Província passou a constituir o Estado do Rio Grande do Sul (FEE, 1981, p. 10).

⁴⁶ Sesmaria foi uma solução jurídica adotada por Portugal já no século XIV para a distribuição de terras destinadas à produção. O Estado Português, com o fim de combater a crise agrícola e econômica que atingia o país, decide legar a particulares a função da produção de alimentos, instituindo em 1375 a Lei das Sesmarias. Esse sistema é também adotado no Brasil a partir de 1530 para estimular inicialmente a produção de açúcar. Nesse sistema o Estado concede a propriedade, condicionada ao início da produção dentro dos prazos estabelecidos, sendo seu direito de posse cassado, caso não se confirmem os fins propostos pelo Estado.

Assim, a expansão para o Sul se materializava através do “interesse econômico de aproveitamento do gado e o interesse político-militar de expansão em direção do Prata (Cardoso, 1978, p. 473).

Esse processo foi determinante para a caracterização do povoamento do Rio Grande do Sul, apoiada em “duas formas básicas de ocupação: a vila fortificada, núcleo militar estável, e a estância de criação, que não deixou de ser um ponto de apoio para a penetração militar na direção sul” (Cardoso, 1977, p. 47).

Os trâmites desse processo de concessão de sesmarias, instituído pela Carta Régia de 27 de dezembro de 1695, embora colocados formalmente ao alcance de todos os pequenos posseiros locais, eram “extremamente custosos e portanto inacessíveis para os pequenos posseiros” que acabam sendo “privados delas por atos de força” dos militares e comerciantes (Osório, 1990, p. 10).

Com essa prática o Rio Grande do Sul passa a ser fornecedor de carne e animais de tração para a economia colonial de São Paulo e Minas Gerais, estabelecendo uma vinculação regular entre as regiões Sul e Sudeste brasileiras.

Com as grandes propriedades ocupadas e não podendo ser disputadas, as terras não se valorizaram muito, reduzindo-se geração de riqueza ao comércio de gado. Assim também os trabalhadores que trabalhassem nessas propriedades concentradas, “transformam-se em mera condição de potencial de riqueza” (Cardoso, 1977, p.54).

Cria-se assim um enorme poder de apropriação de terras no Estado, que culmina com a ocupação pelos portugueses de todas as áreas mais apropriadas para a agro-pecuária. Não deixando de considerar que, em função da histórica inviabilização da convivência entre os portugueses e os indígenas, os indígenas são progressivamente expurgados de suas terras, em direção ao nordeste do estado.

Os pequenos agricultores que havia, sempre mais exprimidos para o norte, desenvolviam a agricultura de subsistência, plantando principalmente mandioca, cana-de-açúcar e trigo. Parte da produção excedente era vendida na região, principalmente para as tropas (militares) portuguesas que por aí passavam. Porém, a irregularidade e a impontualidade no pagamento das mercadorias pelos militares “estimulava os pequenos e médios agricultores a procurarem outro tipo de atividade econômica” (Tramontini, 2003, p. 27), além de restarem em certa proporção recrutados para o serviço militar à coroa. No início do século XIX o trigo passa a ser produzido em grande escala com a introdução do trabalho escravo, ampliando a

renda da região. Mas somente com a “exploração do gado e com a produção de charque pôde a economia sulina encontrar as condições para se organizar em bases razoavelmente estáveis e com certa prosperidade” (Tramontini, 2003, p. 28).

A prosperidade, porém, se manifestava para os poucos detentores das grandes propriedades. As poucas terras que restavam por dividir eram de difícil trato e em locais de difícil acesso, principalmente no nordeste do atual estado do RS, sendo inclusive incompatíveis com o modo de organização das estâncias de gado.

A organização social que havia-se moldado no início daquele século XIX é uma função desse estado de grande concentração da propriedade, com o conseqüente fortalecimento político, vindo inclusive a reter na região recursos que deveriam ir para o erário da Coroa.

Para tentar intervir nesse processo, o Governo Imperial lança a Resolução 76, de 17 de julho de 1822, com a qual *suspende a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral Constituinte*. Como resultado, verifica-se a intensificação da aquisição de mais propriedades pela classe dominante, ciclo que o governo imperial tenta influenciar com a introdução das colônias, para as quais se trariam imigrantes europeus (especialmente germânicos).

Esse movimento causa grande constrangimento para os latifundiários, circulando inclusive na imprensa alemã denúncias de que os imigrantes que o Brasil esta procurando, eram na verdade para se somarem às fileiras do exército.

A Alemanha de hoje ainda não existia como nação naquele início do século. Naquele tempo (1824 – início da imigração alemã para Brasil) havia a Confederação Germânica ou *Deutscher Bund*, que consistia de uma associação político-econômica entre os principais territórios de língua alemã. Essa confederação fora criada no dia 08 de junho de 1815, no Congresso de Viena. A confederação, sob a hegemonia austríaca, sucedia ao Sacro Império Romano-Germânico, dissolvido em 1806 pelas conhecidas ações lideradas por Napoleão Bonaparte.

Conforme MEYERS (1892, pág. 773), naquele período viviam na Confederação Alemã 29,2 milhões de habitantes, numa área de 630.100 Km². Não se tratava de uma super-densidade demográfica se comparado com a população atual de 82 milhões de habitantes da Alemanha, mas, dependiam quase exclusivamente da agricultura. Além disso, aquelas etnias vinham de experiências extremas, como a expressão do poder feudal, principalmente percebidas pela grande parte da população pobre. Sem muitas perspectivas locais, e com

as notícias das boas experiências vividas por outros alemães que haviam migrado para os Estados Unidos da América, depois da independência daquele país, fomentaram-se as motivações para a migração de alemães para o recém independizado Brasil.

O novo Brasil independente, parcial, desigual e irregularmente povoado pela minúscula população portuguesa, estimula a vinda desses europeus para influenciar o quadro sociopolítico e econômico vigente no Sul do Brasil. Os primeiros europeus que vieram para esse novo contexto, em 1924, foram então os alemães do *Deutscher Bund*.

Conforme Rüdiger (1965, pág. 98), a “imigração veio localizar-se dentro de um sistema de terras que, bem ou mal, funcionava há séculos e com o qual era incompatível”. Além disso, os planos imperiais de reforma do sistema e aparelhamento político do Estado falharam: por um lado, pela oposição dos latifundiários aos planos e, por outro, pela tomada do poder de fato “pela vigorosa classe dos latifundiários”. Tudo isso gera problemas sérios que “agitaram a colônia de São Leopoldo por mais de 30 anos”.

Mas o governo imperial segue fazendo pressão, agora com o barateamento do charque e do gado muar, gerando uma imediata mobilização de propaganda contra o governo, patrocinada pelos latifundiários. Passava-se a idéia de que a região estava sendo explorada pelo governo, assentando as bases para a Revolução Farroupilha que viria a eclodir alguns anos depois, em 20 de setembro de 1835. A guerra durou 10 anos e devastou a Província do Rio Grande, atual Estado Rio Grande do Sul.

Entretanto, apesar do projeto de imigração se transformar em alvo de críticas pelos latifundiários, que queriam que a mão-de-obra fosse se somar ao efetivo nas suas lavouras, o Ato Adicional de 1834 transfere para as províncias o poder partilhado de criar colônias de assentamentos. Com isso, a partir da segunda metade da década de 1840 o projeto de conquista de imigrantes para a formação de colônias, iniciado em 1824, parece tomar impulso e mais imigrantes entram no Brasil.

2.7.2.2 O desenvolvimento e a dinâmica social do projeto

Em 25 de julho de 1824, vinham para a atual cidade de São Leopoldo as primeiras famílias de imigrantes com esse objetivo de, principalmente, influenciar o perfil de concentração de propriedades que decorreria da marcação de posição portuguesa no Sul e, complementarmente, para também ocupar a região central e litorânea do Estado do Rio Grande do Sul e as regiões central e oeste do estado de Santa Catarina.

Segundo historiadores, a preferência pelos alemães vem da Princesa Leopoldina, esposa do Imperador Dom Pedro I. Ela era austríaca e entendia serem os alemães perfilados para a empresa desenhada. Assim, de fato a maioria vinha a ser de alemães. Como a Alemanha como tal ainda não existia naquele tempo, os imigrantes apresentavam-se como prussianos, em sua maioria.

Havia agenciadores, em especial o major Antonio Schäffer, que recebia uma gratificação per cápita para cada imigrante que conseguisse trazer para o Brasil, fazendo para isso a necessária propaganda e o agenciamento político. Num dos transportes chegou a trazer indivíduos recrutados de prisões alemãs, causando correspondentes constrangimentos na frágil colônia que se iniciara. Restaram esses elementos em sua maioria recrutados pelo exército imperial e entrado em ação (com uma participação polêmica e trágica) na então Guerra da Cisplatina.

O primeiro local para o qual vieram imigrantes foi uma antiga sesmaria, chamada de Feitoria do Linho Cânhamo, de São Leopoldo. Ali foram assentados, recebendo um lote e a promessa de subsídios materiais e financeiros para o início das atividades.

O elo de ligação com o assentamento e o Estado (Província e por sua vez o Império) era o Inspetor. Ele respondia pela demarcação de lotes, distribuição de subsídios, elaboração de relatórios e outros afazeres burocráticos.

Nem todos os imigrantes vinham preparados para a atividade agrícola. Vieram também artesãos e outros profissionais, que, em função de se dedicarem aos seus ofícios ou se deslocarem para maiores centros como Porto Alegre, a capital da Província, em alguns casos deixaram de trabalhar nos seus lotes.

Aos poucos, com a vinda de mais imigrantes, a colônia se expande para o norte, avizinhandose com os indígenas Bugres. Segundo Petry (1964, p.24) entre 26 de fevereiro de 1829 e 15 de maio de 1831 houve três grandes ataques de indígenas, resultando na morte de 17 colonos. Com esses incidentes, o inspetor sugeriu que os colonos erguessem uma espécie de forte numa das picadas em direção da Serra ao norte, de forma que pudessem conter novos ataques. Os colonos, apesar de aterrorizados, seguiam organizando defesa e avançando para o Norte. Ganstweidt (1946, p. 39-40) comenta que, da defesa pelos colonos ao ataque dos indígenas à Picada Feliz em 1847, restou abandonado um menino indígena, nomeado de Luis Bugre, sendo adotado por um dos colonos.

O governo da província havia autorizado o destacamento de 18 colonos para a defesa, que seriam pagos, armados e mantidos pelo governo. Os valores pagos para os colonos destacados, porém, eram inferiores aos que os mesmos poderiam ganhar em outras atividades de menor risco, causando o descontentamento dos mesmos.

Desde cedo as pressões para a expansão das colônias eram grandes e se deviam à vinda de novos imigrantes, além do retorno de colonos que haviam integrado o Corpo de Lanceiros do Governo Imperial.

O Império contava com recursos e estrutura incipientes para o atendimento das expansões. Para atender as demandas de um grupo de já aproximadamente mil colonos, que se dispersavam pelas terras demarcadas e não demarcadas, o Governo da Província, mantinha com salários um inspetor, um médico, e dois pastores.

O avanço de colonos por áreas que ainda não haviam sido demarcadas, causou atritos entre eles próprios, gerando uma acirrada disputa pelas fronteiras. Somado à não demarcação e legalização das propriedades, contava o fato dos colonos não serem naturalizados.

Com o início da colheita de feijão em São Leopoldo, o Governo da Província inicia a compra desse para ser distribuído em forma de subsídio para os novos colonos que vinham chegando.

De outro lado, era intenção do governo manter o pagamento de subsídios como forma de dinamizar o comércio na região. Também havia recomendações para que os comerciantes se estabelecessem “perto do local projetado para ser a futura povoação” (Tramontini, 2003, p. 105).

Mas cinco anos depois do início do processo de colonização asseveravam-se os efeitos de uma frágil capacidade estrutural e financeira do Império e da Província em se ratificarem os subsídios e proverem-se as colônias da mínima infraestrutura social.

O Inspetor da colônia envia um relatório ao presidente da província dizendo que,

como inspetor da colônia de São Leopoldo devo fazer ver a V. Ex.a a penúria em que se acham os colonos, que ainda não estabelecidos só se podem manter com os subsídios que o governo prometeu. Causa lástima! Pais de famílias, dela cercados, sem ter o que acorrer a fome que a devora! Ver mulher e filhos quase sem com que lhes cubra as carnes! E seria para isto, exclamam eles, que deixáramos a nossa Pátria e viemos povoar um País onde se nos prometia todo auxílio! A quem recorrer, se o Governo

assim nos desampara? Aos nossos compatriotas? Esses apesar de melhores circunstâncias têm famílias a quem recorram. (Apud Tramontini, 2003, p. 106-107).

De fato, cria-se um sistema de colaboração dos antigos colonos, especialmente por meio dos comerciantes locais, que financiam ou antecipam a entrega de alimentos e suprimentos para os novos colonos, com a expectativa que sejam ressarcidos com os subsídios que se prometeram e que ainda não haviam sido confirmados pelas estruturas de poder imperial da época.

A remessa irregular de subsídios chegou a estar na base de uma mobilização dos colonos durante a Revolução Farroupilha⁴⁷, contra os “farrapos”. Mas a situação foi acalmada. Evidencia-se desde cedo uma capacidade forte de organização social (inclusive bélica) dos imigrantes.

Mesmo sem haver entre eles pastores ou padres, organizavam sua vida social em torno da organização social cristã: criavam coletivamente coros, festas, cultos religiosos e outras formas de conforto social.

Dá-se início a uma forma diferenciada de organização religiosa entre os colonos. Tudo estava por ser feito e era feito com base em valores herdados, agora dissociados de uma estrutura de poder.

Enrijece-se assim uma consciência coletiva de participação na construção social e de manifestação de opiniões. Dentre os feitos de construção social, talvez o principal se encontrasse na **escola comunitária**, que viria a ser chamada de escola teuto-brasileira, que servia de escola e local para cultos, festas e outros eventos sociais.

Nesse contexto, o professor, embora propenso ao debate público, assumia uma função aglutinadora. Schaden (1966, p. 67) afirma que “a escola teuto-brasileira, criada pelos próprios colonos, estava ligada aos problemas internos da própria comunidade. O professor era membro desta e o seu trabalho não se limitava a ministrar um programa de ensino”. O autor segue afirmando que o professor acabava assumindo diversas funções e o “seu

⁴⁷ Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha são os nomes pelos quais ficou conhecida a revolução ou guerra regional de caráter republicano contra o governo imperial do Brasil, na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e que resultou na declaração de independência da província como estado republicano, dando origem à República Rio-Grandense. Durou de 20 de Setembro de 1835 a 1 de Março de 1845, com a assinatura do Tratado de Poncho Verde, voltando a Província de São Pedro do Rio Grande a fazer parte Brasil. Durante o período da Revolução Farroupilha, as fronteiras estavam fechadas à imigração.

status, bastante variável, dependia da medida em que se mostrasse capaz de corresponder a essas e outros papéis de acordo com as expectativas dos colonos”.

Aos poucos introduzem-se na colônia pastores protestantes luteranos e padres católicos, religião oficial do império. Uma das condições principais para a vinda de algum padre era que esse pudesse se manter como produtor rural, trabalhando a terra, sem demandar recursos dos demais colonos. Tudo isso difere de forma radical com a tradicional funcionalidade da Igreja Católica romana e, mais ainda, com a ordem luterana alemã, cujo financiamento tem estado intimamente ligado ao sistema fiscal público alemão.

Além disso, os poucos pastores que havia, tinham uma relação de atrito com os imigrantes, manifestando-se inclusive “relações confusas da religião protestante com o Estado” (Tramontini, 2003, p 164)

A expansão do projeto de colonização era contínua, mas os novos colonos que vinham enfrentavam as mesmas dificuldades: falta ou atraso dos subsídios, nenhum apoio educacional ou religioso, nada de estradas e, somado a isso, o medo dos indígenas. Mas os sinais de êxito da colônia inicial de São Leopoldo eram irradiadores de ânimos.

São Leopoldo, próspera com seu complexo econômico (agricultura, artesanato, comércio e serviços), cuidava inclusive de reparar a estrada que liga a colônia à capital Porto Alegre. Por essa sua capacidade, São Leopoldo era vista pelos líderes da Revolução Farroupilha (1835 a 1845), como uma séria ameaça interna, caso se decidisse tomar partido a favor do Império. Mas, além da interrupção temporária do comércio colonial e dos seguidos maus-tratos dos revolucionários farroupilhas aos colonos, e uma dispersa adesão dos colonos em ambos os lados, nada de mais sério houve, considerando que havia uma revolução em andamento.

Em 10 de março de 1845 os colonos foram notificados do fim da guerra, reiniciando-se imediatamente a construção da estrada para o norte, para as áreas de expansão da colônia para cima da Serra, bem como, a reabertura das fronteiras nacionais a novos processos de imigração.

Apesar de, aos poucos, forem integrando-se os “brasileiros” na vida da colônia e, com eles, os seus escravos, falhou o projeto do governo para integrar os habitantes da colônia com a vida do império e promover uma integração interétnica na região.

Na verdade, foi-se perfilando uma grande região de imigrantes alemães que não eram naturalizados, falavam alemão e mantinham valores e tradições alemãs.

Com o isolamento étnico de um grande grupo homogêneo, aliado ao incipiente Estado e uma frágil dinâmica social, parecem ter-se assentado as bases para que, em pouco tempo, se desenvolvesse entre os imigrantes uma espécie de gênese associativa. Além disso, no dia 03 de setembro de 1847, era decretada a Lei N° 397, que autorizava a naturalização e o reconhecimento da cidadania dos estrangeiros (imigrantes e descendentes) estabelecidos nas colônias.

Finalmente eram brasileiros: mas, além de terem que pagar por esses títulos, não havia uma compreensão expressiva sobre o que representaria ser cidadão brasileiro. Assim, a dinâmica social entre os imigrantes se mantivera praticamente inalterada e a dinâmica social que se criara era expressão daquela que havia sido experimentada na Alemanha. Ou seja, eram oriundos das classes de pequenos agricultores e artesãos, que, embora o feudalismo já tivesse sido extinto na Europa há mais de 300 anos, era como se fossem remanescentes da classe de vassalos e, em alguns casos, como artesãos do sistema feudal. Os imigrantes que vem mais tarde já haviam experimentado recentemente a fase mais tensa do *Kulturkampf*⁴⁸ de Otto von Bismarck. Não havia nenhum com algum título de nobre que pudesse reivindicar – embora, se fosse o caso, isso possivelmente não fizesse muito sentido nas circunstâncias da colônia na época.

2.7.2.3 A virtuosidade baseada na Igreja, na Escola e no Associativismo

Em 1849, chegaram os primeiros Jesuítas alemães⁴⁹ a São Leopoldo, fazendo-se perceber, segundo Rabuske (1974, p. 141), um certo “embrutecimento” religioso entre os colonos. O Pe. Lipinski, nascido na Cracóvia, um dos quatro primeiros jesuítas que chegaram naquele ano, escreve ao superior da Companhia dizendo que: “Não é possível indicar o número exato de católicos, mas ... excetuados os recém-chegados, nenhum deles, por falta de sacerdotes, se confessa há vinte anos. A falta de sacerdotes e o abuso prejudicial dos casamentos mistos, principalmente na geração mais nova que passa os feriados bebendo e

⁴⁸ O *Kulturkampf* foi uma disputa entre o Império Alemão (representado pelo chanceler Otto von Bismarck) e a Igreja Católica (representada pelo Papa Pio IX), que visava diminuir a forte organização cultural e a influência da Igreja Católica na educação e na política do império. Teve seu auge entre os anos 1871 e 1878. Além da expulsão dos Jesuítas em 1872, Bismarck promulgou as "Leis de Maio" que autorizavam o governo a regular a nomeação de bispos e padres. A Ordem Protestante não foi afetada porque a proximidade com o Estado é de sua natureza.

caçando, causou necessariamente uma grande indiferença em assuntos religiosos” (Lipinski, 1924, p. 86).

Piccolo (1989, p.105), atribui isso à “diversidade de formação teológica dos pastores e dos crentes da qual decorreria um pronunciado anseio por autonomia e independência, aliado à rejeição de qualquer instância superior de que tipo fosse”.

A diversidade de formação a que se refere Piccolo já havia sido apresentada no relatório de Hermann Borchard, responsável pelo Livros de Registro da Igreja no período de 1864 e 1870, transcritos para o relatório *Kurze Geschichte der Deutsche Einwanderung in Rio Grande do Sul*. Segundo esse relatório (1936, p.60) um pastor era

diretor escolar expulso da Alemanha, conhecido como beberão e jogador; e o outro é um oficial de baixo escalão da Prússia, que vence a todos no beber; o terceiro é um cervejeiro de Porto Alegre, que só faz bancarotas e, como não conseguia sobreviver, se tornou pastor; o quarto é um sujeito ignorante, que não sabe nem ler nem escrever; os melhores são um que servia um conde, um que trabalhava nos preparos de facas e um que era alfaiate.

Contrariamente ao projeto das Missões Guaranis, nesse houve a tentativa de trazer pessoas com relações sociais (*cultura/oikonomia*) mais avançadas, que pudessem ser traduzidas para um ambiente social nativo. Os alemães e austríacos eram conhecidos pelas suas habilidades de ofício, agrícolas e bélicas. Mas, com a ausência de um mínimo de organização tecnológico-social, essas experiências talvez não pudessem ser significadas no novo ambiente, processado-se uma fragilização social e um retorno a natureza primitiva, como ocorrera com os Guarani.

Isso tudo parece ter permitido que se criasse na região um outro modo de ser Igreja, com um papel caracterizador da estruturação social local. **O novo começa a se estruturar:** criam-se as condições para a oferta do dom. Os religiosos tornam-se presentes, não para competir com os membros das comunidades, também não para viver parasitariamente desses e, tampouco, para representar a brutalidade do Estado, mas, para ofertar o desenvolvimento social. Para isso, fora necessário reposicionar o projeto, rearticulando-o para um projeto de educação, com ênfase numa dinâmica social que se estabelecesse em torno da religião e da escola comunitária. Tem-se novamente a abundante oferta Jesuíta, do que se pode ter criado o ambiente de reciprocidade ao Dom. Os padres jesuítas vieram integrar-se e doar-se ao movimento de imigração alemã.

⁴⁹ Já em 1844 ocorrera a primeira missão popular pregada por Jesuítas Espanhóis em São Leopoldo.

Os Jesuítas que vinham da Alemanha, tinham sido influenciados pela Doutrina Social da Igreja, liderada pelo Bispo Wilhelm von Ketteler, do Bispado de Mainz, Alemanha. Tratava-se de um projeto de educação com ênfase na inclusão social ou, da mesma forma, a não exclusão de minorias.

As escolas comunitárias constituíram-se num projeto bem sucedido. A escola era a corporificação da organização social. Elas eram construídas de forma coletiva, solidarizando-se para isso recursos e serviços, numa área que passava a ser um conjunto composto de prédio e pátio da escola, a casa do professor e uma área de terras para o professor tirar o seu sustento e da família. Tudo isso funcionava nas associações de interesse e patrimônio coletivos – as *Schulgemeinde*.

A escola constituía-se numa espécie de lar para o culto e estímulo dos valores e demandas coletivas. Conforme expresso mais tarde nas orientações para os professores, *Mitteilungen* (n.2 1900), a “missão da escola não se resume na instrução, mas na educação das novas gerações para a moralidade e a religião”.

Naquele modo de vida comunitária em torno da escola comunitária, podem-se perceber ingredientes do que hoje temos como os mais avançados modelos de gestão, baseados nos princípios da Governança Corporativa, quais seja: a transparência, a equidade entre as pessoas, a conformidade às normas coletivas, o máximo interesse institucional e a prestação de contas (dar contas ao “homem revelado” aproxima as pessoas e, pelo mérito, dinamiza as ofertas).

Conforme Rambo (1992) houve um crescimento fenomenal desse modelo de escola no período de 1835 (ano da fundação da primeira escola – 11 anos do início da imigração) até 1935. De um levantamento datado de 1920, tem-se que nas 283 escolas em funcionamento naquele ano havia 11.901 alunos matriculados, com uma média de 42 alunos por escola. Às 10 escolas que haviam sido construídas no período de 1835 a 1850, somaram-se 408, resultando em 418 escolas em 1935, cem anos depois. Nesse período o número de alunos já beirava 18.000, com uma média equivalente de 43 alunos por escola.

Nesse período, o projeto de imigração, reforçado a partir de 1875 pela vinda de imigrantes italianos, havia-se expandido para fora do estado do Rio Grande do Sul.

Ao lado da expansão do projeto católico expandia-se também o projeto dos protestantes, de forma organizativa diferente.

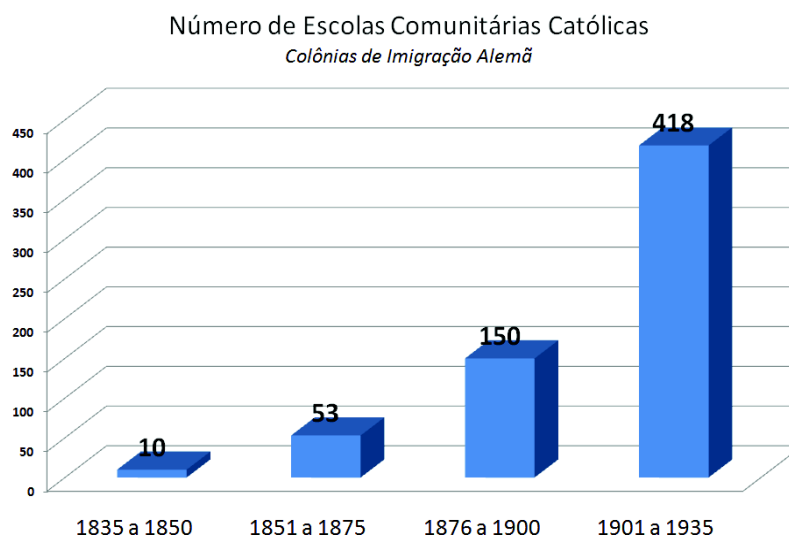


Gráfico 0-7 Evolução do número de escolas no primeiro século da imigração alemã. Elaborado com dados publicados por Rambo (1994, p. 26-75).

As diferenças religiosas entre católicos e protestantes se fizeram perceber com a vinda dos Jesuítas, que se dedicam de forma sistemática à educação dos imigrantes católicos. Em pouco tempo não somente se encarregam de contribuir com a prática docente, como com a formação local de professores. Até a vinda dos Jesuítas havia no local alguns professores vindos da Alemanha ou pessoas da região que, embora bem intencionadas, não tinham as condições razoáveis para tal. Assim, em 1869 criava-se em São Leopoldo o Colégio Nossa Senhora da Conceição, marcando qualitativamente o projeto de educação para a colônia.

Os jesuítas restabeleceram ritos católicos como o batismo, a primeira comunhão, a crisma e o casamento. Organizaram Missões Paroquiais, para as quais chamaram os imigrantes católicos, passando para eles a coordenação das associações religiosas. Logo os colonos estavam construindo e zelando pelas novas escolas, casas paroquiais, capelas, associações assistenciais. Além disso, a preparação dos próprios colonos para ministério da catequese e do ensino e a correspondente participação em congressos e outras atividades coletivas de cunho deliberativo e normativo, como os Congressos Católicos (*Katholikentagen*) fizeram ferver o encadeamento do projeto de colonização.

Conforme Rambo (1992, p. 33), “cada uma das cinco bacias hidrográficas formava, na década de 1890, uma micro-região com suas comunidades integradas religiosa, educacional, cultural e economicamente”.

Em 1902, num desses *Katholikentage*, Theodor Amstad fundou a primeira cooperativa de crédito do Brasil. Essa cooperativa se disseminou na proposta associativa, dando um ordenamento às demandas por poupança e investimento dos sócios.

Alguns anos antes, em 1899, também num desses *Katholikentage* fora fundada a Associação Rio-grandense de Agricultores – *Bauerverein*, institucionalizada em Feliz em 1900. Essa associação manteve suas atividades até 1912, quando foi fundada a Sociedade União Popular – *Volksverein*. Conforme Rambo (1992), o *Bauerverein* não estava perfeitamente sintonizado com o contexto étnico-histórico. Havia diferenças não resolvidas quanto ao domínio de uma língua comum (português, italiano, alemão e outras); havia diferenças nos fins e tamanhos das propriedades (na principal parte do Estado do Rio Grande do Sul reinavam grandes latifúndios); havia também diferenças de ordem confessional (católicos tradicionais, católicos jesuítas e luteranos).

A colônia se transformara em um ambiente incubador de solidariedade associativa. Criaram-se desse meio redes e suas vertentes, como os já mencionados: Seminário para a Formação de Professores (1869); a Associação dos Professores e Educadores Católicos do Rio Grande do Sul (1898); a Associação Rio-grandense de Agricultores (1899/1900) e, mais tarde, a Sociedade União Popular ou *Volksverein* (1912).

Assim como todo o projeto de educação (Projeto Didático-Pedagógico criado pela Associação de Professores), os regulamentos das associações eram manifestos na língua alemã, ratificando-se a língua alemã como a língua fluente na colônia.

Dentro dessa conotação socioeconômica, destaca-se também a criação das *Waldvereine*, associações que cuidam da relação do projeto colonial com o meio, com o qual se estabelece uma consciente e íntima relação.

A transição do *Bauerverein* para o *Volksverein*, em última análise, caracterizara-se por uma tentativa de promover a capacidade competitiva dos católicos frente aos melhor capacitados protestantes. Theodor Amstad, cuidadoso estatístico, manifestava esse problema textualmente no Nono Congresso dos Católicos, ocorrido em fevereiro de 1912, em Venâncio Aires:

Embora os nossos parceiros da mesma etnia, mas de outra confissão, com os quais queremos viver em paz e harmonia e com os quais pretendemos competir no sentido de honrar o nome alemão no Brasil, embora repito, eles contem com um número maior de ricos e formados em suas fileiras e por isso gozam de maior aceitação e de maior influência no meio social, num aspecto levamos vantagem sobre eles. Esse fato é por eles próprios

reconhecido. Refiro-me à maciça unidade em que nós católicos temos condições de nos arregimentar. Se já agora representamos uma potência devido à nossa estreita unidade no terreno da fé e dos bons costumes, o seremos ainda mais quando tivermos a nossa organização, uma organização que nos facultará um empenho comum em qualquer dificuldade em todas as áreas da moderna cultura. Essa organização a teremos com a Sociedade União Popular dos Católicos do Rio Grande do Sul. (*Paulusblatt* 1912, nº 1 , p.6 – Apud Rambo, 1992, p. 40)

Conforme Geissler (1921, p.5) “as comunidades evangélicas alemãs nunca viram como tarefa sua a de fazer propaganda própria frente a outros, e sim, concentrarem-se no desempenho no ambiente dos seus correligionários”.

De fato, os protestantes parecem não ter tido a mesma integração em rede entre as suas comunidades do que os católicos. Dreher (1984, p.97), afirma que os encontros havidos entre as comunidades de protestantes não eram muito mais do que “uma associação de comunidades que lutava por conseguir a confiança” entre seus pares.

Uma das variáveis que, além da *ética protestante*, pode ter contribuído para o melhor desempenho econômico dos luteranos é o fato desses terem recebido recursos da Alemanha. Conforme Dreher (1998, pág. 260), a partir do ano de 1900, “o Conselho Eclesiástico Superior da Igreja Prussiana passou a aceitar filiações de comunidades protestantes de fala alemã no exterior, oferecendo-lhes ajuda financeira, remuneração regular a pastores e cobertura previdenciária vitalícia e ... na Alemanha foi criado um seminário para formar especialmente os pastores que vinham a atuar no exterior”.

Além da propensão religiosa ao êxito, os luteranos vêm da já referida tradição da reforma, mais instruídos e competitivos. Aliado a isso, os recursos que recebiam lhes colocava no centro da frágil inércia financeira local, dando aos luteranos uma decisiva vantagem competitiva, dando-lhes também a condição de adquirirem as melhores terras.

Aos católicos oferta-se o desafio e a oportunidade da articulação local dos recursos. Dinamiza-se o comércio local, assim como, enviam-se filhos de colonos para trabalhavam nas Charqueadas, retornando com o salário que se multiplicava ferozmente nas colônias. A população das colônias, crescendo e mantendo uma distribuição de renda homogênea, impulsionada por um grande projeto de educação, perfilava um virtuoso porvir de um projeto social associativo solidário.

Na região de imigração alemã ou nas colônias alemãs do Sul do Brasil, segundo alguns historiadores, teve gênese o processo de industrialização do Brasil.

Conforme *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1853*, publicado em FEE (1981, p. 63), a então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, tinha em 1853 um total de 255 fábricas. A maioria dessas (91) encontravam-se em Pelotas (com a sede povoada desde 1763 e região da produção do charque; as Charquedas). A maioria das fábricas daquele município (82,4%) eram de charque ou de tijolos e telhas. Já, São Leopoldo (com a sede povoada desde 1825), aparece como segundo colocado, com 73 fábricas. Dessas, a maioria (89,0%) eram compostas de curtumes e derivados, bebidas e louças, sendo $\frac{3}{4}$ dessas de propriedade privada de luteranos.

Relação das fabricas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul
 - Ano de 1853 -

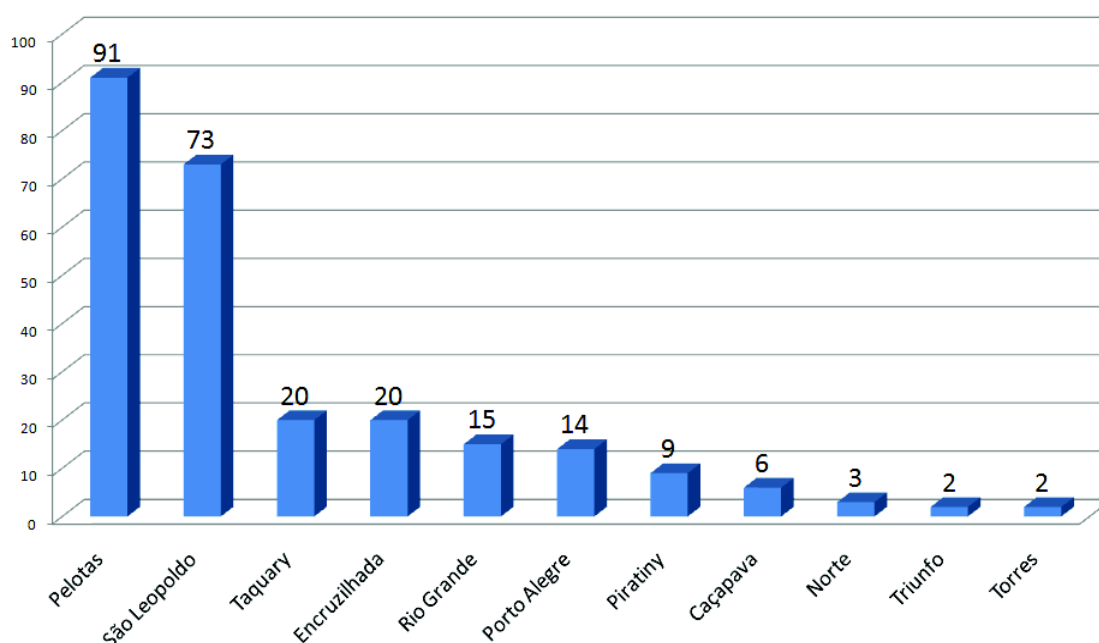


Gráfico 0-8 Elaborado pelo autor com base em dados do Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1853, publicado em FEE (1981, p. 63)

Outro aspecto característico que decorre da análise dos dados do ano de 1859 (FEE, 1981, p. 69) consiste da presença do escravo negro. Em Pelotas, da população total de 12.893 pessoas, 4.788 (37,1%) eram escravos negros. Em São Leopoldo, da população total de 18.690 pessoas, 1.804 (9,7%) eram escravos negros.

Dados do Censo de 1848 (11 anos antes), trabalhados por Tramontini (2003, p. 370), dão conta de que na “Feitoria” havia “415 habitantes” e “os escravos eram 25”. Já, os 145 “brasileiros do Campo Ocidental possuíam ... 77 escravos”. Ou seja, naquela região de

colônia alemã, os escravos representavam 5,7% da população, enquanto que na região dos “brasileiros” os escravos representavam 34,7% da população.

A colônia tinha uma vida própria, e uma dinâmica distinta da vida dos “brasileiros”. A decisiva e distinta variável consistia da escola comunitária. Entre os brasileiros, de tradição portuguesa, a escola não somente não assumia um papel relevante, como praticamente não existia. Caso algum filho de latifundiário ou de outra família rica do império quisesse seguir estudos deveria se deslocar para Portugal e estudar nalguma escola daquele reino.

A partir das escolas, com suas *Schulgemeinde* e das Igrejas, com suas *Kirchgemeinde*, e com todos os tipos de associações que se desenvolvem, cria-se um encadeamento social de completa cobertura na região. Cria-se praticamente uma estrutura de relações socioeconômicas regionais próprias – um Estado dentro do Estado nacional.

Com sede em Porto Alegre, capital do estado Rio Grande do Sul, a Sociedade União Popular servia-se de amplos ramos de comunicação regional. Havia, por exemplo, o secretário itinerante (*Reisesekretär*) – um dos elos de comunicação entre a sede e as comunidades. Dentre esses destacara-se o Pe. Theodor Amstad, que nos seus 38 anos de vida ativa e itinerante percorreu oitenta mil quilômetros no lombo de um burro (2.106 km/ano) para visitar os colonos e as suas associações.

O associativismo deu bases para uma sólida, quase perfeita, proposta de promoção humana, conciliando educação, lazer, religião, tecnologia e organização econômica.

Conforme Rambo (1992 – p.51),

isso tudo era levado muito a sério. Os Congressos dos católicos, os *Katholikentage*, revestiam-se, devido à sua importância, de uma atmosfera de grande seriedade e de uma extraordinária solenidade. Um impulso quase místico animava os participantes e as próprias lideranças, tanto leigas quanto religiosas. As assembleias gerais da Sociedade União Popular, o *Volksverein*, inseriam-se nesse contexto mais amplo e por isso mesmo as opiniões externadas e as resoluções tomadas assumiam as características de um conselho plebiscitário.

Sem maiores delongas, vale destacar que a matriz socioeconômica da região havia-se moldado mais diversificada, com maior presença tecnológica e com menos escravidão. Essa dinâmica se expandiu junto com a expansão geográfica da colônia. Com base numa agricultura de subsistência e uma indústria diversificada, outras novidades como a avicultura foram introduzidos. Os jesuítas desenvolveram e introduziram a criação de aves em escala

no atual município de Salvador do Sul e hoje o Brasil é o maior exportador mundial de carne de frango.

Mas o perigo estava por vir: com crises mundiais como a 1929, a ascensão do Nacional-socialismo na Europa, subida ao poder no Brasil Getúlio Vargas, com a decorrente instituição do Estado Novo.

A medida de grande impacto foi a chamada Lei da Nacionalização. Essa medida, de cunho nacionalista, desferiu um golpe frontal ao projeto associativo dos imigrantes.

Objetivamente, o Estado Novo instituiu o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, conhecido como “Lei da Nacionalização” que, entre outras medidas, estabelece:

Art. 42 Nenhum núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, poderá ter denominação em idioma estrangeiro.

Art. 85 Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1º As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2º Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3º Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em línguas portuguesa.

Art. 86 Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Em seguida, edita o Decreto nº 1.545, de 15 de agosto de 1939, nacionalizando as escolas e instruindo os Secretários Estaduais de Educação para a construção de escolas públicas nas áreas de colonização estrangeira, determinando para as escolas a prática do estímulo do patriotismo.

Mais tarde, edita o Decreto nº 1.006, de 10 de dezembro de 1939, estabelecendo a censura federal sobre o material didático e livros escolares.

Para a Associação dos Professores da Escola Teuto-Brasileira, o Estado tinha um papel terciário sobre a educação. Para os colonos a educação consistia de um “direito natural”, portanto, um “direito primário” (Mitteilungen, 1901, n. 9).

As novas medidas caracterizaram, portanto, uma inversão na ordem dos fatores. Entrava o Estado, conhecidamente incapaz para assumir, mesmo de forma mais rudimentar, as demandas desse projeto e, em segundo lugar, descaracterizava a mola mestra em torno da qual se ligara em essência o projeto associativo.

O Dom do desenvolvimento sustentável, sendo doado na vida comunitária, principalmente no ambiente da religião, talvez se desse num ambiente da ética do sentido (Gesinnungsethik), tendo-se a **felicidade** dos membros da comunidade associativa como reciprocidade ao Dom. Vindo o Estado, agressivo, propondo como objetivo a solução de um problema que não era problema para a comunidade, estabelece um ambiente da ética da responsabilidade (Verantwortungsethik), tendo-se a **infelicidade** dos membros da comunidade associativa como reciprocidade à oferta brutal do Estado.

A idéia associativa, embora parcialmente maculada e transfigurada, manteve-se arraigada no país..

Porém, não se podem ver dentre esses movimentos recentes e atuais casos que viessem, como aquele do *Projeto e Imigração Alemã no Sul do Brasil*, com sua Escola Comunitária Teuto-Brasileira, capitaneados sob a égide de um projeto de educação solidária, que se oferta generosamente, tendo como reciprocidade a felicidade e a equidade.

3. Há uma esperança?

3.1 O que vimos?

Com a parte precedente do texto, objetivou-se demonstrar que o desenvolvimento é algo humano. Tal como as demais coisas da natureza, que evoluem, também o homem evolui, porém, de forma exponencial. O homem racional parece evoluir de forma diferenciada, afastando-se da curva da evolução das demais coisas da natureza. Nesse processo, que parece ser o que chamamos de desenvolvimento, o homem desenvolve-se da evolução e do seu ritmo, deixando um rastro de influências negativas sobre as condições de equilíbrio da evolução. Portanto, o desenvolvimento em curso parece não ser sustentável.

Além disso vimos que:

1. As coisas da natureza não se criaram por iniciativa própria, e sim, foram e são criadas. Esse princípio acaba determinando a dinâmica da evolução e do desenvolvimento. Os dois, tanto a evolução quanto o desenvolvimento, são processos reativos aos eventos que exercem força sobre o ambiente. Ou seja, a evolução e o desenvolvimento parecem ser fruto de dinâmicas (trocas) endógenas, que se animam como reações às *ofertas*, principalmente exógenas.
2. A tecnologia, ao mesmo tempo em que parece instrumentalizar o processo social de ação (oferta) e reação, empodera-se com o acúmulo e incorporação das experiências sociais de troca. Assim, diferentemente da arte e esportes, por exemplo, a tecnologia viabiliza o acúmulo sistemático das competências, do poder e das disputas em torno dele. Por outro lado, além da tecnologia ampliar a capacidade humana para a reação e a ação sobre a natureza ou sobre meio, avançou de forma diferenciada, ou desigual, entre as pessoas e regiões, conforme as capacidades diferenciadas de acúmulo das experiências sociais de troca.
3. Os avanços tecnológico e científico determinam o avanço do distanciamento do homem da natureza. Os serviços demandados e gerados pelo avanço da ciência e tecnologia geraram as condições para que uma parte importante da humanidade tivesse uma convivência social distanciada da natureza. Constata-se que, quanto mais distanciado da natureza o homem estiver convivendo, mais avançada científica, tecnológica e economicamente ele se encontra e maior é o respectivo consumo energia.
4. Os avanços tecnológicos e científicos parecem determinar também o avanço do distanciamento do homem dos seus deuses e mitos. Os indígenas, a exemplo dos Jívaro e os Waiwai, que vivem da coleta abundante das regiões não alagadas da Amazônia, convivem com ciência, tecnologia e economia “arcaicas” e têm suas divindades em elementos, aspectos ou coisas da natureza, que parecem temer mais do que venerar.
5. Vendo-se haver uma correlação entre os distanciamentos dos diferentes motivos, ou mitos, das diferentes religiões e os status dos desenvolvimentos dos correspondentes grupos sociais, pode-se esperar que os indivíduos sem religião sejam os mais desenvolvidos – o que parece ser! Do outro extremo dessa curva deveriam encontrar-se, portanto, as sociedades menos desenvolvidas, que acreditam em deuses e mitos

próximos, a exemplo dos Waiwai, que acreditam haver inclusive mitos que possam habitar em seus corpos.

6. A moeda parece ter-se convencionada na medida de valor para as experiências sociais do intercâmbio de tecnológicas. Os indivíduos da sociedade que mais *moeda* têm parecem ser os mais empoderados e independizados através da concentração de tecnologia, e com uma remota ou ausente relação com os deuses que animam as religiões ou motivam o *relegere*.
7. As Instituições, como o Estado, a Igreja, a Cooperativa e a Universidade, tendem a ser mais exitosas na proteção do *status quo* das conquistas sociais diferenciadas, do que na promoção dos estímulos para a modificação desse *status quo*.
8. Nos projetos históricos analisados (as Reduções Guaranis e a Imigração Alemã no Sul do Brasil), podem-se destacar indícios como: a) o início do desenvolvimento dos projetos se deu em função de ofertas exógenas (como ameaças e novos atores) e não em função de demandas endógenas (o problema e solução são desconhecidos pelos beneficiados); b) a consciência da proteção parece preceder à consciência da emancipação; c) o processo de reciprocidade ao Dom presenteia-se com clareza nos dois projetos; d) os contextos históricos dos dois projetos, de *indivíduos de uma sociedade*, favorecem a coordenação; e) os dois projetos parecem ter na geração de uma equânime capacidade de realização pelo trabalho e, portanto, pela equânime geração de renda, as suas melhores marcas.
9. Enquanto os mecanismos endógenos, os mecanismos das relações sociais de troca, parecem ser constituidores da *Gesinnungsethik* e da Oikonomia, o campo das ofertas exógenas parece ser o ambiente constituidor da *Verantwortungsethik* e do Desenvolvimento.
10. Enquanto as diferenciadas pré-condições de reciprocidade ou reações aos estímulos do desenvolvimento parecem levar à diferenciação das conquistas, os mecanismos de proteção às conquistas parecem estimular o desenvolvimento das desigualdades.

3.2 O que fazer?

Com base no que vimos até aqui, apresentam-se elementos que podem levar-nos a crer que não haja alternativas ao desenvolvimento, estando os humanos predestinados a uma rota de desenvolvimento não sustentável. Porém, deixando os avanços da ciência, que emancipou a humanidade da natureza, e as respostas que ela (a natureza) vem dando ao modo de ser humano, virtuem sobre as experiências, a consciência e a *Gesinnungsethik*, haverá de se formar uma inflexão na tendência do desenvolvimento não sustentável em direção do desenvolvimento sustentável.

Se a realidade for externa à consciência e a realidade criada portar uma verdade intrínseca, a consciência deveria desenvolver-se, o que equivaleria dizer, ser uma função das atitudes ou reações dessa às ofertas ou ameaças da realidade. Admitindo-se como verdadeiro a consciência e o desenvolvimento serem humanos, torna-se importante evidenciar que a) o desenvolvimento é resultante de processos de ofertas exógenas e b) que a tipificação do *ambiente* de articulação (endógena), das *respostas* às motivações exógenas, pode levar à equidade social de oportunidades e, portanto, ao desenvolvimento sustentável.

Enfim, demonstrar que *o desenvolvimento é um processo inédito de mudança social, que é prioritariamente ofertado, em vez de ser demandado e que a equânime capacidade para a realização pelo trabalho é necessária para o desenvolvimento sustentável e a Universidade Filantrópica pode contribuir com a geração dessa equidade.*

Embora a Universidade pareça ter estado mais vocacionada para contribuir com o desenvolvimento tradicional do que com o desenvolvimento que entendemos como sustentável, parecem restar a ela as melhores chances de ser a portadora do dom do desenvolvimento sustentável.

Por isso, empreender-se-á a partir de agora um estudo sobre a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, para ver se: a) são as variáveis endógenas ou as exógenas que mais influenciam o desempenho dos alunos e, b) como o Dom se manifesta nas diferentes vias de inclusão e capacitação dos alunos.

4. A Pesquisa – ensaio e evidenciação

4.1 O campo de pesquisa

O campo de pesquisa é a Unisinos, uma Instituição de reconhecida qualidade, que pode legitimamente ofertar-se em prol do desenvolvimento sustentável. A universidade traz, na sua essência e como característica histórica, a opção pela diferenciação e não pelo preço⁵⁰. Ou seja, a UNISINOS, como as demais instituições de ensino mantidas e administradas pela Companhia de Jesus no mundo, tem como pressuposto o dedicado trabalho em benefício da excelência acadêmica.

Conforme seu estatuto, “a Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, com sede no município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, criada e credenciada na forma da lei, é instituição de educação superior de direito privado e de natureza comunitária e confessional, que se rege pelas normas do Sistema Federal de Ensino, por este Estatuto, pelo Regimento e pelas diretrizes e normas internas estabelecidas pelo sistema decisório e administrativo da Universidade”.

A universidade, criada em 31 de julho de 1969, brota de uma tradição do ensino jesuíta, num contexto regional peculiar e, em âmbito nacional, sob novas leis reguladoras do ensino superior.

O “Colégio dos Padres” em São Leopoldo, no sul do Brasil, oficialmente denominado de Colégio Nossa Senhora da Conceição, um colégio inicialmente direcionado para a formação de Jesuítas, era um desses exemplos. Os padres Jesuítas ali formados adentravam o interior do país dedicando-se ao magistério e ao evangelho.

Conforme já visto, o colégio foi criado em 1869 e em pouco tempo foi equiparado ao Colégio Nacional Dom Pedro II do Rio de Janeiro, considerado o melhor do Brasil. Em 1913, já não mais direcionado exclusivamente para a formação de Jesuítas, começam a funcionar os primeiros cursos de formação superior, com ênfase na filosofia e na teologia. O avanço das

⁵⁰ Estratégias básicas de precificação : *Preços ou custos* – tem no melhor (menor) preço o objeto da vantagem competitiva; *Diferenciação* – tem na qualidade dos seus produtos e serviços o objeto da vantagem competitiva; *Focalização* – tem na dedicação dos esforços a um determinado segmento da demanda ou mercado o objeto da vantagem competitiva.

pesquisas em ciências naturais, filosofia, lingüística e em novas áreas de conhecimento geram as bases para a criação da Universidade em 1969.

Embora se ajustando à nova Lei e a sua estrutura curricular, a recém criada Universidade vê a “formação integral da pessoa, consubstanciando-se na prática da justiça, na busca da verdade, na convivência fraterna e na competência profissional⁵¹” como fundamento da sua missão. Como instituição privada, vive dos recursos que provêm da sua própria ação. Como mantida da Associação Antônio Vieira – ASAV⁵², e orientada pelas normas que regem a administração dos bens patrimoniais da Companhia de Jesus, subsiste à medida da sua auto-suficiência de recursos. Na fundação, a Universidade foi dotada de recursos (ativos) competentes à Arca de Fundações⁵³ da Companhia. A esses ativos se somam os que decorrem da ação da Universidade no tempo, materializados da resposta das diferentes demandas a essas ações.

Em meados da década de 90, a Universidade experimenta um vigoroso crescimento qualitativo, acompanhado por um crescimento quantitativo, podendo-se, inclusive, explicar estatisticamente o segundo a partir do primeiro.

Da opção da universidade pela excelência acadêmica e pelo desenvolvimento regional, promoveram-se grandes investimentos: na titulação docente; na pesquisa e na pós-graduação; assim como, nas condições para a influência sobre matriz econômica da região, fortemente concentrada no setor coureiro-calçadista.

Assim, em 1999, aos 30 anos de Universidade, processaram-se as maiores mudanças da sua breve história. Naquele ano, as instalações físicas e os Programas de Pós-Graduação da universidade tiveram seu maior impulso. Já em 2006, dois anos depois do plano 1994 – 2004, a universidade tinha mais do que 90% dos seus professores com mestrado ou

⁵¹ Unisinos 20 Anos, 1992, p.10

⁵² A Associação Antônio Vieira – ASAV é uma instituição juridicamente constituída e funcionalmente subordinada à Cúria Generalícia dos Jesuítas, e é responsável pela manutenção das casas, escolas e Universidades da Companhia nos Sul do Brasil. A Associação Antônio Vieira, originariamente denominada Sociedade Literária Padre Antônio Vieira, designação civil da Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus, criada em 4 de novembro de 1899, é uma Associação de direito privado e de natureza filantrópica, registrada às folhas n.os 141 e 142 verso, do Livro de Notas do Cartório da Comarca de São Leopoldo, sob o n.º de ordem 38, e foi declarada de Utilidade Pública pelos seguintes diplomas legais: Dec. Federal n.º 64.471, de 7-5-1969 - D.O.U. 12-5-1969; Dec. Estadual n.º 19.656, de 16-5-1969 - D.O.E. 17-5-1969; Declaração do Prefeito Municipal de São Leopoldo de 24-2-1953.

⁵³ As Arcas de Provisão, de Fundações, de Obras Apostólicas e Seminarii são, por preposto da Administração dos Bens da Companhia de Jesus, agrupamentos de recursos com fins específicos. Para investimentos em novas obras, como a da UNISINOS, os recursos iniciais devem vir da Arca de Fundações.

doutorado, contra 31% de 1995. Nessa comunidade universitária⁵⁴, de alto nível, encontram-se bem representados os segmentos socioeconômicos do Brasil.

Como Instituição filantrópica, a universidade concede bolsas, e da oferta de alternativas de financiamento, registra na universidade uma boa distribuição de alunos entre os diferentes níveis de renda. Conforme

pode ser visto no Gráfico 4-1, 80% das pessoas no Brasil têm renda *per capita* mensal inferior ao valor médio de uma mensalidade escolar.

Como decorrência das alternativas apresentadas, 50,48% dos alunos da universidade enquadram-

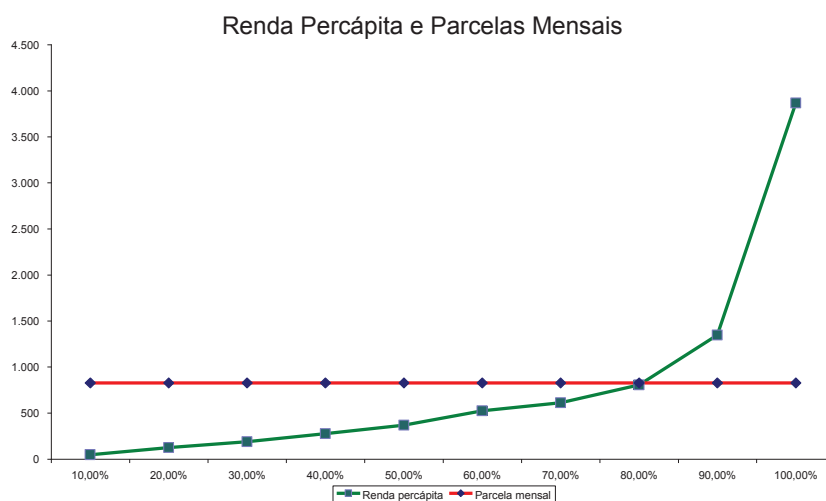


Gráfico 4-1: Elaborado pelo autor com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios do IBGE, 2006 e com base em preços de uma amostra de Universidades brasileiras em 2006.

se no perfil de renda dos 50% mais pobres do Brasil e 19,5% nos 10% mais ricos.

Vencida essa barreira, pode-se inferir que os diferentes níveis socioeconômicos têm boas expectativas na UNISINOS e que as alternativas oferecidas resultam numa boa proporcionalidade de presença aos diferentes níveis socioeconômicos na universidade.

Há de se considerar que, estar na Universidade, é mais expressivo para os alunos oriundos das classes socioeconômicas menos favorecidas, embora a presença desses na Universidade, historicamente elitizada, costume causar alguns desconfortos. Mas é inegável que uma experiência de um curso superior agregue relativamente mais capacidade de realização pelo trabalho e geração de renda a esses alunos do que aos que vêm de contextos socioeconômicos mais favorecidos. Por esse motivo, estima-se haver um maior esforço para o êxito de parte dos alunos das bases da pirâmide social do que os que já estão melhor posicionados.

Coerente com as características socioeconômicas da população brasileira a UNISINOS estruturou e manteve programas de bolsas e financiamentos para alunos carentes. Os principais programas próprios são os da concessão de bolsas de filantropia para alunos

⁵⁴ A comunidade universitária, como o conjunto dos alunos, professores e funcionários.

carentes e o programa de financiamento pela Fundação Universitária para o Desenvolvimento do Ensino e da Pesquisa – FUNDEPE.

Ao lado dessas ofertas da Universidade há alguns programas públicos (nacionais, estaduais e regionais) que têm buscado atender a parte das demandas carentes. Da União vêm o Programa de Crédito Educativo Federal – CREDUC (sem oferta de novas vagas a partir de 1998) e o Fundo de Financiamento do Ensino Superior – FIES (instituído em maio de 1999, em substituição ao CREDUC). Esses programas financiam alunos no ensino superior brasileiro que apresentem insuficiência de recursos financeiros próprios para pagar os encargos educacionais (as mensalidades). Esses programas financiam de 50% a 100% do valor dos cursos e os valores financiados são ressarcidos pelos beneficiários depois da conclusão dos cursos.

Relativamente ao aspecto da inclusão de alunos carentes no projeto de educação da UNISINOS, de qualquer forma, no período dessa pesquisa, as alternativas de financiamento externas são menos expressivas do que as alternativas de bolsas e financiamento oferecidos pela própria Universidade. Os alunos que a Universidade tem incluído através dos programas de bolsas e financiamentos correspondem a aproximadamente 40% do total de alunos. Aproximadamente $\frac{3}{4}$ desses alunos incluídos tem sido bolsistas de filantropia, e $\frac{1}{4}$ através de financiamentos como a FUNDEPE e o FIES.

Para explicar os efeitos e a viabilidade social dos esforços de inclusão empreendidos pela Universidade, trabalhar-se-ão agora os desempenhos dos alunos da UNISINOS relativamente às origens dos recursos que os mantém na Universidade. Mais especificamente, relacionar-se-ão as rendas dos alunos e os seus desempenhos acadêmicos, para tentarmos entender como os alunos reagem às diferentes formas de financiamento ofertadas pela universidade.

Outro aspecto a considerar é o fato dos processos de seleção para as universidades privadas, mantidas com recursos pagos diretamente pelos alunos e suas famílias, serem menos concorridos do que os das universidades mantidas com recursos do fisco, as chamadas universidades públicas. Isso faz com que, em regra, os alunos melhor posicionados em renda e, portanto, comparativamente melhor posicionados em capacidade de competição, ocupem as vagas das Instituições públicas. Por outro lado, nas universidades privadas, conforme demonstrado anteriormente, encontra-se uma população de estudantes socioeconomicamente mais heterogênea – o que se confirma na Unisinos.

4.2 O tratamento dos dados da pesquisa

4.2.1 O modelo matemático e a qualificação da amostra

Para que se pudessem formular funções de causa e efeito entre as variáveis endógenas e exógenas analisadas, apurar a distribuição de renda dos alunos e testar hipóteses sobre as variáveis, foi necessário formular e testar um modelo customizado para essa análise.

A presença do modelo aqui no texto não tem outro motivo do que, por um lado, a pretensão dele ser útil em outros estudos e, por outro lado, facilitar um olhar crítico sobre a consistência da pesquisa, inclusive sob a perspectiva da autoria.

Qual é a questão aqui, afinal: *não há uma medida censitária sobre a renda dos alunos das Universidades.*

Ao par dessa questão, procedeu-se a uma pesquisa junto aos alunos da UNISINOS, no ano de 2002, com o objetivo de explicar a renda dos alunos (variável dependente) a partir da quantidade de disciplinas em que os alunos vinham matriculando-se semestre a semestre (variável independente).

Não há resposta surpresa a esperar da análise do comportamento de matrícula dos alunos, que não seja a que confirme ser a matrícula uma função das rendas dos alunos e não o contrário. No caso específico da contradição, não poderíamos ter afirmado que a renda é uma função da matrícula, mas sim, podemos, com uma margem de erro que valide a análise, agrupar os alunos por ordem de renda a partir do comportamento de matrícula.

Primeiramente, procede-se à definição da amostra, utilizando o modelo de amostragem em população definida⁵⁵; considerando-se a abscissa da distribuição normal de 2,57, correspondente de um nível de confiança 99%; uma estimativa da verdadeira proporção de 80%; uma tolerância a erro de 2,5%; e o tamanho da população de 30.000 alunos, concluiu-se pela amostra de 1.601 alunos a serem avaliados.

Trabalhando-se com uma boa expectativa de resposta dos alunos entrevistados, enviaram-se 10.000 fichas de avaliação para alunos dos cursos das áreas de ciências exatas e

⁵⁵ Modelo adaptado e sugerido por Prof^a. Dr^a. Teniza da Silveira, no módulo de Marketing Empresarial no curso de Especialização em Gestão Empresarial da UNISINOS, em 1995.

tecnológicas, ciências da saúde, ciências humanas e ciências da comunicação. Desse grupo, 49,17% responderam à pesquisa. Considerando que o modelo matemático sugere que 1.601 fichas devam ser tabuladas e analisadas, consideraram-se somente as 1.862 fichas que haviam sido completamente preenchidas, gerando-se um relatório de matrícula personalizado da média histórica de matrículas de cada um desses 1.862 alunos.

Da tabulação e análise desses dados através de um gráfico de distribuição de freqüências, constata-se, a priori, uma tendência correlacionada entre índice de carência e matrículas. Ou seja, alunos com menos renda fazem efetivamente, assim como esperado, menos matrículas e vice-versa.

Adotando-se o método do ajustamento exponencial de ordem 3, temos a linha de tendência central no gráfico. A partir dessa linha, projetam-se duas outras, uma de cada lado, no intervalo de confiança estabelecido, objetivam-se identificar *outliers*. Tecnicamente, os dados localizados fora desse intervalo apresentam alguma anomalia. Confirmam-se, nesse ponto, expectativas decorrentes da experiência, que mostram que há alunos que se declaram entre os mais bem posicionados no perfil socioeconômico (A) e cursam sistematicamente poucas disciplinas e, na outra extremidade (B), alunos que se dizem extremamente carentes e que, no entanto, fazem uma média elevada de matrículas.

Correlação entre os índices de Carência e de Matrículas – 2002

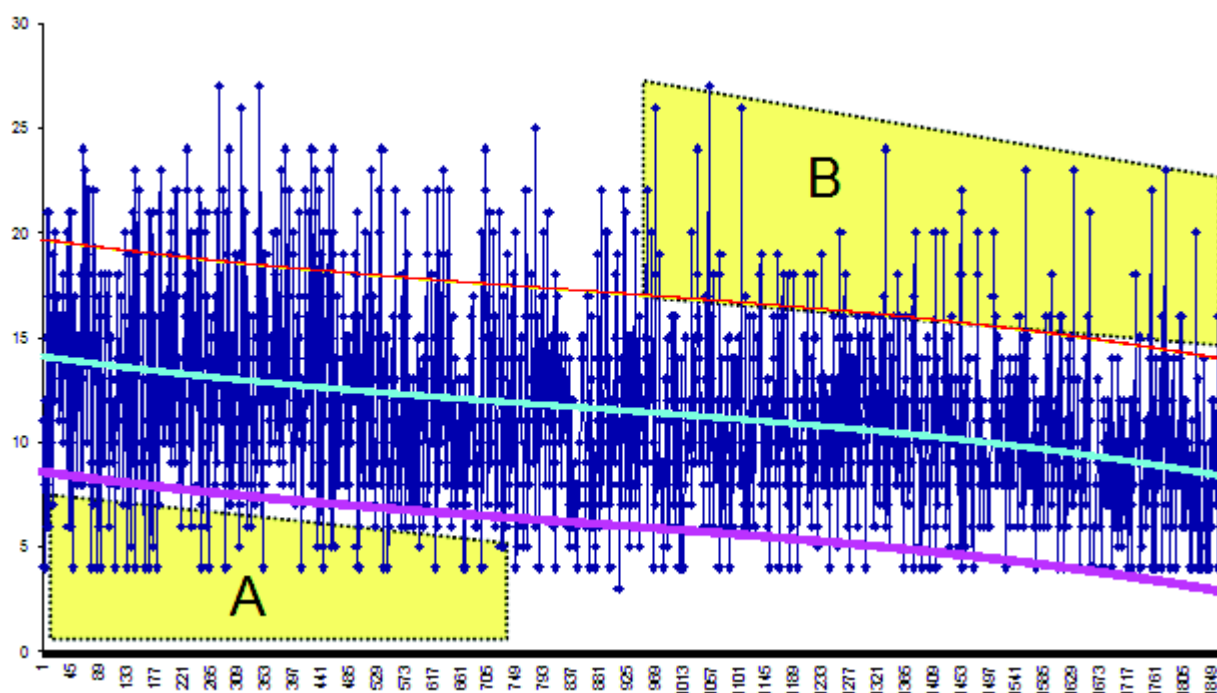


Gráfico 4-2: Elaborado pelo autor, com base em dados pesquisados pela Universidade em 2002.

Nos dois casos há as explicações conhecidas. Há alunos com boa capacidade financeira que decidem cursar um ritmo bem moderado de atividades, considerando que a conclusão do curso assume menos importância do que manter um vínculo com a Universidade. Por outro lado, uma contradição. Há alunos que conseguem cursar uma média elevada de atividades por semestre e se declaram expressivamente carentes. Analisando os outliers A e B, constata-se que $A < B$.

Para explicar a renda dos alunos através do modelo de regressão e correlação múltipla, adotaram-se, como variáveis independentes, média de matrículas e o número de integrantes do grupo familiar e, como variável explicada ou dependente, índice de renda. Para inferir sobre a renda, adotou-se o modelo matemático para a definição da equação do plano de ajustamento.

Aplicando-se à série o modelo matemático da correlação múltipla entre variáveis, concluímos que a correlação entre as variáveis explicativas (número de integrantes do grupo familiar e média de matrículas), e a variável explicada (renda dos alunos), é de 0,9826. Isso significa dizer que as variáveis estão quase perfeitamente correlacionadas.

A partir da correlação entre as variáveis pode-se explicar, ou não, a variável explicativa. Nesse caso, como nos casos de explicação positiva, podemos deduzir o coeficiente de determinação r^2 e dizer que $(0,9826^2) 0,9654$ das variações em Y (variável explicada) podem ser explicadas a partir das variações das variáveis explicativas X e Z .

Podemos dizer, então, que as variáveis tratadas têm consistência metodológico-estatística e que podemos, com boa margem de segurança, proceder às leituras socioeconômicas junto aos alunos da Universidade a partir do seu comportamento de matrículas.

Considerando ainda que a análise dos *outliers* nos explica que $B > A$, concluímos que o comportamento de matrícula é mais eficiente, inclusive, do que o levantamento de informações sobre a renda junto aos próprios alunos para explicar seu posicionamento socioeconômico.

Finalmente, podemos concluir dessa análise que o comportamento de matrículas pode ser adotado para analisarmos o perfil socioeconômico dos alunos da UNISINOS.

4.2.2 Explicando o desempenho dos alunos a partir da renda

Tendo sido testado e qualificado o critério de renda dos alunos, parte-se agora para a classificação e o ordenamento dos alunos conforme esse critério de renda. Disso resultará um gráfico de distribuição de frequências, demonstrando a frequência de alunos em cada grupo de renda, assim como, a demonstração das notas semestrais médias de cada um desses alunos.

Para essa análise tabularam-se todas as 1.478.487 notas, registradas no primeiro semestre de cada um dos 18 anos, de 1990 a 2007. Isso equivale a uma média superior a 82 mil notas avaliadas por semestre.

Conforme demonstrado no Gráfico 4-3, ordenaram-se as notas conforme ordem crescente de renda dos alunos (primeiro critério de ordenamento), fazendo-se um corte no sexto nível de renda. Dentro de cada nível de renda ordenaram-se os alunos por ordem de tempo de vinculação com a universidade (segundo critério de ordenamento), para ver se há uma diferença no desempenho entre os alunos de diferentes tempos de vinculação com a universidade.

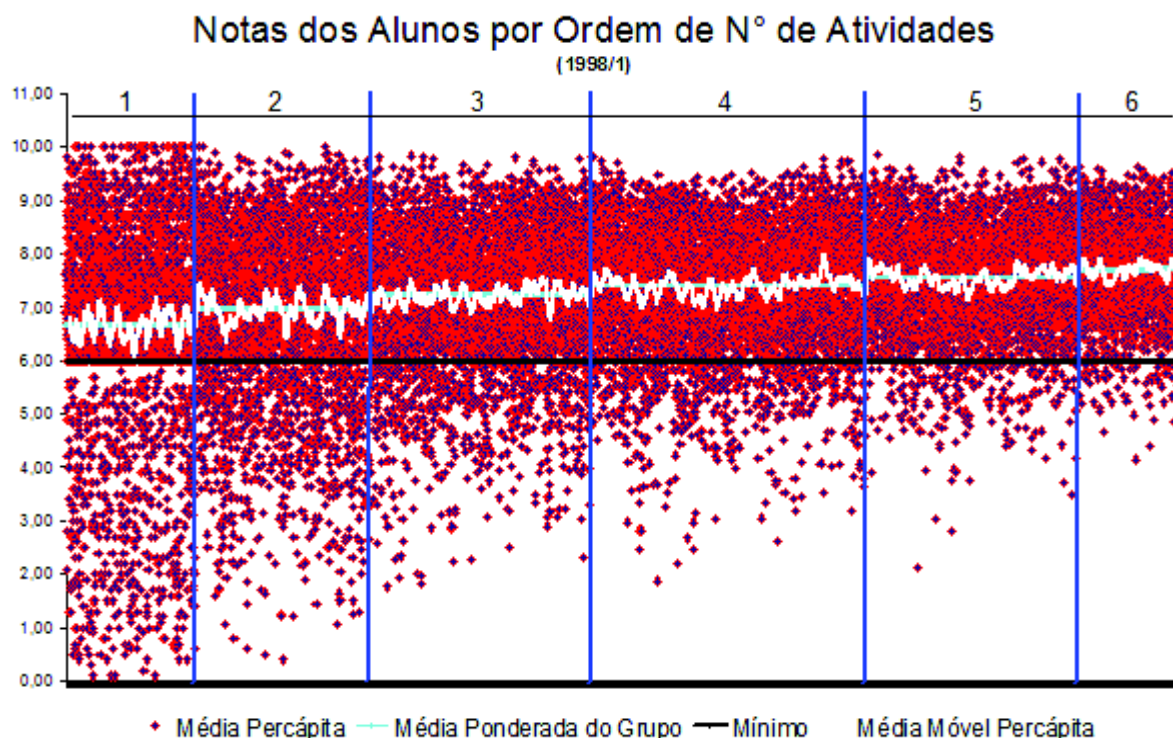


Gráfico 4-3: Elaborado pelo autor com base em dados da Universidade de 1998.

Premissas para a análise dos dados apresentados no gráfico:

- a) Os alunos foram agrupados por perfis de renda, representando cada ponto a média semestral do aluno.
- b) Dentro de cada grupo de renda os alunos foram ordenados por ordem inversa de antiguidade. Ou seja, os alunos que estão a mais tempo na universidade primeiro e na seqüência os mais recentes;
- c) A média per cápita corresponde à média semestral individual de cada um dos alunos matriculados naquele semestre de 1998, conforme critério de valoração do desempenho dos alunos adotado pela universidade;
- d) A média ponderada do grupo corresponde à média das notas de todos os alunos que, pela sua característica de renda, foram localizados no respectivo grupo.
- e) A linha divisória preta, que corta o gráfico horizontalmente no ponto seis representa a linha de nota mínima exigida pela universidade para a obtenção de aprovação nas disciplinas ou atividades;
- f) A média móvel per cápita corresponde à média móvel constante das notas dos alunos, tomando como base uma amplitude móvel de notas de 50 alunos, que objetiva permitir ver se os alunos dos grupos com menos tempo têm diferente desempenho do que os alunos com mais tempo de universidade.

Da análise visual do quadro conclui-se que as notas melhoram à medida do melhoramento da renda dos alunos e, da mesma forma, a dispersão entre as notas dos alunos de cada grupo vai diminuindo à medida do melhoramento da renda. Por outro lado, da análise visual das médias relacionadas à quantidade de semestres que o aluno já está na universidade, tendo-se ordenado os alunos por ordem decrescente de tempo, não se podem constatar diferenças significativas. Foi adotado o ordenamento por tempo principalmente para haver um critério e, complementarmente, para evidenciar alguma amplitude significativa nesse critério, que não foi o caso. Com base nisso, essa informação não será mais tratada, não tendo uma repercussão central para o objeto dessa investigação.

O Gráfico 4-3 restringe-se a apresentação da análise de 91.274 notas do primeiro semestre de 1998. Como essas análises foram feitas individualmente para cada um dos semestres

compreendidos entre 1990 e 2007, de todos as 1.478.487 notas, passar-se-ão a agrupar e analisar, a partir desse ponto, as informações consolidadas de todos os semestres.

Volta-se agora para a análise das notas de todos os períodos para a extração das médias das notas dos alunos de cada grupo de renda.

Agrupando-se as notas médias dos alunos dos 18 anos analisados, temos a seguinte demonstração.

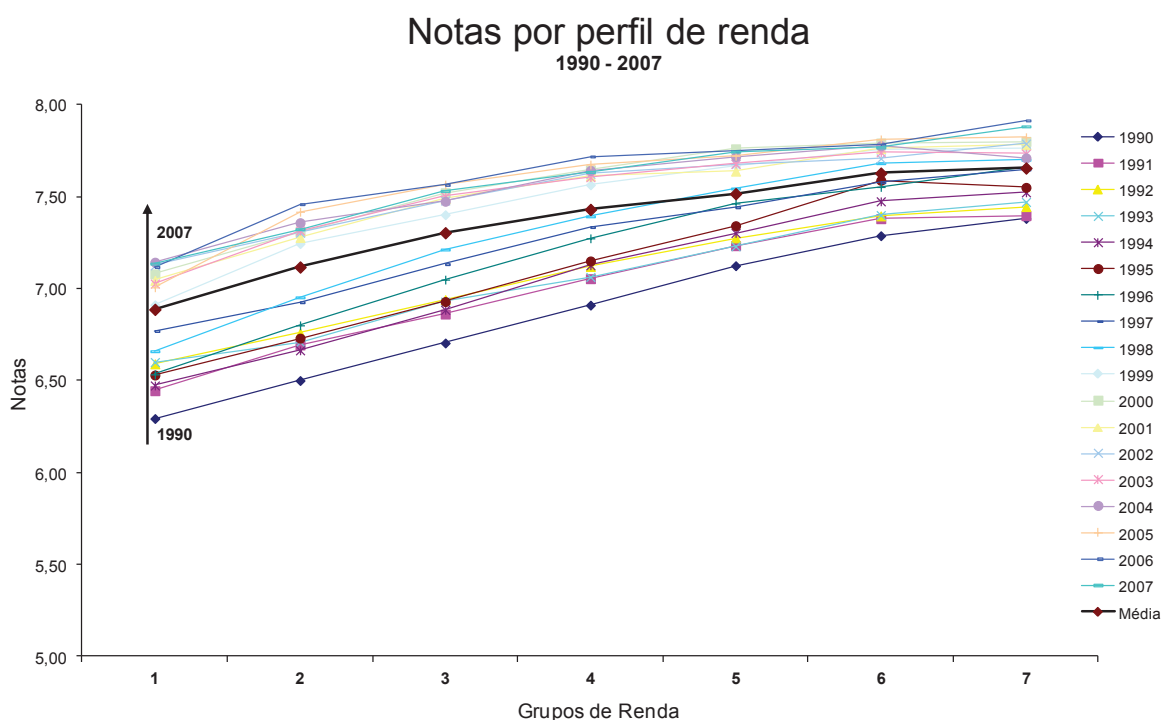


Gráfico 4-4: Elaborado pelo autor com base na consolidação de dados do período de 1990-2007.

Nesse Gráfico 4-4, de uma simples análise visual, já se constata haver uma correspondência, ou correlação, muito significativa entre a renda e o desempenho dos alunos. Isso é, o desempenho dos alunos dos grupos de renda inferiores têm desempenho em notas igualmente inferiores.

Verifica-se também que o nível das notas melhora semestre após semestre. O melhoramento das condições de oferta, promovido a partir do início da década de 90, pode constituir-se explicação plausível para esse fenômeno.

De uma visualização mais acurada pode-se perceber que as melhoras de desempenho são relativamente maiores junto às classes sociais menos favorecidas. Talvez isso seja causado pelo fato dos melhoramentos nos processos didático-pedagógicos, nas reformulações

curriculares, na qualificação docente, assim como, pelos investimentos em laboratórios e biblioteca e pela maior abertura da Universidade para a comunidade, causarem efeitos mais elásticos junto a esses alunos, que vêm de contextos socioeconômicos mais precários, do que a outros que tem essas possibilidades mais disponíveis em seus contextos familiares.

Para os fins da acuidade científica, precisa ser revelado um detalhe relevante para explicar parte dos efeitos dessa destacada melhora das classes sociais menos favorecidas. Com vistas à sua opção pela qualidade, a Universidade promoveu, na primeira metade do período analisado (1990 a 1998), conforme detalhado e analisado no capítulo da elasticidade da demanda, variações nos preços acima das variações da renda nacional. Essa ação não gerou um efeito negativo sobre a demanda, mantendo uma boa distribuição de classes sociais na Universidade. O fato é que na segunda metade do período (1999 a 2007) houve uma redução do poder de compra da população brasileira ao mesmo tempo em que a Universidade promovia a manutenção dos seus preços ou ligeiras reduções, com a ampliação das bolsas e alternativas de financiamento e algumas mudanças na sua política de oferta.

A combinação dessas variáveis fez com que a demanda da Universidade fosse perdendo capacidade de pagamento, ou seja, houve uma ampliação relativa dos alunos das classes sociais 1, 2 e 3, em detrimento das classes 4, 5, 6 e 7.

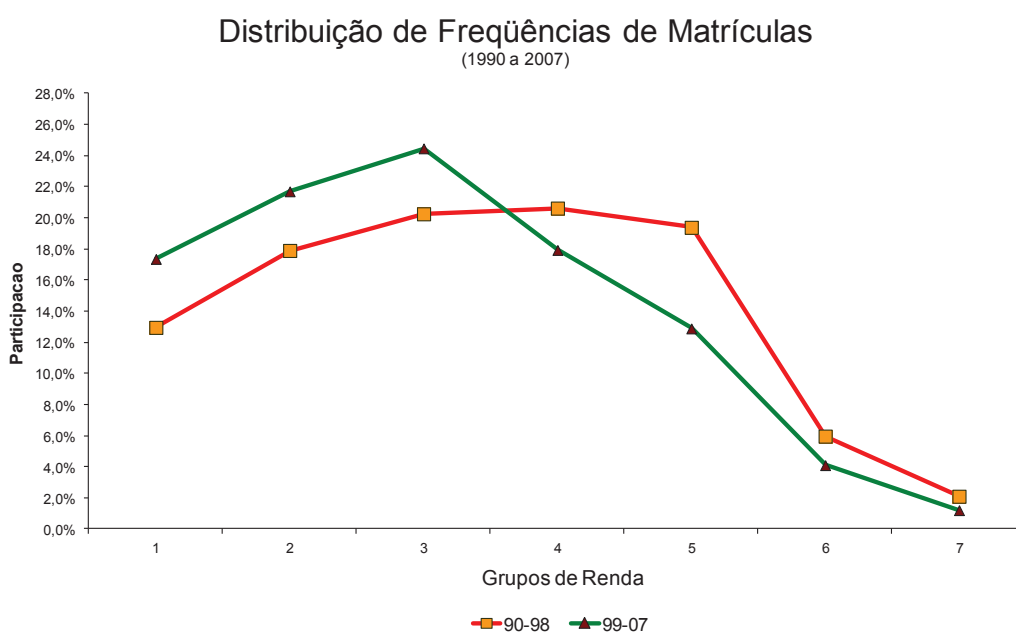


Gráfico 4-5: Elaborado pelo autor com base em dados do período de 1990 a 2007.

Apostando no princípio da irreversibilidade do desenvolvimento, poder-se-ia supor que o movimento parcial das classes sociais tivesse influenciado o melhoramento do desempenho das classes 1, 2 e 3. Mas, não deve ter sido o caso. Nesse período a universidade teve um crescimento de alunos, motivado principalmente pela expansão da oferta de alternativas de bolsa e financiamento para as classes, 1, 2 e 3, fazendo com que esses grupos tivessem um crescimento na participação relativa.

Fica claro que a Universidade fez um grande avanço na inclusão de alunos nos seus programas de bolsas e financiamento. Nos anos de 1999 e 2000 houve um salto expressivo na demanda por bolsas e, em 2005, houve um crescimento forte da oferta de bolsas do fundo rotativo de financiamento através da FUNDEPE, descontinuado em 2007.

Participação Relativa das Bolsas

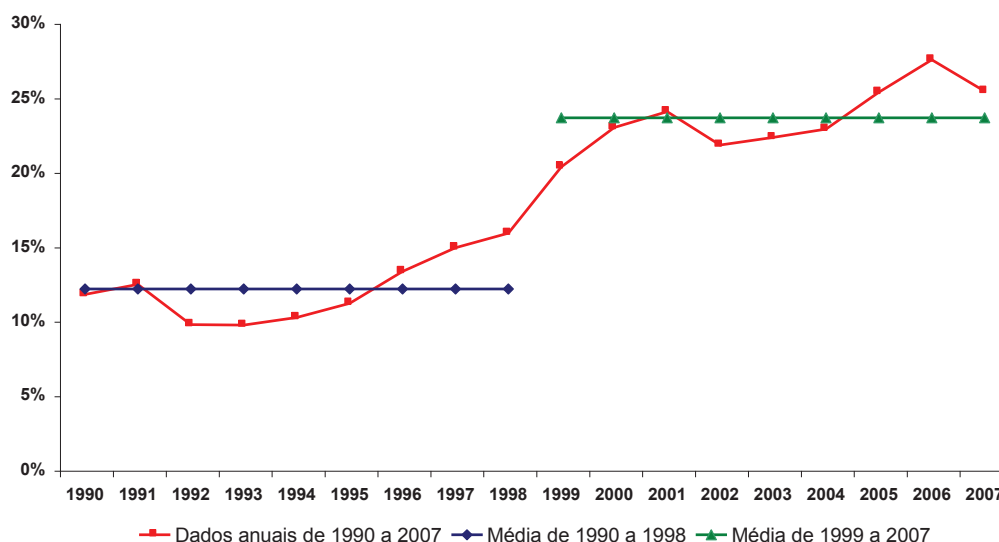


Gráfico 4-6: Elaborado pelo autor com base em dados do período de 1990 a 2007.

Segue impreciso afirmar quanto desse movimento se dá pela ampliação da oferta da Universidade ou pela alteração do perfil de renda da população. De qualquer forma, denota-se uma adequada sintonia entre as ações da Universidade e as características de suas demandas, o que pode surtir positivo efeito sobre o desempenho dos alunos.

Considerando os dados estarem qualificados e apresentados, podemos passar para a análise dos dados e procurarmos entender que efeito a renda causa sobre o desempenho dos alunos da universidade. Aplica-se, para isso, o modelo apresentado no item 4.2.

Da aplicação do modelo às variáveis do ano de 1990, por exemplo, conclui-se que a correlação r entre as notas médias dos grupos de renda dos alunos e as rendas médias dos

respectivos grupos é de 0,9782. Calculando-se o coeficiente de determinação r^2 a partir de r , temos: $r^2 = (0,9782)^2$, ou $r^2 = 0,9568$. Isso quer dizer que há uma correlação forte de 0,9782 entre as duas variáveis e que $(0,9568 \times 100) = 95,68\%$ das variações das notas podem ser explicadas pelas variações na renda entre os diferentes níveis socioeconômicos. Aplicando-se o mesmo modelo ao cálculo da correlação entre as variações da renda nacional, medida pelo Produto Interno Bruto – PIB, e os desempenhos em notas de todos os alunos do período, conclui-se que ela é de 0,89. Ou seja, tanto as variações da renda dos alunos pesquisados quanto as variações da renda nacional explicam em grande proporção as variações dos desempenhos dos alunos.

O quadro a seguir apresenta o coeficiente de correlação entre as notas e a renda dos alunos no período de 1990 a 2007⁵⁶.

Da análise dos dados do gráfico podemos destacar que: (a) existe uma alta correlação entre as notas e as rendas dos diferentes alunos da Universidade e, (b) a correlação entre as duas variáveis apresenta uma tendência de queda.

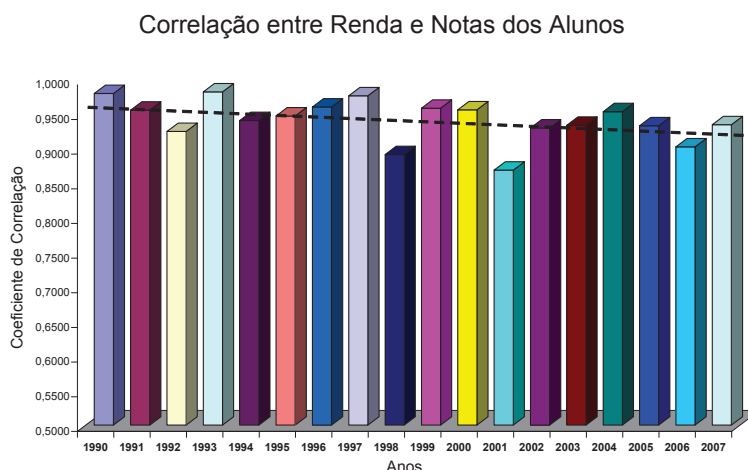


Gráfico 4-7 Elaborado pelo autor com base em dados do período de 1990 a 2007.

Para tentar entender esse fenômeno, agruparam-se as médias das notas dos alunos em dois grupos de tempo. O quadro a seguir apresenta as médias das notas dos alunos do período de 1990 a 1998 e do período de 1999 a 2007.

Embora ratificando o melhoramento das notas em todas as classes sociais no decorrer do período, verifica-

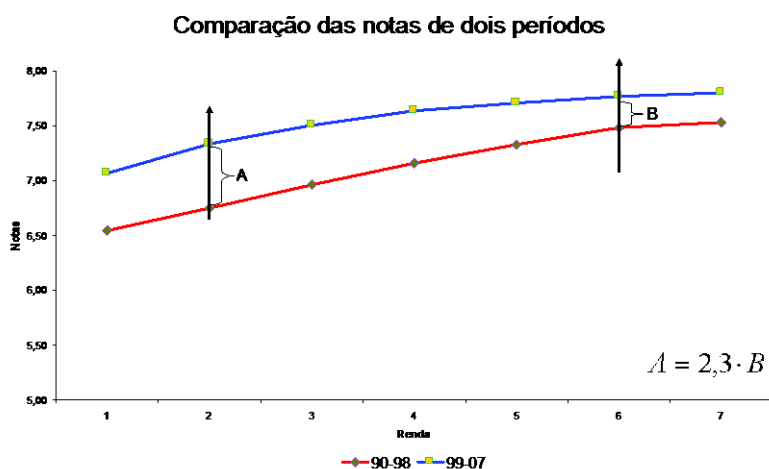


Gráfico 4-8 Elaborado pelo autor com base em dados do período de 1990 a 2007

⁵⁶ Para melhor visualizar as diferenças entre os coeficientes de cada ano e ver melhor a tendência do coeficiente no período, procedeu-se a um corte das colunas no intervalo 0,5000.

se que as médias das classes sociais da base melhoraram mais do que as médias das demais classes. Comparando-se as variações A, das notas da classe social 2, com as variações B, da classe social 6, verifica-se que as variações A correspondem a 2,3 vezes as variações B, ou seja, as variações A são 130% maiores do que as variações B.

Teoricamente, poder-se-ia desejar uma baixa correlação entre renda e notas, ou ainda, que as notas não fossem uma função da renda. Dessa forma, no caso específico, o deslocamento maior das notas das classes sociais iniciais é um resultado esperado e desejado. Ou seja, a diminuição da correlação entre nota e renda é um movimento positivo.

As notas médias melhoraram no período analisado. O quadro a seguir mostra a série de médias ponderadas das notas semestrais de todos os alunos de cada semestre. Como trabalhamos com apenas um semestre de cada ano, essa informação segue sendo considerada anual.

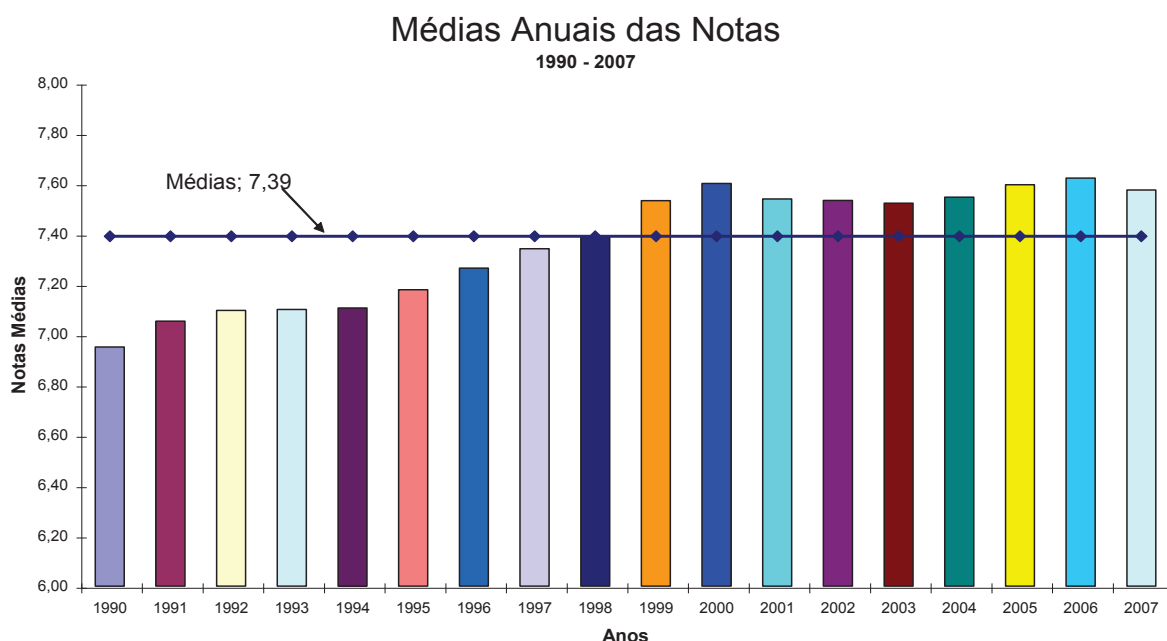


Gráfico 4-9: Elaborado pelo autor com base em dados do período de 1990 a 2007.

A nota média ponderada geral, que os alunos da universidade alcançaram no período analisado, é de 7,39. No ano de 1999 registra-se um saldo expressivo nas notas, possivelmente por, naquele ano, a universidade ter-se aberto mais e terem-se materializado naquele ano grandes investimentos, dando um sinal claro da opção pela qualidade. Simbolicamente, parece que a Universidade subiu um degrau, dando um leve mergulho em seguida, para recuperar-se gradativamente e emergir, posicionando-se em um novo nível.

De fato, à medida que as notas vão melhorando, diminui gradativamente a correlação entre as notas e a renda. Traçando-se duas retas teóricas sobre os planos da tendência das notas e das correlações, pode-se observar

um cruzamento de tendências. Alerta-se, entretanto para um fato relevante nas variáveis do ano de 2007. As notas diminuem e a correlação aumenta. Isso pode ser atribuído à diminuição do nível de oferta de bolsas e financiamento, e uma decorrente diminuição relativa da presença das

classes sociais da base na universidade. Ou, será que as notas das classes sociais iniciais são mais sensíveis às outras variáveis endógenas controladas pela Universidade? Ou, será que a influência sobre essa variável é majoritariamente de origem exógena, como por exemplo, as modificações na perspectiva da renda nacional?

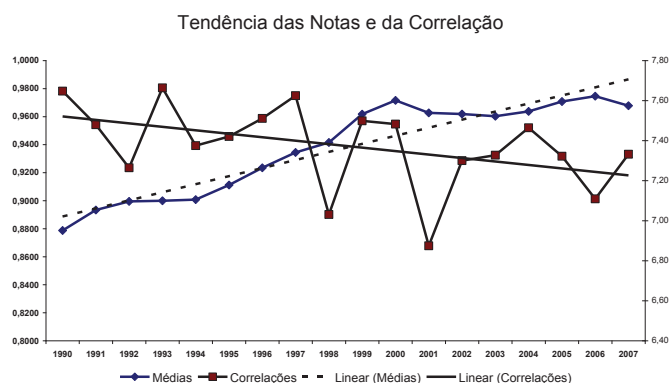


Gráfico 4-10: Elaborado pelo autor com base em dados da Universidade para o período.

Correlações 2006 e 2007

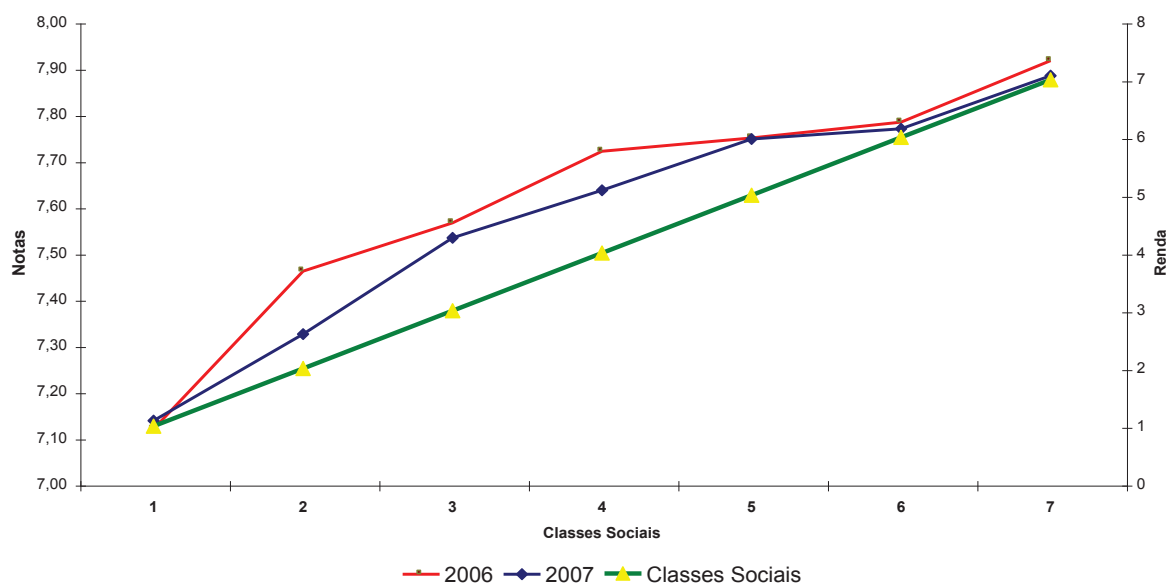


Gráfico 4-11: Elaborado pelo autor com base em dados da Universidade para o 2006 e 2007.

Construindo-se um quadro que ilustre a distribuição das notas médias dos alunos das classes sociais de 1 a 7 nos anos de 2006 e 2007, confirmam-se os indícios do gráfico anterior. A piora das notas médias de 2007 em relação às notas de 2006 é explicada principalmente pela diminuição das notas nos níveis 2, 3 e 4. Considerando que as motivações exógenas se mantiveram estáveis, inclusive com uma pequena melhora nas

perspectivas de 2006 para 2007, como o PIB, pode-se supor que motivações de origem endógena tenham influenciado mais que as exógenas e motivado essa variação.

Mas, para os fins desse trabalho, o importante é que, até aqui, resulta evidenciado que há uma forte correlação entre a renda dos alunos e o seu desempenho. Também fica visível que houve melhoras no desempenho de todas as classes sociais no período pesquisado, com destaque na melhora relativa dos alunos das classes sociais iniciais. Também fica demonstrado que a Universidade ampliou a presença de alunos através de programas de bolsas de filantropia e financiamento. Além disso, conforme visível no Gráfico 4-12, pode-se afirmar que as melhoras no desempenho das notas dos alunos são contemporâneas à ampliação da presença das classes sociais iniciais na universidade.

Desempenho dos Alunos X Nível de Bolsas

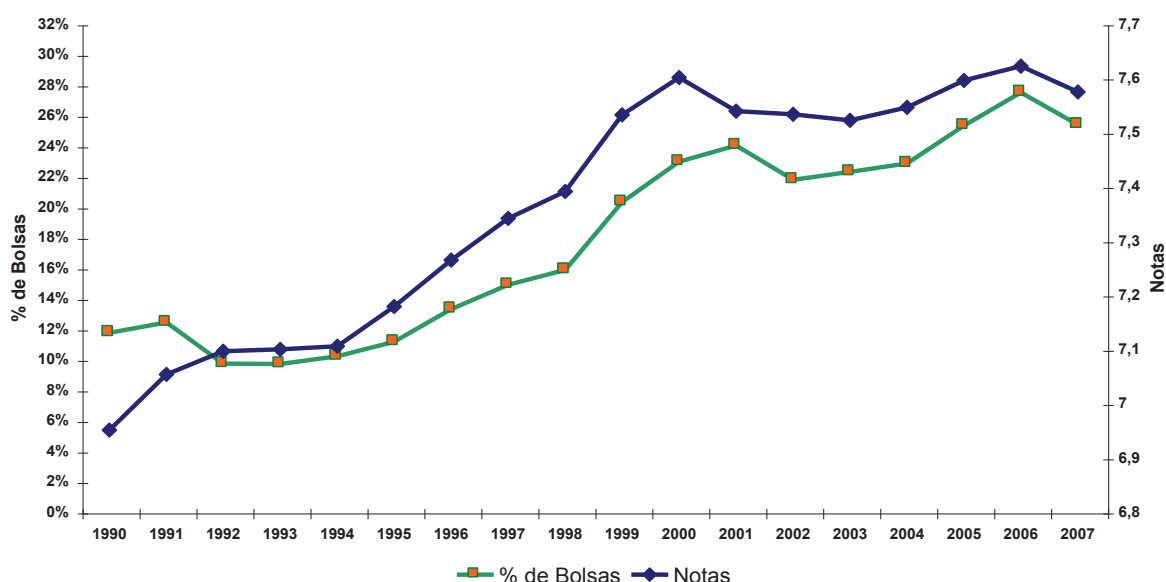


Gráfico 4-12: Elaborado pelo autor com base em dados da Universidade para o período de 1990 a 2007.

Pode-se perceber no gráfico que a curva das notas apresenta uma grande sensibilidade às variações da curva que representa a proporção dos alunos com bolsa no total de alunos da universidade. Seria essa uma evidencia de que os alunos com bolsas ou financiamentos tiveram uma reciprocidade, em forma de desempenho, às ofertas de alternativas de financiamento da universidade, melhor do que os alunos sem bolsas ou financiamento?

4.2.3 As formas de financiamento e os desempenhos dos alunos

Constatada a correlação entre a renda e as notas dos alunos e tendo havido indícios que sugerem haver diferentes correlações entre as notas e as formas de financiamento e bolsas concedidas pela universidade, passaremos a explorar as possíveis influências dessas variáveis (formas de financiamento) sobre o desempenho dos alunos.

Para essa análise separam-se os alunos pesquisados em três grupos de financiamento: a) o grupo dos alunos que financiam, ou pagam, seus estudos com recursos próprios, nomeados de “Sem Apoio”; b) os alunos que financiam seus estudos com bolsas de filantropia, nomeados de “Bolsas” e c) os alunos que financiam seus estudos através de contratos de mútuo com a FUNDEPE, nomeados de “Financiamento”.

Do início das análises já se evidenciam diferenças entre os desempenhos dos alunos dos três grupos. Como apresentado no Gráfico 4-13, pode-se verificar que os alunos com Bolsas e Financiamento obtiveram notas médias melhores no período do que os alunos Sem Apoio.

Conforme Gráfico 4-9, a média geral das notas semestrais dos alunos da universidade, no período da pesquisa, foi de 7,39. Agora, excluindo a influência desses dois grupos, a média dos alunos Sem Apoio ficou em 7,19, a dos alunos com Bolsas ficou em 7,48 e a dos alunos Financiados ficou em 7,55. Os alunos em situação de vulnerabilidade social, que receberam Bolsas ou Financiamentos, tiveram um desempenho melhor em notas do que os alunos Sem Apoio.

No Gráfico 4-14, em que se juntaram em uma linha as notas

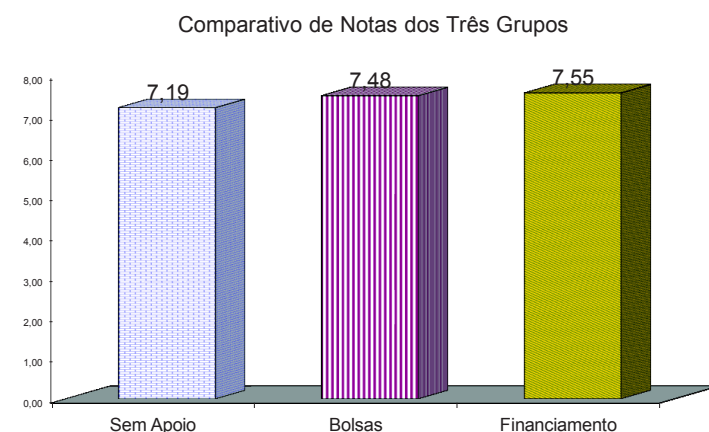


Gráfico 4-13: Elaborado pelo autor com base em dados da Universidade para o período de 1990 a 2007.

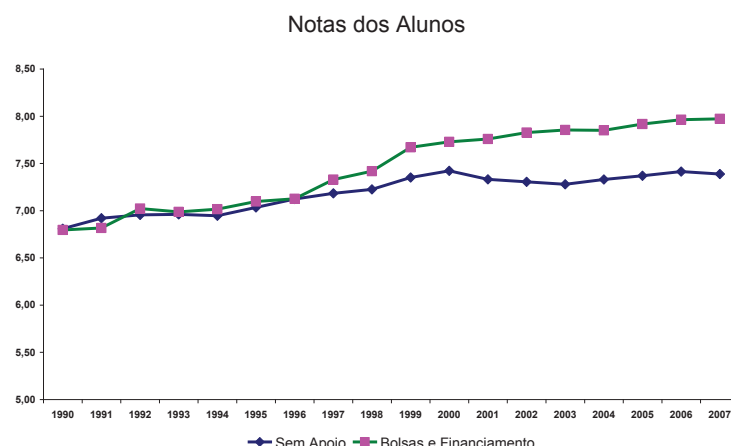


Gráfico 4-14: Elaborado pelo autor com base em dados da Universidade para o período de 1990 a 2007.

médias das variáveis Bolsas e Financiamento e, na outra, mantém-se as médias dos alunos Sem Apoio, observa-se que, embora haja uma tendência de melhora das notas de todos os alunos, as melhoras das notas do grupo Bolsas e Financiamento são relativamente maiores do que as dos alunos Sem Apoio. O descolamento das tendências se dá em 1997, mas é em 1999 que ele se enfatiza. Novamente 1999, ano em que a universidade passa a se ofertar de forma diferenciada.

As peculiaridades desse paradoxo parecem não se esgotar. Ao analisarmos a dispersão das notas dos três grupos em torno das médias apresentadas nas curvas de distribuição normal do Gráfico 4-15, verifica-se que os alunos que recebem Bolsas apresentam notas mais regulares do que os alunos Sem Bolsas e os alunos que recebem Financiamento têm notas mais regulares que os outros dois grupos. Conseqüentemente, pode-se verificar que os alunos do grupo Sem Apoio apresentam freqüência superior de notas inferiores a 8 e inferior de notas superiores a 8 do que os dois outros grupos.

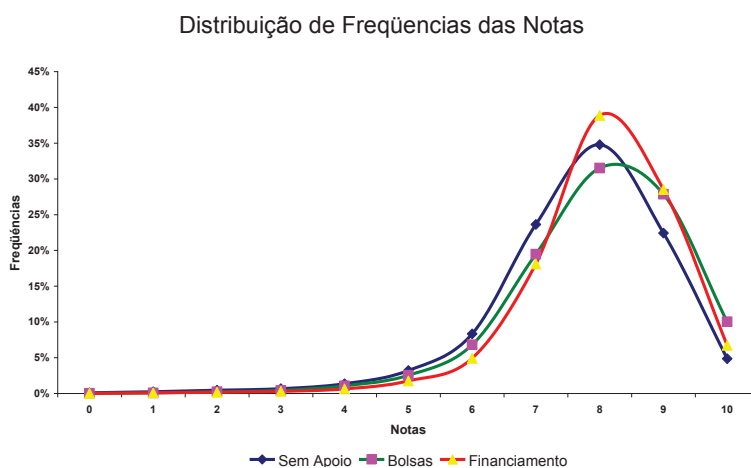


Gráfico 4-15: Elaborado pelo autor com base em dados da Universidade para o período de 1990 a 2007.

Utilizando-se o desvio padrão como medida para atribuir medidas às dispersões (regularidade ou irregularidade) das notas dos alunos em torno da média, apresenta-se nesse Gráfico 4-16 a confirmação dos indicativos visuais do Gráfico 4-15. Isso é, as notas dos alunos do grupo do Financiamento não somente são em média maiores, como também, são menos dispersas, ou mais homogêneas, ou ainda, são mais equânimes.

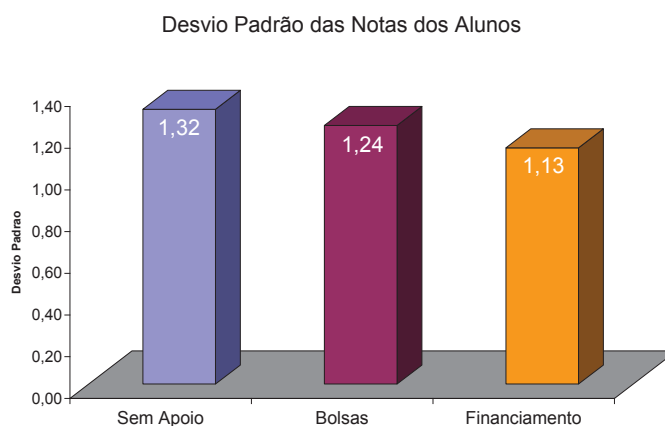


Gráfico 4-16: Elaborado pelo autor com base em dados da Universidade para o período de 1990 a 2007.

Os alunos com Bolsas localizam-se, também nesse indicador, intermediariamente aos dois outros grupos, com um desvio padrão de 1,24. Menores, mais dispersas e menos equânimes são as notas dos alunos Sem Apoio.

Juntando-se novamente as informações dos alunos com Bolsa com as dos alunos com Financiamento, e reconstituindo-se as trajetórias do desvio padrão as notas dos alunos desse grupo e dos alunos Sem Apoio, com o fim de identificar-se uma tendência desse indicador, verifica-se que as notas dos alunos que recebem Bolsas ou Financiamentos crescem à medida do crescimento da sua homogeneidade ou do decréscimo da dispersão em torno da média – ou do crescimento da equidade. Por outro lado, apesar das notas médias dos alunos Sem Apoio crescerem no período, cresce também a sua desigualdade ou dispersão em torno da média.

Se a oferta de Financiamento pela universidade repercute em mais equidade no desempenho dos

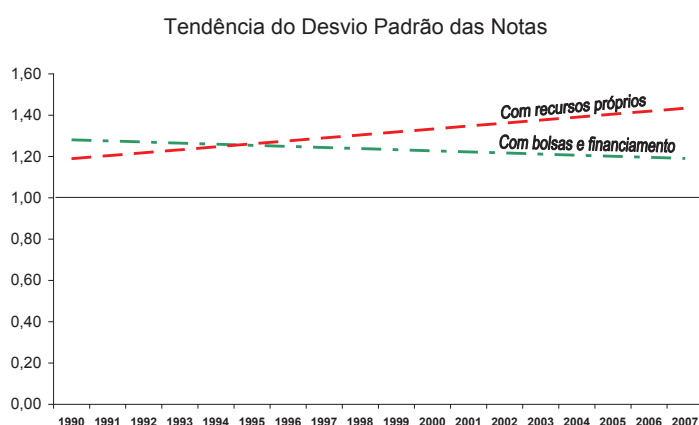


Gráfico 4-17: Elaborado pelo autor com base em dados da Universidade para o período de 1990 a 2007.

alunos, é de se supor que essa oferta diminua o grau de dependência do desempenho do aluno às suas rendas. De fato, voltando-se à análise da correlação entre notas e renda dos grupos, e mantendo-se Bolsas e Financiamento agrupadas, verifica-se (Gráfico 4-19) que a correlação entre o desempenho e a renda individuais dos alunos de cada grupo é maior para os alunos Sem Apoio do que para os alunos com Bolsas e Financiamento.

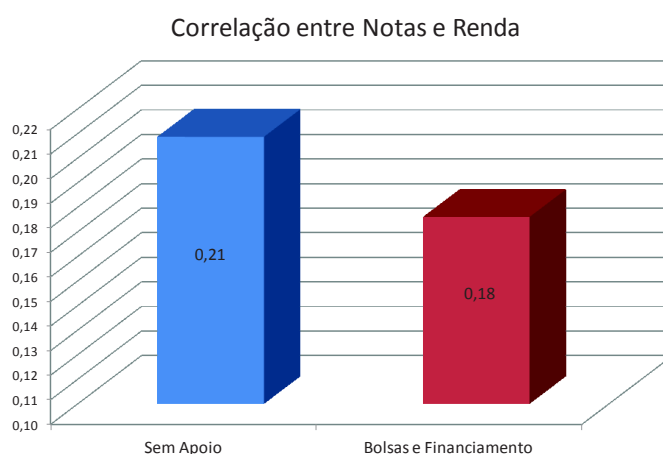


Gráfico 4-18: Elaborado pelo autor com base em dados da Universidade para o período de 1990 a 2007.

Confirma-se, dessa forma, que os alunos que recebem Bolsa e

Financiamento tornam-se menos vulneráveis à variável renda. Essa dissociação pode estar sendo potencializada, inclusive, pelo fato dos alunos com Bolsa e Financiamento terem registrado efeitos mais elásticos nos desempenhos do que os alunos Sem Apoio.

Sendo assim, deveríamos ter uma correlação positiva entre as variações do desvio padrão e as variações das notas, de forma que, as variações positivas das notas dos alunos Sem Apoio deveriam estar resultando elevando também a dispersão dessas notas.

De fato, analisando-se as variáveis sob esse prisma, donde se tem que a correlação entre as variáveis é de 0,84 (positiva), resulta concluído que as variações entre as notas e o desvio padrão são significativas para os alunos Sem Apoio.

A constatação *extraordinária* se dá quando se analisam essas variáveis também para os grupos de alunos com Bolsas e os alunos com Financiamento. Nesse caso, a diferença entre a correlação positiva de 0,84 entre as variações das notas e o desvio padrão das notas dos alunos Sem Apoio para as correlações negativas de 0,39 e 0,61 entre as notas e o desvio padrão das notas dos alunos com Bolsas dos alunos com Financiamento, respectivamente, significa dizer que as variações positivas nas notas desses grupos se dão à medida da diminuição do seu desvio padrão ou do aumento da equidade do desempenho.

Estudo de correlação entre Notas e Desvio Padrão			
Grupos	Média	DP	Corr
Sem Apoio	7,19	1,32	0,84
Bolsas	7,48	1,24	-0,39
Financiamento	7,55	1,13	-0,61

Tabela 4-1 Estatísticas 01

Teoricamente poder-se-ia supor o contrário, ou seja, enquanto as notas diminuem aumenta o desvio padrão. Mas já vimos anteriormente que as notas no período melhoraram para os dois grupos e vimos agora que o desvio padrão diminuiu.

Substituindo-se a renda individual dos alunos pela renda *per capita* e suas variações, calculadas a partir da Produto Interno Bruto – PIB (ou renda nacional), teremos elementos para deduzir a influência que essa variável exógena (PIB) exerce sobre a variável endógena (desempenho em notas). Nesse caso, analisada a já testada variável do Produto Interno Bruto – PIB e a sua influência sobre o comportamento da demanda por ensino de terceiro grau no Brasil, passaremos a testar sua influência sobre o desempenho em notas dos grupos de alunos durante o período dessa análise.

No quadro, leia-se SA como Sem Apoio e BF como Bolsas e Financiamento. Portanto, trata-se da análise dos efeitos que as variações do PIB per cápita (ou renda nacional) causa isoladamente sobre o desempenho do grupo Sem Apoio e sobre o grupo consolidado Bolsas e Financiamento.

A correlação entre as notas e o PIB resulta positiva e elevada para os dois grupos, sendo 0,85 para o grupo Sem Apoio e 0,89 para o grupo Bolsas e Financiamento. Isso ratifica que as variações dos desempenhos dos alunos têm uma significativa coincidência com as variações do PIB, ou da renda *per capita*.

O resultado surpreendente e extremamente relevante para a análise em curso é o da correlação entre as variações do Desvio Padrão das notas e as variações do PIB. Primeiramente, a correlação entre o desvio padrão do desempenho dos alunos Sem Apoio (AS) e o desvio padrão das variações da renda per capita (PIB) é positivo e corresponde a 0,86. Confirma-se, nesse caso, que a variável exógena causa dois efeitos simétricos sobre o desempenho dos alunos do grupo Sem Apoio. Isso é, quando a renda per capita aumenta, aumentam as notas dos alunos e a dispersão das notas em torno da média.

Estudo de correlação entre Notas x PIB e Desvio Padrão x PIB			
Análises		SA	BF
Notas x PIB		0,85	0,89
Desvio Padrão x PIB		0,86	-0,61

Tabela 4-2 Estatísticas 02

Por outro lado, embora haja também uma correlação positiva entre as variações da renda nacional e o desempenho em notas dos alunos com Bolsa e Financiamento, há uma correlação negativa de -0,61 entre a renda nacional e o desvio padrão das notas dos mesmos alunos com Bolsa e Financiamento.

Essas constatações levam-nos a confirmar que as notas desses alunos com Bolsas e Financiamento também variam de forma similar ao PIB, tendo resultado um coeficiente de correlação de 0,89. Entretanto, como a correlação entre as variações da renda (PIB) e as variações do desvio padrão das notas dos alunos com Bolsa e Financiamento é negativa, deve haver alguma variável endógena que faz com que a homogeneização das notas melhore a medida das variações das notas. Por algum motivo, conforme coeficiente de correlação, as respostas ou reciprocidade desses alunos se dão na forma do melhoramento da homogeneidade e da equidade dos seus desempenhos.

Em suma, os alunos aos quais a universidade oferece bolsas e financiamento, além de terem desempenhos em nota mais altos, têm notas mais equânimes do que os demais alunos.

Vale destacar que, entre os indicadores dos alunos com bolsas e os dos alunos com financiamento, há indicadores favoráveis aos alunos com financiamento, conforme apresentado na Tabela 4-2. A oferta dos financiamentos com recursos próprios da

universidade mostra-se mais eficaz na geração da equidade no desempenho desses alunos do que a oferta de bolsas aos alunos com Bolsa.

Possivelmente a reciprocidade dos alunos do Financiamento seja melhor em função de fatores como o compromisso do ressarcimento dos valores financiados. Para que os recursos possam ser devolvidos, o aluno precisa sair em condições competitivas para a geração de renda, com a qual possa ressarcir os valores financiados. Além disso, como se trata de um fundo rotativo, novos alunos somente podem ser beneficiados pelo fundo a medida que os egressos ressarcam os recursos que para eles fizeram a diferença.

Embora a universidade faça um esforço financeiro grande para a concessão de bolsas, e o resultado em forma de desempenho desses alunos seja melhor do que o dos alunos Sem Apoio, e que o desempenho dos alunos com Bolsa seja convergente, gerando uma boa equidade entre os desempenhos desse grupo, é junto aos alunos que financiam seus estudos pela FUNDEPE, que esses resultados se potencializam. Os aspectos desfavoráveis das Bolsas em relação ao Financiamento podem estar em causas como: a) as concessões de bolsas se dão sob um certo automatismo, assim como, b) geram um potencial descompromisso do aluno – não há reciprocidade da “doação”.

No grupo dos alunos com Financiamento geram-se as melhores desempenhos em notas e a maior equidade. A favor desses estão justamente pontos como: a) os processos de seleção e concessão são densos, b) o aluno fica com o compromisso de ressarcir os recursos recebidos, c) a oferta (doação) é mais significativa para o aluno e a universidade e d) há uma interação constante entre o beneficiário do Financiamento e a universidade.

5. Conclusões

5.1 Primeiras considerações

O objetivo geral dessa investigação é o de explorar se a Universidade Filantrópica, ao ofertar-se nas suas potencialidades e serviços à sociedade plural, traz algum indício de promoção do desenvolvimento sustentável.

Para isso, abstraíram-se fragmentos da experiência pessoal que pudessem ser conectados às construções conceituais que se ofertaram no tempo, com vistas a uma conceituação mais próxima possível da realidade sobre o desenvolvimento, assim como, sobre o desenvolvimento sustentável.

Buscaram-se, para esse fim, subsídios principalmente na evolução das coisas da natureza, na constituição das instituições sociais, nalguns projetos de desenvolvimento e na experiência da Universidade.

Revisitando-se algumas coisas sobre a origem e a evolução do universo, de cuja evolução também a humanidade é fruto, parece ser razoável concluir que o homem, além de somente evoluir, desenvolve-se e, com mais efeito do que aquele que teria sido caso mantivesse-se aderido à evolução. Assim, o homem parece desenvolver-se de forma exponencial, similarmente à curva de evolução do universo, onde os corpos espaciais mais distantes deslocam-se com velocidades maiores do que as velocidades dos corpos mais próximos da origem. Por isso, o que parece ser uma lei universal, vale, naturalmente para a humanidade que desenvolve-se de forma “cumulativa e diferenciada”, ou desigual. Mas, diferentemente do espaço, que evolui impulsionado com a dinâmica da sua própria energia, o homem se desenvolve a partir do consumo intensivo e concentrado de energia, que suga do meio em que vive. Manifesta-se isso inclusive na organização arquitetônica das concentrações humanas. Da periferia, quase em estado de evolução, aos centros urbanos, pode-se medir a velocidade exponencial do consumo de energia, da altura dos prédios e da emancipação da natureza; sendo a natureza, por sua vez, também periférica.

Concluiu-se também que, como houve uma origem e que as coisas foram sendo criadas pelas variáveis do ambiente da criação, o homem, com sua razão e seu desenvolvimento, não se criou, mas sim, foi criado. Portanto, a natureza nos dá uma lição sobre o tempo e

hierarquia das coisas; seja quando estivermos falando de evolução, ou quando estivermos falando de desenvolvimento: as coisas não se criam, e sim, são criadas. Por analogia, a evolução e o desenvolvimento parecem ser ofertados e não demandados.

Entre evolução e desenvolvimento propõe-se, entretanto, uma diferença semântica reducionista: *a evolução seria a da síntese da natureza e o desenvolvimento seria humano.*

Portanto, sugere-se que os humanos também evoluem, como o universo, de cuja evolução desprendem-se, desenvolvendo-se. Talvez esse desprendimento seja uma função da evolução tecnológica do homem, que o habilita a se defender progressivamente das influências do meio e, inclusive, a controlá-las. No momento seguinte converte a ciência e a tecnologia em um mecanismo de acumulação e concentração de recursos e dinheiro.

Parece não haver alternativa ao desenvolvimento. Além disso, o desenvolvimento desigual ou divergente pode ter sua correspondência, ou mesmo origem, na natureza. Pois, ele se dá conforme as diferentes ofertas dos diferentes contextos. Assim como, os valores, as experiências, as consciências e a *Gesinnungsethik* dos diferentes contextos, mas, sempre é ofertado e não demandado.

Do desprendimento humano da natureza pode ter-se criado uma segunda economia – além da economia da natureza, cria-se a economia humana. A primeira, correspondendo ao conjunto harmônico de interações entre as variáveis motivadoras da evolução e, a segunda, correspondente ao conjunto das experiências sociais de troca entre os humanos.

Isso é: vendo-se as variáveis, atores ou sujeitos da natureza, como uma sociedade interativa, podemos ver que há uma economia correspondente ao conjunto das relações sociais de troca entre as coisas da natureza – a economia da natureza ou a *oikonomia*. Ato contínuo, da razão criada, talvez por essa *oikonomia*, cria-se outra economia: a economia correspondente ao conjunto das relações sociais de troca entre os humanos – o que chamamos de desenvolvimento econômico

Contemporaneamente ao empreendimento de ações imperativas sobre a natureza, a nova economia se instrui de mecanismos de autodefesa, como por exemplo: as Religiões, o Estado e a Igreja. Na sua essência, as religiões se assemelham à economia; assim como a economia, as religiões constituem-se de um conjunto de costumes exercidos em determinado *oikos*, mas que seguem imprevisíveis, conforme os valores individuais de cada um dos atores.

As religiões, ou crenças, nesse aspecto apresentam características correlacionadas com as influências do meio em que se dão, e o desenvolvimento de seus grupos adeptos parece ser uma função inversamente proporcional à intimidade dessa relação. As tribos indígenas que vivem como catadores, e com pouca tecnologia, nas regiões altas (não alagadas) da região amazônica, manifestam sua religião em forma de uma relação corpórea entre eles próprios e as demais coisas da natureza que, para esses parece ser constituída de um conjunto de sujeitos. O Islamismo tem também uma íntima relação com a natureza, tendo inclusive orientações e formas sobre costumes alimentares, hábitos do vestuário e questões de gênero. Os cristãos católicos, que se relacionam com seu Deus através da intermediação do Papa, trazem em sua doutrina um apelo ou sentido social para os valores produzidos e consolidados na sua consciência e ética – a *Gesinnungsethik*. Enquanto isso, os protestantes, sem a intermediação do Papa, relacionam-se e confessam-se diretamente com Deus. Excluído o elo de ligação e relação do homem com o homem, oferta-se a relação com um ambiente transcendental, do qual se esperam sinais de escolha. Sendo esses sinais mais importantes para as iniciativas do que as experiências e as convenções, constitui-se dessa dinâmica social a primazia dos fins sobre os meios e, portanto, a *ética da responsabilidade* – a *Verantwortungsethik*. O Judaísmo posiciona-se em local destacado, dentre outros quesitos, no aspecto da confissão. Sendo o perdão pressuposto, essa questão deixa inclusive de ser relevante, tornando-se imaterial e mais distante a relação com o seu Deus. No distante extremo e topo dessa curva de acumulação e desenvolvimento encontra-se a parte da sociedade emancipada das religiões. Pode-se depreender disso que, quanto mais próximos da natureza presente forem as relações sociedades, menos desenvolvidas são as correspondentes sociedades, e vice-versa.

A constatação, explorada no título sobre as “evidências da relação entre alienação natural e desenvolvimento econômico” de que os povos mais desenvolvidos são os que mais energia consomem e que mais ameaçam a sustentabilidade; e que os povos menos desenvolvidos são os que consomem menos energia e que menos ameaçam a sustentabilidade; e vendo-se que os povos mais desenvolvidos têm um maior distanciamento de figuras divinas e, os menos desenvolvidos, uma interação corpórea com suas figuras divinas, leva-nos a ratificar uma correlação positiva entre religiões e o desenvolvimento sustentável – a interação das culturas (sociedades) com a natureza é tanto maior quanto mais naturais forem as representações divinas das culturas. Essa interação vai diminuindo gradativamente à medida do distanciamento entre culturas e representações divinas, até o extremo da ausência dessas representações. Ao mesmo tempo em que se processa esse gradativo distanciamento da natureza, verifica-se um crescimento na capacidade de geração,

acumulação e concentração de recursos financeiros. Supondo haver uma demanda natural pelo endeusamento de algo, parece que o dinheiro satisfaz alternativamente a essa demanda. Nessa perspectiva, parece razoável considerar que o endeusamento do dinheiro se dê a partir do momento em que a elasticidade da função utilidade em relação à quantidade de dinheiro se torna irrelevante, com mais probabilidade disso acontecer a partir da elasticidade nula. No Gráfico 2-1, pode-se verificar essa passagem. A partir do momento em que a renda, ou o dinheiro, disponível equivale a quatro vezes a necessidade de recursos para satisfazer as necessidades sociais básicas, os acréscimos tornam-se irrelevantes. Já a partir do ponto 10, quando a elasticidade se torna nula, os avanços do dinheiro não têm utilidade, tornando-se transcendental, assumindo um sentido equivalente ao de uma divindade (mas muito distante).

Por outro lado, a alta elasticidade ou relevância do dinheiro para as pessoas que o usam como medida de equilíbrio, indica que o bem que o dinheiro faz é maior que seu valor, confirmando a premissa do contra-dom de Mauss. Ou seja, o bem produzido livremente vale mais que o dinheiro que ele gera. Desse modo, mesmo que uma pessoa pague integralmente por algo que recebeu, resta a essa pessoa um saldo líquido de reciprocidade e de felicidade. Portanto, possibilitar às pessoas a realização pelo trabalho é um ato que potencializa a reciprocidade, a felicidade e a liberdade.

Mas as instituições, que moldaram-se ao longo da história, dificultam essa potencialização, dando forma e estabilidade a processo de acumulação, propriedade e diferenciação. O Estado, por exemplo, paga dinheiro que não tem para comprar dinheiro caro do segmento da elasticidade mínima ou nula, para distribuir aos segmentos ainda desprovidos de realização pelo trabalho, junto aos quais a presença e crescimento do dinheiro causam muito efeito. Com essa medida, mundialmente difundida, o Estado não só preserva o *status quo* como potencializa a concentração de renda, não deixando de, ao mesmo tempo, anestesiar a realização da geração de renda pelo trabalho, justamente onde essa gera o maior efeito. Tudo em nome do desenvolvimento!

Desse modo, tendo sido as desigualdades sociais fruto do desenvolvimento, função do intensivo, exponencial e desigual consumo de recursos e energia, que leva ao desequilíbrio e a não sustentabilidade, pode-se supor que o desenvolvimento sustentável seja uma função inversa a essa dinâmica, de hipertrofia do processo de concentração, e tenha como pré-condição uma certa equidade social de capacidade de realização pelo trabalho.

Assumindo-se a equânime capacidade de realização pelo trabalho como pré-condição ao desenvolvimento sustentável, pode-se estar desenhando um horizonte pouco promissor para a *oikonomia* dos povos mais intimamente relacionados com a natureza, a não ser que se ofereça a esses um desenvolvimento que possa preservar as suas culturas da relação íntima com a natureza – por que não?

Nos projetos das Missões Guaranis e na Colonização Alemã no Sul do Brasil, onde presenteou-se o dom do desenvolvimento, preservaram-se as culturas dos grupos sociais atingidos, evidenciando a reciprocidade e a equidade social.

Finalmente, parece consistente afirmar que há uma dinâmica natural e social de distanciamento e estranhamento, correspondente à dinâmica do universo, em curso. E, dentro dessa dinâmica têm-se localizado as Universidades. As Universidades têm correspondido e sido fiéis alimentadoras e guardiãs da dinâmica de geração e preservação do status quo, que tem sido o das desigualdades sociais, embora pareçam haver alternativas para a Universidade. Conforme análise feita nesse texto, fruto da análise de uma densa quantidade de variáveis endógenas e exógenas atuantes na UNISINOS, conclui-se que a Universidade pode contribuir com a inflexão nessa tendência.

Investigando-se o efeito das diferentes formas de financiamento dos alunos da universidade sobre seus desempenhos, verifica-se que as variáveis motivadoras do desenvolvimento econômico se ofertam e são exógenas. Enquanto isso, as variáveis motivadoras da equidade e do desenvolvimento sustentável, embora também se ofertem, são de ordem endógena e administráveis. Ou seja, pode-se defender a existência de um efeito líquido das variáveis endógenas sobre o desenvolvimento sustentável.

A experiência da UNISINOS de inclusão de alunos através de Bolsas e Financiamento com recursos próprios, analisada nesse trabalho para os fins da formulação de uma idéia e possibilidades para o desenvolvimento sustentável, demonstra aspectos esclarecedores e instrutivos para o reajustamento do papel da Universidade para esse fim:

- a) O desempenho dos alunos é uma função do seu perfil socioeconômico. Os alunos das classes sócio-economicamente melhor posicionadas obtêm as melhores desempenhos em notas, e vice-versa.
- b) O desempenho médio de todos os alunos da universidade é uma função das variações da renda nacional. À medida que a renda dos alunos ou renda nacional variam, variam também as notas. Conforme visto, a correlação entre as duas variáveis é de 0,89, o que

significa que 80% ($0,89^2$) das variações (positivas e negativas) das notas podem ser explicadas a partir das variações na expectativa de renda.

- c) Analisando-se a correlação entre as variações do Desvio Padrão das notas dos alunos Sem Apoio as variações do PIB, conclui-se que o melhoramento das notas se dá contemporaneamente ao aumento da dispersão das notas dos alunos. Isso é, somente a parte dos alunos mais ricos reage positivamente, enquanto os demais não melhoram ou, até mesmo, pioram. Assim, a correlação entre o Desvio Padrão dos alunos Sem Apoio e o Desvio Padrão do PIB é positivo e corresponde a 0,86. Por outro lado, a correlação entre o Desvio Padrão dos alunos com Bolsas e Financiamento e o PIB, é negativo e corresponde a -0,61.

Esse ponto é central para a formulação de uma idéia de desenvolvimento e o papel da Universidade nessa formulação. Verifica-se que há um efeito líquido da oferta ou doação (Dom) de uma forma de organização social de valores, consciência e *Gesinnungsethik*. Os alunos com Financiamento, por exemplo, são estimulados a participarem da construção, das decisões e do controle das variáveis organizativas do Fundo (variáveis endógenas e ofertadas), de cujas experiências aperfeiçoa-se o conjunto normativo do fundo.

Há, porém, o desafio da pouca propensão à participação das classes sociais, acostumadas com o desenvolvimento tradicional, que se alimenta do tradicional ciclo de concentração (de propriedades, de renda, de decisões e de iniciativas – da *Verantwortungsethik*) e do consumo intensivo de energia.

A oferta do desenvolvimento deve ser imperativa por que as demandas de um determinado *oikos* de *Gesinnungsethik* não prospectam voluntariamente o novo. Pois, a oferta de alternativas de inclusão, integradas com atividades econômicas endógenas, que permitam significar os contextos das demandas, tenderá ao desenvolvimento equitativo e sustentável.

Os integrantes desse projeto não se desenvolverão por serem livres e sim, serão livres por se desenvolverem – desenvolver-se-ão na perspectiva da *Gesinnungsethik* e serão mais livres. Essa idéia atreve-se a diferir em parte de Amartya Sen, que defende a idéia da liberdade pressuposta como condição para o desenvolvimento social. Aqui, defende-se a idéia de que a liberdade precisa ser construída seqüenciadamente a partir do aperfeiçoamento das relações sociais de troca, que se anima da oferta ou do Dom do desenvolvimento sustentável.

5.2 Considerações finais

A partir da construção dos argumentos teóricos da investigação e, especialmente, a partir das constatações que decorrem da investigação em si, parece razoável ver o desenvolvimento como um processo de capacitação social contra as forças da natureza, que se oferta e evolui, sendo o grau de desenvolvimento de uma sociedade uma função de correlação positiva com o distanciamento das diferentes sociedades dos seus elementos mitológicos ou religiosos. Isso é, quanto mais distante e intangível o mito, mais desenvolvida a sociedade – parecendo, inclusive, mais desenvolvidas as sociedades desprovidas de mitos e/ou deuses. Significa que os mitos são uma função do baixo desenvolvimento social. Nas sociedades menos desenvolvidas, ou nas sociedades *arcaicas*, os mitos podem estar sendo incorporados e agindo objetivamente no organismo social, enquanto que, nas sociedades economicamente mais desenvolvidas, os mitos podem estar assumindo um ar transcendental, ou mesmo ausentes na sua forma tradicional – nesses casos prioritariamente o mito parece ter metamorfoseado-se em dinheiro e nas possibilidades de acumulação que esse oferta.

Nalguns casos esse distanciamento revela sua efetividade com certa clareza. Por exemplo, contemporâneo aos movimentos protestantes (luterano e calvinista), evidencia-se um destacado efeito socioeconômico nas respectivas regiões de ação. Esse efeito parece fundamentar-se e alimentar-se basicamente de três variáveis principais: a) *financeira* – retendo recursos financeiros na região; b) *educação* – pelas discussões, construções teóricas e da multiplicação dos textos bíblicos; c) *mitológica* – através do afastamento da figura do papa (e seus dogmas) como elo de ligação com Deus, os protestantes desenvolveram-se economicamente mais do que os católicos. E a causa principal disso parece ser a exclusão de um elo de ligação com Deus, que teve uma causalidade exógena ao movimento – uma reforma fiscal patrocinada pelo principado germânico.

Em geral, saindo das civilizações arcaicas, saída motivada pelas ofertas naturais, o homem acumula e assume um poder tecnológico marginal, ou de alienação, que chancela e defende a partir da formação do poder institucional e estatal, do que resulta o poder e a acumulação econômica ou a sociedade da acumulação do poder e do capital, não necessariamente tecnológico.

Justifica-se dessa forma que, civilizações que já não sejam arcaicas, que tenham passado por processos históricos de conquistas tecnológicas, tenham ainda grandes partes da sociedade com perfil semi-arcaico. Explica-se esse fenômeno porque a conversão da tecnologia em acumulação, concentração e centralização de capital, distanciou as partes da sociedade que não puderam participar desse processo, fazendo com que se desenvolvessem “arcaicamente” exclusive da participação do domínio tecnológico.

Não fossemos, os humanos, predestinados ao desenvolvimento, talvez não houvesse essa desenfreada busca pela potencialização relativa. Também não haveria a pressuposta e alienadora acumulação de recursos e poder, que leva ao desequilíbrio das condições de vida na natureza.

Desse modo, o desenvolvimento do “arcaico”, não distanciado da natureza, poderá se dar no contexto da sustentabilidade, à luz dos caminhos já percorridos e sistematizados na *Gesinnungsethik*, elevando o desenvolvimento e diminuindo a variância relativa em torno desse.

Na base dessa proposição novamente supõe-se haver um efeito negativo das desigualdades sobre o desenvolvimento, especialmente sobre o desenvolvimento sustentável. Constatando, por outro lado, haver um efeito positivo do Dom de ambientes de educação cooperada, deveria ser essa uma estratégia da Universidade para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Para que isso se dê é preciso que a Universidade se independize mais de seu processo histórico de reprodução das desigualdades. A Universidade tradicional (estatal ou privada), em cujo bojo processam-se atividades didático-pedagógicas que materializam a elitização e a desigualdade social, assemelha-se ao Estado, autoridade a serviço da ordem e não da transformação.

A Universidade, especialmente a estatal, é excludente porque, conforme constatações dessa investigação, o desempenho dos alunos é uma função da posição socioeconômica tida. Assim, os alunos que conseguem ingressar na Universidade são os que vêm das famílias mais bem posicionadas sob esse aspecto. Além disso, pelo fato da Universidade costumar querer atender às demandas dos contextos, e não ofertar-se como instrumento de transformação social, para o que deveria aprender com os contextos das demandas, não consegue criar ambientes para a significação e auto-organização dos alunos.

Falar dos contextos das demandas significa evocar questões como a alteridade e da inter-eticidade. Experiências passadas demonstram ser complexo transpor ou *traduzir* a ciência de uma cultura para outra cultura. As culturas são diferentes, e em diferentes estágios de evolução. Entretanto, além da forte atratividade que o desenvolvimento traz em si, deve-se impedir que uma cultura *arcaica* seja seduzida pelos encantos das conquistas científicas e sociais de grupos sociais mais desenvolvidos e, portanto, mais distantes da natureza?

Por outro lado, há a possibilidade de o desenvolvimento das sociedades não indígenas ter-se aproximado da fronteira da viabilidade da existência da vida na terra, e tender, assim, a que as sociedades não indígenas reaproximem-se radicalmente da força da natureza.

Durante a elaboração dessa pesquisa, mostrou-se reincidentemente a questão da relação entre equidade social e o desenvolvimento sustentável, o que não se questionou, partindo-se do princípio afirmativo de ser o desenvolvimento sustentável uma função da equidade social.

Se o desenvolvimento é fruto de motivações exógenas, sendo motivado na realidade que é externa à consciência, o desenvolvimento é externo à consciência. Nessa perspectiva, em sendo Marx correto ao sugerir ter havido a alienação do trabalho em favor da centralidade da renda, poderíamos sugerir ser a renda exógena por ser fruto do trabalho alienado. Portanto, se o trabalho for cooperado e consciente, ele será gerador da equidade e a consciência produzirá o desenvolvimento sustentável.

Se na agenda desse estudo constava a procura de um caminho possível para tal, parece ter-se encontrado uma pista, pois sugere-se que: a) o desenvolvimento é humano, oferta-se exogenamente, gerando da *Verantwortungsethik*, e gera a desigualdade; b) o desenvolvimento que se gera endogenamente, como retribuição ao Dom, gera a *Gesinnungsethik*, a equidade e, portanto, a sustentabilidade.

Desse modo, tendo visto que esse processo acontece dentro da universidade filantrópica, sem entrar no mérito se, no caso específico, a geração dessa equidade era um objetivo conscientemente ou não da oferta de bolsas e financiamento, sugere-se que a Universidade deixe de entender as demandas dos contextos socioeconômicos menos privilegiados como campo passivo para o estágio e a assistência social, e priorize a inclusão de membros desses contextos, com suas ricas experiências, na comunidade de descobertas da Universidade, gerando uma ação transformadora e libertadora para os contextos dessas demandas e seus valores.

6. Referências Bibliográficas

- ACUÑA, Cristóbal de *Nuevo descubrimiento del gran Rio de las Amazonas*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1942.
- ALTVATER, Elmar *Das Ende des KAPITALISMUS wie wir ihn kennen – Eine radikale Kapitalismuskritik*, Berlin: FU-Berlin, 2006.
- ALTVATER, Elmar e Mahnkopf, Birgit *Grenzen der Globalisierung*, Münster: Westfälisches Dampfboot, 2007.
- ASTRAIN, Antônio, S.J. *Jesuítas, guaraníes y encomenderos*. Introdução e Edição de Bartolomeu Meliá. Assunción: CEPAG, 1996.
- AZPILCUETA, Martín de *Comentario resolutorio de usuras*, 1556.
- BACON, Francis *De Haeresibus em Essayes. Religious Meditations. Plaies of perswasion and disswasion – Meditationes sacrae, 11*. London: 1597.
- BECK, U. *A Reinvenção da política*. In: GIDDENS, A. et al. Modernização reflexiva. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BELTRÃO, Pedro Calderan *Sociologia do Desenvolvimento* Porto Alegre: Globo, 1971.
- BENEDIKT XVI, Papst. *Enzyklika CARITAS IN VERITATE*. Rom: Verlautbarungen des Apostolischen Stuhls Nr. 186 – 29 de junho de 2009.
- BIERI, Peter Gotthard. *Pierre Teilhard de Chardin – Sinn und Ziel der Evolution*. Aachen: Shaker Media, 2010.
- BITENCOURT, Angelo *Aspectos da pesca na Amazônia*. Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia 1:137-144, 1950-51.
- BOFF, Leonardo. *Desenvolvimento (in)sustentável?* <http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm> - 2002.
- BOHNEN, Aloysio. *Doutrina Social da Igreja*. Porto Alegre: Periódico – O Dirigente Cristão, N° 173 – Ano XIX – Agosto de 2010.
- BORCHARD, Hermann. *Livros de Registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo*, São Leopoldo: Rottermund, 1864 a 1870.
- BOURDIEU, Pierre. *Die feinen Unterschiede. Kritik der gesellschaftlichen Urteilskraft*, Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1982 – ISBN 3-51828-258-1.
- BOURDIEU, Pierre. *Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom*. Rio de Janeiro. Mana, 1996.

- BOUWEN, R.; TAILLIEU, T. **Multi-party collaboration as social learning for interdependence developing relational knowing for sustainable natural resource management.** Journal of Community & Applied Social Psychology, n. 14, p. 137 -153, May/June 2004.
- CARBONELL DE MASY, Rafael. **Estratégias de desarrollo rural en los pueblos guaranies: 1609-1767.** Barcelona: Instituto De Estudios Fiscales, 1992.
- CARDOSO, Fernando Henrique **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique **História Geral da Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
- CARVAJAL, Gaspar de. **The discovery of the Amazon, according to the account of Friar Gaspar de Carvajal and other documents.** Special Publication 17. New York: American Geographical Society, 1934.
- CASTEL, Robert. **O capitalismo globalizado está destruindo a capacidade de os indivíduos se tornarem independentes.** Entrevista especial com Robert Castel – IHU On-Line. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/7358>, 24 de maio de 2007.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **La sociedad de la información.** Madrid: Jornal El Pais – 25 de fevereiro de 1995. http://elpais.com/diario/1995/02/25/opinion/793666808_850215.html.
- CICERONIS, M. Tullii, **De Artua Deorum - Libri Três;** erklärt von Schoemann, G. F., Leipzig, Weidmansche Buchhandlung, 1850.
- CLASTRES, Pierre **A Sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política.** Tradução de Theo Santiago. São Paulo: Francisco Alves, 5ª Edição, 1990.
- CLASTRES, Pierre **La Société contre l'État: Recherches d'anthropologie politique.** Paris : Les Éditions de Minuit, 1974.
- CLUGSTON, R. M.; CALDER, W. **Critical dimensions of sustainability in Higher Education.** In: LEAL FILHO, W. (Ed.)Sustanability and university life. Frankfurt am Main: Peter Lanz, 1999. p. 31-46.
- COLEMAN, James **Foundations of social theory** Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1990.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.
- CONCÍLIO VATICANO II **Constituição Caudium et spes,** Roma: Basílica de São Pedro, 1965.
- CHARLES, Christophe e VERGER, Jacques. **História das Universidades.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

- DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento: Metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- DREHER, Martin N. (Org.). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre: Edições EST: São Leopoldo: Sinodal, 1998.
- DREHER, Martin N. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal ; Porto Alegre: Edições EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.
- EINSTEIN, Albert, **Über einen die Erzeugung und Verwandlung des Lichtes betreffenden heuristischen Gesichtspunkt**. In: Annalen der Physik, 1905.
- ELKINGTON, J.. **Cannibals with forks**. Canada: New Society, 1999.
- ELLUL, J. **Historia de las instituciones de la Antigüedad**. Madrid: Aguilar, 1970.
- Enciclopédia Britânica On Line. **Encyclopædia Britannica 2009 Ultimate Reference Suite** Version: 2009.
- FEE, Fundação de Economia e Estatística **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1303-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981.
- FERNANDES, Florestan. **Reforma universitária e mudança social**. Revista: Argumento, ano 1, nº 3, 1968. p. 05-22.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed., rev. e atual. Curitiba: Positivo, 2004.
- FEUERBACH. **Das Wesen des Christentums**. Philosophie von Platon bis Nietzsche (vgl. Feuerbach-Wesen Bd. 1, S. 124) <http://www.digitale-bibliothek.de/band2.htm>.
- FORNECK, Romeu **Variáveis determinantes do comportamento da demanda por ensino de terceiro grau na iniciativa privada – O preço é variável significativa?** Dissertação de mestrado – PUC/RJ, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FURTADO, Celso **Formação Econômica do Brasil** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
- GANSTWEIDT, Matias José **As Vítimas do Bugre**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1946
- GEISSLER Bruno **Die Kulturbedeutung der deutschen evangelischen Kirche in Brasilien**. Leipzig: Die evangelische Diaspora (Beiheft 3), 1921.
- GÉLÉNDAN, A. & BRÉMOND, J. **Dicionário econômico e social**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.
- GRACIANI, Maria Stela. **O ensino superior no Brasil. A estrutura de poder na Universidade em questão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1982.

- HAUFF, Volker (Hrsg.). *Unsere gemeinsame Zukunft*. Der Brundtland-Bericht der Weltkommission für Umwelt und Entwicklung. Greven: Eggenkamp Verlag, 1987.
- HAWKING, Stephen. *O universo numa casca de noz*. São Paulo: ARX, 2002.
- HAYEK, Friedrich August von. *The Constitution of Liberty*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1960.
- HEGEL *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse*. Philosophie von Platon bis Nietzsche (vgl. Hegel-W Bd. 10, S. 327), <http://www.digitale-bibliothek.de/band2.htm>, 2009.
- HEGEL *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie*. Geschichte der Philosophie, Hegel-W Bd. 18. <http://www.digitale-bibliothek.de/band3.htm>
- HERZOG, Don *Some questions for republicans* Political Theory, 14:473, 1996.
- HEYERDAHL, Thor. *Kon-Tiki. Ein Floß treibt über den Pazifik*. Viena: Ullstein Verlag, 1949
- HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de Renda na Agricultura*, em Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOLLOWAY, A. C. *Decision making under uncertainty: models and choices*. USA: Prentice Hall, 1979.
- HOWKING, Stephen *O Universo numa Casca de Noz*, São Paulo: Arx, 2001.
- HUBBLE, Edwin. *A relation between distance and radial velocity among extra-galactic nebulae*. Proceedings of the National Academy of Sciences. 15 de março de 1929: 168-173. ISSN 1091-6490.
- HUGON, Paul *História das Doutrinas Econômicas* São Paulo: EDUSP, 1962.
- IBGE, *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- JACOBI, P. R. *Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas*. Pesquisa em Educação Ambiental, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 49-65, jul./dez. 2007.
- JOÃO XXIII, Papa *Mater et Magistra*, Roma: Basílica de São Pedro, 15 de maio de 1961.
- JOLIVET, R. *Curso de Filosofia*. 17. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1987.
- JONAS, Hans. *Das Prinzip Verantwortung. Versuch einer Ethik für die technologische Zivilisation*. Frankfurt am Main, 1979.
- KEYNES, John Maynard *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (General theory of employment, interest and money). Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da, São Paulo: Editora Atlas, 1992.
- KRAEMER, M. E. P. *A Universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável*. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 3, n. 2, p. 1-21, 2004.

- ROTERMUND. *Kurze Geschichte der Deutsche Einwanderung in Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Rotermond, 1936.
- LAMPERT, Ernâni. *A Universidade na virada do século 21: ciência, pesquisa e cidadania*. Porto Alegre: Sulina, 2000.
- LAMPERT, Ernâni. *Universidade, docência e globalização*. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- LEÃO XIII, Papa *Rerum Novarum*, Roma: Basílica de São Pedro, 15 de maio de 1891.
- LEI de *Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Lei nº 9394/96 de 20/12/1996.
- LEITE, Rogério C. de Cerqueira. *As sete pragas da Universidade brasileira*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- LEMAITRE, Georges Edouard. *Un Univers homogène de masse constante et de rayon croissant rendant compte de la vitesse radiale des nébuleuses extra-galactiques*. Bruxelas: Annales de la Société Scientifique de Bruxelles, A47, p. 49-59, bril de 1927.
- LEONTIEF, Wassily W. *The Structure of American Economy, 1919-1929* Harvard University Press, 1941.
- LEVINE, Daniel *Religion and political conflict in Latin America* Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1986.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- LIMA, A. A. *Comentários a Populorum Progressio* Rio de Janeiro: Vozes, 1969.
- LIPINSKI, Augustin *Carta do Pe Augustin Lipinski ao Provincial* Publicada no periódico DER FAMILIENFREUND – Katholischer Hauskalender und Wegweiser für das Jahr 1924. Porto Alegre: Hugo Metzler, 1924.
- LOCKE, John. *Some Considerations on the Consequences of the Lowering of Interest*. London: Works, 1777.
- LUHMANN, Niklas *Interaktion, Organisation und Gesellschaft*, in: Ders., Soziologische Aufklärung 2: Aufsätze zur Theorie der Gesellschaft, 1975.
- LUXENBUR, Rosa *A Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Edições Socialistas, 1946.
- MAGALHÃES, Rodrigo. *Fundamentos da Gestão do Conhecimento Organizacional*. Lisboa: Edições Sílabo, 2005.
- MALTHUS, Thomas Robert. *Das Bevölkerungsgesetz*. München: dtv-bibliothek 6021, dtv-Taschenbuch, 1977.
- MARCH, James G. & OLSEN, Johan P. *Rediscovering institutions: the organizational basis of politics* New York: Free Press, 1989.
- MARTÍNEZ COLL, Juan Carlos (2001): *200 Grandes Economistas* <http://www.eumed.net/cursecon/economistas/index.htm>, consultado em 17 de fevereiro de 2009.

- MARTINS, Nestor Torelly **O Legado Arquitetônico**. Em *Missões*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 112-139.
- MARX, Karl **Einleitung [zur Kritik der politischen Ökonomie]**. Marx/Engels: Ausgewählte Werke, (vgl. MEW Bd. 13), <http://www.digitale-bibliothek.de/band11.htm>.
- MARX, Karl **Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie**, 1857, in **Formen, die der kapitalistischen Produktion vorhergehen** Marx/Engels: Ausgewählte Werke, <http://www.digitale-bibliothek.de/band11.htm>.
- MARX, Karl **Thesen über Feuerbach** Marx/Engels: Ausgewählte Werke (vgl. MEW Bd. 3) <http://www.digitale-bibliothek.de/band11.htm>, 2008.
- MARX, Karl **Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Kritik des Hegelschen Staatsrechts**. Philosophie von Platon bis Nietzsche, (vgl. MEW Bd. 1, S. 209) <http://www.digitale-bibliothek.de/band2.htm>, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich **Manifest der kommunistischen Partei**. Marx/Engels: Ausgewählte Werke, (vgl. MEW Bd. 4) <http://www.digitale-bibliothek.de/band11.htm>].
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich Marx. **Das Kapital**. Marx/Engels: Ausgewählte Werke, S. 4472 (vgl. MEW Bd. 23, S. 0) <http://www.digitale-bibliothek.de/band11.htm>.
- MEC/INEP/DEED. **Censo da Educação Superior 2008**. Brasília: Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.
- MEGGERS, Betty J. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. Título original: “*Amazônia. man and cultere in a counterfeit paradise*”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- MEGGERS, Betty J.; MARANCA, Sílvia. **Uma reconstituição experimental de organização social, baseada na distribuição de tipos de cerâmica num sítio habitação da tradição tupiguarani**. São Leopoldo: anuário do Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 31, p. 227-238, 1980.
- MELIÀ, Bartomeu **El "modo de ser" guaraní en la primera documentación jesuítica (1594-1639)**. Roma: Archivum Historicum Soc. Iesu 50, 1981, p. 212-233.
- MERCADO; Tomás: **Tratos y contratos de mercaderes y tratantes**. Sevilla: Escuela de Salamanca, 1569.
- MESTERS, Carlos **Considerações sobre a catequese dos povos indígenas**. Petrópolis: Vozes, Série Teologia Orgânica n° 15, 1986.
- MEYERS, Carl Joseph. **Großes Konversations-Lexikon (1905)**, (vgl. Meyer Bd. 7, S. 720) <http://www.digitale-bibliothek.de/band100.htm>
- MILL, John Stuart **Essays on some unsettled questions of political economy** London : J.W. Parker, 1844.
- MINART, Gérard: Jean-Baptiste Say (1767–1832) – **Maître et pédagogue de l'Ecole française d'économie politique libérale**. Paris : Institut Charles Coquelin, 2004.

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO **Censo da Educação Superior 2006**. Brasília: Deaes/Inep/MEC, Dezembro de 2007.
- MITTEILUNGEN **des Katholischen Lehrer- und Erziehungsvereins Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typografia do Centro, 1900-1906.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Also sprach Zarathustra**. Philosophie von Platon bis Nietzsche, <http://www.digitale-bibliothek.de/band2.htm>.
- NORTH, Douglas C. **Institutions, institutional change and economic performance** New York: Cambridge University Press, 1990.
- OSÓRIO, Helen **Apropriação de terra no Rio Grande do Sul e formação do espaço platino**. Porto Alegre: Dissertação de mestrado em história, UFGS, 1990.
- PAULO III. **VERITAS IPSA** Apostolado Veritatis Splendor: Disponível em <http://www.veritatis.com.br/article/4375>. Consultado em 01.09.2009.
- PARSONS, Talcott **Sozialstruktur und Persönlichkeit**, Eschborn: Klotz, 2005.
- PAULO VI, Papa **Populorum Progressio** Roma: Basílica de São Pedro, 26 de março de 1967.
- KOLVENBACH, Peter-Hans. **EL SERVICIO DE LA FE Y LA PROMOCIÓN DE LA JUSTICIA EN LA EDUCACIÓN UNIVERSITARIA DE LA COMPAÑÍA DE JESÚS DE ESTADOS UNIDOS**. Califórnia: Conferência, 2000.
- PETRY, Almiro. **Reconfiguração organizacional da Unisinos: modelo estratégico x modelo jesuíta de Universidade – ambigüidades e desvios** São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- PETRY, Leopoldo **São Leopoldo: berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 1964.
- PICCOLO, Helga Iracema L. **Século XIX: alemães protestantes no Rio Grande do Sul e a escravidão**. São Paulo: Anais da VIII Reunião da SBPH, 1989.
- PINHO, Diva Benevides **Cooperativas e desenvolvimento econômico** São Paulo: Edusp, 1962.
- PIPERNO, Dolores, **América pode ter agricultura mais velha**. Folha de São Paulo, 14/02/2003.
- PIU XI, Papa **Quadragesimo Anno**, Roma: Basílica de São Pedro, 15 de maio de 1931.
- PLATÃO, **República**. Coleção Os Pensadores, Editora Abril – 1983.
- POLANYI, Karl **The Great Transformation** (1944) – tradução espanhola: **La gran transformación**, Madrid: La Piqueta, 1989.
- POLANYI, Karl, **The Livelihood of Man**, edição de H.W. Pearson, 1977 – trad. esp. **El sustento del hombre**, Mondadori: Barcelona, 1994.

- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna** Rio de Janeiro São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- QUESNAY, François. **Tableau économique, et maximes générales du gouvernement économiques**. Versailles, 1758.
- RABUSKE, Arthur **A contribuição teuta à Igreja Católica no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: UNISINOS, 1974.
- RAHDEN, Till van. **Juden und andere Breslauer: die Beziehungen zwischen Juden, Protestanten und Katholiken in einer deutschen Großstadt von 1860 bis 1925**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2000.
- RAMBO, Arthur Blasio. **A sociedade união popular** Porto Alegre: Perspectiva Econômica Vol. 27, N° 79, Série Cooperativismo, n° 32, 1992
- RAMBO, Arthur Blasio. **O associativismo teuto-brasileiro e os primórdios do cooperativismo no Brasil** Porto Alegre: Perspectiva Econômica Vol. 23, N° 62-63, Série Cooperativismo, n° 24-25, 1988.
- RANKE, Leopold von. **Geschichte der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514**, Leipzig: Duncker & Humbold, 1874.
- AQUAVIVA, Claudio. **RATIO STUDIORUM. Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu**. Roma: Monumenta Paedagogica Societatis Iesu, 1986.
- RELATÓRIO **do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. João Lins Vieira Cansansão do Sininbú, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853**. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1853.
- RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RIBEIRO, Darcy. **Nossa Escola é Uma Calamidade**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- RICARDO, David. **On de Principles of Political Economy and Taxation**. Kitchener: Batoche Books, 1817.
- ROBBINS, Lionel C. **An Essay on the Nature and Significance of Economic Science**. London: Macmillan and Co., 1932.
- ROUSSEAU **Emil oder Ueber die Erziehung**. Philosophie von Platon bis Nietzsche, (vgl. Rousseau-Emil Bd. 2) <http://www.digitale-bibliothek.de/band2.htm>, 2009.
- RÜDIGER, Sebalt **Colonização e Propriedade de Terras no Rio Grande do Sul, século XVIII**. Porto Alegre: Secretaria de Educação e Cultura/IEL, 1965.
- SANKT Paulusblatt **Organ des Volksvereins der deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul**, Jahre 1912 bis 1914.
- SARDINHA, José Carlos. **Formação de Preço, a arte do negócio**. São Paulo: Makron Books, 1995.

- SCOTT, W. *Education and sustainable development: challenges, responsibilities, and frames of mind*. The Trumpeter, v. 18, n. 1, p. 22-34, 2002.
- SCHADEN, E. *Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira*. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, 1, 1963, Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1966.
- SHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph. *Ideen zu einer Philosophie der Natur – Philosophie von Platon bis Nietzsche –* (vgl. Schelling-W Bd. 2) – <http://www.digitale-bibliothek.de/band2.htm>, 2008.
- SHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph. *System des transzendenten Idealismus*. Jena: 1800 – Philosophie von Platon bis Nietzsche - <http://www.digitale-bibliothek.de/band2.htm>, 2008.
- SHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph. *Vorlesungen über die Methode des akademischen Studiums – Philosophie von Platon bis Nietzsche -* (vgl. Schelling-W Bd. 2) – <http://www.digitale-bibliothek.de/band2.htm>, 2008.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. *A Companhia de Jesus e as Missões*. Em *Missões*. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 140-156.
- SCHNEIDER, José Odelso. *Cooperativismo e desenvolvimento sustentável*. São Leopoldo: *Otra Economía*, 9(16):94-104, enero-junio 2015.
- SCHREINER, Peter. *Konstantinopel. Geschichte und Archäologie*, München 2007.
- SCHUMPETER, Joseph. *History of Economic Analysis*. 1954. Consultado na versão alemã: *Geschichte der ökonomischen Analyse*. 2 Bände. 2. Auflage. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2007.
- SEN, Amartya. *El futuro de Estado del bienestar* “La Factoria” n° 8 <http://www.lafactoriaweb.com/articulos/amartya.htm>, fevereiro de 1999.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. *Environmental evaluation and social choice: contingent valuation and the market analogy*. The Japanese Economic Review, v. 46, n. 1, 1995.
- SEN, Amartya. *Markets and freedoms: achievements and limitations of the market mechanism in promoting individual freedoms*. Oxford Economic Papers, n° 45, 1993.
- SEN, Amartya. *Money and value: on the ethics and economics of finance*. Economics and Philosophy, n° 9, 1993.
- SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SEN, Amartya. & SUDNIR, Anand. *Sustainable human development: concept and priorities*. 1994. Disponível em: <http://www.undp.org/hidro/oc8a./html>. Consultado em 25/08/2016.

- SILVA, P. A. L. da. **Fundamentos da teoria da decisão**. 9º Simpósio Brasileiro de Probabilidade e Estatística - IX SINAPE. IME-USP, 1990.
- SINGER, Paul. **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas** São Paulo: Contexto, 1999.
- SINGER, Paul. **Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- SMITH, Adam. 1723-1790 **A Riqueza das Nações**, volume 1, São Pulo: Martins Fontes, 2003.
- SMITHSONIAN Institution. **Early Human Phylogeny** – http://anthropology.si.edu/humanorigins/ha/a_tree.html, consultado em 12/01/09.
- STAPPEN, Ralf K. **A Sustainable World is Possible**. Der Wise Consensus. <http://www.faaape.org/wise-consensus-4-2008>, Eichstätt 2004-2008 pdf – Consultado em 27 de abril de 2009.
- SUESS, Paulo **Apontamentos sobre a libertação e a causa indígenas**. Petrópolis: Vozes, Série Teologia Orgânica n° 15, 1986.
- SUSTAINABILITY. **About sustainability**. London, 2008. Disponível em: <http://www.sustainability.com.br>. Acessado em: 14 abril de 2016.
- TAVARES, Eduardo **Missões**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.
- TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil. Análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1989.
- TEMPLETSON, Alan. **Out of Africa again and again**. Nature 416, 2002.
- TIMES, Revista. **WORLD UNIVERSITY RANKINGS**. London: HIGHER EDUCATION SUPPLEMENT, 2007.
- TOCQUEVILLE, Alexis de **Democracy in América** Garden City, N. Y.: Anchor Books, 1996
- TÖNNIES, Ferdinand, **Gemeinschaft und Gesellschaft. 1887**. Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt 2005.
- TRAMONTINI, Marcos Justo **A organização social dos imigrantes – A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.
- TYLOR, Sir Edward Burnett. **Primitive Culture (1871)**. MLA Style: "culture." Encyclopédia Britannica. Encyclopédia Britannica 2009 Ultimate Reference Suite. Chicago: Encyclopédia Britannica, 2009.
- VÉLEZ-IBAÑEZ, Carlos G. **Bonds of mutual trust: the cultural systems of rotating credit association among urban Mexicans and Chicanos New Brunswick**, N. J.: Rutgers University Press, 1983.

- VERDÚ, Pablo Lucas. *Principios de Ciencia Política*, Tomo II, Madrid : Tecnos, 1969.
- VOIGTS, Manfred. *Franz Kafka und der Traktat Berachot von E. M. Pinner*. Jüdische Zeitung: <http://www.j-zeit.de/archiv/artikel.1702.html>, Fevereiro de 2009.
- WALS, A. E. J.; KRASNY, M.; HART, P. *Social learning, sustainability and environmental education research*. In: THE ANNUAL MEETING OF THE NORTH AMERICAN ASSOCIATION FOR ENVIRONMENTAL EDUCATION, 36., 2007, Virginia. Paper... Virginia, 2007. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p186905_index.html>. Acessado em: 14 abril de 2016.
- WANDERLEY, Luis Eduardo W. *O que é Universidade*. Coleção Primeiros Passos, n° 91. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- WEBER, Max. *Die »Objektivität« sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis*. Max Weber: Gesammelte Werke, <http://www.digitale-bibliothek.de/band58.htm>.
- WEBER, Max. *Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus*. Max Weber: Gesammelte Werke, <http://www.digitale-bibliothek.de/band58.htm>.
- WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Max Weber – Gesammelte Werke: <http://www.digitale-bibliothek.de/band58.htm>.
- WEBER, Max: *Politik als Beruf*. Max Weber: Gesammelte Werke, <http://www.digitale-bibliothek.de/band58.htm>.
- WEY, Klaus-Georg. *Umweltpolitik in Deutschland. Kurze Geschichte des Umweltschutzes in Deutschland seit 1900*. Wiesbaden: West-deutsche Verlag, 1982.
- WULLENWEBER, Katrin: *Wortfang. Was die Sprache über Nachhaltigkeit verrät*. München: Politische Ökologie, 2000.
- ZAMAGNI, Vera. *Industrializzazione e squilibri regionali in Italia: bilancio dell'età giolittiana*. Bologna: Il Mulino, 1978.
- ZAMBAM, Neuro José. *A Teoria da Justiça de Amartya Sen: Liberdade e Desenvolvimento Sustentável*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.